



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Escola de Artes

Departamento de Arquitectura

Identidade do Lugar, o caso da Colónia Agrícola de Pegões

Daniel Philippe Gomes Nunes

Orientação | Professora Doutora Sofia Aleixo
Professora Doutora Ema Pires

Mestrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Escola de Artes | Departamento de Arquitectura
Mestrado Integrado em Arquitectura

IDENTIDADE DO LUGAR

o caso da Colónia Agrícola de Pegões

PLACE IDENTITY

the Agricultural Colony of Pegões

30609 . Daniel Philippe Gomes Nunes

Dissertação para obtenção do grau de mestrado em Arquitectura

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Sofia Aleixo
Professora Doutora Ema Pires

JÚRI

Professora Doutora Sofia Salema
Professor Doutor Pedro Prista
Professora Doutora Sofia Aleixo

Évora, 2019

Oh as casas as casas as casas
as casas nascem vivem e morrem
Enquanto vivas distinguem-se umas das outras
distinguem-se designadamente pelo cheiro
variavam até de sala pra sala
(...)
As casas essas parecem estáveis
mas são tão frágeis as pobres casas
Oh as casas as casas as casas
mudas testemunhas da vida
elas morrem não só ao ser demolidas
Elas morrem com a morte das pessoas
(...)
Sem casas não haveria ruas
as ruas onde passamos pelos outros
mas passamos principalmente por nós
Na casa nasci e hei-de morrer
na casa sofri convivi amei
na casa atravessei as estações
Respirei – ó vida simples problema de respiração
Oh as casas as casas as casas

Ruy Belo
(Belo, 2014, pp. 511-512)

AGRADECIMENTOS

Sendo este um momento de conclusão de mais uma etapa, é imprescindível que expresse a minha gratidão a várias pessoas pelo apoio e contributo prestado neste trabalho académico ou pela inspiração ao longo deste período de aprendizagem.

Um muito obrigado...

A todos aqueles que de alguma forma pontuaram o meu percurso académico e o enriqueceram de diversas formas. Aos já arquitectos e aos que o serão.

Professor Daniel Jiménez por sempre fomentar uma visão apaixonada pela arquitectura, pela poética da arquitectura, pela vida em si que dá sentido à arquitectura. A sua docência foi inspiradora.

Professor António Abel pelas frequentes conversas ao longo do percurso académico, pelo *à vontade* na forma como conversa com os alunos.

Branças, Beta e Ribeiro pela vossa amizade. Obrigado pelas conversas, devaneios e risadas ao longo destes últimos anos. Espero agradecer-vos em privado e contar outros tantos anos da vossa amizade, ainda que separados pela distância. Para vocês, um *até já*.

João Garcia pelo auxílio prestado na compreensão das normas e estilos de referências bibliográficas.

Arquitecta Filipa de Castro Guerreiro pelo auxílio e contributo prestado nesta investigação.

Professora Ema Pires pela sua orientação no desenvolvimento do presente trabalho e pelo seu contributo na minha formação enquanto estudante de arquitectura, sensibilizando-me para as ciências sociais.

Professora Sofia Aleixo pela sua incansável orientação e conversas ao redor de temáticas e inquietações relacionadas com a arquitectura e não só. Obrigado por despertar o interesse pela investigação, uma certa filantropia que nos motiva a conhecer um pouco mais sobre o mundo em que vivemos e, ao longo desse percurso, um pouco mais sobre nós mesmos.

Avó Lurdes e avô Florindo, pela vossa constante preocupação, por serem avós e, acima de tudo, amigos.

Queridos pais. Não há palavras suficientes para descrever toda a vossa atenção, sacrifício, carinho e amizade.

RESUMO

Durante o século XX, diversas paisagens rurais europeias foram alteradas por projectos de desenvolvimento agrícola com o intuito de modernizar o campo e aumentar a produção. Em Portugal, a Colónia Agrícola de Pegões constitui uma dessas paisagens construída na década de 1950 proporcionando habitação, terreno de cultivo e núcleos sociais a colonos originários de todo o país que procuravam uma vida melhor. Alguns destes colonos, ainda hoje, habitam este lugar embora, ao longo do tempo, tenham adaptado os casais que lhes foram atribuídos.

Esta dissertação, historicamente ancorada numa pesquisa documental e análise arquitectónica, e contextualizada por entrevistas exploratórias, tem como objectivo reconhecer os valores identitários da paisagem rural da Colónia de Pegões que, apesar das alterações que o tempo promoveu, permanecem hoje. Contribui este estudo para o entendimento da identidade de um lugar habitado em continuidade, reconhecendo em Pegões Velhos que os valores culturais mais relevantes foram preservados.

Palavras-Chave: Identidade; Lugar; Habitar; Paisagem rural; Colónia Agrícola de Pegões;

ABSTRACT

Along the 20th century, several European rural landscapes were transformed by agricultural development projects in order to modernize the countryside and to increase production. In Portugal, the Agricultural Colony of Pegões is one of these landscapes built in the 1950's that provided houses, lands and social gathering facilities to settlers that came from all over the country in search of a better life. Some of these settlers still inhabit this place although they have adapted the buildings over time.

This dissertation, historically based in documentary research and architectural analysis, and contextualized by exploratory interviews, aims to recognize the identity values of the rural landscape of the Colony of Pegões that remain today, despite the changes promoted by the passage of time. This study contributes to the understanding of the identity of a continuously inhabited rural landscape, by confirming that the most relevant cultural values have been preserved.

Keywords: Identity; Place; Inhabit; Rural landscape; Agricultural Colony of Pegões;

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

JCI | Junta de Colonização Interna

CoE | Council of Europe

HERA | Humanities in the European Research Area

ICOMOS | International Council of Monuments and Sites

IHRU | Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

UNESCO |

SNA | Sindicato Nacional do Arquitectos

SPN | Secretariado de Propaganda Nacional

CEMAT | Comité dos Altos Funcionários da Conferência Europeia dos Ministros do Ordenamento do Território

INC | Instituto Nacional de Colonización

EN4 | Estrada Nacional 4

CEEAA | Centro de Estudos Arnaldo Araújo

JAOHA | Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 01.01 Casal abandonado em Pegões Velhos, Colónia de Pegões, Portugal (2018)	002
FIG. 01.02 Estudos de caso da investigação desenvolvida pelo <i>Modscapes</i>	003
FIG. 01.03 Objectivos do presente trabalho de investigação: esquema	005
FIG. 01.04 Actuais residentes entrevistados - Perfil dos Participantes	009
FIG. 02.01 Enquadramento conceptual	014
FIG. 02.02 Habitação rural em Barletta, Itália (s.d.)	016
FIG. 02.03 Casa rural em Siena (s.d.)	020
FIG. 02.04 Casa rural em Pádua (s.d.)	020
FIG. 02.05 "Deus, Pátria, Família", Desenho de Martins Barata (1938)	021
FIG. 02.06 Páginas do <i>Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal</i>	022
FIG. 02.07 A winter evening (s.d.)	024
FIG. 02.08 Rio Maior (s.d.)	030
FIG. 02.09 Enquadramento conceptual da Dissertação	037
FIG. 03.01 [CFT003.65161] Agricultor a cultivar a sua propriedade em Figueiras, Colónia Agrícola de Pegões (s.d.)	041
FIG. 03.02 [CFT003.65199] Agricultores a regarem a sua propriedade em Pegões Velhos, Colónia Agrícola de Pegões (s.d.)	042
FIG. 03.03 Alguns cartazes apelando à agricultura entre 1941 e 1944, da autoria de Abílio de Mattos e Silva	045
FIG. 03.04 Vista geral de Vegaviana de Jose del Amo (1954)	048
FIG. 03.05 Vista aérea da Colónia de Miraelrío, Espanha: habitação para os colonos - Jose del Amo (1964)	048
FIG. 03.06 Habitação experimental da P.P.T. na Bélgica (s.d.)	050
FIG. 03.07 Dois exemplos de construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela «Riforma Fondiaria» - Itália (s.d.)	051
FIG. 03.08 Localização das Colónias Agrícolas em Portugal	052
FIG. 03.09 Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal (s.d.)	053
FIG. 03.10 Esquema sobre a colonização interna em Portugal	054
FIG. 03.11 [CFT003.65203] Casal-tipo, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre (s.d.)	056
FIG. 03.12 [CFT003.65207] Casal-tipo, Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (s.d.)	056
FIG. 03.13 Colónia do Barroso: Aldeia Nova do Barroso (s.d.)	058
FIG. 03.14 Colónia do Barroso: Lugar de S.Mateus (s.d.)	058
FIG. 03.15 Assentamento de Vascões, C.A. Boalhosa. Arq. António Trigo (1956)	058
FIG. 03.16 Colónia do Barroso: Aldeia Criande (s.d.)	058
FIG. 03.17 Planta Geral de Ordenamento Paisagístico da Colónia Agrícola da Gafanha. Arq. P. António Campello (1956)	058
FIG. 03.18 Origem dos colonos seleccionados pela JCI para as colónias agrícolas: Distribuição Geográfica	060
FIG. 03.19 [Capa] Problemas de colonização. I.- a zona pliocénica ao sul do Tejo (s.d.)	062
FIG. 04.01 [CFT003.65168] Colónia Agrícola de Pegões, Pegões Velhos (s.d.)	067
FIG. 04.02 [CFT003.76365] Obras de transformação dos solos no núcleo de Figueiras (s.d.)	068
FIG. 04.03 Estrada Real (actual EN4)	070
FIG. 04.04 Herdade de Pegões	070

FIG. 04.05 Fontanário em Pegões Velhos (2018)	071
FIG. 04.06 Herdade de Pegões, Área Colonizada, Desenho de José Alves Junior (s.d.)	073
FIG. 04.07 A Região estudada (s.d.)	076
FIG. 04.08 A mancha pliocénica ao sul do Tejo (s.d.)	078
FIG. 04.09 Herdade de Pegões, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna (s.d.)	082
FIG. 04.10 Herdade de Pegões, localização das zonas regadas, das captações e dos tanques (s.d.)	082
FIG. 04.11 Caleiras de distribuição de água (s.d.)	084
FIG. 04.12 [CFT003.65158] Colonos a trabalhar "lado a lado" (s.d.)	084
FIG. 04.13 Distribuição da Colónia de Pegões e sua relação com as linhas de água existentes	084
FIG. 04.14 Pegões Velhos, Faias e Figueiras: Núcleos sociais e centros cívicos	086-7
FIG. 04.15 [CFT003.65182 e CFT003.65183] Núcleo de Pegões Velhos (s.d.)	088
FIG. 04.16 Plano geral do Centro Social das Faias em Pegões, arq. Maurício Trindade Chagas (s.d.)	088
FIG. 04.17 Plano Geral do Centro Social das Faias em Pegões (1952)	088
FIG. 04.18 Centros cívicos da Colónia de Pegões	090
FIG. 04.19 Edifícios modernistas (axonometrias)	092
FIG. 04.20 Palácio de Cosroes (1864)	093
FIG. 04.21 Hangar de Orly, E. Freyssinet (1923)	093
FIG. 04.22 Igreja de S.Francisco de Assis, O. Niemeyer (1942)	093
FIG. 04.23 Edifícios modernistas (plantas)	094
FIG. 04.24 [CFT003.65217] Igreja de Santo Isidro (s.d.)	095
FIG. 04.25 [CFT003.22152] Escola primária (s.d.)	095
FIG. 04.26 [CFT003.65216] Habitação da professora (s.d.)	095
FIG. 04.27 [CFT003.65149] Pintura do Santo Isidro, Severo Portela Júnior (pintor) (s.d.)	095
FIG. 04.28 Casais agrícolas (s.d.)	096
FIG. 04.29 Tabela comparativa de funções	096
FIG. 04.30 Distribuição dos casais tipo por tipo de exploração do solo	097
FIG. 04.31 [CFT003.126253] Casal de Pegões Velhos (s.d.)	098
FIG. 04.32 [CFT003.65210] Planta do casal-tipo de Pegões Velhos (s.d.)	098
FIG. 04.33 [CFT003.65189] Casal de Faias (s.d.)	098
FIG. 04.34 [CFT003.126253] Planta do casal-tipo de Faias (s.d.)	098
FIG. 04.35 [CFT003.76362] Casal de Figueiras (s.d.)	098
FIG. 04.36 [CFT003.65205] Planta do casal-tipo de Figueiras (s.d.)	098
FIG. 04.37 Distribuição dos casais-tipo construídos	099
FIG. 04.38 Casais-tipo para a Colónia de Pegões	100
FIG. 04.39 Áreas dos Casais agrícolas	101
FIG. 04.40 Casal-tipo de Pegões Velhos (desenhos)	102
FIG. 04.41 Casal-tipo de Pegões Velhos (usos e circulações)	103
FIG. 04.42 Casal-tipo de Faias (desenhos)	104
FIG. 04.43 Casal-tipo de Faias (usos e circulações)	105
FIG. 04.44 Casal-tipo de Figueiras (desenhos)	106
FIG. 04.45 Casal-tipo de Figueiras (usos e circulações)	107

FIG. 04.46 Título de fruição provisória de 1948 para o núcleo de Faias (Título+colagem)	108
FIG. 04.47 Ação dos organismos do Estado, Junta de Colonização Interna, assistência médica nas colónias, Artur Pastor (1960)	110
FIG. 04.48 Junta de Colonização Interna, lições de técnica agrícola aos colonos, Artur Pastor (195-)	110
FIG. 04.49 Educação primária nas colónias agrícolas promovida pela Junta de Colonização Interna	110
FIG. 04.50 Assistência social nas colónias, educação primárias, Artur Pastor (195-)	110
FIG. 04.51 Planta das zonas agrícolas	111
FIG. 05.01 Igreja de Santo Isidro de Pegões, Pegões Velhos (2018)	115
FIG. 05.02 Colónia de Pegões: Pegões Velhos, Figueiras e Faias	116
FIG. 05.03 Núcleos sociais: funções de equipamentos e casais (2018)	118
FIG. 05.04 "Vendo milho, tremocilha e batata doce", cartaz à beira da estrada, Pegões Velhos (2018)	120
FIG. 05.05 "Vendo vinho do produtor, tintol", cartaz à beira da estrada, Pegões Velhos (2018)	120
FIG. 05.06 Aqueduto, Pegões Velhos (2018)	121
FIG. 05.07 Aqueduto, Figueiras (2018)	121
FIG. 05.08 Aqueduto pintado, Pegões Velhos (2018)	121
FIG. 05.09 Caleiras destruídas, Vale da Judia, Pegões Velhos	121
FIG. 05.10 Comparação de usos 1950-2018: Pegões Velhos	122-5
FIG. 05.11 Comparação de usos 1950-2018: Faias	128-9
FIG. 05.12 Comparação de usos 1950-2018: Figueiras	129
FIG. 05.13 Ampliações nas traseiras do casal n.º17, Pegões Velhos (2018)	131
FIG. 05.14 Loja, Bar e Destilaria que mimetiza casal-tipo de Pegões Velhos (2018)	131
FIG. 05.15 Casais em Pegões Velhos, 2018 (esquema de transformações)	131
FIG. 05.16 Casais em Faias, 2018 (esquema de transformações)	132
FIG. 05.17 Traseiras do casal n.º108 em Faias: contrafortes ou "gigantes" (2018)	132
FIG. 05.18 Projecto-tipo: Casal em Faias (s.d.)	132
FIG. 05.19 Casais em Figueiras e em Vale da Judia, 2018 (esquema de transformações)	133
FIG. 05.20 Casal em Vale da Judia (2018)	133
FIG. 05.21 Casal em Figueiras (2018)	133
FIG. 05.22 Casal agrícola em Pegões Velhos (s.d.)	134
FIG. 05.23 Casal-tipo de Pegões Velhos, 1950: espaços, usos e fachada	136
FIG. 05.24 Casal-tipo de Pegões Velhos, 2018: espaços, usos e fachada	137
FIG. 05.25 Casal-tipo de Figueiras (em Pegões Velhos, Vale da Judia), 1950-2018: espaços, usos e fachada	140
FIG. 05.26 Casal-tipo de Faias, 1950: espaços, usos e fachada	141
FIG. 05.27 Casal em Faias - P11 e P12	141
FIG. 05.28 Encerramento de um vão do estábulo	141
FIG. 05.29 e 05.31 Fotos das entrevistas com o consentimento dos participantes	143
FIG. 05.32 "Fiscalizadores" e mulher de colonos (s.d.)	146
FIG. 05.33 Visita dos "fiscalizadores" a um casal (s.d.)	146
FIG. 05.34 Transporte dos filhos de colonos para o Liceu e Escola Industrial e Comercial no Montijo (s.d.)	148
FIG. 05.35 Crianças formando as letras "JCI"	148
FIG. 05.36 Colono a lavar a propriedade (s.d.)	149

FIG. 05.37 Colono a plantar vinha (s.d.)	149
FIG. 05.38 Mulheres de colonos a carregar estrume (s.d.)	150
FIG. 05.39 Mulher de colonos na monda (s.d.)	150
FIG. 05.40 Filhos de colonos dos três núcleos: Pegões Velhos, Faias e Figueiras (s.d.)	151
FIG. 05.41 Festa de Santo Isidro - procissão (s.d.)	154
FIG. 05.42 Festa de Santo Isidro - transporte do Santo Isidro (s.d.)	154
FIG. 05.43 Festa de Santo Isidro - participação das crianças (s.d.)	154
FIG. 06.01 Casal em Pegões Velhos (2018)	165

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Abreviaturas	ix
Índice de Figuras	x
ÍNDICE	xiv
01. A INVESTIGAÇÃO	001
01.1. Os temas	003
01.2. A pergunta	005
01.3. Breve enquadramento	006
01.4. Metodologia	008
01.5. Estrutura da dissertação	010
02. IDENTIDADE DO LUGAR	013
02.1. Habitar	017
Casa rural	020
02.2. Lugar	025
Espaço rural	028
02.3. Paisagem Rural	031
Valores materiais e imateriais	034
02.4. Conclusão	038
03. COLONIZAÇÃO INTERNA	041
03.1. Enquadramento histórico	044
Colónias agrícolas	049
Portugal	053
03.2. Colono-tipo	061
03.3. Conclusão	065
04. COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES	067
04.1. Localização	071
04.2. Antecedentes (1924-1938)	073
04.3. Colónia: Implantação e uso (1938-1974)	077
Projecto de Colonização (1942)	083
Sistema hidráulico	083
Núcleos sociais	085
Equipamentos Públicos	089
Casais-tipo	097

Colono de Pegões	109
04.4. Habitar a Colónia de Pegões (1974-2018)	112
04.5. Conclusão	113
05. IDENTIDADE DA COLÓNIA DE PEGÕES	115
05.1. Território e Arquitectura	119
Sistema hidráulico	120
Equipamentos públicos	122
Pegões Velhos	122
Faias e Figueiras	128
Alterações dos Casais-tipo	130
Primeiro contacto	134
Casal-tipo de Pegões Velhos	136
Casal-tipo de Figueiras	140
Casal-tipo de Faias	141
Adaptações e alterações	142
05.2. Análise social	143
Lugar	144
Colono-tipo	146
Assistência prestada pela JCI	147
Actividades	149
Costumes religiosos e lúdicos	153
Habitar a Colónia de Pegões	155
05.3. Conclusão	157
06. CONCLUSÃO	159
Considerações finais	163
Bibliografia	166
Anexos	173

01.

A INVESTIGAÇÃO



FIG. 01.01 | Casal abandonado em Pegões Velhos, Colónia de Pegões, Portugal (2018)
| Fonte: O Autor

01.1. OS TEMAS

A *Paisagem*, enquanto base da identidade humana, representa “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (CoE, 2000, p. 9). As paisagens manifestam estruturas sociais e funcionais, um significado que é dado pelas pessoas e que se traduz em valores materiais e imateriais que merecem ser preservados e transmitidos às futuras gerações (ICOMOS, 2017). Todavia, observa-se hoje uma uniformização da paisagem (Telles, 2016) que põe em risco a autenticidade da paisagem na transmissão desses valores. Assim, reconhece-se a importância de sensibilizar populações e autoridades para o valor da paisagem contribuindo para a sua protecção, cuja configuração e intervenção humana, lhe confere um valor patrimonial. Para tal, o Conselho da Europa considera ser necessário:

- i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
- ii) analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
- iii) acompanhar as suas transformações;” (CoE, 2000, pp. 4-5)



FIG. 01.02 | Estudos de caso da investigação desenvolvida pelo *Modscapes*
| Fonte: (HERA, 2016)

A percepção da oportunidade de estudar paisagens rurais produzidas por planos de desenvolvimento agrícola e colonização durante o século XX, surge da investigação prévia, projecto *Modscapes* (HERA, 2016), financiado pelo *Humanities in the European Research Area* (HERA). Este projecto identifica diversas colónias agrícolas na Europa e Norte de África [ver FIG. 01.01 e 01.02] caracterizando-as como paisagens rurais modernistas pois reflectem esquemas modernos de desenvolvimento rural associados a políticas de construção de nações e modernização do espaço agrário que constituíram um vasto campo de experimentação tanto para cientistas, como para arquitectos, engenheiros e urbanistas. A sua análise permitiu constatar que, apesar de essas colónias ainda exercerem um papel activo na vida individual e colectiva das populações que as ocupam, os edifícios e a própria paisagem encontra-se num processo de descaracterização para o qual, na maioria dos casos, não existem medidas de salvaguarda, o que torna cada vez mais difícil reconhecer e compreender esse legado cultural (HERA, 2016).

Em Portugal, as paisagens rurais estão intimamente ligadas a uma cultura de agricultores e pastores que se fixaram num dado território e interagiram com o meio com o objectivo de subsistir (Telles, 2016). No século XX, foi implementado um conjunto de medidas para a transformação da paisagem rural com o fim de aumentar a produção e exploração das terras insuficientemente aproveitadas existentes no país. Para tal, diversas famílias rurais foram admitidas como colonos para ocuparem colónias agrícolas, núcleos populacionais em contexto rural. As opções arquitectónicas e urbanísticas dessas colónias promoveram um conjunto de relações sociais, espaciais, e espirituais que geraram lugares com identidade intimamente associada ao modo de vida do trabalhador rural.

Sobre o contexto português o *Modscapes* (HERA, 2016) reconhece o impacto e contributo da Junta de Colonização Interna ao nível da paisagem, tecnocracia, cultura e identidade nacional e formação de conhecimentos. Refere que a paisagem foi profundamente transformada através de reflorestação, construção de infraestruturas de produção agrícola, barragens e centrais agrícolas. Essa transformação foi acompanhada pela promoção de uma identidade nacional muito ligada à ruralidade, permitindo a formação de conhecimentos que contribuíram para o surgimento da arquitectura portuguesa moderna e contemporânea, nestes contextos através do diálogo entre várias disciplinas como arquitectura, urbanismo, agricultura, antropologia e geografia (HERA, 2016). Todavia, ao considerar que actualmente essas paisagens rurais não são encaradas como um legado cultural, correndo o risco de descaracterização resultante, por um lado, da pressão do mercado imobiliário e da idade avançada dos colonos (HERA, 2016), o *Modscapes* deixa uma mensagem clara sobre a necessidade da sua investigação para sua salvaguarda.

Este problema, de construir conhecimento sobre uma identidade que se reconhece em risco, foi recentemente objecto de investigação em Portugal no contexto dos *100 anos de políticas públicas*. O projecto de investigação lançado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) deu origem à publicação *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal, 1918 | 2018* (IHRU, 2018), que inclui um capítulo síntese da investigação desenvolvida pela arquitecta Filipa de Castro Guerreiro: *Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa – Diversidade, circunstância e experimentação* (Guerreiro, 2018). A mesma tinha já apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto a tese de doutoramento *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território* (Guerreiro, 2016b), que não se encontra ainda disponível para consulta. Todavia, uma comunicação apresentada no X Congresso Docomomo Ibérico permitiu um contacto directo com a investigadora onde o tema do encontro - *O fundamento social da arquitetura; do vernáculo e do Moderno, uma síntese cheia de oportunidade* - também confirma o interesse e relevância do estudo de colónias agrícolas que se encontram num processo de transformação dos seus valores, materiais e imateriais, no contexto ibérico.

Os projectos de investigação já referidos realçam a pertinência e interesse de investigar sobre as colónias agrícolas construídas em Portugal ao nível da sua história, contexto sociológico, políticas de habitação bem como, no estudo do património arquitectónico associado às colónias agrícolas. Considerando o risco de descaracterização e de perda de um legado cultural, a presente investigação identifica a Colónia Agrícola de Pegões como um caso de estudo onde o estudo desse contexto pode contribuir para melhor conhecer estes territórios e seus habitantes.

01.2. A PERGUNTA

A Colónia Agrícola de Pegões, criada na década de 1950 e situada no concelho de Montijo, distrito de Setúbal, é um lugar que foi transformado perspectivando a exploração e rentabilização de produção agrícola. Considerando o número de habitações rurais construídas e a dimensão da exploração desenvolvida constitui o maior caso de colonização realizado no país e o único em propriedade estatal (Ministério da Economia, 1973). Contudo, é hoje um lugar habitado por pessoas para quem a exploração agrícola já não é nem uma obrigação nem uma prioridade. Desde a sua criação, esse lugar tem sido habitado em continuidade por sucessivas gerações de residentes que têm efectuado adaptações nas habitações rurais, equipamentos públicos e outras estruturas projectadas durante o Estado Novo.

No âmbito da presente investigação pretende-se contribuir para compreensão desse lugar na actualidade, quando o estilo de vida, necessidades e ambições contemporâneas conduziram a uma profunda transformação do espaço rural, pelo que se identificou a seguinte questão de investigação:

Quais são os valores identitários que permanecem na Colónia Agrícola de Pegões?

Com o intuito de reconhecer a identidade desta paisagem rural, enquanto conjunto de valores materiais e imateriais que permaneceram em continuidade até à actualidade, foram estabelecidos os seguintes objectivos:

- 1- Explorar as definições de *Habitar, Lugar e Paisagem* enquanto indicadores de *Identidade de um Lugar*.
- 2- Compreender a iniciativa de Colonização Interna em Portugal, como paisagem rural geradora de lugares com identidade.
- 3- Caracterizar a Colónia Agrícola de Pegões através dos valores identitários desta paisagem: urbanísticos, arquitectónicos e sociais.
- 4- Identificar e caracterizar as alterações/permanências dos valores identitários no núcleo de Pegões Velhos.

O seguinte gráfico esclarece sobre a aproximação sucessiva ao tema bem como a definição do período temporal a ser estudado [ver FIG. 01.03]:

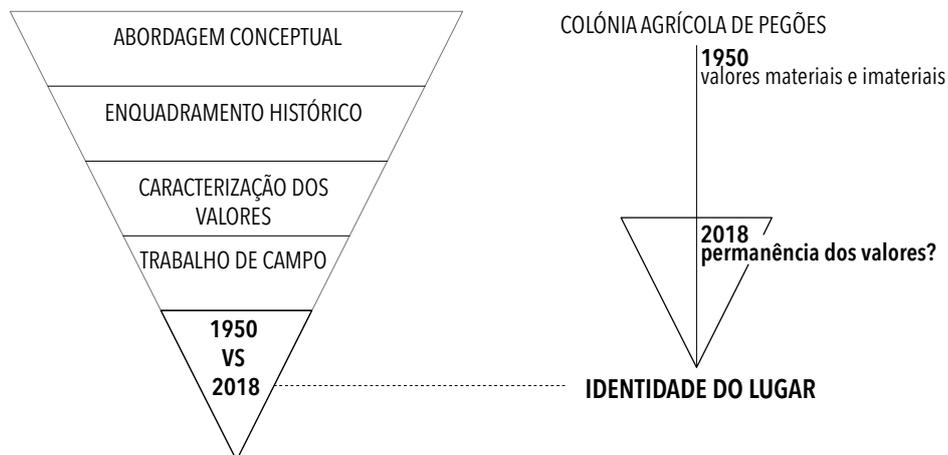


FIG. 01.03 | Objectivos do presente trabalho de investigação: esquema | Fonte: O Autor

01.3. BREVE ENQUADRAMENTO

Para o estudo da Colónia de Pegões é necessário entender o conceito de paisagem rural. Nesse sentido, a *Convenção Europeia da Paisagem* realizada a 20 de Outubro de 2000 (CoE, 2000) contribui para a compreensão do conceito de "paisagem" e sua relação com o conceito de "identidade". O documento *ICOMOS-IFLA Principles concerning rural landscapes as heritage* (ICOMOS, 2017) restringe e identifica "paisagens rurais" como um legado cultural, material e imaterial, que merece ser preservado, e por fim o documento *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (UNESCO, 2008) esclarece o conceito de "paisagem cultural" sendo que, no âmbito da presente investigação, se explorou a sua relação com o conceito de "paisagem rural".

Visando a contextualização em território nacional do património que constitui as paisagens rurais recorreu-se ao *Guia de Observação do Património Rural* (Correia et al., 2009) o qual esclarece diferentes tipos de património rural. Este Guia sistematiza a identificação e caracterização do património nos territórios rurais levando em conta as suas diversas componentes.

Para enquadramento da colonização interna no contexto europeu é analisada a publicação *Problemas actuais da pequena habitação rural* (Lobo e Antunes, 1960) que descreve e compara diversas iniciativas de colonização em países como a Bélgica, Itália e Portugal. Sobre o contexto português identifica também medidas de actuação da Junta de Colonização Interna (JCI): transformação do território, construção de habitações rurais segundo projectos-tipo e sua distribuição no espaço rural, referenciando-se o caso da Colónia de Pegões (Lobo e Antunes, 1960). A publicação *J.C.I., Síntese da sua organização e obra* (Ministério da Economia, 1973) também apresenta as realizações desta Junta ao longo dos vários projectos de colonização desenvolvidos em Portugal, seus estudos, projectos, legislação, referindo também a localização das colónias agrícolas criadas e número total de casais agrícolas construídos, contribuindo para uma leitura geral sobre a dimensão das várias iniciativas de colonização.

Na revista *Storia Urbana* n.º150, o artigo *Settlers and peasants. The new rural settlements of 20th century Portuguese internal colonization* (Cardoso, Maia e Trevisan, 2016), para além de descrever a acção da JCI, identifica as características urbanísticas e paisagísticas de diversas colónias propondo a sua classificação de acordo com dois tipos de povoamento: disperso e concentrado. Esta categorização permitiu reforçar o carácter experimental e único da Colónia Agrícola de Pegões considerando que se verifica a existência dos dois tipos de povoamento nos núcleos que a constituem. Ainda sobre as colónias agrícolas portuguesas, a publicação *A Conquista Social do Território, Arquitectura e Corporativismo no Estado Novo* (Guerreiro, 2016a), no capítulo *De agronomicamente "bem concebidos" a objectos de representação do Estado. Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960*, destaca o carácter experimental dos projectos de colonização, explorando as noções de identidade, paisagem e sentido de comunidade.

Mais recentemente, a já referida publicação *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal, 1918 | 2018* (IHRU, 2018) no capítulo *Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa – Diversidade, circunstância e experimentação* (Guerreiro, 2018) destaca o processo da obra da JCI e a diversidade arquitectónica e urbanística das colónias construídas, identificando diferentes momentos históricos, cronologia que auxiliou a definição

dos períodos da presente investigação.

Com o objectivo de compreender as condições que levaram à colonização da Herdade de Pegões (onde foi implantada a Colónia), a publicação *Estudo de um caso de Colonização, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo de Francisco Rosa* (1939) contribui para melhor compreender o território colonizado pelo proprietário original, descrevendo também as condições em que viviam os trabalhadores rurais, ao nível das suas habitações e organização do espaço. Este estudo contribui para a compreensão do significado de habitar o meio rural pela descrição do habitar esse lugar antes da colonização da JCI.

No contexto dos estudos realizados sobre Herdade de Pegões e regiões circundantes, a publicação *Problemas de Colonização: A zona pliocénica ao Sul do Tejo* (JCI, 1943), apresenta algumas das conclusões sobre as melhores formas de exploração a adoptar, possibilidades aquíferas, aptidão dos solos, bem como informação social e económica da população residente nesse território. Estes estudos formulados pelos técnicos da JCI tiveram como objectivo validar a criação do projecto para a Colónia de Pegões.

Sobre a Colónia de Pegões, é analisado o *Projecto de colonização da Herdade de Pegões* (JCI, 1942), que se encontra estruturado em duas partes: *Estudos Prévios* e *Projecto de Colonização*. Na primeira parte são apresentadas as primeiras opções desenvolvidas ou projectos-tipo para os casais agrícolas, detalhes sobre a organização da Herdade de Pegões antes da colonização da JCI, bem como perspectivas sobre os eventuais resultados desse projecto de colonização. Na segunda parte são apresentados os resultados dos estudos sobre a superfície necessária para a instalação de casais, plano de exploração e subdivisão da Herdade em núcleos. A análise da referida publicação permite aferir se o projecto para a Colónia corresponde ao efectivamente construído, se e quais as alterações realizadas ao nível urbanístico e arquitectónico.

A publicação *Santo Isidro, Contrastes de um património a preservar* (Pereira et al., 2009) apresenta uma leitura geral da Colónia de Pegões a nível histórico, económico e social. Vários autores, entre os quais o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, analisam o projecto paisagístico, urbanístico e arquitectónico, salientando o seu carácter único no contexto português tendo em conta o diálogo entre a arquitectura tradicional e modernista. Esta publicação contribui para a compreensão do habitar a Colónia na sua origem, entender a relação entre colonos e conjunto edificado, apresentando também um levantamento dos equipamentos projectados.

No contexto académico, o interesse por esta Colónia também é recente como é exemplo a dissertação de mestrado de Heloísa Catarino (2010), apresentada à Universidade da Beira Interior, intitulada *Metodologia de salvaguarda e valorização do património arquitectónico: caso de estudo: antiga Colónia Agrícola de Pegões – Montijo*, onde identifica o conjunto patrimonial e propõe uma metodologia projectual de salvaguarda aplicável a esse conjunto edificado. Este trabalho permitiu uma leitura geral dos casais e equipamentos da Colónia Agrícola de Pegões, sugerindo a realização de entrevistas que contribuíssem para a análise de valores imateriais (associados aos valores materiais), essenciais para a definição da identidade desse lugar.

Nas últimas décadas, observa-se assim na literatura um aumento crescente de interesse sobre o tema, a Colónia de Pegões. No entanto, e apesar do interesse que a arquitectura da Colónia tem despertado em diversas investigações, observa-se a ausência de investigações que considerem os habitantes como fontes complementares de informação sobre o habitar e a identidade de um património material em descaracterização. Procurará esta investigação colmatar essa lacuna e contribuir para uma leitura transversal do património material e imaterial do lugar da Colónia de Pegões.

01.4. METODOLOGIA

Numa primeira abordagem importa compreender o conceito de *Identidade do Lugar* através dos seguintes conceitos subjacentes: *Habitar, Lugar e Paisagem rural*, abordados por vários autores bem como em Cartas e Convenções. De seguida, para compreender a identidade da Colónia Agrícola de Pegões hoje, o modo como os actuais residentes se identificam e relacionam com o conjunto edificado, procedeu-se à recolha bibliográfica de informação escrita e desenhada que permitiu fazer um enquadramento histórico da Colónia de Pegões no contexto europeu e nacional. Esta recolha foi realizada em paralelo com visitas à Colónia possibilitando a assimilação da informação recolhida à medida que esta era comparada com a situação actual da Colónia de Pegões.

Na *Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian*, mais concretamente do espólio do *Estúdio Mário Novais*, foram recolhidas várias fotografias históricas da Colónia Agrícola de Pegões das décadas 1950/60. Essas fotografias contribuem para a compreensão do significado de habitar uma colónia agrícola em meados da década de 1950 uma vez que registam os casais agrícolas, os edifícios públicos e a relação dos colonos com essas estruturas à medida que exploravam a terra.

Após analisada e comparada a informação recolhida (escrita e gráfica) foram produzidos elementos gráficos que procuram facilitar a leitura da Colónia desde a sua origem, incluindo a escala do planeamento, escala do homem e a habitação rural. Para tal foram elaboradas plantas dos projectos-tipo construídos na Colónia.

Procedeu-se à análise arquitectónica e urbanística da situação actual da Colónia, através da sua observação *in situ*. Nas visitas realizadas procurou-se compreender as alterações empreendidas pelos residentes, físicas e de usos, no conjunto edificado e território afecto que se registaram em planta e alçado. Complementarmente, foi realizado um levantamento fotográfico actual da Colónia.

A análise social dos residentes actuais baseou-se em entrevistas. Perante um vasto número de casos - 207 casais agrícolas divididos em três núcleos - e à exequibilidade temporal de uma dissertação de mestrado, considerou-se que, no que diz respeito à recolha e análise de dados, este seria confinado ao estudo do núcleo de Pegões Velhos porque corresponde à antiga sede da Colónia de Pegões, sendo por isso, o núcleo com maior número de casais agrícolas e onde foi construída a maioria dos equipamentos públicos.

Procurou-se que o perfil dos participantes correspondesse a uma amostra qualitativamente significativa dos tipos de residentes que hoje ocupam a Colónia de Pegões permitindo assim ter dados sobre Colonos, Familiares de Colonos e Proprietários de casais sem qualquer relação familiar aos colonos originais. Tal categorização, permite que se obtenham dados para analisar o habitar em continuidade da Colónia e os valores identificados no passado e na actualidade.

Para a realização de entrevistas optou-se pelo modelo de entrevista semi-estruturada por esta permitir ao entrevistador explorar vários temas subjacentes nas questões definidas como potenciadoras de fornecer informações complementares, dando ao participante "mais espaço para responder em termos do que é importante para ele" (Strauss e Corbin, 2008, p. 199) e estando também ao critério do entrevistador a forma como orienta a entrevista tendo como base questões principais cuja sequência poderá variar segundo o discurso do participante. O inquérito foi organizado abordando diversos temas:

Colónia agrícola | Colono-tipo | Actividade | Edifícios públicos | Habitação

Em cada um dos temas procurou-se explorar a relação dos residentes com o lugar, com a habitação, com os

equipamentos públicos e com outros residentes, tanto na origem da Colónia como na actualidade. Assim, após definidos os tipos de dados a serem recolhidos foi elaborada uma lista de perguntas [ver Anexo 1 - Guião], baseadas em conceitos do *Capítulo 02*.

O contacto com os participantes foi estabelecido através de contactos pessoais, segundo o método de bola de neve (*snow ball*) e através da página de Facebook: *Ex. Colónia Agrícola de Pegões Velhos* (Moisés e Inocência, 2014), na qual estavam disponíveis diversas fotografias publicadas por residentes da colónia e/ou familiares dos colonos. Refira-se porém que, numa primeira fase desta investigação, no período compreendido entre Dezembro de 2017 e Janeiro de 2018, não foi possível encontrar residentes inseridos na categoria: proprietários de casais sem qualquer relação familiar aos colonos originais. Mesmo aplicando o método de *snow ball* a cada participante, foram indicados como estando inseridos nessa categoria, residentes que estão/estiveram casados com filhos de colonos. Nesse sentido, ampliou-se a recolha de dados entrevistando também, em Setembro de 2018, dois participantes, proprietários de um casal agrícola no núcleo de Faias, os quais apesar de ainda não serem residentes, representam a categoria em falta uma vez que irão proceder a obras de reabilitação do casal para se tornarem residentes da Colónia.

Após realizadas as entrevistas e sua gravação com a autorização dos entrevistados [ver Anexo 2 - Declaração], procedeu-se à transcrição *verbatim* das mesmas (Costa, 2014), após a qual as entrevistas foram analisadas procedendo-se à interpretação de resultados. Tabelas temáticas de análise contêm os resultados que, comparados com os restantes dados documentais, permitiram a formulação de conclusões.

Em súmula, dependendo da vontade e disponibilidade dos participantes, foi possível entrevistar 12 residentes: cinco participantes do sexo feminino e sete do sexo masculino, cujas idades estão enquadradas entre os 41 e os 92 anos. As características dos participantes encontram-se expressas na seguinte tabela [ver FIG. 01.04]:

PARTICIPANTES	LOCAL DA ENTREVISTA	IDADE	PROFISSÃO	ORIGEM	ESCOLARIDADE	IDA PARA A COLÓNIA	RELAÇÃO COM O LUGAR
P1	exterior da casa	67	Professora (Reformada)	Campo Maior	Licenciatura	1961 (11 anos)	filha de colonos
P2	estábulo (sala)	68	Técnico CP (Reformado)	Biscainho	7.º ano	1953 (4 anos)	filho de colonos
P3	exterior da casa	87	Agricultor (Reformado)	Biscainho	4.º ano	1954 (24 anos)	colono
* P4	anexo (sala)	68	Técnico CP (Reformado)	Amareleja	12.º ano (profissional)	1952 (4 anos)	filho de colonos
P5		68	Escriturária (Reformada)	Coruche	6.º ano	1952 (4 anos)	filha de colonos
P6	coberto (sala)	59	Ed. Infância (Reformada)	Setúbal	Licenciatura e Pós-graduação	1994 (36 anos)	casada com filho de colonos
P7	exterior da casa	86	Agricultor (Reformado)	Foros da Branca	4.º ano	1964 (33 anos)	colono
P8	exterior da casa	72	Ajudante de cozinha	Amareleja	5.º ano	1970 (25 anos)	casada com filho de colonos
* P9	coberto (cozinha)	92	Agricultor (Reformado)	Monte Branco	4.º ano	1956 (27 anos)	colono
P10		64	Serralheiro	Bombel	9.º ano	1956 (3 anos)	filho de colonos
* P11	alpendre	41	Arquitecto	Coimbra	Licenciatura	2019?	futuros residentes
P12		44	Engenheira	Lisboa	Pós-graduação		

* Entrevista dupla

FIG. 01.04 | Actuais residentes entrevistados - Perfil dos Participantes | Fonte: O Autor

Os residentes do núcleo de Pegões Velhos incluem respectivamente os participantes: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9 (Vale da Judia). O participante P10 não reside num casal mas sendo filho de colono demonstrou o interesse em participar na entrevista realizada ao seu pai [P9]. Os participantes P11 e P12 são proprietários (futuros residentes) de um casal no núcleo de Faias. Ao todo, foram realizadas três entrevistas duplas, isto é, entrevistas que incluíram a participação de dois participantes em simultâneo: P4 e P5, P9 e P10, e P11 e P12.

01.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação é constituída por seis capítulos:

No *Capítulo 01. Introdução* é feito um enquadramento sobre o estado de arte, dos objectivos e pergunta de investigação e metodologia adoptada.

O *Capítulo 02. Identidade do Lugar* corresponde à abordagem conceptual considerada essencial à compreensão da identidade do lugar da Colónia de Pegões. Procurou-se definir o conceito de *Habitar* à luz da recolha e comparação entre obras bibliográficas, considerando também o seu significado no contexto português, na primeira metade do século XX. No conceito de *Lugar* explorou-se a relação entre homem, identidade e lugar. No conceito de *Paisagem* procurou-se reflectir sobre a relação entre paisagem rural e cultural, compreendendo os valores materiais e imateriais que lhes estão subjacentes.

O *Capítulo 03. Colonização Interna* está estruturado de forma a enquadrar a colonização interna em contexto português. Para tal são abordadas referências, no contexto europeu, que informaram o projecto das colónias agrícolas em Portugal na forma como foram projectadas e construídas. Também consideradas medidas adoptadas a nível político e social envolvidas na criação das colónias agrícolas.

O *Capítulo 04. Colónia Agrícola de Pegões* diz respeito à recolha e tratamento de informação sobre o estudo de caso do presente trabalho, a Colónia Agrícola de Pegões. Para tal, são considerados três períodos históricos considerados essenciais para compreensão do lugar de Pegões: 1924-1938 (período pré-Colónia) 1938-1974 (concepção e implementação da Colónia) e 1974-2018 (pós-Colónia) uma vez que contribuem para a compreensão das circunstâncias que conduziram à colonização, estudos que informaram o seu projecto, sua construção e forma como é habitada hoje.

O *Capítulo 05. Identidade da Colónia de Pegões* apresenta a análise urbanística, arquitectónica e social restrita do núcleo de Pegões Velhos de acordo com dados recolhidos em 2018, existindo também algumas referências complementares e comparativas aos restantes núcleos. Neste capítulo são apresentadas as conclusões formuladas a partir das entrevistas realizadas aos residentes e/ou proprietários de casais agrícolas.

O *Capítulo 06. Conclusão*, tendo como referência os objectivos definidos, apresentam-se as conclusões alcançadas ao longo da presente investigação de modo a contribuir para a compreensão da identidade do lugar, a Colónia Agrícola de Pegões.

02. IDENTIDADE DO LUGAR

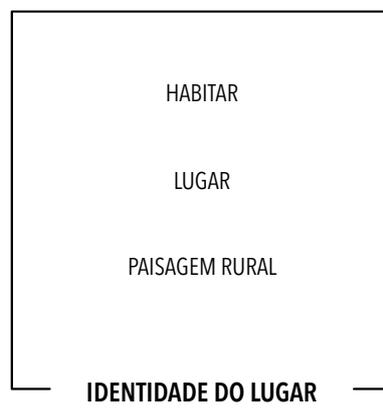


FIG. 02.01 | Enquadramento conceptual | Fonte: O Autor

02.

Neste capítulo, proceder-se-á a uma reflexão sobre diversos conceitos que contribuem para a compreensão do conceito de *Identidade do Lugar*. A caracterização da Colónia de Pegões, enquanto lugar habitado no início do século XXI, requer um enquadramento conceptual prévio ao seu enquadramento histórico, territorial e social.

Ao longo deste capítulo, procurar-se-á compreender o Lugar enquanto detentor de uma identidade própria que emana dos conceitos de: *Habitar, Lugar e Paisagem Rural* [FIG. 02.01].



FIG. 02.02 | Habitação rural em Barletta, Itália (s.d.) | Fonte: (Pagano e Daniel, 1936, p. 105)

02.1. HABITAR

Habitar constitui o objectivo último e a própria justificação da existência da Arquitectura (Norberg-Schulz, 1980). Conforme refere Schulz (1980) o propósito da arquitectura é "ajudar o homem a habitar" (p.23), sendo esta um instrumento que permite a formulação de diferentes soluções com o intuito de satisfazer as necessidades físicas e psicológicas do Homem.

No Dicionário de Língua Portuguesa (Porto Editora, 2009) encontra-se a definição de "habitar" associada a residir, morar, ocupar e povoar. Está intrinsecamente associada a esta palavra uma ideia de hábito, rotina que tem lugar num espaço ou meio próprio denominado *habitat*, isto é, local ou meio apropriado para o desenrolar da vida de qualquer ser vivo. Existe aqui, portanto, uma relação entre o conceito de habitar e o lugar onde a vida se desenvolve.

Segundo Heidegger (1951), construir pertence ao habitar na medida em que o homem habita o que constrói, mas só constrói porque primariamente ele próprio habita e se relaciona com as coisas. No ensaio *Construir, Habitar, Pensar*, Heidegger apresenta as seguintes definições:

- "1. Bauen, construir é propriamente habitar;
2. Wohnen, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra;
3. No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções." (Heidegger, 1951, p. 3)

Este autor considera habitar como a forma do homem ser e estar sobre a terra. Habitar transcende o alojamento, é o modo como o homem se articula junto das coisas sendo a "coisa construída" (Heidegger, 1951, p.5) o meio pelo qual os lugares dão sentido aos espaços e, por isso, cabe ao homem reconhecer o sentido dos lugares. Esta relação entre o habitar e o construir remete para um certo *modus operandi* ou um saber fazer uma vez que o habitar é um acto de criação, uma construção, um "demorar-se junto às coisas" (idem, p. 4), reflexo do modo como o Homem vive e se relaciona com as coisas [ver FIG. 02.02].

Conforme refere o filósofo e arquitecto Juhani Pallasmaa na obra *Habitar* (2017) o ser humano habita o mundo e a arquitectura articula as suas relações sociais materializando a ordem social, ideológica e mental. Seja pela casa, espaço ou lugar habitado, é promovido um diálogo, não só de posicionamento no espaço, mas sendo que o próprio habitante interioriza o espaço à medida que o experiência. O autor salienta a importância da casa:

Além de serem exteriorizações e extensões das funções corporais humanas, os edifícios são projeções mentais, são a exteriorização da imaginação, da memória e das capacidades conceituais do ser humano. As cidades e os edifícios, em conjunto com os objetos produzidos pelo ser humano, estruturam a experiência existencial e evocam significados específicos. As estruturas que o ser humano constrói "domesticam" o mundo para que possamos habitá-lo e compreendê-lo. O mundo fora da casa é distinto daquele que seria confrontado sem o efeito mediador da casa. (Pallasmaa, 2017, pp. 89-90)

O mesmo autor refere que a arquitectura detém duas origens: o habitar e o celebrar. O habitar diz respeito à definição do domicílio, enquanto que o acto de celebrar, se refere à celebração das actividades sociais, ideias e crenças. Assim, o espaço da casa talvez seja o que melhor representa o significado de habitar, por ser o que está mais próximo do homem e o que lhe será mais familiar. A casa celebra o acto de habitar na forma como o homem se relaciona com o mundo e por isso, habitar faz parte da sua identidade. É um acto

simbólico e não apenas físico ou limitado pelo espaço físico. Para além das necessidades físicas, também a mente, os desejos, sonhos e memórias, são evocados ao habitar (Pallasmaa, 2017). Neste contexto, a obra *Habitar* (Pallasmaa, 2017) contribui para a compreensão deste conceito e da suas implicações na vida de uma pessoa, habitante. Nela refere existir uma distinção entre a casa e a noção de lar. A casa é estruturada pelo arquitecto obedecendo a um conjunto de critérios relacionados com a hierarquia do espaço, luz, cor, material e textura. O lar, por outro lado, estrutura-se ao redor de funções e objectos domésticos a que o residente atribui valores e significados, assumindo por sua vez papéis importantes na vida das pessoas na determinação dos seus ritmos de vida, definição dos papéis de cada membro da família e mediação entre intimidade e a vida pública.

Segundo o filósofo Gaston Bachelard (1993) na obra *A Poética do Espaço*, a casa enquanto lugar, é "o primeiro mundo do ser humano" (p. 18), sendo esta formada pelo espaço vivido e imaginado. As imagens que cada indivíduo tem do espaço habitado são formadas por memórias que surgem da sua vivência e experiências pessoais, evocando também sonhos, devaneios. Por sua vez, são essas imagens do espaço que possibilitam ao homem regressar à sua casa, situar-se perante o mundo. Segundo Bachelard (1993):

Bem entendido, é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios. (...) No teatro do passado que é a nossa memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. (...) Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. O espaço serve para isso. (p. 19)

É através das imagens formadas da casa e na casa que o homem "multiplica seus conselhos de continuidade" (p.18). O ensaio de Bachelard (1993) atesta a ideia de que a casa, para além de responder à questão do abrigo, promove a definição de uma casa imaginária constituída por "espaços de intimidade", "espaços de solidão" (p. 29), sonhos, emoções e memórias.

A materialização de uma ideia cujo produto é a casa, é simultaneamente o meio pelo qual o homem define e transforma a sua identidade, as suas rotinas, e por isso, "a casa é um lugar criado pelas pessoas e é um produto de cultura" (Lawrence-Zuniga, 2016, p. 5). A antropóloga Denise Lawrence-Zuniga (2016) na investigação *Protecting Suburban America*, explora as dinâmicas e conflitos inerentes à preservação de habitações rurais do século XX. O estudo compara cinco cidades no Estado da Califórnia focando-se na forma como valores estéticos e políticas locais influenciam o processo de restauro das habitações rurais. Assim, a autora refere:

Houses are places made by people and are products of culture. Houses are useful for storing clothing, food and furnishings that make life comfortable. Residents inhabit houses, they dwell in them, and when they depart from the house, they regularly return to them. They provide the settings for the organization and social reproduction of family life and are imbued with meaning for staging and celebrating life-cycle events. (Lawrence-Zuniga, 2016, p. 5)

A mesma autora refere que as casas recebem diversos significados à medida que são habitadas, constituindo um factor essencial na vida das pessoas. A casa é um ponto de partida e chegada, o centro das actividades humanas, que contribui para a formação de identidade e sentido de realização. É a partir destas que as pessoas interagem com o mundo e reconfiguram relações familiares e as suas relações com a própria casa. Assim, a casa não pode ser considerada apenas como um objecto mas - enquanto objecto que está sujeito à tomada de decisões dos seus residentes, desde a sua transformação, organização e decoração - é um meio

pelo qual um indivíduo habita, atribui significados, evolui e transforma essa teia de relações com o seu lugar de morada e com o mundo:

“They may simply decorate the interior by hanging artwork or by painting the walls, or they may undertake a more substantial renovation by remodeling a kitchen or bathroom. Each act reconfigures the relationship the inhabitant has with the house, even if it is as simple as providing more convenience or aesthetic pleasure.” (Lawrence-Zuniga, 2016, p. 5)

Habitar é, portanto, “um intercâmbio e uma extensão” entre o habitante, a sua consciência e o espaço sendo que o habitante transforma o espaço em lugar, um lugar com significado que “se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental” (Pallasmaa, 2017, pp. 7-8). Nesse diálogo estabelecido entre habitante e espaço está implícita uma relação de apropriação. O habitante apropria-se do espaço, adaptando (Porto Editora, 2009) e atribuindo significados.

Habitar diz respeito à forma do homem ser e, por isso, do modo como este se relaciona com o mundo (Heidegger, 1951). Os lugares, os espaços e a própria casa enquanto centro da vida humana acolhem um conjunto de valores que estão intimamente ligados às memórias e experiências dos seus usuários. São os espaços, imbuídos de vivências, sonhos e devaneios, profundamente arraigados na sua memória, que permitem ao ser humano situar-se no mundo (Bachelard, 1993). O modo como cada habitante se apropria do espaço e celebra a vida é condição essencial da sua existência, da sua identidade e, por isso, da forma como se relaciona com o mundo (Lawrence-Zuniga, 2016). Reconhece-se porém que o contexto onde o habitar ocorre tem influência directa sobre a forma como o ser humano habita, seja o contexto histórico, político, económico, regional e social (Lawrence-Zuniga, 2016).

Assim sendo, tendo como ponto de partida o debate desenvolvido ao redor da casa rural em meados do século XX, questiona-se qual o significado do habitar nesse período da história e sua influência na arquitectura produzida. Esse é o tema de que trataremos a seguir.

CASA RURAL

A casa desempenha um papel mediador na vida das pessoas e na forma como estas se relacionam com o mundo, pelo que reflecte várias formas de habitar. Apesar de ser um processo único, pois cada pessoa é única e tem um modo de ser e estar no mundo distinta, a arquitectura reflecte várias características dos modos de vida de uma população num período histórico, enquadrados num contexto económico, regional, cultural, entre outros.

Sobre a relação entre as pessoas e o seu lugar de morada foram efectuadas várias investigações tendo como objecto de estudo a casa rural. Em Itália, por exemplo, durante a primeira metade do século XX, o interesse sobre a habitação e consciencialização para o reconhecimento da arquitectura popular deu origem a um registo fotográfico desenvolvido por Giuseppe Pagano e Guarniero Daniel (1936), exposto na VI Trienal de Arquitectura de Milão e posteriormente publicado na obra *Architettura Rurale Italiana* com o objectivo de dar a conhecer a arquitectura vernacular italiana, caracterizada como “clara, lógica, linear, moralmente e também formalmente perto do gosto contemporâneo” (p. 6) [ver FIG. 02.03]. Este registo apresentou uma arquitectura que resultava de uma prática social e cuja estrutura fora definida pelas famílias rurais de acordo com as actividades de subsistência [ver FIG. 02.04].



02.03



02.04

FIG. 02.03 | Casa rural em Siena (s.d.) | Fonte: (Pagano e Daniel, 1936, p. 121)

FIG. 02.04 | Casa rural em Pádua (s.d.) | Fonte: (Pagano e Daniel, 1936, p.86)

Em Portugal, na primeira metade do século XX, os temas da arquitectura popular remetem inevitavelmente, para dois momentos de pesquisa e debate. Por um lado, o movimento da *Casa Portuguesa*, liderado por Raúl Lino (1879-1974), e o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA). Sobre o primeiro, o antropólogo João Leal considera:

“Genericamente o movimento da Casa Portuguesa articula-se em torno de duas ideias gémeas: a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português – designado justamente por casa portuguesa – e a defesa e institucionalização de um formulário arquitectónico – adequado às exigências da vida moderna – inspirado nesse tipo de habitação.” (Leal, 2009, p. 6)

A partir da promulgação da Constituição de 1933 que estabeleceu o Estado Novo e, com o intuito de responder às carências sociais da época, a habitação passou a ser utilizada de forma ideológica, política e de afirmação nacional que divulgou um discurso nacionalista, no qual a habitação constituiu o suporte físico da sua propaganda. Como resposta às influências estrangeiras e seus estrangeirismos, o movimento da *Casa Portuguesa* foi um modelo “assente numa revalorização do que é «nosso», marcado em plano de

relevo pela equação entre o popular e o nacional” (Leal, 2009, p. 20). Conforme explica Leal (2009), por um lado, o “popular”, sempre válido e associado à pequena unidade de habitação, que se adapta e sobrevive, e por outro o “nacional”, reflexo da Nação e o que confere sentido. Num período de transformação económica e social, este programa nacionalista, indiferente à diversidade regional da arquitectura popular, promovia um vocabulário nacional, assente numa base tradicionalista, católica e rural onde “é possível por exemplo detectar uma atracção pastoral pelo campo visto como paisagem por excelência da nacionalidade” (Leal, 2009, p. 20). Acrescenta que, ao coincidir com os ideais do regime do Estado Novo, esse programa ganhou força e grande importância na promoção dos seus ideais e combate ao modernismo. Neste contexto, os cartazes de propaganda nacional editados pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), são de particular interesse. A trilogia *Deus, Pátria e Família* surge como essência dos valores que suportam o discurso ideológico do regime, que além de promover uma enorme acção de propaganda a nível nacional foi ela própria encarada como garantia de ordem social.

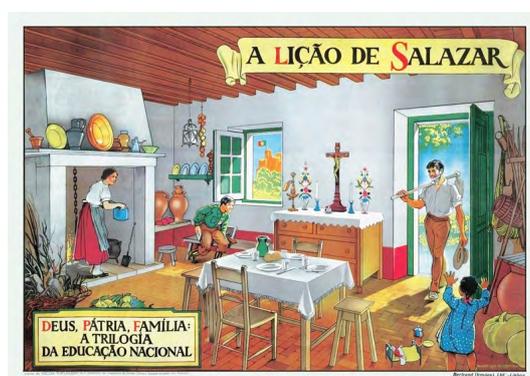


FIG. 02.05 | “Deus, Pátria, Família”, Desenho de Martins Barata (1938) | Fonte: <http://www.bnportugal.pt/>

Uma leitura do cartaz da *Lição de Salazar* [ver FIG. 02.05] permite uma clara compreensão dos valores tradicionalistas do Estado Novo, apresentando:

(...) um lar simbólica e orgulhosamente habitado, por uma família alegremente remediada, rústica, religiosa e patriarcal. Trata-se naturalmente, de uma casa rural, ao centro da qual marca presença um crucifixo, devidamente ornamentado na cómoda coberta por um *naperon*, e uma janela aberta por entre a qual se avista um castelo, onde a bandeira nacional assinala o valor patriótico do local. Sob o tecto dessa humilde casa temos quatro protagonistas: um pai, de regresso do trabalho no campo; uma mãe, ultimando a refeição; um rapaz com a farda da mocidade portuguesa e uma menina que, para alegremente receberem o pai, põem de lado os seus passatempos, ele, um livro, e ela, os seus brinquedos de menina, as bonecas e os pratinhos. (Farinha, Pinto e Torres, 2016, pp. 7-8)

Nesta moradia unifamiliar o conceito de “habitar” encontra-se intimamente ligado à obra da *Casa Portuguesa* de Raúl Lino, um discurso teórico baseado na reflexão ao redor de um habitar harmonioso “sempre ligado de muito perto à vida material e espiritual dos habitantes” (Lino, 1933, p.9) tendo, porém, uma leitura romântica do gosto arquitectónico português. Lino idealiza um tipo de casa portuguesa, ligada à ruralidade e a vários elementos considerados tipicamente portugueses como o beirado, o alpendre, os azulejos, a caiação, entre outros elementos. Uma ideia nacionalista é afirmada por Raúl Lino no artigo *Ainda as Casas Portuguesa*:

02. Identidade do Lugar



Vila de Vora, Sotomai



Curto



Alçado



Plano

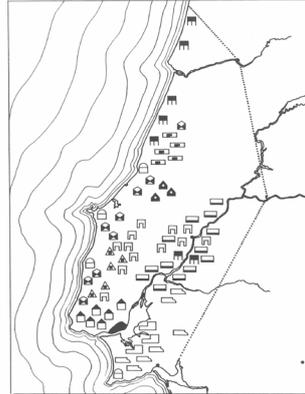
Na Estremadura e no Ribatejo encontram-se alguns dos exemplos visuais mais importantes do Dão. Esta realidade construtiva traduz-se na presença frequente da adiga, que pontilha a paisagem destas regiões. O edifício apresenta-se definido pelo seu maior volume, pela janela da entrada da sua volumetria e pela larga porta de saída dos cavacos. O elevado significado da produção visual evidencia-se, quer nas pequenas dimensões da adiga importante, quer na disseminação das pequenas unidades, que nos aparecem quase sempre ligadas à habitação. O levantamento que se apresenta — um pequeno casal nos arredores de Santarém — exemplifica-nos a relação adiga-habitação, destacando-se a importância do primeiro elemento.

84

Javés do esboço de mapa tipológico que se apresenta, pretende-se unicamente assinalar, por forma esquemática, na zona da Estremadura e do Ribatejo, a distribuição daqueles edifícios que, apresentando características diferenciadas, são acidentalmente marcadores de especial destaque em face da prova e do rio das suas soluções.

A diferenciação assenta, principalmente, nos materiais e processos de construção, nos fins a que se destinam os edifícios, na distribuição dos espaços quando se trata da habitação, na adaptação às condições ligadas e económicas e, finalmente, na valorização plástica de certos elementos.

MAPA TIPOLOGICO



Alameda, Santarém



Marmeleira, Santarém ou Mace



Santarém Pequena, Mace



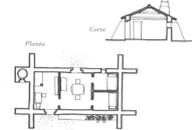
Alçado



Curto



Azara



Plano



Azara



Alameda de Santarém



Fátima, Évora, Sotomai



Vila de Vora

Em correspondência com o pavimento disseminado dos fornos da península de Setúbal, surge-nos um tipo característico de construção de um só piso, singular, de vastas aberturas nas paredes exteriores de adobe ou taipa, pé-direito reduzido, volumes fechados e grevas no chão. Ao núcleo central da habitação, intimamente compartimentada por ligadas divisórias de madeira, adossam-se sacos de azeite, e o forno que, juntamente com as largas chaminés e por vezes as contrafortes, modelam um vigoroso jogo de volumes que se recortam escarpados, frequentes e notacionais, realçam eloquentemente.

107

FIG. 02.06 | Páginas do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (s.d.) | Fonte: (Távora et al., 2004)

Se eu fôsse prêgador, aconselharia calma, moderação, refreamento na fantasia a quem hoje se propõe construir casas; se eu fôsse ditador, iria mais longe: - estabeleceria certos tipos, extremamente simples, de janelas, portas, pilares, etc.; e tornaria estes padrões obrigatórios por uma lei especial de emergência, enquanto não passasse o período transitório que atravessamos. - Senhores, aqui tendes os elementos registados para uso durante uma temporada de saneamento, época de retratação e penitência; usai dêles, e só dêles, como quiserdes, até ao advento do período do com senso. (Lino, 1941, pp. 9-10)

No entanto, surgiram vários arquitectos que se posicionaram contra o movimento da *Casa Portuguesa* dando origem ao *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, um trabalho realizado entre 1955 e 1960 pelo SNA e produzido por vários arquitectos de referência da arquitectura portuguesa como Keil do Amaral, Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira. Enquanto resposta ao ideário da *Casa Portuguesa*, esse trabalho teve como objectivo evidenciar a diversidade regional da arquitectura popular portuguesa (Leal, 2009) [ver FIG. 02.06]. O trabalho realizado permitiu concluir que não existia uma "casa portuguesa". Ainda que na complexa diversidade registada fosse possível constatar "qualquer coisa do carácter da nossa gente" (Távora et al., 2004, p. 3), a arquitectura não podia ser resumida a "uma unidade de tipos, de feitos ou de elementos arquitectónicos" (idem).

Inês Serrano (2013) autora do artigo *Reflexões sobre a relação com a Paisagem na Arquitectura Regional versus Modernista* apresentado no 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular organizado pelo Município de Arcos de Valadez nos dias 3 a 6 de Abril de 2013, refere que o *Inquérito* retratou arquitectura, pessoas e paisagem numa unidade "naturalizada" e num período onde "a arquitectura rural, fazia ainda parte de um património imutável, civilizacional e que por isso, e apesar das contradições inerentes, se deveria preservar" (Serrano, 2013, p. 531). Para Inês Serrano, o *Inquérito* apresentou, acima de tudo, uma visão modernista sobre a arquitectura popular, em resposta ao "quadro" homogéneo promovido pelo Estado e o movimento da *casa portuguesa*. Salienta ainda a genuinidade funcional e formal da arquitectura popular, onde a registada espacialidade construída pela prática social e ambiental, conduziu o *Inquérito* a construir uma visão que recusava a ideia de que se deviam "copiar ou estilizar os elementos arquitectónicos da região para que o edifício se integre" (apud Serrano, 2013, p. 534).

Contudo, na década de 1960, o espaço rural retratado pelo *Inquérito* também demonstrou a profunda transformação que já se tinha iniciado ao nível da arquitectura e da própria paisagem, uma vez que "se rompeu o equilíbrio tradicional entre o homem, a cultura e o meio" (Távora et al., 2004, p. VI). Os movimentos migratórios da população rural, industrialização e a mecanização da agricultura conduziram a uma lenta mas severa transformação da arquitectura popular e do espaço rural habitado que passou a ser suporte de afirmações de ascensão social e económica, isto é, "urbaniza-se" rejeitando premissas até então reguladoras da sua ruralidade como a topografia, o clima e os materiais (Serrano, 2013).

Nuno Teotónio Pereira, que participou no *Inquérito* na zona da Estremadura, com António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias, sublinha a oportunidade do trabalho:

(...) o *Inquérito* foi realizado na data limite em que era ainda possível encontrar em toda a sua plenitude e coerência um mundo que passados poucos anos entraria rapidamente em colapso a caminho do seu quase total desaparecimento: o meio rural português como repositório de uma cultura secular que ganhara expressão num espaço edificado, longamente apurado e sedimentado ao longo de gerações no seio de sociedades estáticas e fechadas às influências do exterior. (Pereira, 2000, p. 69)

Considerando a observada mutação do território rural português, qual será a identidade actual destes lugares rurais transformados ao nível da arquitectura, pessoas e paisagem?



FIG. 02.07 | A winter evening (s.d.) | Fonte: (Norberg-Schulz, 1980, p. 7)

02.2. LUGAR

Norberg-Schulz (1980) considera que para o homem habitar, ele precisa identificar-se com o *locus*, isto é, o lugar, onde o "lugar é a manifestação da forma como o homem habita, e a sua identidade depende do sentido de pertença aos lugares" (p. 6). Os significados dos objectos constroem-se na sua relação com outros objectos, nos significados que estes reúnem, os quais dependem da identificação e sentido de pertença [ver FIG. 02.07]. Por conseguinte a identidade constitui a base para o sentido de pertença, isto é habitar. O autor acrescenta:

"The place represents architecture's share in truth. The place is the concrete manifestation of man's dwelling, and his identity depends on his belonging to places." (Norberg-Schulz, 1980, p. 6)

O geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) refere existir uma relação entre espaço e lugar, onde o espaço "transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (p.6). Assim, o lugar será "uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar" (p. 203). Explorando a relação do homem com o lugar, Tuan (1980) na obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, define o conceito de topofilia como "elo afectivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal" (p. 5). A topofilia associa sentimentos e meio ambiente, promovendo por sua vez, a ideia de lugar. Assim sendo, a topofilia pode assumir para pessoas diferentes, diferentes leituras e, acima de tudo, experiências que variam em intensidade e amplitude emocional.

O arquitecto Manuel Tainha (2006) também aborda a topofilia na relação de interdependência entre o lugar, sentido de pertença e identidade. Subjacente ao conceito de identidade estará a percepção de um *Eu*, não consciente, individual ou colectivo, um *Eu* empírico que antecede o conhecimento. Quanto ao sentido de pertença o autor sublinha que esse elo afectivo é um sentimento, não pode ser inventado, caso contrário observar-se-ia uma ruptura da própria identidade das pessoas. Essa relação traduz-se da seguinte forma:

Uma "topofilia", neologismo inventado precisamente para designar o elo afectivo entre a pessoa e os seus lugares. E aqui vale recordar que os sentimentos são, mais do que a razão, formas estáveis, sólidas e duradouras de relação com o meio, e por isso mesmo factores de solidariedade. Ninguém inventa um sentimento. Perdido este sentimento de solidariedade, de pertença dos seres aos seus lugares, perdida está a identidade. (Tainha, 2006, p. 11)

Os psicólogos Fátima Bernardo e José-Manuel Palma-Oliveira (2012), que exploraram o conceito de identidade do lugar no contexto de relações intergrupais, utilizam a definição de Proshansky, Fabian e Kaminoff (1982) sobre o conceito de identidade como associada ao lugar como uma sub-estrutura da identidade individual. Esses autores consideram que a identidade individual não se baseia somente em processos individuais, interpessoais ou sociais. Também inclui relações que se estendem ao ambiente físico sendo este uma parte fundamental para a formação da identidade individual pelo que a identidade do lugar está sujeita a transformações no decorrer dos ciclos de vida, influenciado pelas mudanças do ambiente físico e social. Para os psicólogos, os lugares são dotados de significado social e por isso, a identidade do lugar baseia-se no sentido de pertença, não devendo este ser encarado apenas como um cenário onde ocorrem interacções sociais pois "um lugar é sempre definido pelas actividades, pelas pessoas que possuem o lugar psicologicamente" (Bernardo e Palma-Oliveira, 2012, p. 37).

De acordo com Schulz (1980), os lugares são dotados de um *genius loci*, um espírito do lugar, o qual depende do modo como os espaços e o carácter definem o lugar, na sua articulação e organização. Refere que o espírito do lugar não pode ser encarado como algo imutável, mas algo dinâmico que vai adquirindo diversos valores, conservando por sua vez, a identidade do lugar à medida que este é interpretado e reinterpretado pelas pessoas até porque a identidade do lugar depende de este ser capaz de receber diferentes usos. Schulz destaca a importância do contexto histórico ser variável:

Stabilitas loci is a necessary condition for human life. How then is the *stabilitas* compatible with the dynamics of change? First of all we may point out that any place ought to have the 'capacity' of receiving different 'contents', naturally within certain limits. A place which is only fitted for one particular purpose would soon become useless. Secondly it is evident that a place may be 'interpreted' in different ways. To protect and conserve the *genius loci* in fact means to concretize its essence in ever new historical contexts. (Norberg-Schulz, 1980, p. 18)

A relação entre o homem e o lugar é abordada na obra *Atmosferas* de Peter Zumthor (2006). Este autor sublinha a importância do "conceito da atmosfera, um ambiente, uma disposição do espaço construído que comunica com os observadores, habitantes, visitantes e, também, com a vizinhança, que os contagia" (Zumthor, 2006, p. 7). Através da percepção emocional comunicada pela atmosfera, o homem pode usufruir da experiência do lugar. O lugar e o homem são indissociáveis na medida em que o lugar é um acumular de vivências e valores, enquanto que o homem é quem constrói, reconstrói esses lugares como resultado das suas experiências anteriores, profundamente arraigadas na sua memória (Zumthor, 2006).

Para além de académicos, o ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) emitiu o documento *Principios de la Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos* (2011), onde refere sobre o espírito do lugar:

"O espírito do lugar é definido como o conjunto dos aspectos tangíveis e intangíveis, físicos e espirituais que conferem à zona a sua identidade, significado, emoção e mistério específicos. O espírito cria o espaço e, ao mesmo tempo, o espaço investe e estrutura este espírito (Declaração de Québec, 2008)." (ICOMOS, 2011, pp. 3-4)

A especificidade do lugar resulta de um conjunto de factores e circunstâncias, através dos quais, o lugar é dotado de valores materiais e imateriais que lhe conferem identidade. Esses valores são a forma como o Homem estrutura o tempo, o espaço e o espírito do lugar. Nesta relação entre valores materiais e imateriais, Manuel Tainha (2006) define a arquitectura como uma estrutura de sentido e não de significado uma vez que este é dado pela forma como as pessoas utilizam e se apropriam da arquitectura através da razão, intelecto, sensibilidade, emoções e estética. No significado dado pelas pessoas é que "se entrincheira a identidade" (Tainha, 2006, p. 12). Reconhecer a arquitectura como um atributo da forma, resumida a um conjunto de traços característicos de cariz mnemónico que são impressos nos edifícios é uma "versão mundana da identidade" (Tainha, 2006, p. 14), referindo Raúl Lino:

(...) a ilusão de Raúl Lino não está tanto em ele querer recuperar um hipotético capital linguístico do passado – um passado porventura mais idealizado do que real, mas tão do seu gosto. A sua ilusão, o seu sonho, está em ele admitir que, através da recuperação desse pecúlio linguístico do passado, estaria a reproduzir no presente os valores e modos de viver desse mesmo passado no qual ele alimentaria a sua imaginação de arquitecto. Ora, como se sabe, o sonho nasce de uma impossibilidade. (Tainha, 2006, p. 14)

Ao considerar que a identidade não pode ser reproduzida através da recuperação e reutilização de um "capital linguístico do passado" (p. 14) assim como Lino promovera, Tainha considera que evocar valores do passado quando estes dependem do contexto histórico, social e económico não passa de uma ilusão uma vez que os contextos mudam e, como tal, também a forma como as pessoas habitam e se identificam com os lugares.

Ainda assim, reconhece-se que em Portugal, tal como em vários países com regimes fascistas como Itália, Alemanha e Espanha, a arquitectura produzida serviu de instrumento de promoção da ideologia do regime. A arquitectura distinguiu-se principalmente por duas características, uma associada aos edifícios públicos e outra à habitação. Ao nível dos edifícios públicos, estes eram representativos de uma "monumentalidade retórica" enquanto afirmação do poder, autoridade e ordem promovida pelo Estado, caracterizada de forma geral por um vocabulário neoclássico. Ao nível da habitação, era promovida uma linguagem tradicional que recorria à integração de elementos da arquitectura regional como meio de exaltação dos valores nacionais (Pereira e Fernandes, 1982). Perante a referida ideologia, o Estado reconheceu o potencial propagandista da arquitectura:

"E aqui a arquitectura é um instrumento privilegiado, pela facilidade da sua manipulação enquanto desenho pela dimensão, durabilidade e uso obrigatório enquanto obra feita-edifício, espaço, cidade. E nestes termos, instrumento de elevada rentabilidade, como veículo de propaganda ideológica e meio de condicionamento do comportamento individual e colectivo." (Pereira e Fernandes, 1982, pp. 534-535)

Em sùmula o lugar é o reflexo da forma como o homem habita e a sua identidade depende do sentido de pertença aos lugares (Norberg-Schulz, 1980). Esse sentido de pertença, ou topofilia, diz respeito a uma participação do homem no ambiente físico através da qual as pessoas atribuem valores, o que implica a experiência pessoal e as emoções evocadas nesse processo (Tuan, 1980). Sendo essa topofilia um sentimento, não pode ser inventado (Tainha, 2006) e por isso, o lugar está sujeito a transformações, influenciado pelas mudanças do ambiente físico e social (Bernardo e Fernandes, 2012). À medida que adquire diversos valores materiais e imateriais, o lugar é interpretado e reinterpretado, conservando porém a sua identidade, isto porque sua identidade depende se ser capaz de receber diferentes usos (Norberg-Schulz, 1980).

Contudo, reconhece-se que, durante o Estado Novo, foram estipulados critérios na produção arquitectónica de modo a que o comportamento humano coincidissem com os ideais políticos dando origem à criação de lugares que em vez de respeitarem as identidades individuais impuseram uma suposta identidade portuguesa que se reflectia no conjunto edificado (Pereira e Fernandes, 1982). Uma vez que tal empreendimento encontrou forte aplicação no espaço rural em Portugal na primeira metade do século XX, qual é hoje a situação dessa ruralidade que já na década de 1960 o *Inquérito* identificava o início de uma profunda transformação?

ESPAÇO RURAL, HOJE

O geógrafo e professor Álvaro Domingues cujas investigações abordam temáticas relacionadas com geografia urbana, urbanismo e paisagem, na obra *Vida no Campo* (2012) aborda a metamorfose observada em Portugal com a perda da ruralidade. As paisagens estão em constante transformação enquanto resultado das próprias pessoas que mudam e adoptam outros modos de vida. A perda da importância da agricultura originou uma mutação sócio-económica, cultural e do próprio território que o autor denomina como “desruralização”. Essas alterações no espaço rural têm impacto na identidade dos lugares, sendo difícil caracterizar a sua identidade no momento presente. Os modos de ocupação dos lugares pelos habitantes e o modo como estes se deslocam são agora distintas das praticadas no passado, originando a própria transformação da paisagem e do modo como a percebemos:

O grau de estabilidade de um lugar só pode ser garantido pelo grau de estabilidade de uma sociedade e de que nela permanece. Num contexto de ruralidade e de tradicionalismo em que as tecnologias eram simples e estáveis, em que era forte a dependência dos constrangimentos e do meio natural (clima, solo, etc.) e em que a permanência se sobrepunha à mudança, as identidades dos lugares e das regiões - traduzidas em paisagem e modos de vida -, parecia clara e definitiva. (Domingues, 2012, pp. 246-247)

Estando os lugares e a própria paisagem associados a uma sociedade que está em constante transformação, à medida que adopta diferentes modos de vida, rotinas e modos de ocupação, consta-se, tendencialmente, uma acentuada diluição dos conceitos “cidade” e “campo” e da sua oposição. Até à Revolução de 1974, a ideologia dominante baseava-se num país rural, tradicionalista “matizado pela orografia, pela interioridade ou pela proximidade ao mar, pela diversidade do seu mosaico paisagístico e de todo o folclore associado a uma imagem idílica e romântica das suas gentes e costumes” (Domingues, 2001, p. 2). Relativamente aos modos de vida das populações rurais o autor refere que tais valores já há muito se perderam. Considera que “o abandono dos campos e da agricultura não significa abandono das gentes”, ainda assim “a ruralidade transforma-se por dentro ou é absorvida pelo que dá o nome de urbanização” (Domingues, 2012, p. 38).

O mesmo autor refere algumas das transformações que conduziram a esse fim:

“(…) uma sociedade que se urbaniza, vastos territórios em tensão (des)povoados, ainda vividos pelos últimos guardiões de culturas rurais tradicionais, envelhecidos; regiões esvaziadas, ruínas, abandono, mas também novas construções, novos modos de vida, auto-estradas, casas novas, novos sinais dissonantes na harmonia das paisagens de outrora.” (Domingues, 2001, p. 2)

Sobre a dualidade cidade/campo, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles (2016) estabelece o conceito de “paisagem global”, na qual os vários elementos que compõem a paisagem influenciam e são influenciados entre si, fazendo com que a fronteira entre o campo e a cidade esteja cada vez mais dissolvida. Salientando a necessidade de adaptação à evolução da sociedade, Ribeiro Telles compara a paisagem à habitação:

“Na paisagem como na casa, no livro como na música, é legítimo, é necessário, que se adapte o que é necessário adaptar-se, que se modernize o indispensável, que se restaure o que está degradado. E tudo isto apenas com duas regras, creio eu: bom senso e conhecimento exacto daquilo que se está a fazer.” (Telles, 2016, p. 192)

O mesmo autor acrescenta que a variedade das paisagens portuguesas, a “sábria distribuição de campos de cultura e pastagens, de vinhas e pomares (...) a trabalhosa construção de socacos, a regularização de linhas de água, as obras de captação e distribuição da água” (Telles, 2016, p. 145) fazem parte de um património

com uma estreita ligação à identidade cultural portuguesa. Considera ainda que a arquitectura dominou a paisagem transformando o território e por isso alerta para a necessidade que o património cultural seja readaptado e assuma formas novas uma vez que, se apenas se quiser conservar tal como está, será inútil (Telles, 2016). Esta é uma ideia fundamental para o presente trabalho.

A identidade do lugar não é algo imutável, está sujeita a transformações influenciada pelas mudanças do ambiente físico e social, ou seja é definida pelas actividades das pessoas (Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). O lugar é a forma como o homem habita (Norberg-Schulz, 1980). Todavia, a forma como o homem habita hoje é distinta do passado e por isso, o conjunto de vivências e valores que o lugar acumula dá origem à reconstrução desses lugares com base nas suas experiências anteriores (Zumthor, 2006).

Durante a primeira metade do século XX, a agricultura constituía o meio de subsistência das comunidades que habitavam em contexto rural. Todavia, hoje a paisagem rural foi sujeita a várias transformações, ou uma "desruralização" (Domingues, 2012) caracterizada pelo abandono, pela sua urbanização, o que dificulta a distinção anteriormente clara entre cidade/campo.

A compreensão dos lugares rurais é tanto mais urgente quando são habitados em continuidade até a actualidade por comunidades que já não vivem exclusivamente da exploração agrícola. Tais comunidades testam a capacidade de adaptação do património edificado e são detentoras de memórias, tradições e costumes intimamente relacionados com a noção de identidade do lugar.

Considerando que o homem, pelo habitar, atribui valores que constroem e reconstroem os lugares, analisaremos a seguir a noção de paisagem rural que associa o habitar a um contexto específico, a ruralidade.



FIG. 02.08 | Rio Maior (s.d.) | Fonte: (Távora et al., 2004, p. 126)

02.3. PAISAGEM RURAL

O Conselho da Europa promoveu a realização da *Convenção Europeia da Paisagem* realizada a 20 de Outubro de 2000 (CoE, 2000), onde o conceito de paisagem foi definido como a apreensão, realizada pelas populações, de uma parte do território. Essa definição de paisagem não se encontra limitada à mera contemplação. A paisagem constitui um legado com valor natural e cultural, resultado de sucessivas interações entre factores naturais e humanos que conferem ao meio natural um carácter (CoE, 2000). Esse carácter estará na base da definição de identidade ao considerar que:

“(...) a paisagem contribui para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia;” (CoE, 2000, p. 1)

O arquitecto Gordon Cullen (1996), na obra *Paisagem Urbana*, considera a paisagem uma ferramenta de entendimento sobre o modo como o ser humano interage com o meio, uma vez que competirá à paisagem a arte de organizar com coerência elementos do ambiente: as ruas, edifícios e espaços. O autor identifica três aspectos essenciais para a definição e compreensão da paisagem: a óptica, o local e o conteúdo. A óptica está relacionada com percepção visual da sequência de espaços cujos contrastes e sequências promovem uma ligação emotiva entre o ser humano e o espaço urbano. O local refere-se às reacções do homem perante a sua posição no espaço, sendo que este deve despertar nele um sentido de localização, o qual para além de ser feito instintivamente e de forma contínua, é também um meio pelo qual se identifica com o meio-ambiente. Por último, o conteúdo diz respeito às diferentes escalas, estilos, texturas e cores. Cullen considera existir uma “arte de relacionamento” (1996, p.10) na qual diversos elementos, desde os edifícios às árvores, contribuem para a criação de um ambiente despertando emoções e interesses nos habitantes que vivem a paisagem.

Conforme salientado nos textos doutrinários adoptados pelo Comité Científico Internacional do ICOMOS (2017) no preâmbulo do documento *ICOMOS-IFLA Principles concerning rural landscapes as heritage*, as paisagens rurais são definidas como uma componente vital do património da humanidade, existindo uma grande diversidade de paisagens rurais em todo o mundo que representam culturas e tradições culturais. Defende o documento que todas as áreas rurais têm significado cultural que lhes é atribuído pelas pessoas e comunidades, facto que justifica que estas sejam consideradas paisagens.

Com a finalidade de produzir alimento o homem interage com o meio natural através da agricultura, pecuária, pastorícia, pesca, aquicultura, silvicultura, recolha de alimentos silvestres, caça e extracção de recursos (ICOMOS, 2017) [ver FIG. 02.08]. Desta forma, a ICOMOS-IFLA sublinha que as paisagens rurais são constituídas por elementos funcionais, produtivos, espaciais, visuais, relações simbólicas e ambientais podendo a paisagem rural ser considerada como património tangível e intangível, isto é, constituída por atributos físicos que incluem a própria terra e sua morfologia, a presença de água, infra-estruturas, o tipo de vegetação, centros rurais e edifícios que os constituem, bem como relações comerciais. Por outro lado, também é constituída por um conjunto de actividades físicas, culturais, relações e configurações ambientais, conhecimento cultural, tradições, práticas e expressões da identidade das comunidades, cujos valores culturais foram atribuídos a essas paisagens tanto no passado como no presente, pelas pessoas que definem as comunidades (ICOMOS, 2017). Nesse sentido, a respeito das paisagens rurais, sublinha-se que:

Rural landscapes as heritage are expressions of social structures and functional organizations, realizing, using and transforming them, in the past and in the present. Rural landscape as heritage encompasses cultural, spiritual, and natural attributes that contribute to the continuation of biocultural diversity.

All rural areas can be read as heritage, both outstanding and ordinary, traditional and recently transformed by modernization activities: heritage can be present in different types and degrees and related to many historic periods (...). (ICOMOS, 2017, p. 3)

As paisagens são indissociáveis do factor tempo. Os valores que o Homem atribui ao meio pelo uso e sua apropriação resultam de um processo contínuo de adaptações e transformações. Segundo Orlando Ribeiro (1945), na primeira metade do século XX, Portugal estava dividido por uma linha imaginária que acompanhava o rio Tejo e definia duas regiões com características distintas. As diferenças registadas entre ambas as regiões ao nível do clima, relevo, vegetação, formas de povoamento e arquitectura, levaram a que as próprias características agrárias fossem distintas. Por um lado, o Norte, as serras e a pequena exploração, e por outro o Sul, caracterizado pela sua inconfundível planura, grandes propriedades e extensas explorações agrícolas.

Em Portugal e para a maioria das civilizações mediterrâneas, a agricultura esteve na base dos modos de vida das suas populações. Desta forma, a paisagem rural em Portugal resultou de inúmeras adaptações e transformações em que o homem, frequentemente através da agricultura e actividades afectas, se apropriou do meio de modo a conseguir fixar-se num lugar e dele obter rendimento. Perante incontáveis transformações é extremamente difícil identificar as fases correspondentes a cada transformação realizada pelo homem ao longo da história, nomeadamente pela introdução de culturas ao longo do tempo:

“Foi ainda o homem que ao introduzir, em diferentes épocas, grande variedade de plantas agrárias, enriqueceu a vegetação e transformou as paisagens. E fê-lo de maneira tão profunda que nem sempre é fácil separar o que provém da sua acção do que a precedeu ou escapou dela.” (Ribeiro, 1945, p. 12)

O arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles (2016) refere que as paisagens portuguesas são “obra de gerações de agricultores, de pastores e de homens dos ofícios de cuja acção persistente resultou a sua utilidade e beleza” (2016, p. 145), considerando existir uma relação entre paisagem e cultura:

A paisagem rural é a imagem da humanização da Natureza conseguida através do esforço de gerações que a foram construindo como duma catedral se tratasse. Comunidades foram gastando os corpos dos desbravadores sempre com a finalidade de se instalarem num território e dele retirarem a subsistência e a energia com que tornavam cada vez mais complexo o sistema em que se inseriam e mais belo o sítio onde viviam. A cultura foi nascendo apoiada a este trabalho, fruto deste trabalho e consequência deste trabalho. (Telles, 2016, p. 160)

O antropólogo Amos Rapoport (1992) refere que a relação do homem com o meio natural confere a este último o sentido de cultura, pois é a cultura que define o homem. Rapoport sublinha que por muito reduzida que tenha sido a transformação da paisagem às mãos do homem, a paisagem é o lugar onde o Homem vive e a que atribui significados. A paisagem está intimamente ligada à vida humana. Esta serve de suporte às actividades humanas: à medida que o homem a vai alterando também lhe vai atribuindo valores, significados, isto é, cultura (Rapoport, 1992). O mesmo autor refere que quanto mais a paisagem for transformada pelo homem, mais “cultural” ela é pelo que, a agricultura permitiu a observância desse facto de uma forma mais clara uma vez que a paisagem é o resultado da “mão” do homem sobre a geomorfologia, hidrologia e ecologia, durante um período histórico (Rapoport, 1992).

Questiona-se assim se serão as paisagens rurais, paisagens culturais? A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera que as paisagens culturais são o reflexo da evolução de uma sociedade e de um lugar, influenciadas pelas condições físicas do meio natural bem como pelas forças sociais, económicas e culturais (UNESCO, 1992). Uma paisagem cultural surge nesse contexto como um legado cultural que reflecte características, formas de exploração, modos de utilização do meio natural e relações espirituais com esse meio. A UNESCO apresenta a seguinte definição de "paisagem cultural":

"The term "cultural landscape" embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment. Cultural landscapes often reflect specific techniques of sustainable land-use, considering the characteristics and limits of the natural environment they are established in, and a specific spiritual relation to nature." (UNESCO, 1992)

A UNESCO definiu assim três categorias para a classificação de paisagens culturais:

- 1- Paisagens que foram criadas intencionalmente pelo Homem por razões estéticas, frequentemente associadas a edifícios ou conjuntos monumentais como jardins e parques.
- 2- Paisagens cuja evolução orgânica resulta de um imperativo social, económico, administrativo e/ou religioso: podendo constituir um fóssil do passado à medida que as suas características originais ainda estão presentes ou, se por outro lado a referida paisagem retém um papel social activo na sociedade contemporânea, associada a um modo de vida tradicional que ainda está em evolução.
- 3- Paisagens culturais associativas que constituem um legado em virtude de factores religiosos, artísticos ou culturais, mesmo que estes sejam considerados insignificantes ou já tenha desaparecido (Anexo 3). (UNESCO, 2008)

A paisagem rural enquanto património encontra-se vinculada ao sentido de cultura, resultado de um processo de humanização que reflecte valores e a forma de ser e estar do Homem. Reconhecendo a importância dos valores que definem a paisagem rural e lhe conferem um valor patrimonial material e imaterial considera o ICOMOS que:

"Identification of rural landscapes values at any level aims to provide awareness of rural landscapes' tangible and intangible characters and values, and is the first and necessary step to promote the sustainable conservation of such areas and transmission of their associated knowledge and cultural meanings to future generations." (ICOMOS, 2017, p. 3)

O entendimento e identificação dos valores culturais associados à paisagem rural, como património que merece ser reconhecido e preservado, permitirá a sua definição.

VALORES MATERIAIS E IMATERIAIS

Na *Carta Internacional de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios* (ICOMOS, 1964), refere-se que o património não é um conceito limitado a características meramente formais e materiais. Também é salientado que os valores humanos são considerados um património comum uma vez que expressam nas suas obras testemunhos do passado e de tradições. Reconhecido o nosso papel na preservação desse legado, apresenta uma noção de sítio rural como monumento histórico:

“Art. 1.º A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.” (p. 1)

Uma vez que o património cultural é ameaçado pela evolução da vida social e económica, recomenda-se a sua protecção para que desta forma seja transmitido às gerações futuras com toda a sua autenticidade. Através da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972) foi considerado como património cultural as obras que possuíssem um valor universal no âmbito histórico, artístico e/ou científico como também do ponto de vista estético, etnológico ou antropológico. Posteriormente, em 1985, o Conselho de Europa estabelece na *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa* (CoE, 1985), três categorias de bens culturais imóveis onde o património rural se enquadrará na alínea 3):

- 1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- 2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;
- 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico. (CoE, 1985, p. 2)

Sobre esta definição, o arquitecto Flávio Lopes (2012) desenvolve o conceito de sítios como património rural acrescentando como exemplos as “construções rurais integradas em paisagens humanizadas; sistemas hidráulicos, incluindo poços, aquedutos, condutas, reservatórios, chafarizes e outros elementos arquitectónicos; paisagens agrícolas que testemunham modos de produção agrícola ameaçados de desaparecimento” (Lopes, 2012, p. 100).

Vinte anos depois, o Conselho da Europa na *Convenção de Faro* relativa ao valor do património cultural para a sociedade (CoE, 2005) actualiza a definição património cultural:

“um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo;” (CoE, 2005, artigo 2.º)

Contudo, para além do património material, o património imaterial também desempenha um papel preponderante na preservação da memória e identidade local (Cabral, 2011). O que constitui então o património cultural imaterial? Em 2003, a UNESCO na sua *Convenção para a Salvaguarda do Património*

Cultural Imaterial estabelece uma definição:

Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003, art. 2º)

A UNESCO (2003) acrescenta que o património cultural imaterial se manifesta por meio de tradições, artes do espectáculo, práticas sociais, rituais, festas, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais. Enquanto que o património material lida com o valor das coisas, o património imaterial depende dos valores sociais o que pressupõe a transmissão de tradições, valores, saberes e vivências onde "o principal são as pessoas" (Cabral, 2011, p. 16). O património cultural imaterial é continuamente reinterpretado pelas pessoas que interagem com o lugar e vivem num período histórico específico, o que torna difícil a definição da identidade e resultando por vezes, na perda dos seus valores (Cabral, 2011).

Em Portugal, o *Guia de Observação do Património Rural* (Correia et al., 2009), que consiste numa adaptação ao contexto português do Guia Europeu de Observação do Património Rural elaborado e adoptado pelo Comité dos Altos Funcionários da Conferência Europeia dos Ministros do Ordenamento do Território (CEMAT), destaca a importância do património que constitui o "mundo rural" (Correia et al., 2009, p. 3). Este é formado por elementos materiais e imateriais que inclui o património cultural, edificado, natural e paisagístico sendo que "a ausência de monumentos não significa obrigatoriamente a falta de património. Qualquer comunidade possui sempre algum tipo de património com interesse (arquivos, memória oral, actos de sociabilidade, detentores de «saberes-fazer», etc.)" (Correia et al., 2009, p. 18). No mesmo guia são evidenciadas particularidades desse património. Refere-se que o património, material e imaterial (por vezes indissociável do património material) pode ser identificado de várias formas, a saber: paisagem, património edificado, práticas tradicionais, produtos e hábitos alimentares tradicionais, artesanato e pequenas indústrias locais, vida privada e vida colectiva (Correia et al., 2009).

Concernente às paisagens, este Guia considera serem estruturadas por três componentes essenciais: a organização do espaço - espaço cultivado, prados, pastagens, floresta, espaço aquático e tipos de povoamento, as vias de comunicação - vias terrestres, fluviais e/ou férreas, e pontos de referência - elementos que se destacam pela sua singularidade como campanários, marcos geodésicos, estradas, caminhos, rios, aquedutos, pontes, fontanários, sebes, entre outros (Correia et al., 2009).

O património edificado pode integrar vários tipos de construções que variam na sua finalidade, tempo histórico, materialidade, estilos arquitectónicos e características locais. Mais concretamente, o património edificado pode integrar o património histórico, isto é, testemunhos do passado independentemente das suas actividades terem continuidade no presente quer não. Também inclui a casa de habitação e construções anexas ligadas à exploração agrícola, entre as quais, celeiros, palheiros e construções para gado, construções destinadas às actividades artesanais e industriais como fábricas, oficinas e adegas, construções de uso colectivo como igrejas, edifícios municipais, escolas, fontes, lavadouros, mercados, infraestruturas desportivas e sociedades recreativas, sendo também possível reconhecer como património edificado outros tipos de património que abrangem práticas agrícolas ou pecuárias, por vezes não situados na exploração

agrícola, entre os quais, casas de pastores, pombais, etc. O património rural também é constituído por várias práticas tradicionais - ligadas à exploração da terra através de tracção animal, equipamentos, alfaias agrícolas, técnicas culturais e organização do trabalho - produtos tradicionais - produtos, hábitos e receitas - artesanato e pequenas indústrias locais associadas à vida do trabalhador rural (Correia et al., 2009).

Quanto à vida privada, esta está relacionada com as relações familiares e de vizinhança, intimamente ligada à memória familiar, na qual, o espaço privado e vários objectos testemunham a história da família, suas relações e espírito de entajuda, e também à sociabilidade, no modo como a família se relaciona com a vizinhança e meio social. Por último, a vida colectiva abrange diversos eventos da vida colectiva rural como festas, romarias, procissões, feiras, mercados e cultura comunitária (hábitos, costumes, danças, literatura oral, jogos tradicionais, expressões, apelidos de família, toponímia, etc.) (Correia et al., 2009). Nesse sentido sublinha-se que:

“Todos estes elementos são um património vivo. Os diferentes actores do mundo rural, interligando-se com eles, conferem-lhe um sentido e um calor para a colectividade e para o território.” (Correia et al., 2009, p. 19)

A paisagem é, portanto a manifestação das interacções entre o ser humano e o meio. Nesta relação, o Homem atribui ao meio, cultura (Rapoport, 1992), isto é, valores materiais e imateriais que se expressam sob a forma de monumentos, conjuntos arquitectónicos, sítios (CoE, 1985) e valores sociais que incluem vários valores, crenças, saberes, tradições e vivências que estão em constante evolução e, com os quais, as pessoas se identificam, valorizam e desejam transmitir às gerações futuras (CoE, 2005).

As paisagens rurais têm significado cultural (ICOMOS, 2017) sendo estas constituídas por uma grande variedade de construções associadas à prática agrícola, organização do espaço rural, formas de povoamento, vias de comunicação, sistemas de rega, bem como elementos que testemunham a vida privada e colectiva da vida rural (Correia et al., 2009).

O conjunto de valores materiais e imateriais presentes nas paisagens rurais estão relacionados com a memória colectiva, sentido de continuidade e identidade (Cabral, 2011; Lopes, 2012; UNESCO, 2003). São indicadores de valores imateriais o conhecimento cultural, tradições, práticas e expressões de uma comunidade, enquanto que os valores materiais podem ser identificados por um vasto conjunto de elementos e edifícios que testemunham modos de produção agrícola (Lopes, 2012).

No entanto, reconhece-se que constituindo as paisagens sistemas dinâmicos influenciados pelo factor tempo, a forma como o homem se relaciona com o meio não é imutável e, por isso, os vários elementos que a constituem também vão sendo reinterpretados à medida que o homem habita. São indicadores de alterações a transformação dos métodos, técnicas, conhecimentos e práticas culturais (ICOMOS, 2017). A compreensão da identidade das paisagens rurais enquanto lugares habitados requer um entendimento de quais os valores materiais e imateriais que a definem como património, considerando que certos valores são preservados pelas populações enquanto que outros são substituídos ou alterados [ver FIG. 02.09].

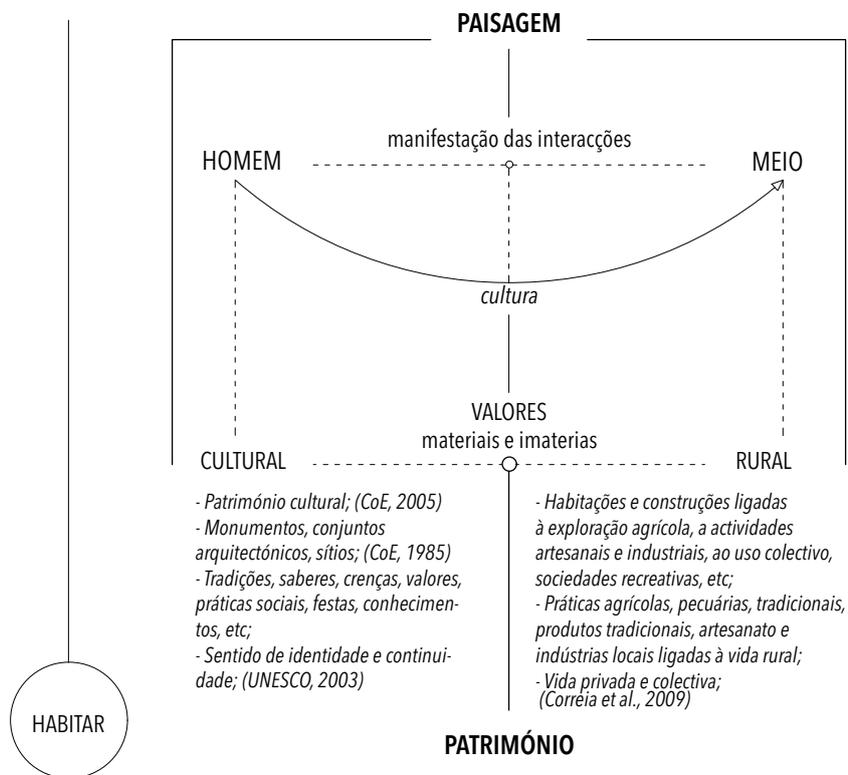


FIG. 02.09 | Enquadramento conceptual da Dissertação | Fonte: O Autor

02.4. CONCLUSÃO

A identidade é um conceito dinâmico que se caracteriza com e no tempo, revelando uma continuidade cultural, material e imaterial que merece ser reconhecida e preservada à medida que é possibilitada a sua reinterpretação. Quer em contexto nacional quer em contexto internacional, lugares têm sido reconhecidos como património pela sua autenticidade, testemunho de civilizações, valores, crenças, tradições, e sua evolução, compreendendo um património cultural material e imaterial de grande valor (Lopes, 2012).

A casa ocupa um lugar central na vida de cada pessoa onde o habitar estabelece um conjunto de relações e formas de ser/estar por quem a habita. No entanto, este conceito não se encontra limitado à casa. O homem habita os espaços, os lugares e o mundo (Heidegger, 1951). O lugar é a manifestação da forma como habita e por isso, o modo de organizar o lugar e a inerente atribuição de significados pressupõe a identidade individual, de quem organiza, mas também do próprio lugar que é dotado de um *genius loci* (Norberg-Schulz, 1980) ou *atmosfera* (Zumthor, 2006).

Os valores materiais e imateriais são essenciais para a formação de culturas e identidades na medida em que reflectem factores ligados à vida das pessoas (Cabral, 2011). O Património Cultural resulta de um processo social no qual as pessoas estabelecem relações, se identificam e dotam os monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios de valores históricos, arqueológicos, artísticos, científicos, sociais e/ou técnicos (CoE, 1985).

Tal identificação e atribuição de valores está sempre dependente do período histórico em que vivemos. Assim sendo, o lugar está sujeito a transformações à medida que a própria sociedade muda, evolui e adopta diferentes estilos de vida. Qualquer vontade de evocar valores de um período histórico passado, aplicando-os ao presente, não passa de um "sonho", uma "impossibilidade" (Tainha, 2006, p.14) porque as pessoas são diferentes, tal como diferentes são os ritmos e as formas como interagem com os lugares, podendo existir uma continuidade dos valores, ou não, à medida que estes se alteram, são transformados ou substituídos.

As paisagens rurais surgem neste contexto como lugares que testemunham formas de habitar de comunidades que ocuparam um determinado território (rural) num período histórico. Desde meados do século XX observou-se, em Portugal, uma profunda transformação das formas de habitar das populações rurais que se traduziu na transformação do território e da própria arquitectura que "dominava" esse território (Telles, 2016). No entanto, e apesar de se reconhecerem as alterações que o desenvolvimento civilizacional promoveu, as paisagens rurais constituem um património cultural que merece ser valorizado e preservado. Traduzido em valores materiais e imateriais, esse património frequentemente corre o risco de descaracterização em resultado dessas transformações. Os valores imateriais incluem o conhecimento cultural, tradições, práticas e expressões de uma comunidade, enquanto que os valores materiais dizem respeito ao conjunto de elementos, objectos e edifícios que testemunham modos de produção agrícola (Lopes, 2012), valores estes que estão intimamente ligados à memória colectiva, sentido de continuidade e identidade (Cabral, 2011; Lopes, 2012; UNESCO, 2003).

A colonização interna realizada em Portugal no século XX procurou transformar o território rural segundo os critérios ideológicos do Estado Novo. Para tal, um conceito de identidade desenvolvido pelo Estado

foi difundido junto das comunidades que ocuparam as colónias agrícolas em Portugal. Entenda-se por comunidades as pessoas que foram admitidas como colonos (trabalhadores rurais) que tiveram de se enquadrar nos critérios ideológicos do Estado, vastamente promovidos nos cartazes de propaganda nacional. A trilogia *Deus, Pátria e Família* foi explorada pelo regime, a qual promovia o desenrolar da vida na ruralidade tendo associado o homem português, a habitação rural e a agricultura como seu meio de subsistência.

Contudo, considerada a transformação do espaço rural devido a factores económicos, políticos e sociais, alterou-se a identidade desses lugares. Os valores que definiam a paisagem rural dessas colónias agrícolas nesse período alteraram-se. Serão essas paisagens, hoje no início do século XXI, lugares identitários dotados de valores culturais, materiais e imateriais?

Analisar a Colónia Agrícola de Pegões no contexto da colonização interna realizada em Portugal contribuirá para a compreensão da identidade desse lugar, se existe ou não uma continuidade de valores materiais e imateriais desde a sua ocupação original até a actualidade.

FIG. 03.01 | [CFT003.65161] Agricultor a cultivar a sua propriedade em Figueiras, Colónia Agrícola de Pegões (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

03.

COLONIZAÇÃO INTERNA





FIG. 03.02 | [CFT003.65199] Agricultores a regarem a sua propriedade em Pegões Velhos, Colónia Agrícola de Pegões (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

03.

Este capítulo descreve o processo da colonização interna realizada em Portugal durante a primeira metade do século XX com o objectivo de compreender este projecto político e social [ver FIG. 03.01]. Será realizado um enquadramento histórico dos seus antecedentes, analisando várias medidas adoptadas pela Junta de Colonização Interna (JCI), em resposta a problemas demográficos, de produção e ordenamento do território [ver FIG. 03.02]. Este processo, também procura no contexto internacional uma compreensão das medidas de colonização agrícola adoptadas em outros países de forma a enquadrar o caso português.

03.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

No contexto português, a colonização e as inerentes políticas de organização do território encontrarão as suas origens na definição das fronteiras do país e, no século XV com os Descobrimentos, na terras conquistadas, remontando aos primórdios da história do país (Varela, 1992). A colonização foi conscientemente levada em conta nas decisões dos primeiros Reis cuja compreensão revelava que a construção da Nação não dependia exclusivamente da reconquista cristã de território, mas sim no modo como este seria ocupado e aproveitado. Desde então foram atribuídos forais a povoações, desenvolvidas colónias de povoadores e posteriormente, devido às guerras mantidas com Castela por D. Fernando, originou-se uma “falta de braços e de produtos alimentares” que conduziu ao estabelecimento da Lei das Sesmarias de modo a “fazer regressar às fainas agrícolas os trabalhadores delas afastados e dispunha que os proprietários de terras incultas seriam obrigados a arroteá-los sob pena de delas serem expropriados, para serem divididas pelos povos e entregues em regime de aforamento” (Varela, 1992, p. 18). Na época dos Descobrimentos o espaço rural e a agricultura no continente foram esquecidos, num momento da história de Portugal em que muito se dependia da importação em consequência da precária exploração agrícola. De modo geral, a agricultura foi acompanhada por uma acentuada dificuldade de desenvolvimento, por vezes até causadora desse mesmo atraso (Varela, 1992). O desejo de aproveitar terrenos incultos foi ao longo da história portuguesa, motivo de vários debates e leis que acabaram por não ter o efeito desejado. Conforme refere o historiador Luciano Amaral:

É corrente, desde pelo menos o século XVIII, atribuir à agricultura portuguesa inúmeros vícios e vastas responsabilidades no atraso económico do país. A uma estrutura fundiária desequilibrada, o sector associaria a clamorosa incapacidade dos seus agentes para valorizarem a actividade a que se dedicavam, incapacidade essa essencialmente derivada de uma notória impreparação técnica e cultural. Teriam estas razões sido suficientes para, ao longo da história, se ir perpetuando o carácter arcaico da nossa agricultura, facto que, *inter alii*, estabeleceria óbvios nexos causais com o baixo nível de desenvolvimentos nacional. (Amaral, 1994, p. 889)

Entre 1841 a 1940 observa-se um impressionante crescimento demográfico no país, do qual resultaram sérias preocupações. Em pouco mais de cem anos, a população portuguesa aumentou de três milhões e quatrocentos mil para mais de sete milhões de habitantes, revelando assim a necessidade de resolução do, como denominado pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), “problema do aumento das subsistências” para o qual era essencial o aumento da produtividade agrícola nacional de modo a satisfazer as “crescentes necessidades de uma população em contínuo desenvolvimento” (SPN, 1948, pp. 9-10). Para que tal aumento fosse possível seria necessário recorrer à intensificação de culturas e expandir a superfície agrícola cultivando também terrenos até então incultos.

Neste sentido, através do Decreto n.º 17252, em 1929 são aprovadas as bases para a Campanha do Trigo, a qual procurou promover o aumento de produção do trigo de acordo com as necessidades de consumo e de modo a dignificar a indústria agrícola como factor chave para a prosperidade económica do país. No referido Decreto sublinham-se várias medidas desenvolvidas relacionadas com a lavoura à medida que eram transmitidos aos agricultores, métodos modernos de intensificação agrícola. Para cativar os agricultores recorreu-se à propaganda sob a forma impressa [ver FIG. 03.03], cinema e rádio. Também foi prestada assistência aos agricultores através da construção de escolas, estações agrárias e postos agrários,



FIG. 03.03 | Alguns cartazes apelando à agricultura entre 1941 e 1944, da autoria de Abílio de Mattos e Silva
| Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.com>

para além de missões agrícolas móveis e brigadas técnicas, promovendo-se também assistência financeira à pequena e média lavoura. Para incentivar e constituir um testemunho das possibilidades da técnica agrícola o Decreto n.º 17252 previa a instalação de campos experimentais, com garantia de ser prestado auxílio técnico e de crédito para a exploração, como também a instalação de celeiros para aquisição de sementes e, ainda como incentivo, a atribuição de prémios de cultura para os lavradores.

No contexto das Segundas Jornadas Agronómicas de 1942 realizadas no Instituto Superior de Agronomia, o engenheiro José Castro Caldas (JCI, 1943) salientou várias medidas que, ao longo da história portuguesa e até o início do século XX, procuraram promover a actividade agrícola através de colonização, referindo por exemplo, a possibilidade de expropriação de terrenos se estes estivessem abandonados. Todavia, apesar das várias iniciativas tomadas no fim do século XIX e início do século XX, estas não atingiram o seu objectivo, isto porque se considerou que “a falta de uma justa apreciação das condições do meio regional, a carência da opinião pública esclarecida e ainda a inexistência dum corpo de especialistas dificultavam a execução dos melhores projectos” (Caldas, 1943, p. 12).

O acréscimo populacional, o aumento de domínio de terra e o aumento de produção, associado a uma vontade de melhorar o nível de vida dos trabalhadores, “deve ter determinado o Governo a criar a Junta de Colonização Interna com o fim de realizar a mais completa utilização da terra, pela instalação, do modo

mais racional, do maior número de famílias" (Caldas, 1943, p. 12). Assim, no dia 16 de Novembro de 1936, foi criada a Junta de Colonização Interna (JCI) pelo Decreto-Lei n.º 27 207, cujos principais objectivos eram:

- I) Instalar casais agrícolas nos terrenos que lhe fossem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola;
- II) Efectuar o reconhecimento dos baldios e realizar a colonização dos que dela fossem susceptíveis;
- III) Efectuar, quando superiormente autorizada, a aquisição de terrenos postos à venda e que devessem ser aproveitados para colonização. (Parecer n.º 29/VII, 1960, p. 973)

Após criada a JCI, esta procedeu ao reconhecimento dos baldios tendo presente que qualquer aproveitamento e valorização desses terrenos dependeria de um planeamento geral do qual resultassem soluções adequadas para uma posterior intervenção. Tendo concluído o reconhecimento dos baldios susceptíveis de acolher a instalação de casais agrícolas, foi iniciado o estudo do *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados* (JCI, 1941). Este estudo mobilizou uma grande equipa de técnicos da JCI tendo o "princípio de que tanto ou mais importante do que a colheita dos elementos técnicos e económico-sociais era a compreensão das necessidades dos povos e suas aspirações" (JCI, 1941, p. 19).

Em 1942, foi publicado o Decreto-Lei n.º 32 439, pelo qual a JCI foi dotada de novas funções e mais alargadas competências, nomeadamente:

- I) Promover e orientar a melhor distribuição da população rural;
- II) Estudar e propor as providências necessárias ao melhor arranjo da propriedade rústica, tendo em conta ao mesmo tempo o aspecto económico e social;
- III) Empreender obras fundiárias de que resulte incremento de produção ou melhoria das instalações rurais. (Parecer n.º 29/VII, 1960, p. 974)

É digno de nota que, embora a JCI só pudesse contar com terrenos baldios facultados pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) ou com aqueles que fossem por si adquiridos, esta não estava limitada em termos de estudo. Inicialmente considerou-se o aproveitamento de terrenos comuns, os chamados "baldios", para a posterior atribuição de propriedades aos colonos mas, sendo o número de terrenos insuficientes, foi encarada a possibilidade do povoamento da propriedade particular, de modo que no Sul, uma área que supera um terço da superfície total do país e, onde se verificava o predomínio da grande propriedade e de solos pobres (Caldas, 1945), foi submetida a um estudo que mobilizou técnicos que procederam ao seu reconhecimento agrológico e à condução de centenas de inquéritos às condições económicas e sociais, quer das explorações agrícolas quer dos trabalhadores rurais (Varela, 1992).

A elevada importância da colonização a nível nacional, social e económico, é explicitada no *Parecer referente a dois projectos de colonização interna* de 1938: promoveria o aumento da "população rural sadia, forte e garante fiel de nacionalidade" sendo que "prendendo as famílias à gleba, que não mais trocarão pela cidade"; permitiria aumentar o rendimento de terras que estavam insuficientemente aproveitadas; melhoraria o regime demográfico do país através de migrações internas das zonas de maior densidade populacional para as regiões com populações reduzidas, combatendo por sua vez a exagerada industrialização e elevada taxa de desemprego (Parecer referente a dois projectos de colonização interna, 1938, p. 94).

Contudo, este revelou ser um trabalho cujo processo foi pontuado por diversos desafios. Conforme constatado pelo presidente da JCI em 1945, José Pereira Caldas, apesar das várias medidas adoptadas para fomentar o progresso e elevar o nível de vida no país, a população ainda vivia em condições precárias,

com alimentação deficiente, habitações sem condições de higiene, conforto, nem espaço para que a família pudesse crescer e melhorar a sua situação, vivendo o trabalhador rural na eventualidade de não ter trabalho e, por conseguinte, impossibilitado de sustentar a sua família. Desta forma, para melhorar a produtividade da terra e promover uma exploração racional, na obra *Aspectos do problema agrário*, o presidente da JCI considerou ser necessário:

- Melhorar as condições de vida da população rural;
- Ordenar, dentro do possível, o conveniente aproveitamento da terra, em vista ao equilíbrio das produções e à defesa da própria terra;
- Encaminhar o arranjo da propriedade, harmonizando o direito da posse com o interesse colectivo;
- Aproveitar a água como fonte valiosa e segura de produção;
- Promover o apetrechamento das explorações agrícolas, no sentido do seu maior rendimento. (Caldas, 1945, p. 8)

Caldas (1945) sublinha que a ocupação do território nacional não era regular nem eficiente. A propriedade rústica em Portugal, apresentava duas características de contraste. Por um lado, o Norte estava fragmentado, talvez influenciado pela grande densidade populacional, enquanto que no Sul, a propriedade rústica era concentrada e acompanhada por uma diminuição populacional. Foram realizados vários debates e apresentadas diversas soluções com o intuito de conduzir uma reforma agrária através do agrupamento das pequenas explorações a Norte e divisão das terras a Sul, à medida que era definido o melhor aproveitamento e melhor sistema de irrigação das terras de modo a melhorar a exploração agrícola e, acima de tudo, apetrechando essas explorações de condições necessárias para aumentar a produção e melhorar as condições de vida (Caldas, 1945).

Para além de incluir a divisão de propriedades, a colonização não se resumia a esse fim. Também incluiu a transformação do meio físico com o intuito de garantir a viabilidade técnica e económica das explorações. O engenheiro António Lobão (1960) refere que a colonização pode ser definida como "a transformação do meio físico, económico e social conseguida através de obras e iniciativas coordenadas num plano de conjunto que tem por fim a melhor utilização da terra, com o objectivo de manter em boas condições de vida o maior número de famílias rurais" (pp. 3-4). Ou seja, a colonização não abrange só as obras de fomento a realizar mas inclui também medidas legislativas que tenham como objectivo melhorar e orientar o rendimento da terra. Reconhece Lobão, porém, que a superfície necessária à exploração familiar varia de região para região consoante uma série de premissas como a localização, aptidão agrícola, capacidade de trabalho, entre outras (Lobão, 1960). Para tal, o aproveitamento dos baldios conduzido pela JCI foi realizado através da instituição de casais agrícolas, distribuição de glebas, adaptação ao regime de logradouro e atribuição de Casas do Povo às autarquias locais (Decreto n.º 36709, 1948).

Antes de analisarmos algumas das particularidades do projecto de colonização da Colónia de Pegões, atente-se a alguns detalhes histórico-sociais que antecedem essa iniciativa. O entendimento das medidas adoptadas ao nível da organização do território e conjunto edificado nas colónias agrícolas, no âmbito europeu enquadrará o contexto português.



03.04



03.05

FIG. 03.04 | Vista geral de Vegaviana de Jose del Amo (1954)

| Fonte: <https://www.revistaad.es>

FIG. 03.05 | Vista aérea da Colónia de Miraelrío, Espanha: habitação para os colonos - Jose del Amo (1964)

| Fonte: <https://regimendefranco.wordpress.com/tag/colonizacion/>

COLÓNIAS AGRÍCOLAS

Na Europa do pós Primeira Grande Guerra foram adoptadas várias leis, estudos e práticas de modo a atrair mão-de-obra sazonal e proteger as produções nacionais, contrariando a instabilidade económica e social. Os resultados foram distintos de acordo com os contextos nacionais e políticos (Pereira et al., 2009). Talvez por isso, as experiências de colonização realizadas na Europa tenham dado um relevante contributo no estudo que os técnicos da JCI realizaram para viabilizar a colonização em Portugal. Segundo o arquitecto Paulo Lima, na obra *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões, Montijo*, são referências os cerca de 300 *pueblos* de colonização realizados pelo *Instituto Nacional de Colonización* (INC; 1939-1972) em Espanha, as realizações da *Société Nationale de la Petite Propriété Terrienne* na Bélgica e a *Riforma Fondiaria* em Itália (Lima, 2016).

O arquitecto Victor Perez Escolano (2005) que participou em diversas investigações e publicações relacionadas com a Arquitectura do Movimento Moderno e a colonização franquista em Espanha, refere que "la colonización como sistema de poblamiento y desarrollo territorial está vinculada a todas las civilizaciones y períodos de la historia" (p.38) sendo que nesse país, entre as décadas de 1940 e 1960, o meio rural foi submetido a uma transformação que se concretizou em obras de engenharia e de arquitectura relevantes no que diz respeito à sua inserção territorial, valores paisagísticos, engenharia hidráulica e etnografia. Conforme refere Escolano (2005) esses *pueblos* "son un testimonio sostenido de la compleja transición a la modernidad" (p. 41). Os *pueblos de colonización* contaram com a contribuição de vários arquitectos como José Luis Fernandez del Amo, Alejandro de la Sota, José António Corrales e António Fernández Alba, constituindo actualmente um conjunto de valores históricos e materiais.

Sobre os *pueblos de colonización* em Espanha, o arquitecto Miguel Centellas Soler (2010) refere que estes foram constituídos por vários edifícios que muito variaram em termos de programa, de modo a proporcionar dignidade à vida dos colonos através de vários serviços ao nível religioso, educacional, social e sanitário.

Ao nível das habitações, para colonos, médicos, párocos e funcionários "os arquitectos dispunham de absoluta liberdade compositiva a partir de um pressuposto fixado por unidade edificada" (Soler, 2010, p. 118) permitindo a sua experimentação formal e funcional [ver FIG. 03.04]. Quanto aos edifícios e espaços públicos "además de cumplir las funciones necesarias, sirvió de elemento de propaganda al régimen franquista, acentuado por la privilegiada posición en la trama urbana" (Soler, 2010, p. 116) [ver FIG. 03.05].

O mesmo autor sublinha que uma das temáticas de debate no INC esteve relacionada com a localização das habitações dos colonos e com a forma de agrupamento das parcelas de cultivo, dispersas ou agrupadas, formando uma povoação. Inicialmente foi proposto que as casas estivessem localizadas junto às terras de cultivo, em moradias dispersas, para que os colonos não perdessem tempo na deslocação entre as suas habitações até às respectivas terras. Contudo, esta opção revelou ser de elevado custo, considerando que teria de se fornecer a cada casa as infraestruturas necessárias, entre as quais, rede viária, água e electricidade, para além de tal opção também dificultar as relações sociais e espaciais. Nesse sentido, foi dada preferência à segunda opção tendo sido estabelecidos parâmetros relacionados com a distância máxima e o tempo de deslocação entre a casa do colono e as terras. Inicialmente foram definidos em aproximadamente 45 minutos e 2,5 km, definindo que os *pueblos* deveriam estar distanciados a cerca de 5km uns dos outros, facilitando a deslocação dos colonos entre suas habitações e parcelas, e entre povoações (Soler, 2010).

Os arquitectos Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes (1960) referem que, no início da década de 1950, na Bélgica, apesar de 40% da população viver em concelhos rurais, estes começaram a perder os seu carácter puramente agrícola, à medida que se tornaram lugar de residência de uma população que trabalhava em núcleos urbanos. A *Petite Propriété Terrienne* (1935-?), um organismo rural criado pelo Governo que actuava nos sectores relacionados com a agricultura, construção e crédito, e como resposta ao êxodo rural, procurou melhorar as condições de vida das populações rurais. Nesse sentido prestava apoio técnico às famílias de trabalhadores rurais, ajudando-os a possuírem uma habitação confortável e salubre, e a aumentarem as suas receitas. Entre as várias tarefas desempenhadas por esse organismo, foram concedidos empréstimos a famílias rurais para adquirirem terras, construírem casas rurais e dependências agrícolas, organizando também serviços técnicos, de educação e de estudo (Lobo e Antunes, 1960). Refira-se que a procura de soluções, técnicas e racionalização do custo de construção foi apoiada pela construção de casas experimentais [ver FIG. 03.06], à medida que ao nível das construções rurais foram definidas algumas prescrições regulamentares, nomeadamente:

- 1) - A área total para a habitação não pode exceder 110 m² quando resolvida num só piso ou 65 m² quando disponha de andar elevado (...)
- 2) - As dependências agrícolas devem dispor de pelo menos duas divisões para espécies diferentes de animais, tendo no mínimo 7m² e situando-se em anexo isolado da habitação. O armazém destinado à guarda de alfaias agrícolas, pequenos motores, etc., terá também uma superfície mínima de 7m². (...)
- 3) - A sala de estar e comer, em comunicação directa com a cozinha, terá 16m² de superfície mínima. A cozinha, com porta para o exterior, terá entre 6 e 8 m². Os quartos de cama em número de três estarão simplesmente de acordo com os regulamentos vigentes e, quanto a instalações sanitárias, revê-se que sejam obrigatoriamente equipadas com chuveiro ou banheira se no local se dispuser de água sob pressão. (Lobo e Antunes, 1960, pp.144-146)

Em Itália, sob o domínio fascista (1922-1943) foram fundados cerca de 150 aglomerados que substituíram



FIG. 03.06 | Habitação experimental da P.P.T. na Bélgica (s.d.) | Fonte: (Lobo e Antunes, 1960, p. 145)

pântanos e planícies, contaminadas pela malária, por paisagens cujo traçado geométrico reflectia os valores fascistas associados à produtividade e também, sendo estes aglomerados constituídos por praças, torres, prefeituras e igrejas que evocavam o sentido de comunidade para além de um conjunto de equipamentos públicos que, através da sua arquitectura modernista, serviram de símbolo da conquista do território através da colonização interna (HERA, 2016).

Na Sardenha, por exemplo, o subpovoamento de territórios com vastas possibilidades agrícolas, levou a que a ETFAS (organismo para a Transformação Fundiária e Agrária na Sardenha) (1951-1984) tenha

empreendido a construção de mais de 9.000 casas rurais e colonização de mais de 100.000 hectares de terreno. Também neste caso foi prestado auxílio técnico às famílias a quem fora concedido habitação e terra para exploração. Ao nível da habitação foram projectados 25 tipos e subtipos de casas sendo estas definidas por um programa base comum que incluía: sala comum, em média três quartos, instalação sanitária e estábulo, bem como a existência de alpendre, enquanto espaço de transição para o interior da habitação, dado o clima da região. Este programa base permitiu a concretização de vários tipos de casas em rés-de-chão e outras com dois pisos, constando de diversas variações (Lobo e Antunes, 1960) [ver FIG. 03.07].

Quanto à disposição das habitações, procurou-se que o camponês vivesse junto da sua parcela de terreno o



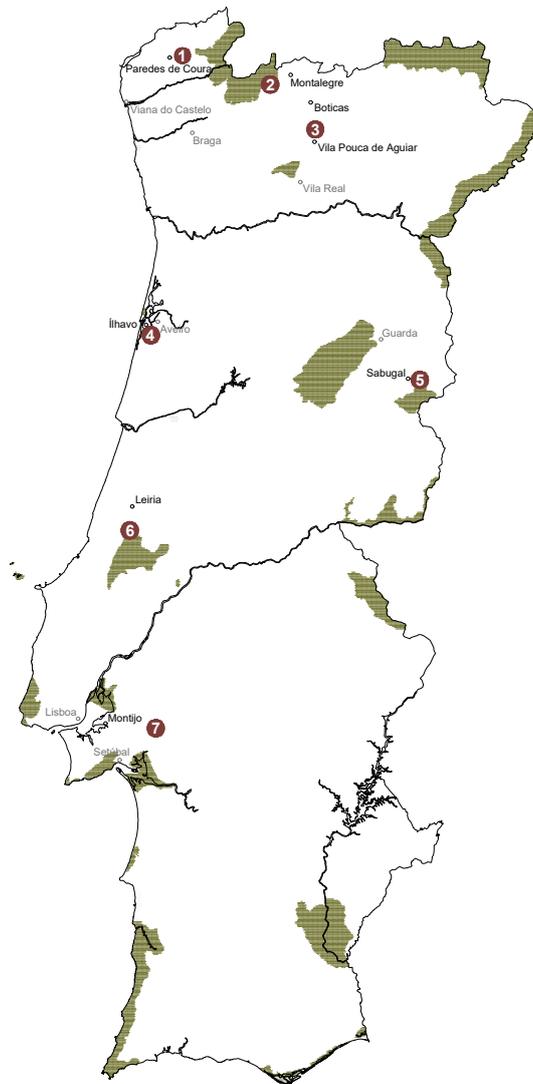
FIG. 03.07 | Dois exemplo de construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela «Riforma Fondiaria» - Itália (s.d.)
| Fonte: (Lobo e Antunes, 1960, p. 172)

que possibilitava que toda família auxiliasse na exploração agrícola, criação de gado, vigilância das culturas, etc. Outros factores que se opuseram à dispersão das habitações foram os acessos, abastecimento de electricidade e de água, proximidade a vários edifícios públicos como a igreja, escolas, médico, assistência social e actividades lúdicas, para além de que a sua disposição mais agrupada fomentava a vida social em comunidade e espírito de cooperação. Por isso, as casas foram localizadas a uma distância máxima de tais equipamentos, que não superasse os seguintes valores: a escola de infância foi situada a 400-500 metros, a escola primária a 1.500-3.000 metros, a igreja a 4.000 metros, formando estes, centros de interesse colectivo (Lobo e Antunes, 1960).

De entre outras, a colonização agrícola realizada em Espanha, Bélgica e Itália, revela uma procura por elevar as condições de vida do trabalhador rural que incluiu várias medidas relacionadas com a transformação do meio rural com o intuito de definir um lugar que fosse capaz de sustentar a vida e o trabalho das famílias rurais. Foram projectadas diferentes tipos de habitação com os espaços essenciais para o estilo de vida dos seus residentes, bem como um conjunto de infraestruturas e edifícios públicos que foram colocados de modo a facilitar o acesso a serviços e formas de assistência. A arquitectura desempenhou um papel de acentuada importância na medida em que permitiu a fixação de uma população em zonas despovoadas onde as potencialidades de exploração agrícola estavam desaproveitadas.

As referências estrangeiras de colónias projectadas na Europa permitiram, junto com vários estudos conduzidos pela JCI, constituir um conjunto reduzido de paisagens rurais, edifícios (habitação e equipamentos) e infra-estruturas que, independentemente da sua escala ou configuração, apresentam uma experiência de grande interesse a nível antropológico, agrológico, hidrológico, urbanístico e arquitectónico.

03. Colonização Interna



0 40km

● - Colónias agrícolas
■ - Paisagem natural

- 1 - Colónia da Boalhosa
Paredes de Coura (1939/58)
- 2 - Colónia do Barroso
Montalegre e Boticas (1943/51)
- 3 - Colónia de Alvão
Vila Pouca de Aguiar (1945/54)
- 4 - Colónia da Gafanha
Ílhavo (1942/52)

- 5 - Colónia de Martim Rei
Sabugal (1938/43)
- 6 - Colónia dos Milagres
Leiria (1925/26 - 1939/40)
- 7 - Colónia de Pegões
Montijo (1942/52)

FIG. 03.08 | Localização das Colónias Agrícolas em Portugal | Fonte: O Autor

PORTUGAL

Sobre Portugal, o projecto *Modscapes* (2016) refere que ao longo da história portuguesa, as condições demográficas e a dependência de trigo proveniente de outros países foram motivo de vários debates relacionados com o aproveitamento agrícola e políticas de colonização. Sob o regime totalitário, o Estado Novo, procedeu-se ao reconhecimento dos baldios com a finalidade de realocar agricultores que vivessem em extrema pobreza. Após estabelecida a JCI foram implementadas colónias agrícolas que são testemunho do carácter experimental que se procurou desenvolver em matéria de desenvolvimento agrícola e colonização em Portugal, durante a primeira metade do século XX (HERA, 2016). Ainda assim, reconhece que os planos de aproveitamento agrícola e de colonização resultaram num número reduzido de paisagens rurais modernistas.

Entre 1926 e meados da década de 1950 foram estabelecidas, em Portugal, sete colónias agrícolas, num total de 9055 hectares (Ministério da Economia, 1973). A maioria das colónias estão localizadas na região Centro e Norte, em terrenos baldios, com excepção da Colónia Agrícola de Pegões, a única colónia situada a Sul do rio Tejo e implantada em propriedade do Estado, facto que "terá estado na origem do seu carácter exemplar, mas, também, na sua singularidade, já que a política de colonização não conseguiu produzir qualquer outro colonato com as mesmas características" (Lopes, 2009, p. 21). Saliente-se que as colónias agrícolas foram situadas na proximidade de núcleos urbanos e junto a paisagens naturais [ver FIG. 03.08], formando pequenas povoações ou conjuntos de casas dispersas associadas à ruralidade e exploração agrícola desenvolvida nessas regiões [ver FIG. 03.09].

Conforme referido no *Dicionário de História do Estado Novo* (Rosas e Brito, 1996) a política de colonização interna foi delineada em paralelo com a política de hidráulica agrícola, prevendo-se que as terras que fossem beneficiadas com obras de hidráulica, conduzissem à instalação de colonos. A instalação desses núcleos não terá encontrado obstáculos nos baldios ou terrenos pertencentes ao Estado. Contudo, a realidade foi diferente quando as intervenções tiveram como foco a propriedade privada, nas quais os grandes proprietários resistiram e impediram qualquer intervenção nos seus terrenos.



FIG. 03.09 | [CFT003.65193] Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

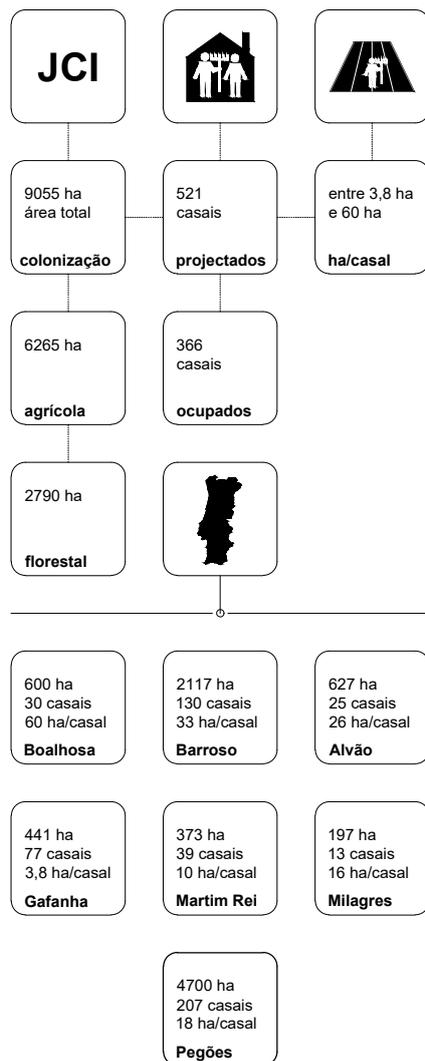


FIG. 03.10 | Esquema sobre a colonização interna em Portugal, com base em: (Ministério da Economia, 1973)
| Fonte: O Autor

A colonização era considerada como meio de afirmação da nacionalidade através da criação de núcleos de povoamento que “deviam transformar-se num viveiro de colonos” (Rosas e Brito, 1996, p. 159) no entanto, e segundo estes autores: “O balanço desde primeiro projecto de colonização interna evidencia que a sua concretização veio a ser muito limitada” (1996, p. 160).

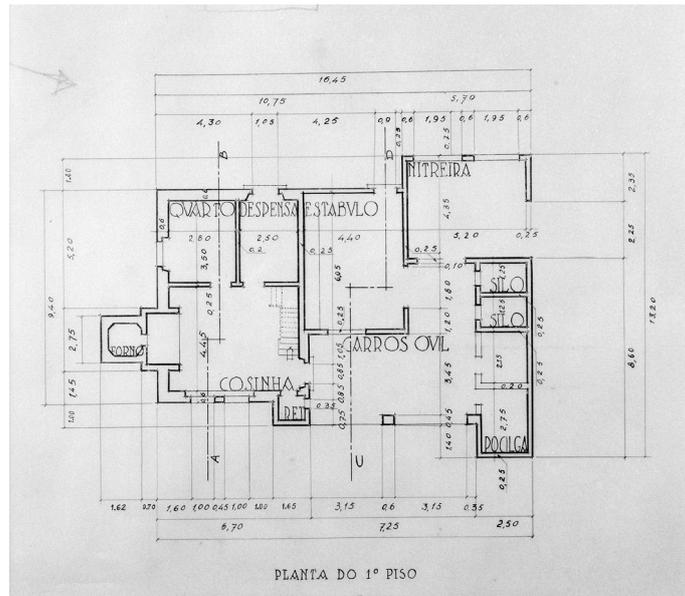
Apesar do projecto de colonização interna ter grandes expectativas da sua aplicação em Portugal, este acabou por se materializar num número reduzido de colónias agrícolas. Dados recolhidos na obra *J.C.I. Síntese da sua organização e obra* (Ministério da Economia, 1973) atestam a construção de 521 casais agrícolas. A sua distribuição pelas colónias bem como as áreas de exploração concedidas aos colonos variaram de acordo com os diferentes núcleos de colonização sendo que a Colónia de Pegões corresponde à maior colónia criada em Portugal, com 207 casais agrícolas, e sendo a Colónia dos Milagres a de menor dimensão com apenas 13 casais. No início da década de 70, dos 521 casais apenas 366 se encontravam ocupados por colonos [ver FIG. 03.10].

A arquitectura desempenhou um papel importante na transformação agrária e por sua vez na fixação de famílias rurais em diversos territórios. A JCI utilizou diferentes conceitos no desenho do planeamento urbanístico e arquitectónico. No que diz respeito ao campo de actuação da JCI, a obra de colonização realizada em Portugal incluiu as seguintes tarefas:

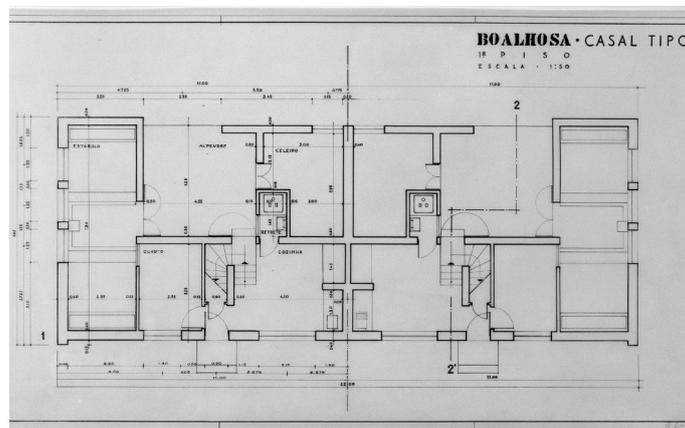
- construiu habitações para famílias colónicas em diversos núcleos de colonização, prevendo para cada caso uma dada estrutura económica, uma divisão em aldeamentos ou grupos, um dado tipo de concentração e um programa de instalações complementares; (...)
- Utilizou para estes trabalhos os processos e a mão de obra correntes, bem como os materiais que em cada região resolvem tradicionalmente os problemas levantados pela construção de pequenas habitações: perpeanços de granito, alvenarias ordinárias, madeiras, materiais cerâmicos e hidráulicos, etc., etc.
- Construiu instalações para animais, alfaías e produtos agrícolas, em extensão da parte habitada, em anexo ou em construção isolada, encarando a resolução de casos que vão dos reduzidos programas, destinados a assalariados e glebeiros, até aos conjuntos de carácter para-industrial, integrados em grandes empresas agrícolas ou em conjuntos planificados de pequenas explorações; (Lobo e Antunes, 1960, pp.106-112)

Perante a complexidade deste projecto a JCI habilitou-se de uma equipa de técnicos que permitiram uma leitura geral de questões relacionadas com economia, urbanismo, agronomia, pecuária, engenharia, arquitectura e paisagismo, o que levou a que as colónias assumissem características distintas (Lobo e Antunes, 1960). As colónias agrícolas criadas no território nacional surgiram de diversas variáveis relacionadas com o espaço rural como a localização, tipo de concentração dos assentamentos, dimensão da experiência de colonização e divisão em núcleos de colonização, exploração agrícola, número e tipologias de casais agrícolas, estruturas complementares da habitação rural bem como outros edifícios de apoio, para além da materialidade dessas construções.

Por exemplo, no que refere às habitações construídas pela JCI, os arquitectos Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes (1960), na obra *Problemas actuais da pequena habitação rural*, referem que a fixação do trabalhador rural se afirmava como condição necessária para conseguir proceder a uma determinada transformação agrária. Para tal, foram projectadas e organizadas células unifamiliares isoladas [ver FIG. 03.11], blocos geminados [ver FIG. 03.12], grupos de habitações em banda contínua, unidades uni ou plurifamiliares, projectando diversos tipos de casas rurais:



03.11



03.12

FIG. 03.11 | [CFT003.65203] Casal-tipo, Colônia Agrícola do Barroso, Montalegre (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)
FIG. 03.12 | [CFT003.65207] Casal-tipo, Colônia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

Tendo em vista a empresa agrícola a que se destina a casa rural, construiu:

- a – em habitat disperso, subordinando a posição desta ao local de trabalho de uma exploração de tipo médio (casal agrícola);
- b – em habitat semi-disperso, conciliando razões de aproximação dos centros de interesse e de trabalho;
- c – em habitat pro-concentrado, materializando necessidades de vizinhança e de equipamento-base;
- d – em habitat concentrado, acentuando tais necessidades e fazendo-as prevalecer sobre os factores de dispersão. (Lobo e Antunes, 1960, p. 112)

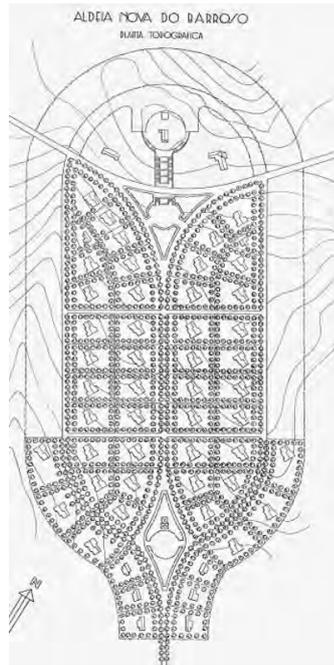
Cardoso, Maia e Trevisan (2018), investigadoras no projecto *Modscapes*, numa comunicação apresentada no *X Congresso Docomomo Ibérico* intitulada *Questões da Habitação Moderna no quadro da colonização interna na península ibérica*, referem que no contexto na colonização interna em Portugal os arquitectos do quadro da JCI importaram uma “noção moderna de tipologia” uma vez que se verifica uma procura de proporcionar intimidade ao colono e sua família através de quarto próprio para o casal e quartos para os filhos separados, em função do género. Sublinham que a existência de uma sala comum (sala e cozinha no mesmo espaço) é uma opção constante nas habitações projectadas para as colónias agrícolas sendo este espaço o lugar de fogo, o lugar central da habitação, evocação da arquitectura vernacular. Consideram também que a existência de um alpendre enquanto espaço de transição constitui o espaço de distribuição e atravessamento sendo que:

“Embora estas casas apresentem uma organização interna simples, a separação clara entre a zona dos quartos e zona colectiva, a abertura de vãos na fachada em todos os espaços habitáveis e a existência de instalações sanitárias constitui uma grande diferença qualitativa face às anteriores condições da casa do camponês marcadamente insalubre.” (Cardoso, Maia e Trevisan, 2018)

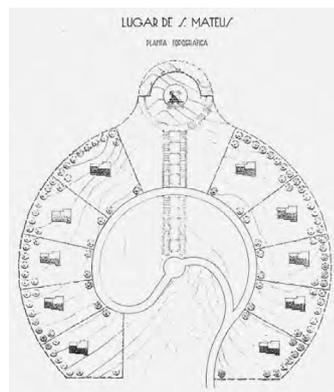
A arquitecta Filipa de Castro Guerreiro (2016a) sublinha que, de Itália, eram conhecidos dois modelos de habitação: por um lado um modelo constituído por habitações dispersas pelas parcelas de cultivo e, por outro, um modelo de assentamento concentrado formado por habitações e equipamentos. Igualmente, o conhecimento da colonização interna realizada em Espanha, proporcionava críticas ao povoamento do tipo disperso pois era essencial que se respondesse a:

“um conjunto de necessidades de maior escala centradas no assentamento onde as ditas habitações se deveriam inscrever; era necessário construir serviços públicos de educação, assistência, saúde e divertimento que prolongassem o lugar de residência e completasse assim um ambiente adequado” (Monclús e Oyón, 1988 apud Guerreiro, 2016a, p. 146)

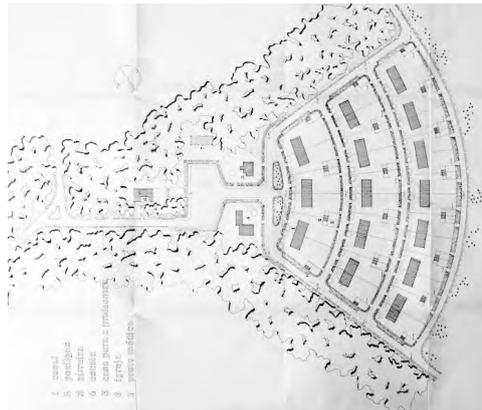
Guerreiro (2016a) considera que a forma como cada colónia foi constituída e configurada não é o resultado de “um projecto único, pontual e fechado” (p. 145) mas sim de um processo longo que reflectiu várias condicionantes enquanto instrumento de representação do Estado sendo que, entre a década de 1940 e 1950, os projectos para os assentamentos revelam “a procura de um novo sentido de representação, expresso já não pelos valores da ruralidade, mas pela presença institucional do Estado que agora se quer expor como agente de modernização” (Guerreiro, 2016a, p. 151). A autora considera existir uma semelhança com as experiências realizadas em Itália que concentraram equipamentos estrategicamente, criando centros cívicos que expõem e afirmam instituições do Estado ao incluírem assistência técnica, médica e social, constituindo-se como “novos referentes identitários dos colonos – colonos agora entendidos como detentores de empresas agrícolas familiares, e por outro, materializar um cenário de representação da presença do Estado” (idem).



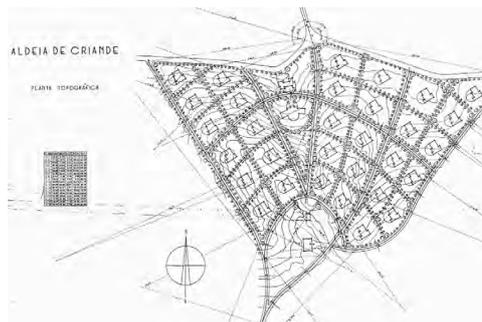
03.13



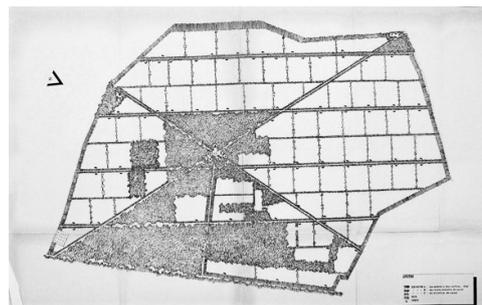
03.14



03.15



03.16



03.17

FIG. 03.13 | Colónia do Barroso: Aldeia Nova do Barroso (s.d.) | Fonte: (Rapazote, 2012, p. 216)
 FIG. 03.14 | Colónia do Barroso: Lugar de S. Mateus (s.d.) | Fonte: (Rapazote, 2012, p. 218)
 FIG. 03.15 | Assentamento de Vascões, C.A. Boalhosa. Arq. António Trigo (1956) | Fonte: (Guerreiro, 2016, p. 165)
 FIG. 03.16 | Colónia do Barroso: Aldeia Criande (s.d.) | Fonte: (Rapazote, 2012, p. 217)
 FIG. 03.17 | Planta Geral de Ordenamento Paisagístico da Colónia Agrícola da Gafanha. Arq. P. António Campello (1956)
 | Fonte: (Guerreiro, 2016, p. 164)

Ainda Guerreiro refere que os projectos das primeiras colónias, Martim Rei e Milagres, bem como no projecto de colonização de Pegões apresentado em 1942, "o desenho dos assentamentos reflecte apenas questões agronómicas e económicas" sendo que os projectos de colonização dos baldios do concelho de Montalegre e Boticas, terminados entre 1943 e 1946, marcaram um momento de transição no qual, "se começaram a colocar questões de desenho do assentamento, do ponto de vista arquitectónico" (Guerreiro, 2016, p. 145).

Helena Maia e Isabel Matias (2016), ambas investigadoras do Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEEAA) consideram que em Portugal, ao nível do assentamento, as colónias agrícolas estão divididas em duas categorias: assentamento do tipo disperso - de que é o caso da Colónia de Martim Rei e o núcleo de Faias, pertencente à Colónia de Pegões - e assentamento do tipo concentrado, sendo possível observar algumas variações que se dividem em casos definidos por eixos axiais rígidos - os núcleos de Aldeia Nova do Barroso [ver FIG. 03.13] e Lugar de S.Mateus [ver FIG. 03.14], na Colónia do Barroso, e o núcleo de Vascões [ver FIG. 03.15], na Colónia da Boalhosa - e casos que apresentam uma estrutura orgânica, que resultam de uma adaptação às características do lugar - o núcleo de Pegões Velhos, na Colónia de Pegões, e o núcleo da Aldeia de Criande [ver FIG. 03.16], na Colónia do Barroso. Referem ainda que a Colónia da Gafanha [ver FIG. 03.17] constitui um caso único definido por um núcleo central onde foram localizados os edifícios públicos, associados a uma "grelha regular, claramente moderna" (p. 105). As mesmas autoras também sublinham a particularidade do núcleo de Figueiras, na Colónia de Pegões, onde a existência de uma estrutura regular deu origem a uma grelha ortogonal que definiu a estrutura desse núcleo.

Da sua análise verificam-se dois tipos de assentamento e suas variações (anteriormente identificadas) na Colónia de Pegões. Cada núcleo desta Colónia foi associado a um tipo de assentamento tendo permitido uma experimentação ao nível da organização do território e localização dos edifícios públicos em relação às habitações dos colonos.

No âmbito da presente investigação foi desenvolvido e exposto um poster no X Congresso Docomomo Ibérico: *El fundamento social de la arquitectura; de lo vernáculo y lo moderno, una síntesis cargada de oportunidades*, realizado nos dias 18, 19 e 20 de Abril de 2018. O Poster desenvolvido com a co-autoria da professora Sofia Aleixo intitulado: *Colonização agrícola em Portugal: Habitar a Colónia de Pegões, entre o Tradicional e o Moderno* (Nunes e Aleixo, 2018) [ver Anexo 3] sintetiza que a paisagem rural da Colónia de Pegões revela uma modernidade urbanística e arquitectónica, já constando de equipamentos que apoiavam a vida social e espiritual dos colonos e sendo que, ao nível da habitação eram oferecidas condições de conforto e salubridade contrastantes com as habitações rurais, registadas pelo *Inquérito à Arquitectura Popular* (Távora et al., 2004).

No contexto do congresso foram realizadas visitas aos *pueblos de colonización* de Gévora, Guadajira e Lácara, em Badajoz, onde se observou o estado de conservação e as alterações de uso, reforçando a pertinência da pergunta de investigação. Previamente à análise da Colónia de Pegões e do seu carácter experimental e único no panorama da colonização interna em Portugal, cumpre identificar algumas das especificidades requeridas na selecção dos colonos para as colónias, o que permitirá entender o estereótipo de família concebido pelo Estado Novo e formas como os colonos habitavam a Colónia de Pegões.

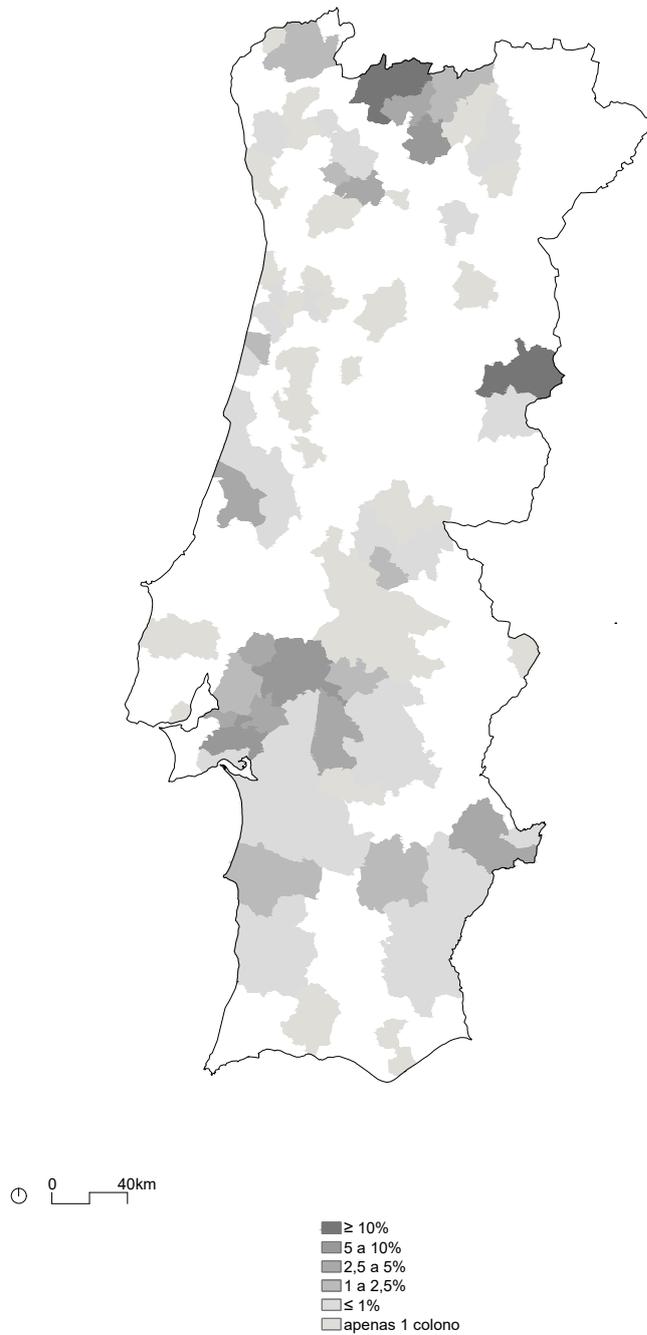


FIG. 03.18 | Origem dos colonos seleccionados pela JCI para as colónias agrícolas: Distribuição Geográfica, com base em: (Caldas, 1982) | Fonte: O Autor

03.2. COLONO-TIPO

A colonização é indissociável do trabalhador rural e da sua família, a base social de um projecto político-social. Todavia, revelou-se difícil a condução de uma transformação agrária no país à medida que se lidava com diferentes tipos de pessoas, "recrutados nas mais baixas camadas da população" e considerando que "era de ignorância ou de atraso a situação da maioria da nossa população rural ligada ao minifúndio" (Ministério da Economia, 1973, p. 64). Conforme referido na obra *J.C.I., Síntese das suas organização e obra* (1973) os estudos conduzidos pela JCI permitiram beneficiar cerca de 6.400 famílias distribuídas por sete colónias agrícolas. No panorama da habitação rural, a maioria das famílias viviam em situação de pobreza no que respeita à sua construção, salubridade e não servindo de complemento à actividades do trabalhador rural pelo que a colonização se apresentou como instrumento para a elevação da qualidade de vida das famílias portuguesas.

A selecção dos colonos pela JCI tinha já como antecedente a experiência da Colónia dos Milagres, fundada em 1926 nos baldios de Milagres e Bidoeira, concelho de Leiria. Considerando que a sua origem é anterior à criação da JCI, a Charneca dos Milagres pertencia inicialmente à respectiva Junta de Freguesia de Milagres, a qual em 1926 entregou baldios do concelho de Leiria aos Serviços de Baldios e Incultos da Direção Geral do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura para estudo e futura colonização (Caldas, 1982). Todavia, o *Relatório dos trabalhos e contas de gerência* realizado pela JCI em 1937, conduziu a uma reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres porque a "actividade da Colónia dos Milagres não correspondeu ao que dela se esperava" uma vez que o método de recrutamento dos colonos não permitiu "a conveniente selecção, tendo os casais sido entregues a indivíduos sem qualidades colonizadoras" (apud Caldas, 1982, p. 31).

A reorganização da Colónia dos Milagres foi um dos primeiros trabalhos de colonização da JCI e permitiu definir um ponto de partida sobre o perfil de colono desejado a instalar pela JCI nas futuras colónias. São estas "qualidades colonizadoras" que a JCI procurou garantir na selecção da população residente das colónias que foram criadas posteriormente, definindo através de legislação própria quais os critérios que os candidatos a colonos deveriam reunir para serem aceites nos núcleos de colonização.

Desta forma, em 1936, o Decreto-Lei n.º 27:207, no Art. 173º constata que, para alcançar os vários objectivos da JCI, seria necessário, entre as várias competências, estudar formas de melhor aproveitamento de terrenos bem como a melhoria das condições de vida das populações rurais. Somente após realizado esse estudo, seriam então elaborados de planos de fruição e sequente instalação de casais agrícolas. Também era reconhecida a necessidade de ser prestada assistência técnica que incluiria a constituição de associações cooperativas e caixas de crédito agrícola de modo a auxiliar o trabalhador rural que iria explorar as terras determinadas pela JCI (Decreto-Lei n.º 27:207, 1936).

Os colonos admitidos nas várias colónias vieram de diversas regiões do país (Caldas, 1982) [ver FIG. 03.18]. Reconhecendo os desafios decorrentes da aglomeração de várias famílias pobres para colonizar um determinado território, a JCI estipulou critérios de admissão para atribuição de casais agrícolas, os quais, foram sendo ajustados de acordo com a experiência adquirida por parte da JCI, na selecção para outros projectos de colonização no país.



FIG. 03.19 | [Capa] Problemas de colonização. I.- a zona pliocénica ao sul do Tejo (s.d.) | Fonte: (JCI, 1943)

Considerando a imagem na capa dos projectos para as colónias agrícolas e também utilizada noutras publicações [ver FIG. 03.19], fica evidente a referida ideologia do Estado Novo sobre o tipo de colono e sua relação com o casal agrícola: num primeiro plano, o trabalhador rural acompanhado pela sua esposa e filho, enquanto este cultiva a sua parcela de terreno e, em segundo plano, a sua habitação ou casal agrícola. Nessa imagem é destacada a importância da colonização para a nação, à medida que o Estado, enquanto promotor desse empreendimento, vinculou uma noção de identidade nacional centrada na família rural portuguesa: o escudo português, a identificação do Ministério da Economia e JCI, bem como uma frase do historiador Manuel Severim de Faria: "por este meyo das Colonias teve a povoação do Reyno principio..."

O casal agrícola constituía "uma unidade económica perpétua, inalienável, indivisível e impenhorável" (Decreto n.º 36709, 1948, Art. 6.º) formado por "casa de habitação com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para a manutenção de uma família média de cultivadores" (idem, Art. 5.º). Os casais só poderiam ser atribuídos a quem reunisse os requisitos estipulados e somente após determinados os terrenos para instituição de casais agrícolas e aprovados os projectos, a JCI abriria então um período de inscrições mediante publicitação nos meios rurais, estipulando os requisitos necessários aos candidatos interessados:

- a) Ser trabalhador rural ou pequeno agricultor, do sexo masculino;
- b) Ser chefe de família;
- c) Ser português de origem e de idade não superior a 30 anos à data do pedido de concessão;
- d) Não possuir bens suficientes para prover às necessidades do seu agregado familiar;
- e) Reunir as condições de aptidão e idoneidade consideradas necessárias;
- f) Não ser titular de outro casal agrícola. (Decreto n.º 36709, 1948, Art. 22.º)

Nestes critérios fica evidente a afirmação da identidade portuguesa, presente no discurso do Estado Novo: o "homem português", trabalhador rural e chefe de família, apto para transformar a terra e, através desta, garantir a sua subsistência. Porém, para além de uma questão de subsistência, existe uma clara vontade de aliar o trabalhador rural ao proprietário que, pelo apego à sua porção de terra, encontraria nesta segurança, estabilidade e esperança de melhoria do seu modo de vida.

Relativamente ao critério da "idade de admissão" dos colonos, este foi sendo reajustado, podendo ser, inclusivamente dispensado, caso a JCI assim o entendesse: "o casal agrícola só pode ser transmitido para pessoa que reúna as condições necessárias para lhe poder ser directamente concedido um casal, salvo o requisito da idade, que pode ser dispensado pela Junta" (Decreto n.º 36709, 1948, Art. 9.º). Por exemplo, em 1954, sob a Lei n.º 2072 que revoga várias disposições do Decreto n.º 36709, foi alterado o limite de idade, aumentado para os 40 anos. No entanto, Caldas (1982) considera que a preferência pela selecção de colonos que não superassem a idade dos 30 anos "pode-se explicar pela maior robustez física e melhor oportunidade de ligação à terra e aos núcleos de povoamento por parte dos colonos mais novos, ao mesmo tempo que adiava a difícil questão de sucesso de colonos" (p. 31).

Em 1948, no Decreto n.º 36709 que promulga o regulamento sobre aproveitamento de baldios, o Art. 29.º refere que os casais agrícolas seriam entregues em regime de fruição provisória a título experimental, entre 3 e 5 anos. A atribuição dos casais agrícolas aos colonos também considerava o pagamento de um empréstimo à JCI em forma de géneros, isto é, numa porção das colheitas, para além de também ser concedido ao colono um empréstimo "discriminando-se a parte constituída pelos gados, alfaias agrícolas e móveis para a casa de habitação e suas dependências e a que se destina a constituir o fundo da exploração rural;" (Decreto n.º 36709, 1948, Art. 30.º). A fruição do casal passaria a definitiva somente quando todas as anuidades tivessem sido pagas, definindo o casal agrícola como "casal de família" (de acordo com o Art. 77.º do mesmo decreto-lei), a partir do momento em que fosse concedido o alvará de propriedade definitiva. Estava aqui implícita uma questão de rentabilidade económica: o colono via-se obrigado a manter o grau de exigência na sua produção, não só para garantir o sustento para si e para a sua família como para cumprir com o dever de pagar a prestação previamente estipulada sob risco de penalização.

Tal como descrito no Art. 33.º e no Art. 62.º:

Art. 33.º A Junta de Colonização Interna pode retirar a fruição provisória ao colono, designadamente nos casos em que este mostre ter deixado de possuir qualquer dos requisitos necessários à admissão, deixe de cumprir as suas obrigações de colono, ou revele falta de aptidão para executar os trabalhos da exploração que lhe está confiada. (...)

Art. 62.º O colono é obrigado a dedicar-se à exploração do casal com a diligência e cuidado de um bom agricultor e a cumprir as demais obrigações impostas neste regulamento. (Decreto n.º 36709, 1948)

A conduta também era uma das condicionantes para o colono continuar a explorar o casal agrícola estando assim obrigado a cumprir todos os requisitos e aptidões relacionadas com a exploração da terra, correndo o risco de expulsão à falta de cumprimento das suas obrigações enquanto colono.

Para garantir o sucesso das colónias a JCI implementou um serviço de assistência e orientação a ser prestado aos colonos para promover o melhor aproveitamento dos casais e exploração agrícola, nomeadamente proporcionando acesso a assistência social. A JCI previu o ensino das crianças através da construção de escolas de ensino primário ou postos de ensino, e procurou facultar às famílias o acesso à assistência médica através de serviços clínicos "a fim de velar pela saúde física, intelectual e moral da família" (Decreto n.º 36709, 1948, Art. 93.º).

Em 1954, na Lei n.º 2072, são salientadas várias tarefas a realizar nas colónias pela JCI que incluiria assistência social, instrução, culto ou outras formas de serviço que seriam essenciais e condicionantes ao desenvolvimento desses núcleos populacionais. Assim sendo, a JCI promoveria cursos móveis com a seguinte finalidade:

- a) Instruir os colonos, filhos de colonos e trabalhadores rurais nas práticas mais importantes seguidas na exploração dos casais, tais como: regadio, tratamento de animais, mecanização, tecnologia dos produtos e preceitos de administração de pequenas empresas;
- b) Facultar às mulheres e filhas de colonos noções de economia doméstica, higiene alimentar e indústrias caseiras. (Lei n.º 2072, 1954, Art. 23.º)

Uma das medidas de assistência foi prestada directamente aos colonos através de cursos sobre a execução das várias tarefas na exploração da terra, sistema de rega, cuidados a ter com o tratamento dos animais, utilização de máquinas, métodos de adubação e medidas para administrar o casal de modo a obterem o melhor rendimento possível. Esta assistência também foi dada aos filhos dos colonos, tendo muitos deles seguido o percurso dos pais dedicando-se à exploração da terra e alguns deles obtendo formação como técnicos agrícolas.

Em relação às mulheres e filhas dos colonos, fica bem evidente a discriminação de género. Do ponto de vista do Estado, o papel da mulher estaria confinado às tarefas domésticas, sendo facultados cursos às mulheres dos colonos mas também às suas filhas de modo a executar eficazmente a "sua tarefa", à medida que apoiavam o homem, o novo ideal português, força motivadora da produção de cada casal.

Conforme refere Caldas (1982) a organização do trabalho familiar, considerando o auxílio prestado pelo número de filhos, apresentava-se assim como condição para o sucesso da obra de colonização, "garantindo melhor do que as economias, a boa exploração do casal, não só pela reserva de trabalho familiar que representava, mas também por melhor assegurar o desejado "apego à terra" (Caldas, 1982, p. 31). Ainda assim, de acordo como a obra *J.C.I.: síntese da sua organização e obra* (Ministério da Economia, 1973) conclui-se que "sem uma assistência constante, polimorfa, os casais, ou melhor, a iniciativa colonizadora do Estado, não teria grande viabilidade ou podia resultar em desprestigiante descalabro, sendo os colonos as primeiras vítimas" (p. 64).

03.3. CONCLUSÃO

Os projectos de colonização desenvolvidos em Portugal apresentaram uma complexidade que não estava somente relacionada com a agricultura, mas por acréscimo, com um conjunto de infra-estruturas, propaganda, critérios de selecção e assistência de modo a viabilizar um projecto agrícola, urbanístico, arquitectónico mas acima de tudo social, pois seria projectado para colonos e seriam esses que, pelo habitar, ditariam o sucesso ou fracasso desse empreendimento. Seria assim essencial que a arquitectura respondesse a uma série de necessidades que deveriam estar presentes no habitat, isto é, no conjunto edificado da Colónia. O sucesso do habitar dependeria de premissas como trabalho agrícola, educação, saúde, bem-estar (lúdico), religião, isto é, factores económicos, políticos e sociais.

As opções arquitectónicas e urbanísticas adoptadas estiveram intimamente relacionadas com a promoção de um estereótipo concebido pelo Estado: um habitante, colono-tipo que tinha de corresponder necessariamente aos critérios do Estado. A promoção dessa suposta identidade também se fez acompanhar por um conjunto de medidas de assistência às famílias dos colonos: educação, formação, e assistência médica e técnica.

A família é, perante a ideologia do Estado Novo, o elemento chave que, sendo tarefa do colono a exploração da terra, toda ela se encontraria focada nessa tarefa. Tal facto é evidenciado pelas habitações, serviços e assistência prestada aos colonos e suas famílias, que contribuíram para assegurar um "apego à terra" que compensaria os desafios da ruralidade, enquanto colonos e trabalhadores rurais.

Hoje, as paisagens rurais modernistas estão em risco de descaracterização. O número reduzido de colonos originais, detentores de um conhecimento e experiência vinculada a um período de particular interesse da história no século XX, já se encontram em idade avançada. Estas paisagens não são valorizadas nem preservadas, a adaptação é desencorajada, a pressão imobiliária conduziu a profundas transformações no território, resultando por sua vez em paisagens cujo valor patrimonial não é reconhecido (HERA, 2016).

Assim sendo, com o intuito de compreender a identidade actual da Colónia de Pegões, consideremos primeiro alguns dados sobre a origem da Colónia de Pegões que constituem uma base histórica, social e arquitectónica, essencial para proceder à sua comparação entre o passado e a situação actual da Colónia.

FIG. 04.01 | [CFT003.65168] Colónia Agrícola de Pegões, Pegões Velhos (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

04.

COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES





FIG. 04.02 | [CFT003.76365] Obras de transformação dos solos no núcleo de Figueiras (s.d.)
| Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

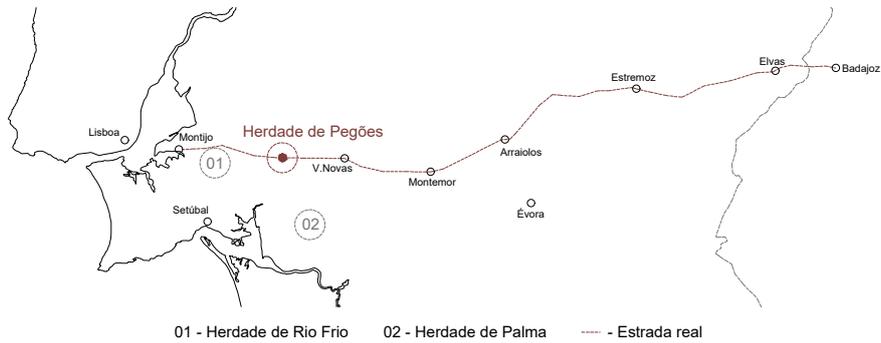
04.

Neste Capítulo proceder-se-á ao enquadramento histórico e territorial da Colónia Agrícola de Pegões, pertencente à União de Freguesias de Pegões, concelho de Montijo, distrito de Setúbal. Explora-se o ensaio de colonização particular realizado pelo proprietário original, José Rovisco Pais, seguindo-se a análise do projecto de colonização desenvolvido pela JCI. Distribuindo-se por três núcleos sociais - Faias, Figueiras e Pegões Velhos - serão apresentados os diferentes casais-tipo e conjunto de equipamentos públicos projectados para cada núcleo.

Este enquadramento estrutura-se cronologicamente de acordo com três períodos relevantes no processo de colonização:

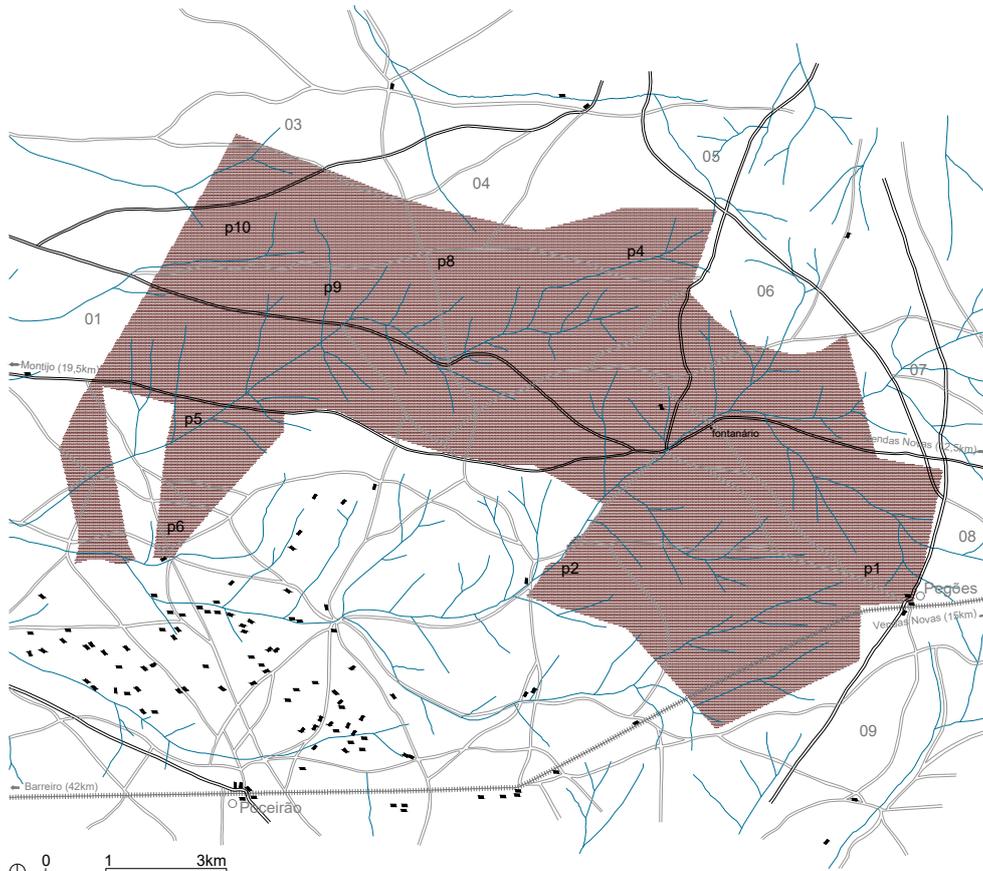
- >1924-1938, período pré-Colónia que inclui a situação em que se encontravam as propriedades correspondentes à futura Colónia de Pegões antes da sua colonização, bem como os estudos preliminares realizados para esse território;
- >1938-1974, período de concepção e implementação da Colónia, incluindo a fixação de famílias nos casais agrícolas e a exploração da terra [ver FIG. 04.01 e 04.02];
- >1974-2018, período pós-Colónia que corresponde à habitação da Colónia desde extinção da JCI até à actualidade.

04. Colónia Agrícola de Pegões



01 - Herdade de Rio Frio 02 - Herdade de Palma - - Estrada real

FIG. 04.03 | Estrada Real (actual EN4) | Fonte: O Autor



- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------|
| 01 - Herdade de Rio Frio | ○ - Estação ferroviária | p1 - Sesmaria Nova |
| 02 - Herdade de Palma | — - Linhas de água | p2 - Pegos Claros |
| 03 - Herdade do Arieiro | — - Linha ferroviária | p3 - Pegões Velhos |
| 04 - Herdade de Colares de Perdizes | — - Estrada principal (EN4) | p4 - Pessegueiro |
| 05 - Herdade das Taipadas | — - Estrada secundária | p5 - Faiais |
| 06 - Herdade de Alpendurada | ■ - Conjunto edificado | p6 - Lagoa do Calvo |
| 07 - Foros da Judia | ■ - Herdade de Pegões (p1-p10) | p7 - Medronheira |
| 08 - Herdade Craveiro do Norte | | p8 - Trapo |
| 09 - Herdade do Espirra | | p9 - Aroeira |
| | | p10 - Passarinhas |

FIG. 04.04 | Herdade de Pegões, com base em: (Rosa, 1939) | Fonte: O Autor

04.1. LOCALIZAÇÃO

Entre a Herdade de Rio Frio e a Herdade de Palma [ver FIG. 04.03], existiu uma propriedade denominada Herdade de Pegões, constituída por 10 herdades contíguas com as seguintes denominações: Aroeira, Faias, Lagoa do Calvo, Medronheira, Passarinhas, Pegões Velhos, Pegos Claros, Pessegueiro, Sesmaria Nova e Trapo. A sede ou monte (Rosa, 1939; JCI, 1942) desta propriedade de configuração irregular com 15 km de comprimento e 6 km de largura, estava localizada na herdade de Pegões Velhos junto à actual Estrada Nacional 4 (EN4), abrangendo uma superfície com aproximadamente 6.300 hectares [ver FIG. 04.04]. A localização da Herdade de Pegões permitia uma grande facilidade de acesso a importantes vias de comunicação que relacionavam a propriedade com eixos de circulação entre Setúbal e Évora, Pegões e Canha. Para a localização da sede contribuiu igualmente a proximidade ao caminho de ferro pelas estações de Poceirão e Pegões e o facto de estar a 80 km da capital (Rosa, 1939).

A importância da actual EN4 enquanto importante eixo de circulação, remontará ao ano 1533 (Projeto de Lei n.º 580/XII/3.ª, 2014). Anteriormente conhecida como "Estrada Real", ligava Montijo, Alentejo e Espanha, e passava por várias povoações como Atalaia, Pegões, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz, Elvas e Badajoz. O tráfego de passageiros e mercadorias nessa estrada deu origem ao lugar de "vendas" de Pegões, actual Pegões Velhos, tendo sido o primeiro serviço postal para o sul do país e para Espanha. Em 1728, com os casamentos reais, o rei D. João V ordenou que se arranjasse a "Estrada Real", fosse construído o Palácio Real em Vendas Novas para alojar os convidados vindos de Espanha e que fossem construídos quatro fontanários, um deles localizado em Pegões Velhos ainda hoje em funcionamento na localidade junto à EN4 [ver FIG. 04.05].



FIG. 04.05 | Fontanário em Pegões Velhos (2018) | Fonte: O Autor

O arquitecto Victor Mestre (1999) num texto intitulado *Faias e Pegões, de Terra de Acções de Bandoleiros e Assaltantes à colonização dos anos 40 deste século* refere que apesar de existirem claras possibilidades de que o perfil dessa estrada tenha sido reconfigurado, a "Estrada Real" também veio a ser conhecida como Estrada das Quadrilhas, lugar de assaltos cometidos por diversos "guerrilheiros, bandoleiros ou simples rebeldes" que aproveitavam aquele eixo de circulação para roubar os bens das pessoas que por ali circulavam ou até libertar presos. Refere que tais acções de bandoleiros terão começado durante o período das invasões francesas tendo adquirido um certo protagonismo enquanto defensores dos oprimidos e rebeldes que não se submetiam à vontade do regime e seus poderosos representantes, referindo o Zé do Telhado na região Norte, João Brandão nas Beiras ou José Joaquim de Sousa Reis, o temível saltador do

Algarve e Alentejo da década de trinta do século XIX, também conhecido como "Remexido".

Os bandoleiros, ou assaltantes, foram, durante a segunda metade do século XIX, motivo de várias caracterizações romaneadas e retratados como "pequenos grupos de meia dúzia de indivíduos capitaneados por uma figura dominante, destemida, de poucos escrúpulos, e com baixa formação escolar (...) reflexo do homem rural inconformado pelo seu estatuto de subjugado ao senhor da terra" (Mestre, 1999, p. 2). Hoje, não existe qualquer tipo de recordação desses homens a não ser em obras literárias. Foi introduzida uma nova realidade, na qual, essas memórias vão sendo diluídas pelo tempo que "ainda que não muito distantes no «tempo real», mas certamente já muito distantes num novo «tempo de história civilizacional» que ocorreu nestas últimas décadas" (idem, p. 3). Hoje, as recordações desse lugar, cuja memória em breve poderá diluir-se nas inevitáveis transformações da sociedade portuguesa, está intimamente relacionada com a colonização realizada nesse território.

Numa primeira leitura, a relevância histórica da "Estrada Real" pela ligação Portugal-Espanha e pela comunicação que permitia entre várias localidades a sul do Tejo, parece ter contribuído para que esse lugar tenha sido seleccionado para ser submetido a uma transformação do território e fixação de casais agrícolas. Destaque-se que no momento, a travessia do estuário do Tejo era realizada, morosamente, por barco ou pelo seu contorno a pé, de cavalo ou carroça. Ainda assim, apesar de esses factos serem importantes do ponto de vista das acessibilidades, circulação e relevância histórica, a localização da Colónia Agrícola de Pegões foi motivada pela sua disponibilidade de ser submetida a uma colonização, qualidade dos solos e possibilidades aquíferas que permitiram a distribuição de casais agrícolas junto a linhas de água [ver FIG. 04.04], essenciais para garantirem a transformação desses terrenos arenosos. A própria existência de um Fontanário Real atesta a presença de linhas de água que o definiram enquanto lugar de paragem para obter água e descansar após uma longa viagem.

Estas foram as condicionantes que ditaram a forma como a colónia foi implantada (JCI, 1942). De modo a enquadrar historicamente a Herdade de Pegões, iremos de seguida, considerar alguns aspectos sobre a sua origem, proprietário original e circunstâncias que conduziram à iniciativa de colonização desenvolvida pela JCI.

04.2. ANTECEDENTES (1924-1938)

Conforme anteriormente referido, no princípio do século XX, um dos problemas da agricultura estava relacionado com a existência de inúmeros terrenos incultos dispersos pelo país que originaram várias tentativas para acabar com as terras incultas pertencentes a privados.

Publicado o Decreto n.º 9844 em 20 de Junho de 1924, a Junta de Fomento Agrícola ficou incumbida de orientar e promover o aproveitamento de terrenos que estivessem incultos e adquire o poder de decisão de expropriação, caso se verificasse que estes permanecessem incultos entre 1920 e 1925. Desta forma, José Rovisco Pais, latifundiário, comerciante e industrial português, proprietário da Herdade de Pegões, em 16 de Agosto de 1924 comunicou à referida Junta de Fomento Agrícola que “estava disposto a dar de aforamento total ou parcialmente os terrenos que constituíssem aquela herdade a indivíduos, da região ou de quaisquer outras, que para tal os pretendessem mas de preferência a mutilados de guerra” (Rosa, 1939, p. 11). Rovisco Pais, um dia antes de terminar o prazo, informou a Junta de Fomento Agrícola “que deu de aforamento, total ou parcial, da Herdade de Pegões, a pessoas da região ou de outros locais, nomeadamente três propriedades: Passarinhas, Aroeira e Foros do Trapo (...). O objectivo do aforamento era ter mão-de-obra assalariada disponível para trabalho sazonais nas herdades” (idem). É de particular interesse, a forma como Rovisco Pais, estruturou e organizou o território de acordo com uma malha ortogonal, alheio às condições morfológicas do lugar, descrito por Rosa no âmbito do *Estudo de um caso de colonização* [ver FIG. 04.06]:

Feito levantamento da planta foram nelas abertas ruas, perpendiculares, de 500 em 500 metros, em toda a extensão das herdades, com 5 metros de largura e mais 2mq., nos cruzamentos, a cada canto. Traçaram assim 22 serventias com o comprimento total de cêrca de 97 kilometros. Os trabalhos para a sua construção limitaramse à marcação das respectivas directrizes, corte de mato e, em certos casos, de pinheiros. (Rosa, 1939, p.12)

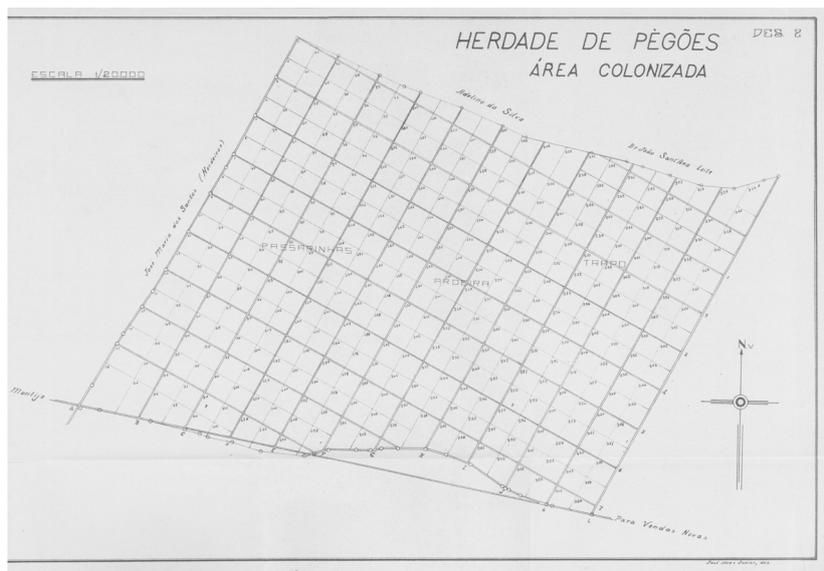


FIG. 04.06 | Herdade de Pegões, Área Colonizada, Desenho de José Alves Junior (s.d.) | Fonte: (Rosa, 1939)

Em 1929, Rovisco Pais já havia entregue terrenos a 49 foreiros por contrato verbal, contudo verifica Rosa (1939) que havia uma grande discrepância entre as áreas das glebas entregues que variavam entre os 6 hectares e os 134,5 hectares. Enquanto algumas famílias tinham uma reduzida parcela de terreno para cultivar, outros tinham parcelas extensas, o que dificultava a sua exploração por parte de uma única família rural.

José Rovisco Pais morreu no dia 27 de Agosto de 1932, sem qualquer herdeiro, determinando em testamento que os seus bens fossem doados aos Hospitais Civis de Lisboa, acabando por ser incorporados nos Bens do Estado, em 1937, sem qualquer condição estipulada. Referente à vontade do falecido proprietário expressa no seu testamento, o Diário do Governo de 1937, interpreta-a:

“Por esta forma Rovisco Pais quis certamente dar a entender que era ao Govêrno que competia, pela sua função e pelos meios de que dispõe, dar prática efectivação à sua última vontade, no interêsse imediato dos Hospitais Civis e no mediato de todos aqueles que recorrem ou precisam de aproveitar da sua assistência.” (Decreto-Lei n.º 27821, 1937)

Uma vez que Direcção Geral dos Hospitais Civis não estava habilitada para administrar o vasto legado doado por Rovisco Pais, foi solicitada a intervenção da Direcção Geral da Fazenda Pública que incorporou esse legado nos Bens do Estado. Conforme anteriormente referido [Capítulo 03], para proceder a obras de colonização e resolução do problema dos baldios, a JCI teria de proceder à aquisição de propriedades particulares, para além das que lhe fossem facultadas pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. Reunidas as condições, sendo o Estado detentor de vários milhares de hectares, incumbiu a JCI do estudo e elaboração do projecto de colonização para a Herdade de Pegões.

A realidade observada antes do desenvolvimento do projecto de colonização para Herdade de Pegões no fim da década de 1930 era contrastante com a condição que se observaria nos anos seguintes. A Herdade estava “totalmente inculta, coberta de mato cerrado, aqui e ali entre-cortado de manchas de pinhal manso e espontâneo, e profusamente semeada de pequenos sobreiros, ainda não descortiçados e que mal conseguiam medrar” (JCI, 1942, p. 7). Rovisco Pais tinha iniciado o desbravamento da Herdade, incompleto à data da sua morte. A superfície da Herdade era de aproximadamente 6.300 ha estando dividida em duas partes: uma colonizada, dividida em glebas (correspondente às herdades do Trapo, Aroeira e Passarinhas), e outra indivisa. Também existiriam nessa herdade, dois montes, o de Pegões Velhos e o de Sesmarias, cada monte constituído por um conjunto de edifícios intimamente relacionados com o trabalhador rural que então habitava esse lugar. Em tais montes constariam os seguintes edifícios:

(...) no primeiro, uma pocilga com 62 celas em comunicação com outros tantos compartimentos exteriores cobertos, 10 casas de habitação de tamanhos diferentes, uma queijaria, uma oficina de carpintaria, um depósito de madeira e lenhas, um pôsto escolar, um armazém, estábulos, celeiro, nitreira, cavalariça, casa dos ganhões, enfermaria do gado, alpendre e ovil; e, no segundo um estábulo com um corpo central, dois telheiros laterais, um terreiro murado, um grupo de duas moradias e forno e uma casa de habitação. (JCI, 1942, p. 11)

No fim da década de 1930, o engenheiro Francisco Rosa (1939) realizou um estudo contributivo para a formulação de várias conclusões relativamente à colonização de iniciativa particular iniciada por Rovisco Pais. Inicialmente, a parte colonizada da Herdade de Pegões correspondia a uma superfície de 2338,5 ha na qual, existiam 155 prédios rústicos.

Nesse estudo afirma que, o então falecido proprietário, teria apenas apresentado o esquema de divisão da propriedade por imposição do Estado, “quasi a seu belo prazer” (Rosa, 1939, pp.136-137) e de forma a

obter o maior rendimento com o menor investimento possível pelo que concluiu:

“Não houve um projecto com vista à organização metódica do futuro núcleo populacional. Os agricultores foram lançados à charneca sem preocupações, aparentes sequer, pela sua sorte.” (Rosa, 1939, p. 137)

Destaca a morfologia do terreno que caracteriza como tendo pequenas elevações que por vezes formavam vales estreitos e linhas de água, frequentemente aproveitadas para hortelhos. Sublinha que a Colônia organizada pelo proprietário original era habitada por colonos admitidos, residentes na Colônia, mas também por não-colonos, isto é, não residentes nas propriedades exploradas. No seu estudo contabiliza 129 edifícios, dos quais, 102 correspondiam a habitações. Concluiu ainda Rosa que a grande maioria das casas eram resultado de uma construção precária realizada principalmente em adobe e taipa e que não ofereciam segurança necessária para os seus ocupantes. Desenvolvidas num único piso, também apresentavam áreas muito aquém dos mínimos necessários, com divisões insuficientes ou até com uma só divisão. Apesar do aspecto exterior das habitações ser na maioria dos casos regular e caiadas várias vezes ao longo do ano, Rosa (1939) observou alguns casos mais cuidados, onde as famílias procediam a acabamentos mais nobres como tectos forrados, pavimentos de cimento ou madeira, janelas envidraçadas, entre outras.

Quanto ao grau de instrução dos colonos, antes da colonização promovida pelo Estado, constatou-se que a maioria dos colonos eram analfabetos, resultado da inexistência de escolas nas proximidades da Colônia de Rovisco Pais, o que levou o proprietário inicial a organizar “cursos de primeiras letras” (Rosa, 1939, p. 58).

Rosa (1939) concluiu que a falta de capitais dos colonos para fazer face às despesas, a incapacidade das habitações satisfazerem exigências de higiene e conforto, a falta de instrução dos colonos e suas famílias, a inexistência de um projecto de organização metódica bem como a falta de assistência técnica, conduziram ao fracasso desta empreendida tentativa de colonização. Rosa considera que “(...) o núcleo populacional da herdade de Pegões não atingiu o nível de vida e cultura que era mister” (1939, p. 141).

Estas conclusões viriam a informar as decisões seguintes na colonização realizada pela JCI e assim colmatar essas deficiências.

A REGIÃO ESTUDADA

66.400 Ha

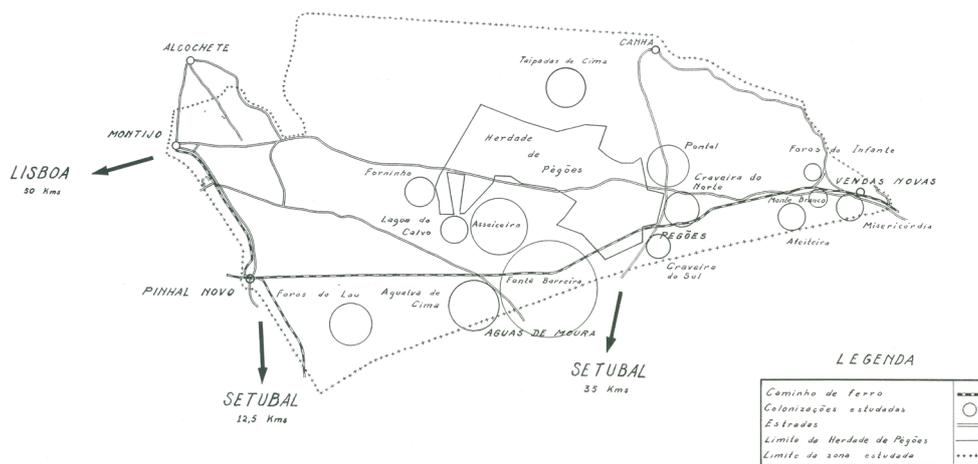


FIG. 04.07 | A Região estudada (s.d.) | Fonte: (JCI, 1942)

04.3. COLÓNIA: IMPLANTAÇÃO E USO (1938-1974)

Em 1938, a JCI deu início ao estudo de colonização da Herdade de Pegões que deu origem à obra *Problemas de Colonização: A zona pliocénica ao sul do Tejo* (1943) essencial para o entendimento deste período da Colónia de Pegões. No fim da década de 1930 foi realizado um inquérito que incidiu sobre a Herdade de Pegões e regiões circundantes, totalizando 66.400 hectares [ver FIG. 04.07]. Apesar desse inquérito ter sido realizado em "poucos dias", foi possível concluir que "não obstante a pobreza dos solos, o pensamento de colonizar a herdade não era devaneio generoso e poderia, antes, transformar-se em fecundo e bem alicerçado propósito" (JCI, 1942, p. 15). Nesse sentido, devido ao potencial e escala da transformação de milhares de hectares em terrenos agrícolas através da instalação de casais, foram realizados vários estudos. Perspetivando a formulação de conclusões, baseadas num conhecimento integral dos problemas existentes e simultaneamente fornecer uma base para o projecto de colonização e sua posterior concretização, a JCI orientou os seguintes estudos:

- Levantamento topográfico;
- Estudo económico-social;
- Estudo agrológico;
- Estudo de captação de águas para rega;
- Estudo referente à disponibilidade de água em relação às áreas a regar;
- Estudo para elevação e distribuição da água para a rega;
- Estudo do custo de elevação da água de rega;
- Estudo referente às construções necessárias a cada casal agrícola e adaptação dos edifícios existentes na Herdade.

Apresentam-se dados e conclusões de alguns destes estudos. Os primeiros estudos foram realizados pelos engenheiros agrónomos, Henrique Barros e Mário Pereira em 1937 e 1938, ficando os restantes estudos, concluídos em 1942 (Lopes, 2009). O engenheiro Henrique Barros dirigiu o Estudo económico-social que contou com a participação de quatro brigadas de técnicos e se traduziu num relatório de oito volumes com quadros estatísticos, plantas topográficas, gráficos e fotografias que se focaram sobre aspectos da agricultura regional e também sobre os seguintes aspectos de maior importância:

- a) - Evolução agrícola da região e resultados provenientes das várias colonizações nela realizadas;
- b) - Superfície e arranjo interno das explorações agrícolas capazes de manterem, com o seu produto, a família cultivadora (exploração do tipo familiar);
- c) - Nível de vida das famílias rurais;
- d) - Culturas praticadas na região e técnica cultural seguida, incluindo a comparação de produções e rendimentos. (JCI, 1942, p. 18)

Esse Estudo económico-social foi acompanhado por vários técnicos coordenados pelo engenheiro Henrique Barros. Enquadrado no referido estudo, Henrique Barros conduziu uma análise a dois casos de colonização de iniciativa particular a Sul do Tejo - Vendas Novas e Pegões - que possibilitou a formulação de duas conclusões: uma de ordem humana e outra de ordem técnica. Por um lado, o sucesso da colonização dependeria da escolha criteriosa do colono, que deveria ser plenamente competente para explorar a terra. Mas para que tal acontecesse, seria necessário que os colonos tivessem ao seu dispor uma assistência agronómica adequada da parte do Estado. Concluiu-se ainda que sendo a colonização uma "obra humana,

MANCHA PLIOCÉNICA AO SUL DO TEJO

ESCALA 1:1.000.000

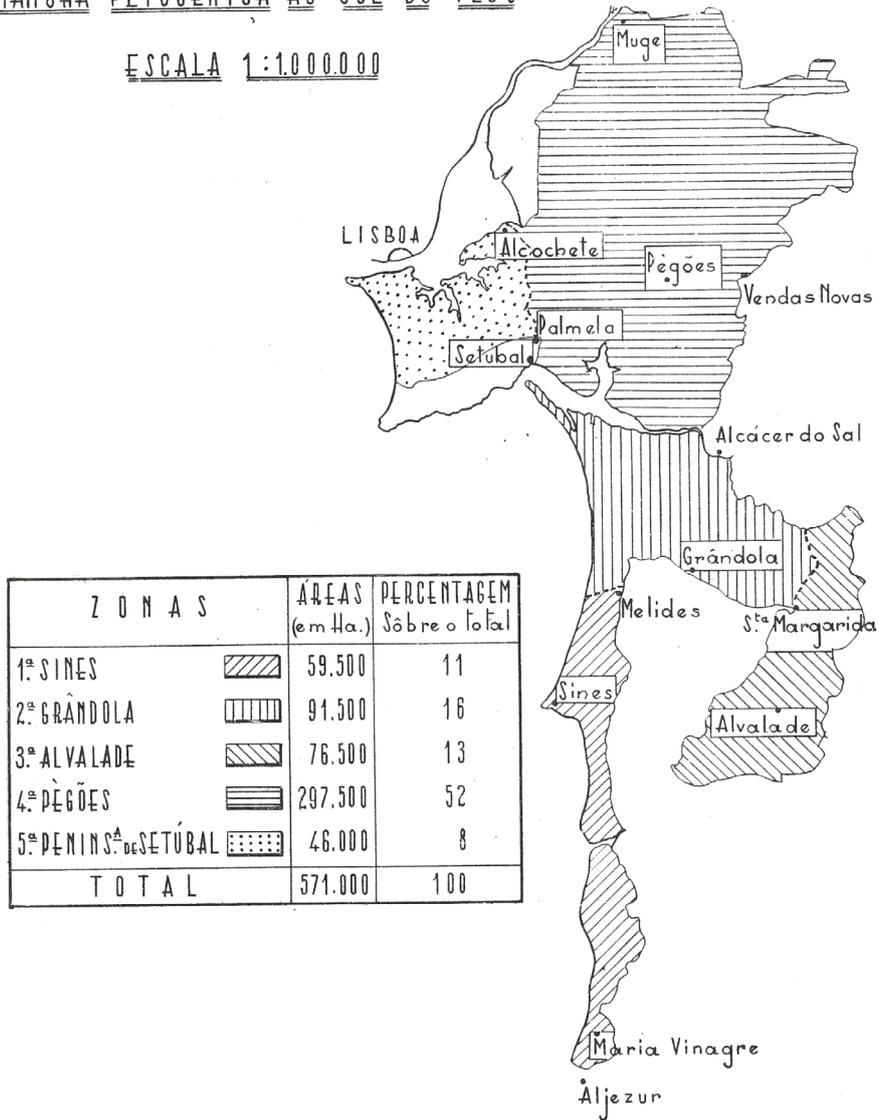


FIG. 04.08 | A mancha pliocénica ao sul do Tejo (s.d.) | Fonte: (JCI, 1943, p. 23)

por homens concebida e a homens dedicada, o respeito pela personalidade, pelas suas características peculiares e pelas suas condições de formação constituirá sempre, além do seu melhor timbre de nobreza, a sua primordial garantia de êxito perdurável" (Barros, 1940, p.31). De forma a cativar os colonos, identificaram-se quatro factores como potencialmente motivadores do interesse de famílias que deixaram as suas terras de origem para cultivar a região estudada:

A necessidade, quantas vezes, imperiosa de melhorar a condição material, de assegurar o pão de cada dia e o futuro dos filhos; os elementos dos inquéritos relatados (...) mostraram que a grande massa dos colonos era constituída por gente de precária condição económica nas suas regiões de origem e de vida instável, quando não mesmo nómada. O espírito de aventura, factor de emigração, estímulo de luta. A ilusão de que basta sair do meio hostil em que se tem vivido e que tantas perspectivas de melhoria tem feito derruir, para que logo tudo melhore e os ventos da sorte mudem de quadrante; a ilusão também de que as terras eram férteis e grande a facilidade de as valorizar. A natureza muito especial dos solos da região, pobres em elementos nutritivos, mas sem obstáculo físico insuperável ao melhoramento fundiário; fáceis de trabalhar, retribuindo o esforço criterioso que os mobilisa, os satura de matéria orgânica, os rega, os planta de vinha e certas árvores frutíferas. (Barros, 1940, pp.19-20)

Mais do que garantir e organizar estruturas de produção, era necessário compreender o meio no qual se iria intervir, não só em relação aos seus aspectos físicos mas também ao nível de vida das várias famílias que ali viviam e exploravam a terra, isto porque "o factor humano será sempre fundamental na agricultura" (Barros, 1940, p. 11). O agricultor, através da sua "inteligência lúcida, cultura segura, capacidade de presciência, temperamento tenaz e carácter empreendedor" (idem) sobrepunha-se a qualquer recurso científico ou providências legislativas porque, apesar de essenciais, as medidas adoptadas deveriam ter como fim habilitar a família rural para ser bem sucedida na respectiva exploração, tendo em conta que se deparava com um caso concreto: o espaço rural com todas as suas especificidades e desafios. O engenheiro Mário Pereira destaca a relação do homem com a terra:

A distribuição dos agregados humanos sobre a terra cultivável, limitando as relações entre o homem e o solo, tem assim primordial influência na produção agrícola, influência tanto mais favorável, evidentemente, quanto mais densa a população.

São êstes os princípios gerais que norteiam a colonização, procurando em cada território, país ou região fixar o máximo de população activa e promover o mais intenso aproveitamento da terra, a fim de obter os produtos necessários a uma vida sã e progressiva. (Pereira, 1943, p. 61)

Neste contexto, o engenheiro agrónomo Eugénio Queiroz de Castro Caldas define *habitat rural* como "o conjunto de todos os «estabelecimentos humanos» edificados fora das cidades e destinados ao uso das populações rurais" sendo este constituído pelas casas dos empresários das explorações agrícolas e trabalhadores rurais bem como pelas "construções que prestam concurso à exploração agrícola" (Caldas, 1943, p. 40), podendo variar a forma como tais conjuntos de construções são organizados.

No seu estudo a respeito dos aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao sul do Tejo [ver FIG. 04.08] verificou a existência de quatro tipos de habitat rural que não estavam distribuídos uniformemente no território: habitat concentrado, disperso, misto e muito disperso. O habitat concentrado correspondia a núcleos de casas de trabalhadores rurais cujo alinhamento junto a estradas ou caminhos públicos, se encontrava rodeado por grandes e médias propriedades. Geralmente este tipo de habitat assumia o aspecto de aldeamento com casas caiadas, de um só piso; o habitat disperso era constituído por habitações e dependências agrícolas construídas longe umas das outras, inseridas no interior de pequenas propriedades, pontuando o território com construções e áreas de intensificação cultural e que resultava numa paisagem

muito modificada pela acção do homem; o habitat misto correspondia a uma sobreposição dos anteriores tipos de habitat, no qual a paisagem ainda fora sujeita a uma maior transformação; e o habitat muito disperso, quase desértico, que era constituído por grandes propriedades, por vezes latifúndios, cujas construções correspondiam a um monte com habitação do empresário da exploração, dependências agrícolas, habitações do pessoal permanente, casas dos guardas e dependências secundárias, que "só de longe a longe" pontuavam a paisagem (Caldas, 1943, p. 43). Caldas considerou ser o habitat disperso o tipo de povoamento "mais acentuado" em "resultado de povoamentos recentes" (idem) verificando também, que o habitat disperso, quase desértico ocupava a maior área no referido território. Justifica tal facto com a sazonalidade de alguns trabalhos agrícolas como as mondas e ceifas que em certos períodos do ano mobilizavam homens e mulheres das mais variadas regiões do país, por vezes dormindo ao relento ou construindo cabanas. Inicialmente provisórias, essas construções precárias, assumiram um carácter permanente, enquanto resultado das famílias se terem fixado nesse território iludidos pela esperança de que dias melhores viriam. Desta realidade originaram-se formas de povoamento desordenadas, "criando muita vez situações injustas, insustentáveis mesmo e de resultados sociais e económicos não muito desejáveis" (Caldas, 1943, p. 47). O habitat quase desértico foi sendo ocupado à medida que grandes empresas patronais foram cedendo "parte do seu domínio a pequenas empresas do tipo familiar" (idem, p. 48).

O engenheiro agrónomo João de Sousa e Melo (1943), que investigou a distribuição da propriedade, tipos de empresas e formas de exploração no referido território, alega que, do ponto de vista topográfico, existiam poucas diferenças de declive no território, caracterizado como uma vasta planície, e que apesar de os solos não serem muito férteis, eram fáceis de transformar através de trabalhos de fertilização. Refere também que a fraca fertilidade desses solos estava relacionada com o facto de ali se encontrarem as maiores herdades do país, cuja extensão esteve na origem de uma fraca densidade populacional. Identifica três tipos de empresas: pequena, média e grande. A pequena empresa, que pode ainda estar subdividida em tipo individual quando só uma pequena parte do rendimento "contribui para satisfazer as necessidades de uma família" e tipo familiar "quando a sua receita iguale a despesa de manutenção ou dela pouco difira e o trabalho seja principalmente o familiar", difere da média e da grande empresa onde "o trabalho manual é principalmente executado por assalariados, absorvendo a gerência por completo a actividade do empresário" (Melo, 1943, p. 23). Considerando que "o sistema de cultura de uma região está intimamente ligado ao tipo de empresa dominante" constata o domínio da grande empresa. Contudo, verifica "um desequilíbrio no aproveitamento destes solos" isto porque não eram exploradas as suas possibilidades aquíferas (limitadas ao sequeiro) e os recursos não eram convenientemente aproveitados, revelando-se como essencial e necessária a racionalização das parcelas do território de modo a que a população pudesse "alcançar o grau de bem-estar que lhe corresponde por natureza" (Melo, 1943, p. 27).

A respeito da empresa agrícola familiar, Mário Pereira (1943) sublinha a preferência da implementação de sistemas empresariais baseados na família em relação à do tipo patronal uma vez que o trabalho é produzido principalmente pela família que acompanha o desenvolvimento da produção ao longo do dia a dia. À medida que as empresas patronais avaliam os resultados pelo rendimento, na empresa familiar se mede "pelo bem-estar resultante do trabalho da família sendo, até certo ponto, indiferente a razão do ganho" (Pereira, 1943, p. 63). Por isso, o autor concluiu que "a empresa familiar é não só possível mas

imposta como uma das melhores formas de valorização e de transformação do próprio solo" (Pereira, 1943, p. 64) considerando ainda que a distribuição do trabalho humano e do gado é tanto mais vantajosa quando considerada a associação regadio-sequeiro, introduzindo o tema da água.

O engenheiro civil Ricardo Esquível Teixeira Duarte (1943) que realizou o estudo de captação de água para rega, sublinha o objectivo deste estudo:

"(...) descobrir terrenos aquíferos economicamente acessíveis para a vida simples do casal agrícola, para a horta de algumas famílias, para a possibilidade de regadio de uma dezena de hectares, lá onde a terra o agradeça e a água não esteja já à vista; e, se puder, que dêem água para regar algumas centenas de hectares." (Duarte, 1943, p.56)

Este estudo permitiu identificar várias particularidades a respeito das possibilidades aquíferas do pliocénico ao sul do Tejo. Por um lado, reconheceu-se que em certas zonas a água se infiltrava a pouca profundidade o que dificultava o seu aproveitamento, existindo perdas por capilaridade e evaporação. Em outros casos já foi verificada rápida infiltração da água a profundidades de difícil acesso. Todavia, "num e noutro caso, pode a captação de interesse colectivo deixar de ser anti-económica, permitindo recorrer a lençóis profundos" (Duarte, 1943, p. 56). O mesmo autor sublinha a predominância de terrenos permeáveis, verificando-se nas manchas arenosas, abundância de água que possibilitava aos casais "multiplicar-se cada um com o seu poço para as necessidades domésticas e para regar algumas couves" (Duarte, 1943, p. 55).

O engenheiro agrónomo e vice-presidente da JCI, Eduardo Augusto Vaz da Silva (1943), a respeito dos resultados esperados da colonização nesse vasto território submetido a estudo, referiu que:

"Fixando famílias, ligando-as à terra de modo a garantir-lhes um mínimo de subsistências, asseguramos à Nação pequenos mas numerosos núcleos de produção, de paz e de domínio do território." (Silva, 1943, p. 97)

Os estudos anteriormente mencionados sobre a qualidade dos solos, possibilidades aquíferas, formas de exploração e organização do território, forneceram uma base de dados que informou previamente o projecto realizado para a Colónia de Pegões. A organização do território, as captações aquíferas, as habitações rurais, e a distribuição das famílias rurais constituem-se como os quatro aspectos essenciais no projecto da Colónia de Pegões que seguidamente se irão aprofundar.



FIG. 04.09 | Herdade de Pegões, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna (s.d.) | Fonte: (JCI, 1942)
FIG. 04.10 | Herdade de Pegões, localização das zonas regadas, das captações e dos tanques (s.d.) | Fonte: (JCI, 1942)

PROJECTO DE COLONIZAÇÃO (1942)

A criação da Colónia de Pegões surge do *Projecto de colonização da Herdade de Pegões* (JCI, 1942), a qual foi definida por um processo que, do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, observou diversas alterações. Consideremos algumas das particularidades desse projecto.

O projecto de colonização para a Herdade de Pegões incluía a reorganização da Colónia criada pelo proprietário original para a implementação de uma nova Colónia. O projecto, que incidiu sobre a parte indivisa da Herdade de Pegões, teve como autores os engenheiros agrónomos Henrique de Barros e Mário Pereira, da JCI, e consistiu na divisão da Herdade em glebas, de acordo com as formas de exploração de uma empresa familiar.

SISTEMA HIDRÁULICO

As linhas de água existentes foram ao mesmo tempo condicionantes e pretexto para a localização das habitações e consequentemente para a construção de várias vias de comunicação, cuja disposição facilitava o acesso à água. Tendo em conta a aptidão dos solos para uma exploração agrícola [ver FIG. 04.09] e, na sequência do estudo de captação e distribuição da água para rega, a importância das linhas de água conforme anteriormente mencionado fica evidente na *Planta de localização das zonas regadas das captações e dos tanques* [ver FIG. 04.10] de 1942 onde se observa a definição de cinco zonas de regadio que justificavam a criação de dois núcleos de colonização: a nascente, correspondente ao núcleo da Aroeira e Lagoa do Calvo, existem três zonas de regadio, enquanto que a poente, correspondente ao núcleo de Pegões Velhos existem duas zonas. Estas obras estiveram inseridas num projecto de adaptação ao regadio que resultaram num conjunto de infraestruturas que permitiram a distribuição da água para a rega de terrenos que foram adaptados ao regadio.

As obras de hidráulica empreendidas consistiram na construção de duas albufeiras e realização de captações, isto é, poços, sendo a água transportada desde as albufeiras e poços por um sistema de condutas até tanques de armazenamento, o que regularizava o caudal para a rega, evitando interrupções no fornecimento. Representativo dessas obras de hidráulica agrícola é o aqueduto que atravessa o centro de Pegões Velhos, coincidente com a EN4, responsável pela distribuição de água para a rega das várias propriedades.

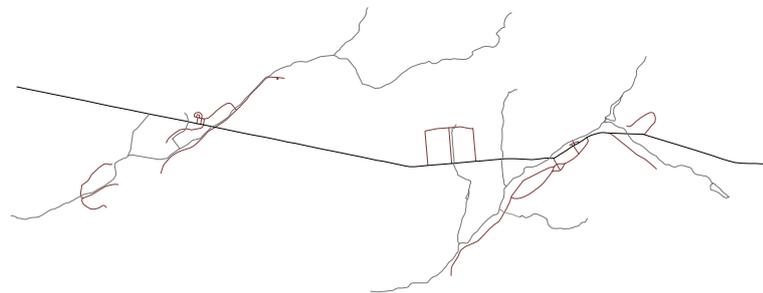
Entre os vários aspectos abordados no projecto de 1942, a colonização da Herdade de Pegões idealizou um habitat onde a vida das famílias rurais se iria desenvolver. Para tal, era essencial que esse habitat fosse dotado de um conjunto de infra-estruturas que, simultaneamente, viabilizassem a exploração agrícola a realizar nesse território e, por outro, respondessem às necessidades básicas da população que habitaria no respectivo território. Elemento fundamental da paisagem modernista (HERA, 2016) da Colónia de Pegões, os edifícios foram objecto de particular atenção por parte dos responsáveis pelo projecto de colonização.



04.11



04.12



- - EN4
- - Núcleos sociais
- - Linhas de água

0 1km

04.13

FIG. 04.11 | Caleiras de distribuição de água (s.d.) | Fonte: Ex. Colónia Agrícola de Pegões Velhos (Facebook)
FIG. 04.12 | [CFT003.65158] Colonos a trabalhar "lado a lado" (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)
FIG. 04.13 | Distribuição da Colónia de Pegões e sua relação com as linhas de água existentes | Fonte: O Autor

NÚCLEOS SOCIAIS

Apesar de terem sido inicialmente previstos dois núcleos sociais (JCI, 1942) o projecto para a Colónia Agrícola de Pegões materializou-se em três núcleos: Pegões Velhos, Faias (Aroeira e Lagoa do Calvo) e Figueiras, com uma ocupação territorial que totalizava 4.700 hectares. A reestruturação de um território submetido a uma obra de colonização seguiu "critérios de optimização dos recursos agrícolas e foi pensado de forma a criar na sua globalidade uma vasta área de cultivo potenciadora de uma completa nova dinâmica para a superfície em causa" (Coelho, 2009, p.86).

Antes da chegada dos colonos, a JCI realizou várias obras que incluíram 23 km de estradas, 214 hectares de terraplanagens para a instalação de regadios, 24 captações de água, 33 km de rede de rega ver [FIG. 04.11] que cobriu 240 hectares, 2 albufeiras, estrumações, 830 hectares de vinha, 248 hectares de horta e laranjal e as respectivas habitações (Lobão, 1960) para os colonos e suas famílias.

Sobre a morfologia dos núcleos sociais, na publicação *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões, Montijo*, o arquitecto Paulo Lima (2016) sublinha que nos núcleos de Faias e de Pegões Velhos "a implantação das habitações se fez em dispersão orientada pelo percurso natural das ribeiras existentes, que a abertura das vias de acesso acompanhou de perto" enquanto que no núcleo de Figueiras "o povoamento fez-se de forma concentrada, em propriedades servidas por uma malha ortogonal de arruamentos e divisões da propriedade rural" (p. 26).

No entanto, o núcleo de Faias é dividido pela EN4 que intersecta a linha de água que estrutura este núcleo populacional. Já a disposição contrastante do núcleo de Figueiras apresenta três vias paralelas entre si e ortogonais à EN4. Em contraste com os restantes núcleos, o núcleo de Figueiras não está dividido mas sim adoptado à via principal de circulação [ver FIG. 04.13].

Conforme referido no projecto de Colonização da Herdade de Pegões (1942), a Herdade evidenciava uma descontinuidade da zona a colonizar, com a zona de Aroeira e Lagoa do Calvo (684,58 hectares) no extremo oeste, e a 6 km, separado pela Herdade das Faias, a herdade indivisa, Pegões Velhos (3.359,17 hectares). Justifica a JCI a não utilização de um só casal-tipo para a Herdade pela "dispersão do conjunto, a distância a que se encontram as diferentes zonas, e, sobretudo, a localização das superfícies a regar" (JCI, 1942, p. 108). Esse argumento justificou a construção de três casais-tipo totalizando 207 casais agrícolas distribuídos pelos três núcleos, cada um associado a um casal-tipo. Distintos e com características próprias do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, compartilharam de uma lógica comum, a nível social e da própria exploração da terra.

A organização dos três núcleos permite a sua associação a pequenas aldeias, centros de actividades da vida rural cuja organização revela premissas sociais, particularmente de um espírito de cooperação e entreajuda. Tal facto é evidenciado por exemplo, pela forma das parcelas de terreno, estreitas e alongadas, que permitiram a disposição dos casais lado a lado, verificando-se por vezes que tal disposição promovesse que os colonos se ajudassem mutuamente ao explorarem a terra [ver FIG. 04.12]. A própria existência de centros onde se concentravam vários equipamentos públicos promoveu a reunião da população que convergia a esses lugares para a compra e venda de produtos, alimentos e animais, apoio médico e técnico, culto religioso e diversão [ver FIG. 04.14]. São estes edifícios públicos os que evidenciam uma modernidade arquitectónica que os casais-tipo não revelam. Essa diferente expressão será objecto de reflexão individual.



FIG. 04.14 | Pegões Velhos, Faias e Figueiras: Núcleos sociais e centros cívicos | Fonte: O Autor



Figueiras
Escola primária

Cemitério

Pegões Velhos
Cooperativa
Boticária
Correios

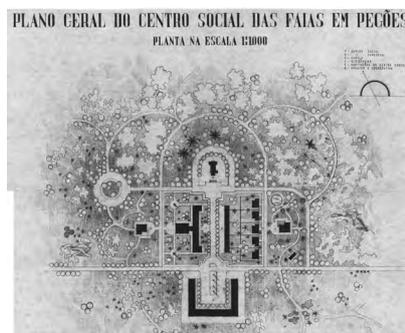
Escolas
Habitações
Igreja de Santo Isidro

Habitações
Posto médico
Sala de convívio

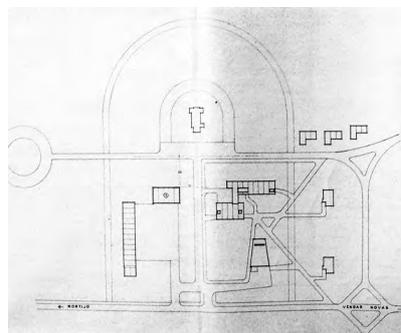
Armazéns
Arena
Adega



04.15



04.16



04.17

FIG. 04.15 | [CFT003.65182 e CFT003.65183] Núcleo de Pegões Velhos (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

FIG. 04.16 | Plano geral do Centro Social das Faiaes em Pegões, arq. Maurício Trindade Chagas (s.d.) | Fonte: C.M.Montijo

FIG. 04.17 | Plano Geral do Centro Social das Faiaes em Pegões (1952) | Fonte: (Guerreiro, 2016, p. 163)

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Nos núcleos populacionais foram criados centros cívicos de pouca densidade onde se localizaram vários edifícios de uso colectivo [ver FIG. 04.15], entre os quais: quatro escolas, duas igrejas, dois postos médico-sociais, um centro de preparação de trabalhadores, um centro de assistência técnica, um posto de reprodução animal, armazéns, residências para médico, professores, assistentes sociais e técnicos, cooperativas agrícolas (Lobão, 1960) e um cemitério, localizado entre os núcleos de Pegões Velhos e Figueiras. A construção de edifícios públicos era considerada um factor essencial para corresponder às necessidades urbanas da Colónia de Pegões e fazer face às necessidades de uma população em crescimento (JCI, 1942).

Numa visita à Colónia Agrícola de Pegões, realizada pelos representantes da imprensa para o semanário *A Província* de 8 de Setembro de 1960 (Pinto, 1960), regista que a cooperativa agrícola era constituída por várias secções que incluíam a compra e venda de produtos, viticultura, gado e lacticínios. Verificou-se também a existência de três cooperativas: a agrícola, de consumo e a mutualista de gado, a qual “em caso de perda do animal, a Seguradora responsabiliza-se por 90% dos prejuízos sendo apenas 10% da responsabilidade do colonos” (p.2). A existência de cooperativas possibilitava que o trabalhador rural procedesse à compra e venda de produtos e animais, segundo as necessidades de consumo da sua família e tendo em conta as várias vertentes do seu trabalho.

Ao nível da arquitectura, os equipamentos públicos construídos são enquadrados num período histórico de particular interesse que coincidiu com os ideais de movimentos fascistas. Neste contexto, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira refere que no final da década de 1930, “o Estado Novo sofreu um processo de fascização que atingiu também a arquitectura” em resultado dos movimentos fascistas na Europa, nos quais, a arquitectura desempenhou uma “função de propaganda e inculcação ideológica” (Pereira, 2009, p. 37). O mesmo autor acrescenta que a derrota do nazi-fascismo na II Grande Guerra teve repercussões a nível político e cultural verificando-se uma atenuação das imposições estilísticas aos arquitectos. Neste contexto, o I Congresso Nacional de Arquitectura realizado em 1948 constituiu um momento de transição na afirmação da nova geração que apoiava o Movimento Moderno (Pereira, 2009). Sobre esse evento Filipa de Castro Guerreiro (2016a) refere que o Estado, motivado por transmitir uma “nova fachada democrática”, possibilitou com a realização do I Congresso, que a JCI comesse a encomendar, a arquitectos exteriores a esse organismo, “propostas com diferentes expressões arquitectónicas” (p.152). A mesma autora acrescenta que a representação institucional do Estado assumiu nas diversas colónias diferentes modelos de organização dos assentamentos e de relação com vias de comunicação, e ainda de expressão arquitectónica, verificando-se até tais diferenças nos vários núcleos da mesma colónia. Apresenta como exemplo o projecto para o Centro Social das Faias, desenvolvido pelo arquitecto do quadro da JCI, Maurício Trindade Chagas, que utiliza uma expressão arquitectónica que ainda está vinculada à expressão adoptada nas décadas anteriores sendo que no mesmo ano, em 1951, a JCI contrata o arquitecto Celestino de Castro, que propõe “quer a reorganização do conjunto segundo premissas do movimento moderno, como a insolação, quer a opção por uma expressão arquitectónica directamente decorrente da própria técnica construtiva” (Guerreiro, 2016a, p.152) [ver FIG. 04.16 e 04.17] introduzida no projecto para a Igreja de Santo Isidro pelo arquitecto Eugénio Correia [ver Capítulo 04., secção: Edifícios modernistas].

Pelo Decreto-Lei n.º 41320 a Colónia de Pegões passou a sede de freguesia civil e canónica a 14 de Outubro de 1957, com a designação de “Santo Isidro”, patrono dos lavradores, com a sede localizada no lugar

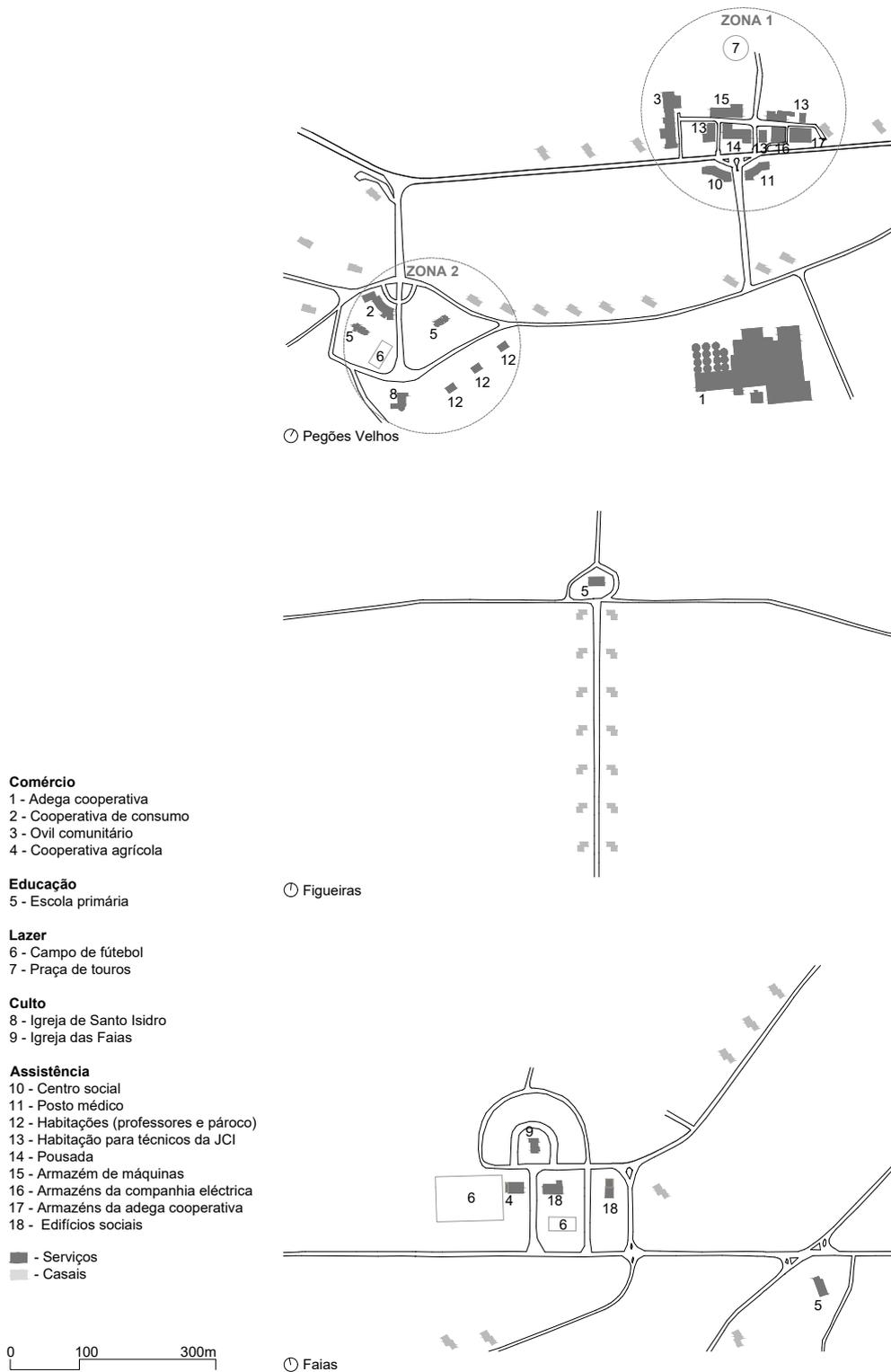


FIG. 04.18 | Centros cívicos da Colónia de Pegões, com base em: (Heloísa, 2010) e entrevistas realizadas em 2017 e 2018
 | Fonte: O Autor

de Pegões Velhos (Decreto-Lei n.º 41320, 1957). Tendo então o núcleo de Pegões Velhos o edifício onde funcionava a JCI e uma pousada para os seus funcionários, passou a incluir uma cooperativa de consumo, uma estação de correios, duas escolas primárias (para rapazes e raparigas), a igreja dedicada ao Santo Isidro e três residências para pároco e professoras (Lopes, 2009). Cada núcleo da Colónia de Pegões também era constituído por um centro de preparação para os trabalhadores, um centro de assistência técnica e um posto de reprodução animal. Tanto o núcleo de Faias como o de Figueiras tinham uma escola primária. Foi construída uma capela no núcleo das Faias com a invocação de Nossa Sra. de Fátima da autoria do arquitecto Maurício Trindade Chagas, e uma Cooperativa agrícola em 1958 da autoria do arquitecto Vasco Lobo (Lopes, 2009), situada em Pegões Velhos.

Consideremos de seguida alguns edifícios que foram encomendados para a Colónia de Pegões de relevante expressão arquitectónica neste contexto.

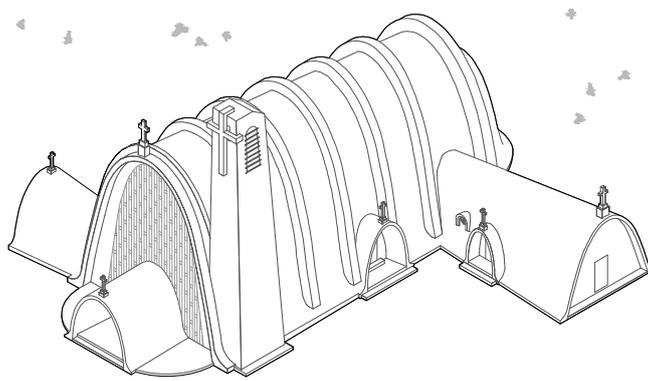
Nos três núcleos, a localização dos equipamentos públicos assumiu um certo protagonismo à medida que estes formaram centros cívicos, centros de reunião da população para comércio, lazer, educação, culto e assistência técnica e médica. A sua localização em cada um dos núcleos, resulta da definição de um eixo ortogonal à EN4 a partir do qual foram organizados os vários edifícios com proximidade ao eixo de circulação principal [ver FIG. 04.18].

Em Pegões Velhos, é possível observar a existência de dois eixos ortogonais à EN4 que definiram o centro cívico desse núcleo. Na Zona 1 foi definido um eixo sendo que no seu extremo a Norte foram situados vários edifícios de cariz social, entre os quais, o posto médico e social, armazém de máquinas, constando também de habitações para os técnicos da JCI e uma pousada para entidades da JCI. Por outro lado, no extremo sul desse eixo foi localizada a Cooperativa agrícola que foi sujeita a ampliações ao longo dos anos. Na Zona 2 foi definido um eixo que no seu extremo a Sul deu origem a um conjunto de edifícios: duas escolas, habitações para professores e pároco e uma igreja a Sul, e uma cooperativa de consumo, correios a Norte. No entanto, esta zona evidencia um maior cuidado com o enquadramento paisagístico de tais edifícios através de um pinhal denso que destaca a igreja de Santo Isidro enquanto protagonista do conjunto e elemento difusor da própria ideologia vigente.

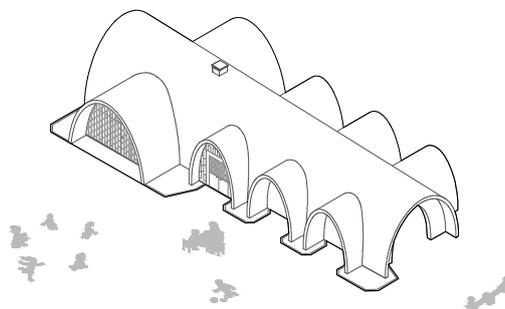
Em Figueiras, considerando a grelha ortogonal que define esse núcleo, no fim da rua central foi construída uma escola. Para além da escola e casais agrícolas ao longo de um conjunto de estradas ortogonais, não foram construídos mais equipamentos públicos.

À semelhança do núcleo de Pegões, o centro cívico de Faias também resulta da definição de um eixo no qual a igreja assume um certo protagonismo. Também foram construídos uma cooperativa agrícola, edifícios de cariz social, bem como escola primária com uma linguagem arquitectónica muito próxima da escola do núcleo de Figueiras. Neste caso, porém, a escola encontra-se distanciada dos edifícios anteriormente referidos, mais a Este, adjacente à intersecção entre o eixo de circulação principal e uma estrada ao longo da qual foram distribuídos casais agrícolas.

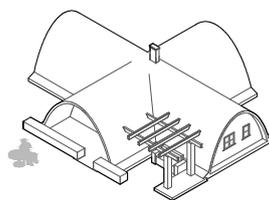
Conclui-se que os edifícios públicos, igrejas e escolas se implantaram em situações de destaque nos três núcleos. Apesar de existir um conjunto edificado único, pelo seu enquadramento urbanístico e paisagístico, um conjunto de edifícios encomendados para a Colónia de Pegões, situados no núcleo de Pegões Velhos, destaca-se pela sua expressão volumétrica e arquitectónica.



Igreja de Santo Isidro



Escola



Habitação para pároco e professores

FIG. 04.19 | Edifícios modernistas (axonometrias) | Fonte: O Autor

EDIFÍCIOS MODERNISTAS

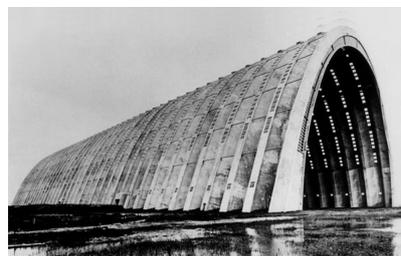
A Colónia de Pegões é conhecida quer nos meios académicos, quer pela população local, por um conjunto arquitectónico formado por seis edifícios implantados no núcleo de Pegões Velhos, cuja linguagem difere da adoptada nos restantes edifícios da Colónia. Esse conjunto é constituído por duas escolas separadas por géneros (rapazes e raparigas), três habitações destinadas ao pároco e professoras, e uma igreja dedicada ao Santo Isidro [ver FIG. 04.19]. Nuno Teotónio Pereira (2009) refere que esses edifícios projectados pelo arquitecto Eugénio Correia (1897-1985), “constituíram um grito de radical modernidade que fazem delas um caso singular no panorama da arquitectura em Portugal” (p.38). O mesmo autor acrescenta que para além das paredes e cobertura promoverem um carácter moderno na forma como a superfície contínua contrasta com as formas tradicionais, a sua originalidade é acrescida pelo método construtivo adoptado.

Estes edifícios modernistas projectados no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacional e da Direcção-Geral das Construções Escolares pelo arquitecto Eugénio Correia, a quem a JCI encomendou os projectos (Pereira, 2009), constituem edifícios paradigmáticos do Modernismo português. O arquitecto Eugénio Correia registou um sistema construtivo denominado como “parabolóides” que consistia na utilização de abóbadas de elementos cerâmicos leves, caracterizada por ser um tipo de construção com vantagens a nível económico e pela rapidez de execução (Castro et al., 1951).

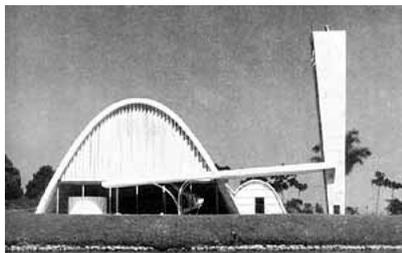
Num artigo dedicado ao arquitecto, a revista *Arquitectura* n.º40 de Outubro de 1951 estabelece uma comparação com o mesmo tipo de construção utilizado no Palácio de Cosroes [ver FIG. 04.20] em Ctesifon, no Irão (aqui com 34 metros de altura e 25m de largura e mais de catorze séculos).



04.20



04.21



04.22

FIG. 04.20 | Palácio de Cosroes (1864)

| Fonte: <http://www.essential-architecture.com>

FIG. 04.21 | Hangar de Orly, E. Freyssinet (1923)

| Fonte: <http://efreyssinet-association.com/>

FIG. 04.22 | Igreja de S. Francisco de Assis, O. Niemeyer (1942)

| Fonte: <http://www.vitruvius.com.br>

A sua forma parabolóide é frequentemente associada a obras enquadradas no Movimento Moderno, de que são referência o Hangar de Orly [ver FIG. 04.21], de Freyssinet e a igreja de S. Francisco de Assis [ver FIG. 04.22], em Belo Horizonte (Pereira, 2009). Ainda assim, a forma da igreja de Santo Isidro é reconhecida pela utilização de uma tecnologia inovadora, isto é, a utilização de fusos cerâmicos que permitiu a redução do peso da estrutura do edifício, e um melhor isolamento térmico (Pereira, 2009). Ou seja, para além da forma, o sistema construtivo utilizado foi inovador no contexto português.

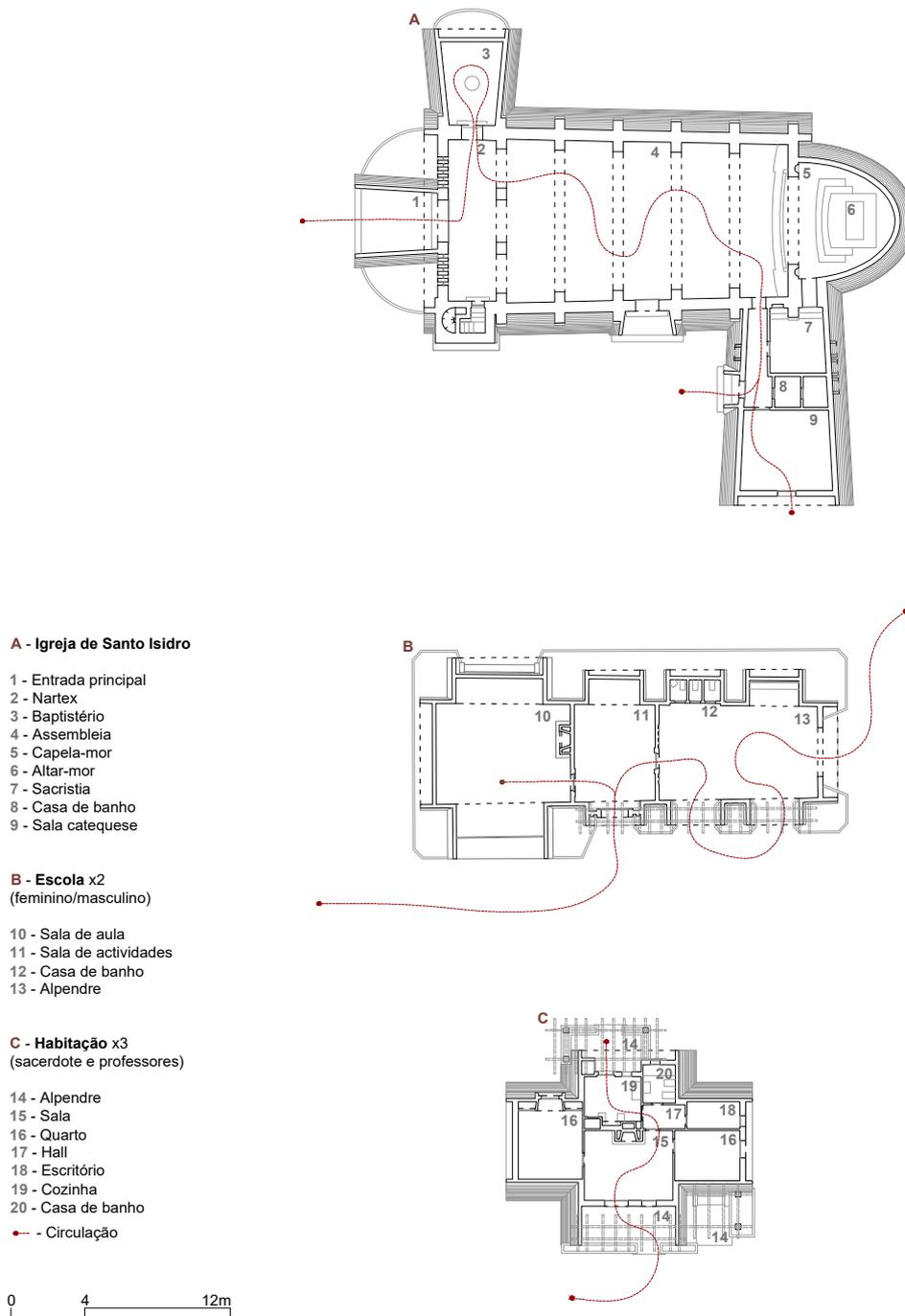


FIG. 04.23 | Edifícios modernistas (plantas), com base em: (Pereira et al., 2009) | Fonte: O Autor

Sobre o contraste entre a arquitectura dos equipamentos públicos e dos casais, o arquitecto Helder Paiva Coelho (2009) refere existir um “afastamento conceptual em termos da solução formal que os edifícios representam face aos restantes trabalhos executados na Colónia” uma vez que nestes, o Estado adoptou uma “atitude claramente mais permissiva e apenas de aparente indiferença face a esse arrojo estilístico e pleno de plasticidade moderna que imbuía as obras em causa” (p. 72) [ver FIG. 04.24. a 04.26].



04.24



04.25



04.26

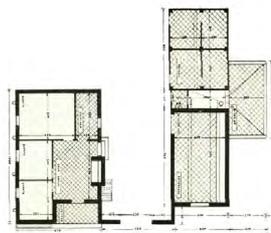
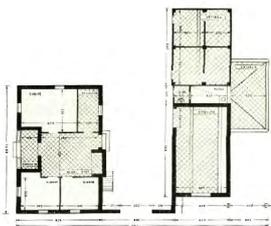
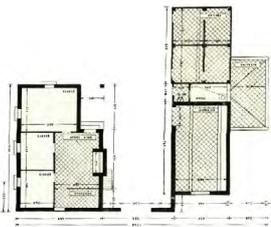
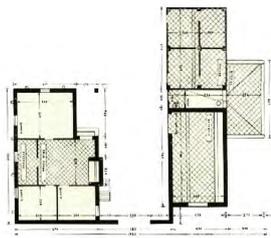


04.27

FIG. 04.24 | [CFT003.65217] Igreja de Santo Isidro (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais I FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)
 FIG. 04.25 | [CFT003.22152] Escola primária (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais I FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)
 FIG. 04.26 | [CFT003.65216] Habitação da professora (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais I FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)
 FIG. 04.27 | [CFT003.65149] Pintura do Santo Isidro, Severo Portela Júnior (pintor) (s.d.) | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais I FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

Segundo o jornal *O Século* de 20 de Janeiro de 1957, a Igreja de Santo Isidro foi inaugurada nesse mesmo dia, tendo-se realizado uma cerimónia com bênção, com a presença do então presidente da JCI, José Pereira Caldas. Nesta notícia é salientada a integração das artes plásticas ao referir que esse “templo faz parte da mesma Colónia” e foi “decorada com lindos frescos de Severo Portela Júnior” (Lopes, 1957, p.12) [ver FIG. 04.27].

A Colónia de Pegões constitui assim uma paisagem rural modernista onde os edifícios públicos, pelas opções arquitectónicas adoptadas e enquadramento paisagístico, atestam o desejo de modernização dos territórios rurais. E que dizer dos casais agrícolas? Serão esses também modernos, na forma como foram concebidos e organizados no território?



04.28

CASAIIS-TIPO

(m²)	RESIDÊNCIA						ANEXOS				
	Alpendre	Quarto	Quarto ind.1	Quarto ind.2	Sala comum	Dispensa	Estábulo	I. sanitárias	Fossa	Nitreira	Pocilga
1	6.28	15.76	8	7.86	14.90	5.32	28.75	1.72	4.14	15.17	25
2	6.37	15.25	7.46	7.56	15.11	5.08	28.75	1.72	4.14	15.17	25
3	5.09	13.99	8.42	7.47	15.10	5.54	28.75	1.72	4.14	15.17	25
4	5.14	15.69	7.87	7.87	16.06	6.17	28.75	1.72	4.14	15.17	25

04.29

FIG. 04.28 | Casais agrícolas (s.d.) | Fonte: (JCI, 1942)
 FIG. 04.29 | Tabela comparativa de funções | Fonte: O Autor

CASAIIS-TIPO

No contexto da colonização interna, a temática da habitação rural esteve no foco de várias reflexões sobre as condições em que viviam inúmeras famílias rurais no país com o objectivo de, através da colonização, fixar famílias num dado território [Capítulo 03]. Na Colónia de Pegões, o projecto para as habitações destinadas aos colonos compreendeu a criação de três projectos-tipo da autoria dos arquitectos Henrique Albino (1921-2003) e António José de Oliveira Trigo (?-?), no âmbito da JCI. Previamente à análise dos casais-tipo adoptados, consideremos algumas particularidades das propostas que antecederam os casais-tipo construídos, conhecendo as alterações ao nível da linguagem arquitectónica e quantidade de casais agrícolas projectados.

Considerando os recursos disponíveis e de modo a possibilitar o estabelecimento de empresas familiares, na secção *Estudos Prévios* do documento *Projecto de colonização da Herdade de Pegões* (JCI, 1942), foram idealizados quatro casais-tipo [ver FIG. 04.28] com um programa base em comum. Os estudos realizados pelos técnicos da JCI permitiram concluir que cada casal deveria ser constituído por habitação, alpendre, estábulo, pocilga, sentina, nitreira, galinheiro e coelheira, ou seja, por um conjunto de espaços de apoio ao trabalho rural. A sua análise demonstra um traçado ao “gosto português”, conservador e tradicionalista.

As semelhanças entre os 4 tipos propostos são notórias encontrando-se ténues diferenças na superfície coberta e na distribuição dos espaços interiores [ver FIG. 04.29]. Os casais-tipo são constituídos por uma zona de residência com cinco compartimentos: sala comum, três quartos, uma despensa e um alpendre que antecede a entrada no interior da habitação. No que diz respeito às instalações anexas, estas são constituídas por estábulo, pocilga, nitreira, sentina, galinheiro e coelheira.

No referido documento o casal agrícola é denominado de “monte” expressando uma vontade implícita de que o casal agrícola desempenhe a função de centro de produção, e a partir do qual se distribuem as tarefas de exploração da terra nos terrenos localizados nas imediações desse centro de produção e distribuição do trabalho agrícola.

Na secção *Projecto de Colonização* do referido documento, em vez dos quatro casais-tipo anteriormente identificados foram definidos cinco casais-tipo que não foi possível analisar arquitectonicamente, verificada a inexistência de desenhos, plantas ou perspectivas. Contudo, introduz um elemento relevante para o desenho dos casais-tipo: o tipo de exploração da terra, sendo definidas as possibilidades de regadio ou de sequeiro. A tabela seguinte [ver FIG. 04.30] apresenta as referidas categorias associadas aos então previstos, cinco casais-tipo:

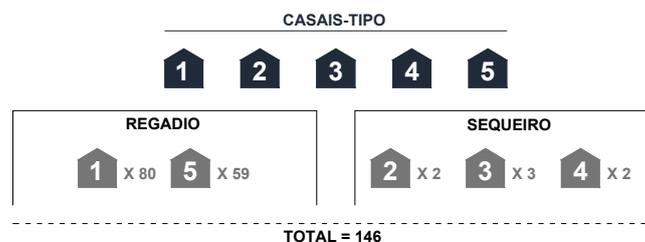


FIG. 04.30 | Distribuição dos casais tipo por tipo de exploração do solo | Fonte: O Autor

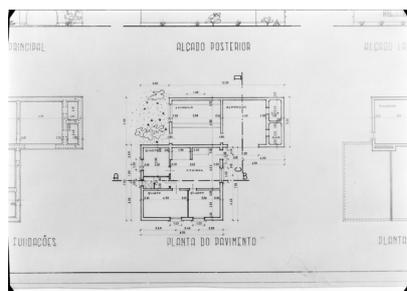
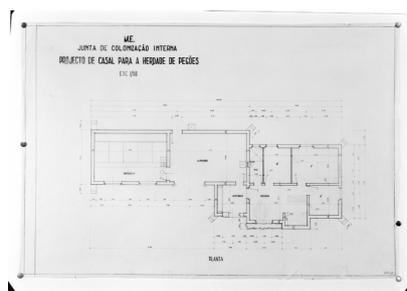
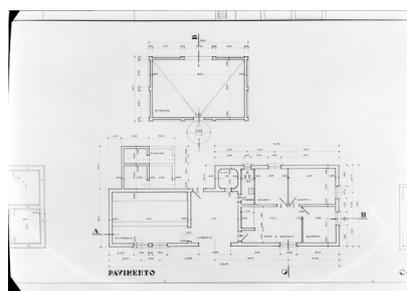


FIG. 04.31 | [CFT003.126253] Casal de Pegões Velhos (s.d.)

FIG. 04.32 | [CFT003.65210] Planta do casal-tipo de Pegões Velhos

FIG. 04.33 | [CFT003.65189] Casal de Faias (s.d.)

FIG. 04.34 | [CFT003.126253] Planta do casal-tipo de Faias

FIG. 04.35 | [CFT003.76362] Casal de Figueiras (s.d.)

FIG. 04.36 | [CFT003.65205] Planta do casal-tipo de Figueiras

04.31 a 04.36 | Fonte: (Co. Estúdio Mário Novais | FCG- Biblioteca de Arte e Arquivos)

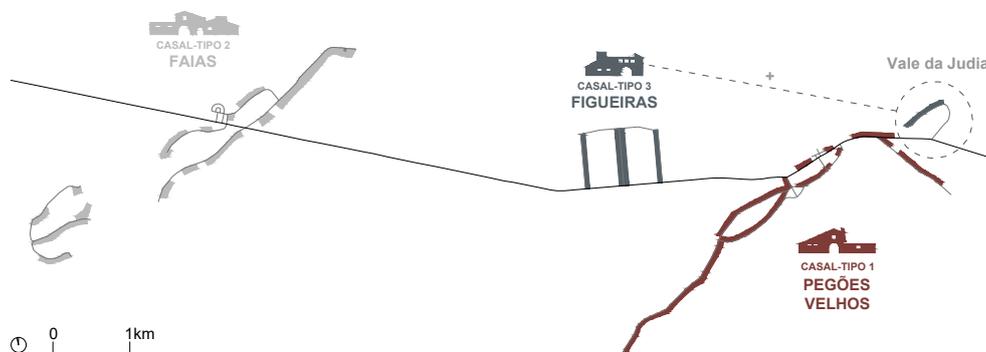


FIG. 04.37 | Distribuição dos casais-tipo construídos | Fonte: O Autor

Consideradas as propostas ou projectos-tipo para os casais agrícolas, analisemos portanto as características dos três casais-tipo construídos na Colónia de Pegões [ver FIG. 04.31 a 04.36]. Conforme anteriormente referido, cada casal-tipo foi associado a um núcleo, mas salienta-se uma excepção no núcleo de Pegões Velhos (Vale da Judia) onde, para além do seu casal-tipo, inclui um conjunto de habitações que repete o casal-tipo projectado para o núcleo das Figueiras [ver FIG. 04.37].

A habitação consiste num modelo do tipo unifamiliar, cuja organização funcional e espacial, está dividida em duas zonas: residência e instalações anexas. Estas foram as directrizes que orientaram a forma como foram organizados os três casais-tipos para os respectivos núcleos de colonização, procurando uma relação próxima entre a residência do colono, onde vive, dorme e se alimenta, e o seu meio de subsistência, apoiado pelos espaços necessários para as cabeças de gado e as alfaias. Conforme sublinhado no projecto de 1942:

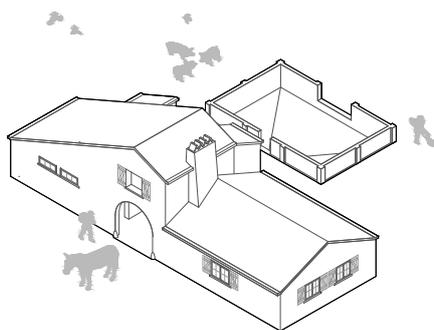
“A comparação dos diversos tipos projectados – soluções várias do mesmo problema – aumenta o valor técnico do presente estudo. Por outro lado, a existência, na prática, de tal diversidade, garante à obra delineada maiores perspectivas de acerto e torna-a mais próxima da vida agrícola real, em que a variabilidade é lei.” (JCI, 1942, p. 94)

Os três projectos-tipo são definidos pelo mesmo programa base sendo estes constituídos por uma sala comum/cozinha, três quartos, casa de banho e instalações anexas que correspondem às dependências de uma habitação rural necessárias para apoiar o trabalhador rural na lavoura, constando de coberto para guardar as alfaias e espaços destinados aos animais.

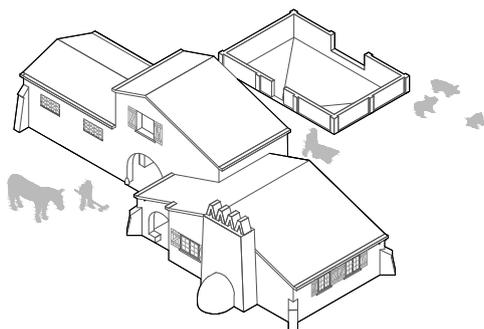
Considerando as condições em que viviam muitas das comunidades rurais conforme constatado no *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* (Távora et al., 2004), o modelo de habitação unifamiliar adoptado oferecia claras melhorias a nível de salubridade, já constando de casa de banho e separação entre residência e instalações anexas com a respectiva zona destinada aos animais. Ainda assim, embora seja possível observar a existência de “preocupações higienistas” na casa e anexos, “o alpendre integrado tende a misturar o espaço doméstico com a área agrícola e de permanência de animais” (Cardoso, Maia & Trevisan, 2018), o que contraria essas preocupações.

No projecto de colonização para Pegões existe uma clara vontade de que os casais agrícolas se assemelhem não só funcionalmente mas também formalmente ao “monte” enquanto centro de produção e modo de vida das famílias rurais.

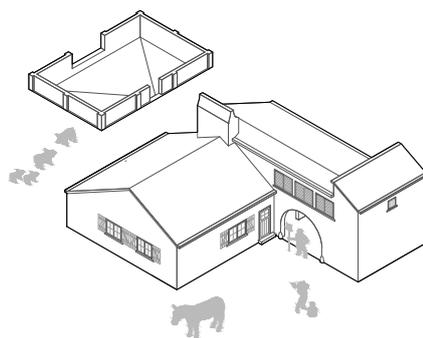
04. Colónia Agrícola de Pegões



Casal-tipo 1 - Pegões Velhos



Casal-tipo 2 - Faias



Casal-tipo 3 - Figueiras

FIG. 04.38 | Casais-tipo para a Colónia de Pegões | Fonte: O Autor

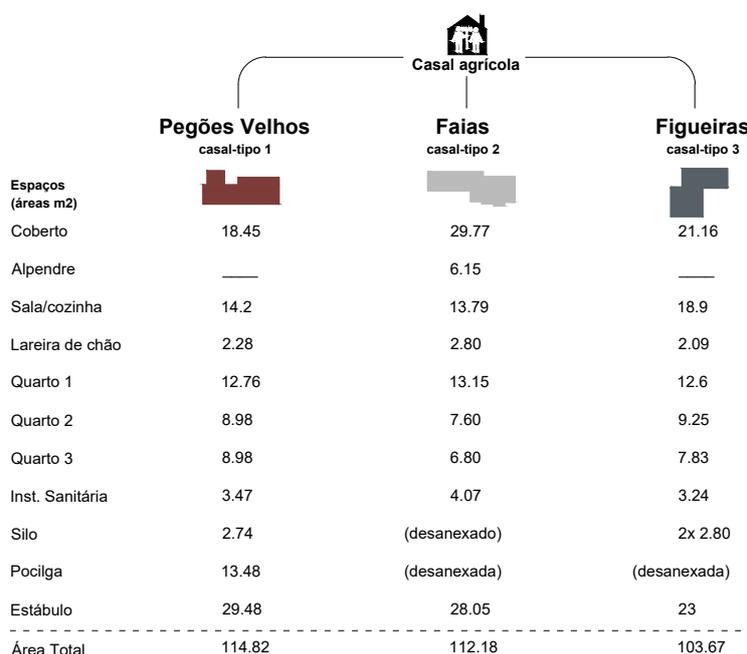


FIG. 04.39 | Áreas dos Casais agrícolas | Fonte: O Autor

Nos três casais-tipo é possível observar o cariz tradicional e ruralizante (Mestre, 1999) vinculado ao movimento da *Casa Portuguesa* de Raul Lino que influencia a definição do modelo de habitação adoptado: são privilegiados os beirados, a caiação, uma paleta de cores muito restringida aos azuis, verdes e amarelos claros, ao “gosto português” e que é facilmente associado às casas de Raul Lino, enquadradas no movimento da *casa portuguesa*.

Conforme refere o arquitecto Victor Mestre (1999) enquanto que nos equipamentos procurou-se “arriscar uma linguagem moderna, descomprometida de uma gramática oficial”, as habitações apresentam uma linguagem conservadora “pouco inventiva e muito próxima do conceito de uma pretensa arquitectura portuguesa regional” (Mestre, 1999, pp. 6-7) [ver FIG. 04.38].

Em termos de áreas, não existem diferenças significativas assinaláveis entre os três casais-tipo, aproximando-se da mesma área total mas sendo o casal de Figueiras um pouco menor em relação ao casal de Pegões Velhos e de Faias [ver FIG. 04.39]. As diferenças existentes dizem respeito à organização dos espaços da residência e das instalações anexas. Sublinha-se que quando não existem instalações anexas ao volume da habitação, estas acabaram por ser construídas nas traseiras do casal. De forma geral os casais foram dotados de várias divisões, com áreas mínimas, que ofereciam uma gradação de privacidade/intimidade e contribuíam para um habitar (relativamente) confortável tendo em conta a dureza da vida e as dificuldades resultantes de trabalhar no campo em meados do século XX.

Analisemos a seguir os três projectos-tipos de habitação unifamiliar construídos na Colónia agrícola de Pegões.

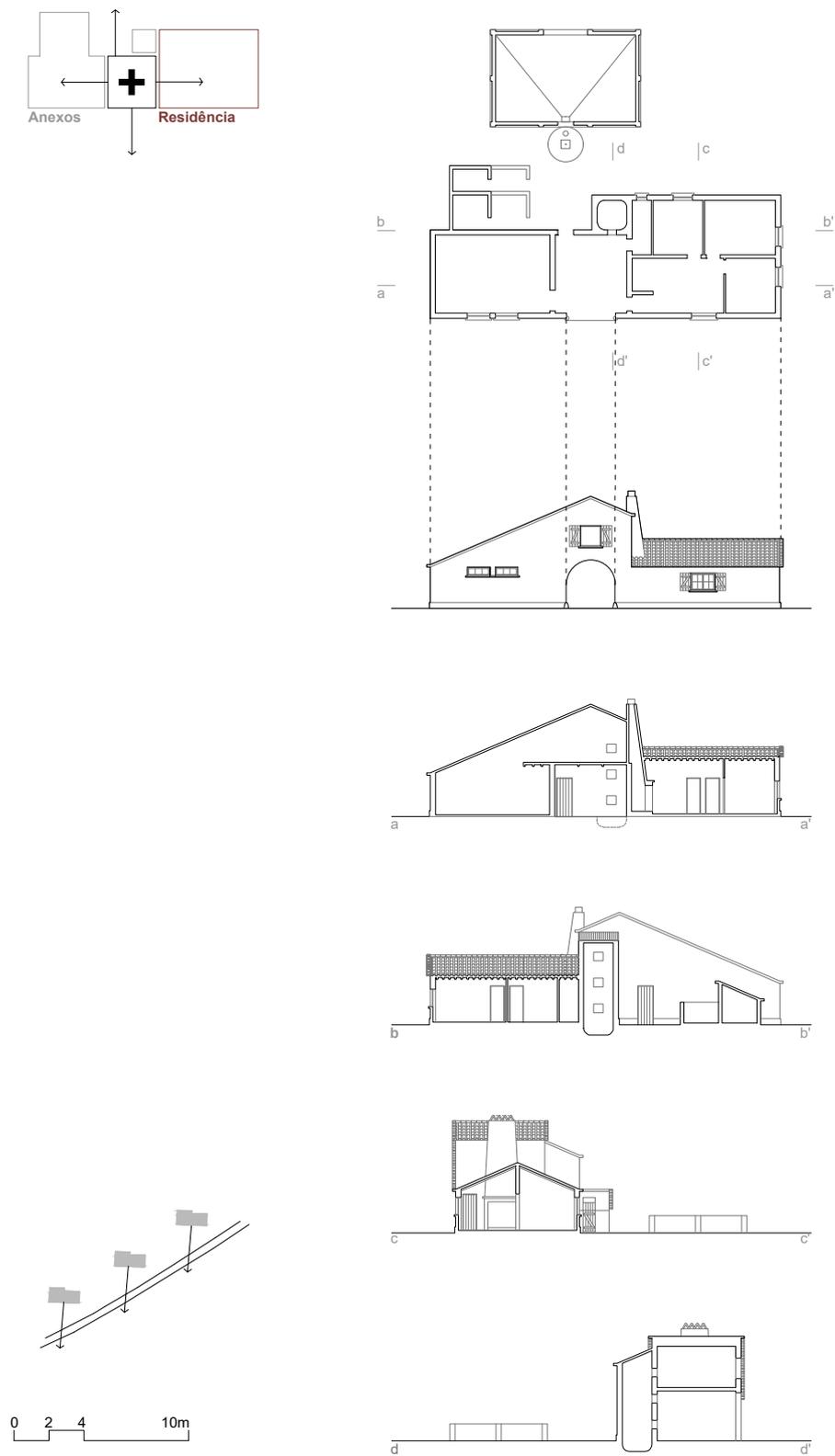


FIG. 04.40 | Casal-tipo de Pegões Velhos (desenhos) | Fonte: O Autor

PEGÕES VELHOS

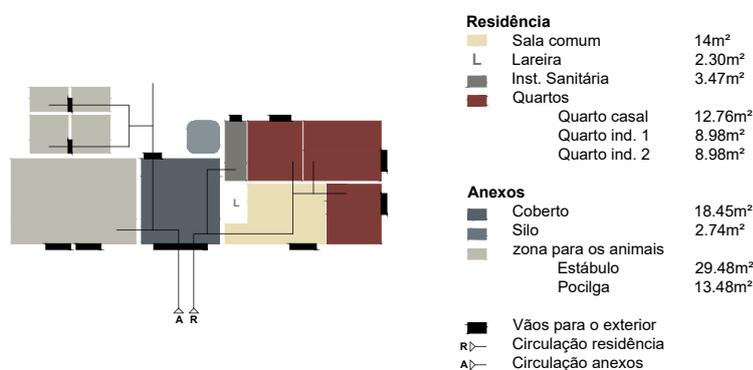


FIG. 04.41 | Casal-tipo de Pegões Velhos (usos e circulações) | Fonte: O Autor

De acordo com a soma dos casais do núcleo de Pegões Velhos foram construídos 95 casais agrícolas (87 deste casal-tipo mais oito do casal-tipo de Figueiras) com cerca de 141m² de área de implantação. Neste projecto-tipo, a residência é descrita em memória descritiva como sendo constituída por: uma "sala comum" (JCI, 1949-51, p. 1) que desempenha simultâneamente as funções de sala de refeições e cozinha, instalação sanitária e três quartos de modo a possibilitar que os filhos e filhas dos colonos tivessem quartos separados. Os anexos incluem um estábulo, alpendre ou recinto coberto que se destinava a guardar o carroça e as alfaias agrícolas, palheiro situado no primeiro andar sobre o alpendre, silo, pocilgas e nitreira [ver FIG. 04.40].

De forma a separar a zona dos animais da zona da habitação, a "entrada da habitação faz-se através do alpendre que constitui o elemento de ligação a coberto entre a casa e os anexos" (JCI, 1949-51, p. 1) [ver FIG. 04.41]. Ainda assim, o acesso à instalação sanitária era feito exclusivamente através do alpendre, não dispondo de água canalizada. Esta era "munida de bacia turca com bordadura para assentamento de tapete de madeira para banho de chuveiro móvel" (JCI, 1949-51, p. 1) dispo de uma fossa séptica para onde era feita a drenagem dos esgotos, bem como uma nitreira desanexada e localizada numa zona posterior à habitação.

O palheiro existente sobre o alpendre comunicava com estábulo através de uma escada amovível e com o exterior através de um vão a partir do qual, com o auxílio de uma roldana, eram elevadas as cargas.

O sistema construtivo adoptado é constituído por paredes exteriores e interiores de alvenaria de blocos de cimento assentes com argamassa de areia e cimento. Para a cobertura foi utilizado a telha tipo "campos" (JCI, 1949-51, p. 2) com beirado à portuguesa, com excepção do silo cuja cobertura em chapa de zinco ondulada seria pintada em cor semelhante à da telha.

A relação da habitação com a via de acesso, nunca é frontal sendo que, para quem realiza o percurso pelas vias de acesso, usufrui de uma relação visual constante com as fachadas principais deste casal-tipo, resultante de uma ligeira rotação da habitação. A leitura da fachada deste casal evidencia um volume alongado com poucos vãos, na qual um arco assume um certo protagonismo, evidenciando a entrada. Os anexos, como o silo e a pocilga, são volumes adicionados nas traseiras.

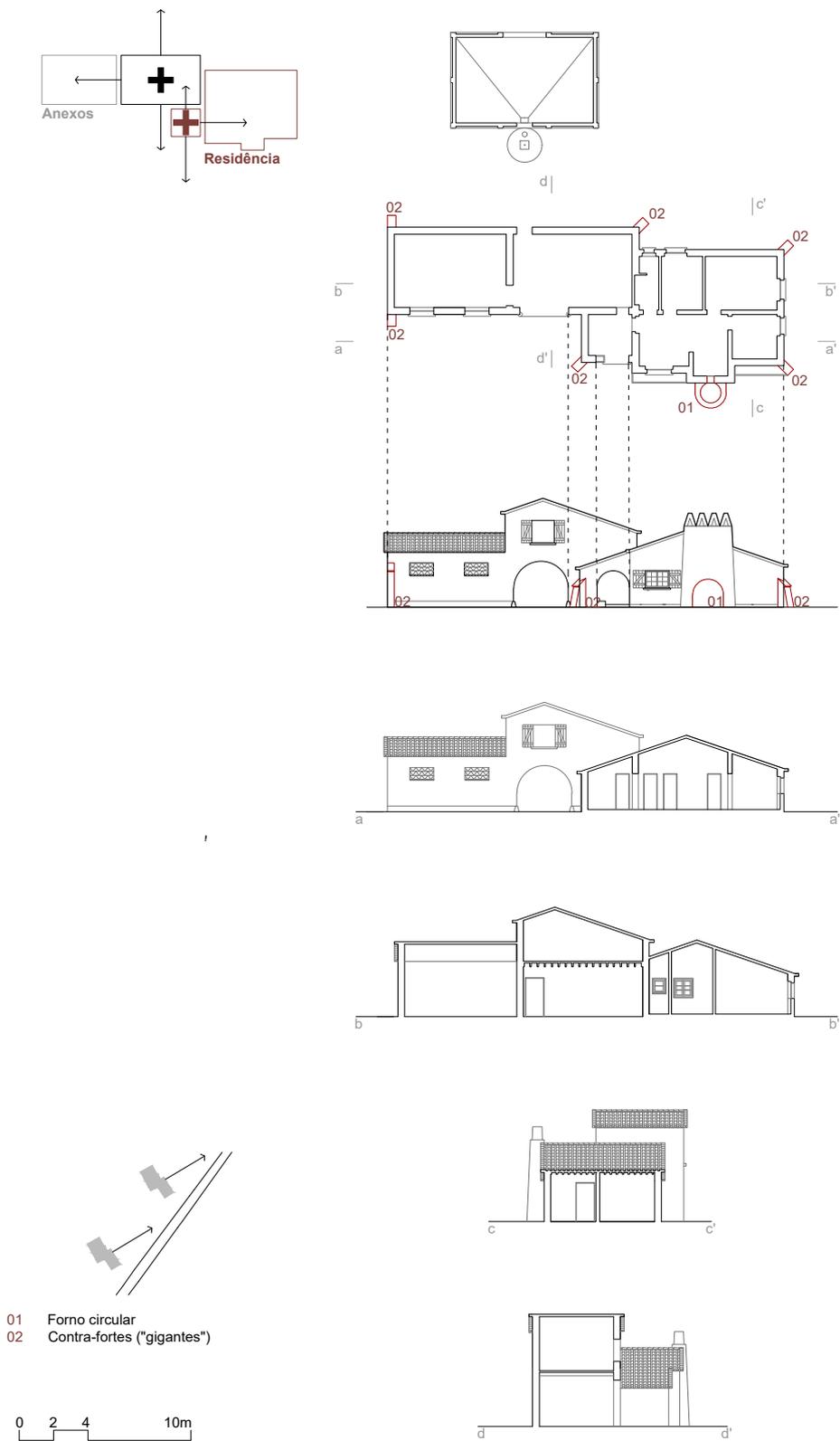


FIG. 04.42 | Casal-tipo de Faias (desenhos) | Fonte: O Autor

FAIAS



FIG. 04.43 | Casal-tipo de Faias (usos e circulações) | Fonte: O Autor

De acordo com a soma dos casais no núcleo de Faias foram construídos 62 casais agrícolas com cerca de 146 m² de área de implantação. O casal-tipo adoptado para o núcleo de Faias compreende, na residência, uma sala/cozinha, três quartos, instalação sanitária e alpendre. Em relação às instalações anexas, estas constam de estábulo, nitreira e palheiro, situado sobre o recinto destinado à carroça e alfaias agrícolas. O acesso ao palheiro também é feito através de uma “escada amovível e pelo janelão aberto na fachada e provido duma roldana que lhe fica superior” (JCI, 1949, p. 1).

De acordo com a memória descritiva do projecto para o casal, no seu interior, as portas poderiam variar entre uma gama maior de cores como por exemplo, azul claro, verde claro, amarelo claro, etc. Em relação ao exterior: “O edifício será caiado a branco, no interior e no exterior, tendo os aros portas e caixilhos exteriores pintados a óleo na cor verde azulado” (JCI, 1949, p. 1).

Para além do recinto coberto destinado à carroça e alfaias agrícolas, o desfasamento entre as duas zonas deu origem a um alpendre que permite uma melhor separação entre a zona dos animais (estábulo) e a zona da habitação. Para entrar ou sair da habitação os colonos não precisariam de se relacionar directamente com as instalações anexas, existindo uma distinção de circulações [ver FIG. 04.43]. Também, o acesso à instalação sanitária é feito a partir do interior da habitação, que contrasta com o casal de Pegões Velhos em que o acesso era feito pelo recinto coberto, exterior aos espaços da habitação. Nos desenhos de projecto deste casal constava um forno circular, adjacente à lareira. Contudo, não se encontrou no terreno nenhum construído. Em relação aos contrafortes, também chamados de “gigantes”, foi possível constatar a existência de um casal com os referidos elementos [ver FIG. 04.42]. A pocilga e o silo, apesar de não estarem incluídos nos desenhos originais, foram construídos nas traseiras da habitação.

Tal como sucedido no casal-tipo de Pegões Velhos, é promovida a ideia de percurso com relações visuais constantes com as fachadas deste casal-tipo, verificando-se uma ligeira rotação do casal em relação às principais vias de acesso. A leitura da fachada deste casal a partir das vias de acesso evidencia a existência de dois volumes: um volume mais próximo do observador que corresponde à residência e onde um arco evidencia a entrada; e outro volume, adjacente ao primeiro volume mas recuado, sendo que um segundo arco evidencia a existência do coberto, permitindo o acesso aos anexos.

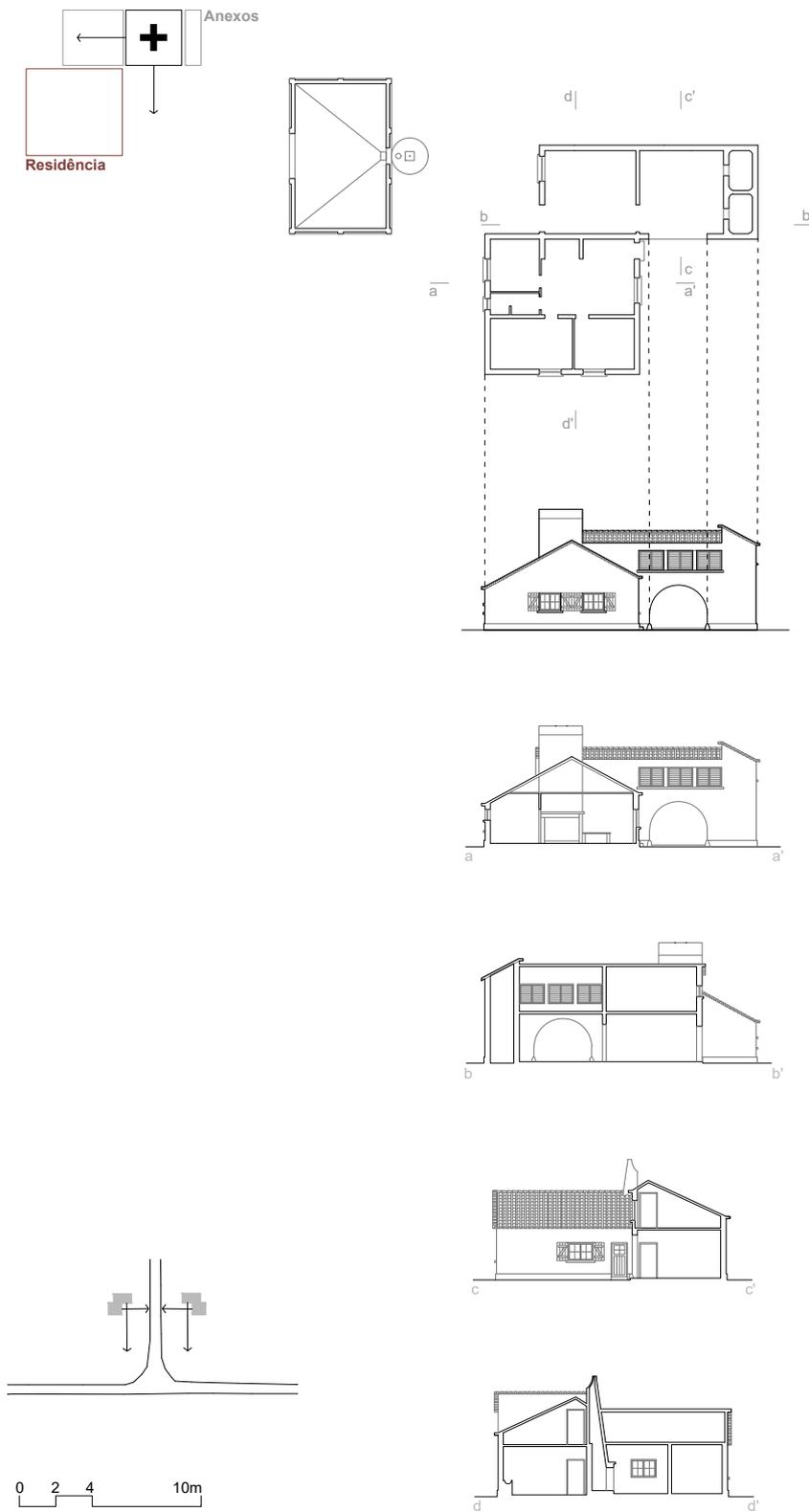


FIG. 04.44 | Casal-tipo de Figueiras (desenhos) | Fonte: O Autor

FIGUEIRAS

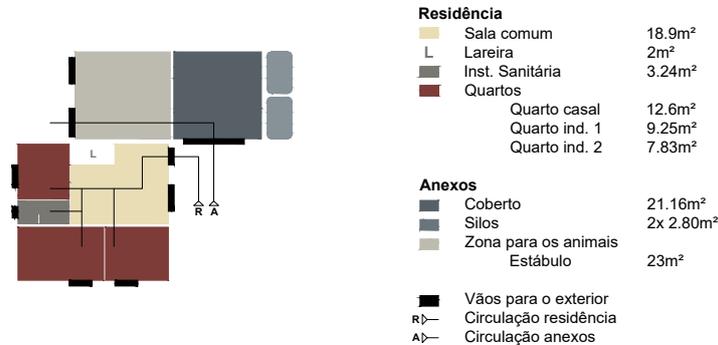


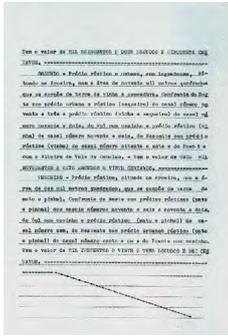
FIG. 04.45 | Casal-tipo de Figueiras (usos e circulações) | Fonte: O Autor

De acordo com a soma dos casais do núcleo de Figueiras foram construídos 50 casais agrícolas com cerca de 127 m² de área de implantação, constituindo o núcleo de menor dimensão. O casal-tipo deste núcleo é constituído pela residência que inclui três quartos, sala/cozinha e instalação sanitária, e pelos anexos, isto é, estábulo, coberto, dois silos e, no piso superior, palheiro e armazém. Inclui uma nitreira, afastada da habitação [ver FIG. 04.44].

A construção do casal, é do tipo corrente tendo-se previsto a utilização de alvenaria de blocos de cimento, "elevada, até à face interior do telhado sendo, as paredes interiores e exterior, rebocadas e caiadas" (JCI, 1953, p. 1). Na cobertura, à semelhança dos outros casais-tipo é utilizado a telha do tipo "Vouga" ou "Campos" (JCI, 1953, p. 2). Na memória descritiva do casal também é descrito o tipo de pavimentos utilizados sendo que os quartos, a cozinha e o compartimento de retrete foi utilizado "tijolo batido", no palheiro e armazém, "soalho à portuguesa", no estábulo foi usada uma "betonilha esquartelada" e no alpendre, "terra batida e ensaibramento" (JCI, 1953, p. 1).

Este casal-tipo apresenta uma particularidade em relação aos restantes. Existe uma clara distinção entre a habitação e as instalações anexas, evidenciada pela inexistência de uma ligação directa entre essas duas zonas. É promovida uma separação entre percursos e funções que se justifica formalmente e volumetricamente através de dois volumes, um de cada zona, sendo que o volume correspondente à zona dos animais é adicionado às traseiras do volume da habitação. Todavia, em contraste com o casal de Pegões e o casal de Faias, neste não existe um espaço coberto que possibilite a transição do exterior para dentro da residência. A entrada é feita directamente a partir de uma área descoberta e tendo a porta de entrada um degrau que faz a distinção entre a cota do quintal e a sala comum [ver FIG. 04.45].

A relação da habitação com as vias de acesso é contrastante com a situação verificada nos casais-tipo dos outros núcleos. Neste caso, a implantação do casal-tipo é ortogonal às vias de acesso. A leitura da fachada deste casal (orientada a sul) evidencia dois volume perpendiculares: um volume mais baixo que corresponde à residência, e outro volume, mais alto e constituído por um arco que evidencia a entrada para o coberto.



1 entregue em regime de fruição provisória casado, de trinta anos ----- agricultor,

3 O casal é constituído por casa de habitação e anexos e 1º gradouro, bem como pelos seguintes prédios: -----

4 O colono obriga-se a pagar, anualmente, à JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA ----- um sexto da produção do casal

5 Ao colono será também concedido, pela JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, um empréstimo até à quantia de VINTE E CINCO MIL E QUARENTA ESCUDOS

6 O casal é entregue ao colono pelo prazo de três anos podendo o referido prazo ser prorrogado até o máximo de cinco anos, quando a JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA o entender conveniente.

7 A JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA poderá retirar a fruição provisória deste casal, designadamente nos casos em que o colono mostre ter deixado de possuir qualquer dos requisitos necessários à admissão, deixe de cumprir as suas obrigações ou revele falta de aptidão para executar os trabalhos de aproveitamento e exploração do casal.

8 A fruição do casal caduca pela morte do colono ou pela sua ida para o ultramar.

9 O presente título é passado em duplicado, assinado por mim, JOSÉ GARCÊS PEREIRA CALDAS, Presidente da JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA e pelo colono e sua mulher.

FIG. 04.46 | Título de fruição provisória de 1948 para o núcleo de Faias (Título+colagem) | Fonte: (Pereira et al., 2009, pp. 29-32)

COLONO DE PEGÕES

António Barreto e Maria Filomena Mónica (1999) referem que os colonos que permaneceram em Pegões "foram o resultado da selecção feita entre 288 chefes de família, na esmagadora maioria trabalhadores rurais de zonas vizinhas" (p. 351) e que foram instalados à experiência em regime de fruição provisória a partir de 1952.

Os trabalhadores rurais que foram para a Colónia Agrícola acompanhados pelas suas famílias, não teriam nas suas terras de origem casas com condições mínimas de salubridade e conforto. Os vários candidatos admitidos na Colónia vieram de diversas regiões do país, a saber, Alentejo, Beiras, Ribatejo, Estremadura, Minho e Algarve, em "resultado não só da crise de desemprego rural que se vivia, como também da atracção que a perspectiva de casa e terra própria exercia" (Lopes, 2009, pp. 24-25). As condições proporcionadas na Colónia pareciam ideais para quem pouco ou nada possuía, todavia, o seu usufruto requeria várias contrapartidas que deram origem a conflitos e por vezes, ao abandono ou expulsão de colonos.

Para validar o estatuto de colono e a aquisição do casal agrícola, o candidato tinha de necessariamente concordar com as condições estipuladas num contrato escrito. Esse contrato de quatro páginas denominado "Título de fruição provisória", era válido para um período entre 3 a 5 anos. Somente após este período experimental, e sendo o colono considerado, pela JCI, apto para manter o casal e a exploração da terra, seria concedido o regime de fruição definitiva.

São referidas como condições necessárias para admissão, o colono ser casado, agricultor e comprometer-se a pagar à JCI um sexto da sua produção anual, posteriormente aumentado para um terço (Lima, 2016), contribuindo também em géneros para o centro social, colónia de férias e centro de saúde (Lopes, 2009). O incumprimento destes requisitos, das suas obrigações, ou a demonstração de "falta de aptidão para executar os trabalhos de aproveitamento e exploração do casal" poderia levar a JCI a retirar do título de fruição provisória [ver FIG. 04.46] à medida que "tudo isto se desenrolava num quadro de estrito controlo da actividade diária dos colonos, quer na organização da respectiva faina, quer nos próprios comportamentos na esfera privada" (Lopes, 2009, p. 29).

Partindo do pressuposto que o projecto seria assente na organização de empresas familiares, os casais de camponeses admitidos deveriam ser casados. Por outro, os colonos viviam num estado de constante preocupação correndo o risco de poderem ser expulsos, caso a JCI os desqualificasse, considerando-os inaptos para a exploração do casal ou em caso de irregularidades no pagamento do empréstimo anual. Refira-se que, se o colono falecesse ou fosse para o ultramar estes também seriam motivos para invalidar a sua fruição do casal por parte da restante família, sob o risco de expulsão.

É possível depreender várias particularidades da análise do contrato estabelecido entre a JCI e o colono e sua mulher que remetem para a questão da identidade nacional promovida pelo Estado Novo. Sublinhe-se o papel da mulher. No final do contrato é confirmado o acordo entre o colono, varão e chefe de família, a "sua mulher" (reconhecida legalmente como tal) e o organismo competente. As várias condições estipuladas afectavam directa e indirectamente a mulher do colono e os seus filhos. Estipulado como requisito o estado civil de casado, esperava-se que o colono se dedicasse à exploração da terra à medida que a mulher tratava das tarefas domésticas, educava os filhos e auxiliava o colono no seu trabalho, quando necessário.



04.47



04.48



04.49



04.50

FIG. 04.47 | Ação dos organismos do Estado, Junta de Colonização Interna, assistência médica nas colónias, Artur Pastor (1960)

FIG. 04.48 | Junta de Colonização Interna, lições de técnica agrícola aos colonos, Artur Pastor (195-)

FIG. 04.49 | Educação primária nas colónias agrícolas promovida pela Junta de Colonização Interna, Artur Pastor (1960)

FIG. 04.50 | Assistência social nas colónias, educação primária, Artur Pastor (195-)

|(04.47 a 04.50) Fonte: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt>

Conforme anteriormente referido, a JCI também auxiliava os colonos e suas famílias de várias formas nomeadamente, proporcionando formação às mulheres (cursos de costura), assistência médica [ver FIG. 04.47] e técnica aos colonos e suas famílias, sendo que os colonos recebiam cursos técnicos relacionados com as várias facetas do seu trabalho [ver FIG. 04.48] e os seus filhos recebiam uma instrução de matriz católica [ver FIG. 04.49 e 04.50].

O casal agrícola está associado a um modo de vida intimamente ligado à vida rural, habitar e trabalhar nesse meio, sendo este definido pela habitação rural, anexos, logradouro e prédios rústicos (regadio, sequeiro, vinha, mato e pinhal) para exploração agrícola nem sempre próximos uns dos outros, "cuja utilização fora cuidadosamente desenhada para servir como modelo de unidade produtiva familiar tipo a implantar em zonas de grande propriedade sujeitas à intervenção do Estado" (Barreto e Mónica, 1999, p.351). Aos colonos foram atribuídas diferentes áreas de cultivo que variavam consoante o núcleo. As áreas cultiváveis correspondiam respectivamente, 20 hectares em Pegões Velhos, 18.5 hectares em Figueiras e 15 hectares em Faias. A cada casal era atribuída, em média, uma área média de 18 ha de terra cultivável, constituído por 1.2 hectares de terras irrigadas e laranjal, 4 hectares de vinha, 10.7 hectares de sequeiro e 2 hectares de pinhal (JCI, 1958). Sublinhe-se que também era concedido ao colono um empréstimo monetário destinado à aquisição de gado, alfaías e para "constituir o Fundo de Exploração Rural".

Tal como ocorrido na colonização em Espanha e Itália [Capítulo 03], é possível depreender que a organização do território seguiu premissas relacionadas com a rentabilidade da unidade de produção, proximidade das famílias rurais às suas parcelas de terreno bem como aos centros cívicos onde estariam localizados edifícios públicos e vários serviços de assistência. Assim, é possível circunscrever o núcleo das Faias numa circunferência com 3km de raio e os núcleos de Figueiras e Pegões Velhos numa com 4.5km de raio. Estas áreas compreendiam as zonas onde os casais estão implantados bem como as diferentes zonas agrícolas que constituem os prédios rústicos concedidos aos colonos para exploração [ver FIG. 04.51].

A organização do território, do conjunto edificado bem como a assistência prestada aos colonos e suas famílias revelam uma procura por elevar a qualidade de vida do trabalhador rural, factores estes essenciais para a viabilização do projecto de colonização.

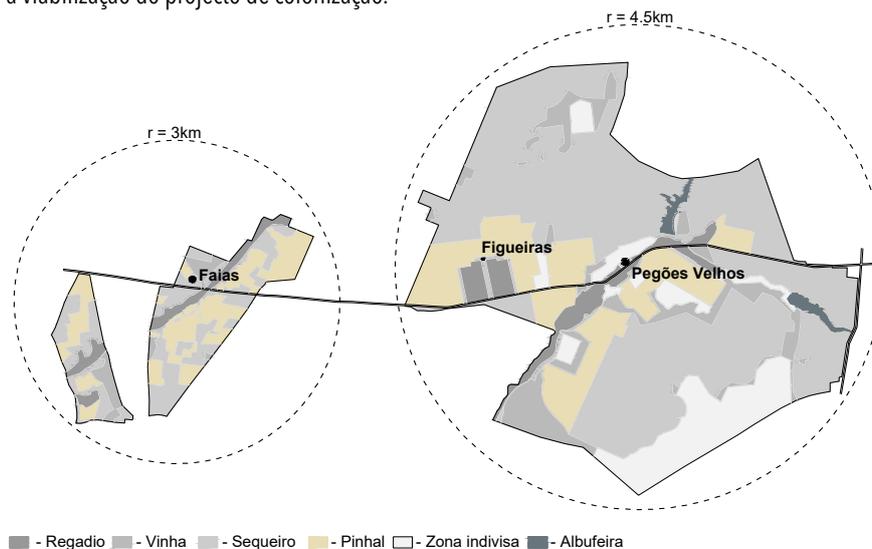


FIG. 04.51 | Planta das zonas agrícolas | Fonte: O Autor

04.4. HABITAR A COLÓNIA DE PEGÕES (1974-2018)

O período em Democracia (1974-2018) ocupa uma linha cronológica extensa, cujos acontecimentos são elucidativos ao nível da evolução da paisagem, do habitar e da própria identidade da Colónia de Pegões. Contudo, perante a dificuldade em prospectar, identificar e seleccionar documentação específica, impossibilitou o aprofundamento deste período na forma como os colonos habitavam a Colónia de Pegões, se identificavam com o lugar e estabeleciam relações sociais de cooperação e vizinhança.

A JCI foi extinta em 1974 pelo Decreto-Lei n.º 539/74 de 12 de Outubro. Contudo, somente em 1988, os alvarás dos terrenos e habitações que constituíam o casal agrícola foram entregues aos colonos e suas famílias passaram a ser proprietários, livres dos critérios de produção e comportamento directamente relacionados com a ideologia do Estado Novo.

Lima (2016) refere que esta transição deu origem a um processo de apropriação dos casais agrícolas e adaptação dos edifícios públicos a diferentes usos. Acrescenta que actualmente é possível constatar várias alterações e ampliações que ameaçam a harmonia da paisagem e conjunto edificado o que justifica a implementação de medidas de salvaguarda. O mesmo autor refere que a preservação da Colónia de Pegões está dependente de "dar continuidade e de saber reinventar a actividades económicas que estiveram na sua génese" uma vez que ainda se investe na economia agrária (agricultura, horticultura, vitivinicultura, floricultura e silvicultura) nesse território e que "o trabalho continua a ser a matéria-prima que sustenta e consolida a construção da comunidade" (Lima, 2016, p. 31)

Sobre as alterações realizadas na Colónia, Isabel Costa Lopes (2009) refere:

Dos tempos do colonato agrícola, as localidades de Figueiras, Faias, Foros ou Pegões Velhos, que constituem a Freguesia de Santo Isidro de Pegões, já pouco guardam. As casas agrícolas mudaram de proprietários e foram sofrendo alterações. Quanto aos casais, no seu conjunto, resta apenas a memória deles.

O núcleo modernista, insólito e paradoxal no espaço e no tempo predominantemente conservadores e ruralistas em que foi erguido, continua a testemunhar a abertura à influência de novas linguagens (...). (Lopes, 2009, p.34)

Considera-se essencial a análise de tais elementos para compreender a paisagem, as formas como os actuais residentes habitam a colónia e, conseqüentemente, a identidade desse lugar, habitado em continuidade até a actualidade.

04.5. CONCLUSÃO

Na sua origem a identidade da Colónia de Pegões está intimamente relacionada com a promoção da ruralidade ligada à ideologia do Estado Novo. A organização do território procurou estruturar as zonas de exploração de forma a possibilitar um fácil acesso dos colonos às suas parcelas de terra e facilidade na condução de água às zonas de regadio, obedecendo a critérios que procuravam garantir uma maior rentabilidade de recursos.. Para tal, a Colónia foi dotada de estruturas de rega, tanques, poços, aquedutos, tanques, albufeiras e parcelas de terreno cuja configuração estreita e alongada, permitiu que os colonos trabalhassem “lado a lado” por vezes, ajudando-se mutuamente ao explorarem a terra. Esse espírito de cooperação e entre-ajuda foi fomentado num conjunto de equipamentos que ocuparam uma posição central nos vários núcleos, promovendo lugares de reunião da população onde estavam concentrados os serviços sociais de apoio.

A identidade social da Colónia revela-se em simultâneo, um pretexto e uma condicionante no projecto para a colonização do lugar. Como revelação resultante desta experiência de colonização, a ideologia do Estado Novo, sobrepôs-se ao respeito pela individualidade dos colonos, prevalecendo o estereótipo por este concebido do tipo de pessoa que deveria ser o trabalhador rural português.

Os equipamentos públicos construídos na Colónia tiveram como objectivo validar um projecto político e social ao apoiar o colono e sua família na sua tarefa de explorar a terra. Por um lado, tais equipamentos procuraram responder às necessidades de consumo, produção, assistência e diversão. Por outro, a organização dos equipamentos evidenciou uma valorização da ideologia do Estado, não só pelas diferentes abordagens arquitectónicas bem como pelo seu enquadramento paisagístico que, apesar de diferente do adoptado para os casais agrícolas, promove uma localização preferencial das igrejas e escolas, incluindo expressões arquitectónicas diferentes, numa articulação harmoniosa das diferentes construções arquitectónicas, não existindo uma dissonância entre as diversas construções.

Em relação às habitações rurais ou casais agrícolas, estas ofereciam diversos espaços e condições para que a família rural desenvolvesse uma exploração agrícola no território circundante com espaços para as alfaías e para os animais que os auxiliavam nesse trabalho. Também constava de instalações sanitárias e três quartos, possibilitando que com o aumento do número de filhos, fosse assegurada a existência de quartos individuais.

No entanto, a evolução das necessidades da sua população conduziu a diversas alterações nos casais e equipamentos, de maneira mais evidente a partir de 1988 quando os alvarás dos casais foram entregues aos colonos. Portanto, questiona-se quais as alterações realizadas, hoje perceptíveis nos casais e equipamentos e sua utilização pela população residente. Tal leitura permitirá compreender os valores materiais e imateriais que subsistem na Colónia de Pegões, preservados pela população actual.

FIG. 05.01 | Igreja de Santo Isidro de Pegões, Pegões Velhos (2018) | Fonte: O Autor

05.

IDENTIDADE DA COLÔNIA DE PEGÕES



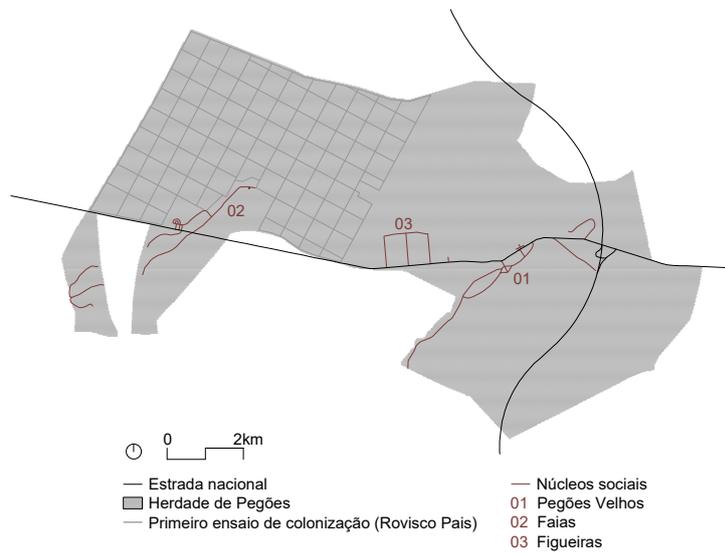


FIG. 05.02 | Colónia de Pegões: Pegões Velhos, Figueiras e Faias
| Fonte: O Autor

05.

O presente capítulo procura contribuir para o conhecimento da identidade actual da Colónia Agrícola de Pegões, com especial foco no núcleo de Pegões Velhos. Nesse sentido, apresentam-se os resultados da análise urbanística, arquitectónica e social, identificando as sucessivas alterações, físicas e de uso, observadas nos casais agrícolas desde a sua construção até hoje. A análise baseia-se na utilização de dados recolhidos em trabalho de campo que teve lugar entre 2016 e 2018, nomeadamente através de entrevistas, mapeamento de alterações físicas e levantamento fotográfico realizado no território da Colónia [ver FIG. 05.01 e 05.02].

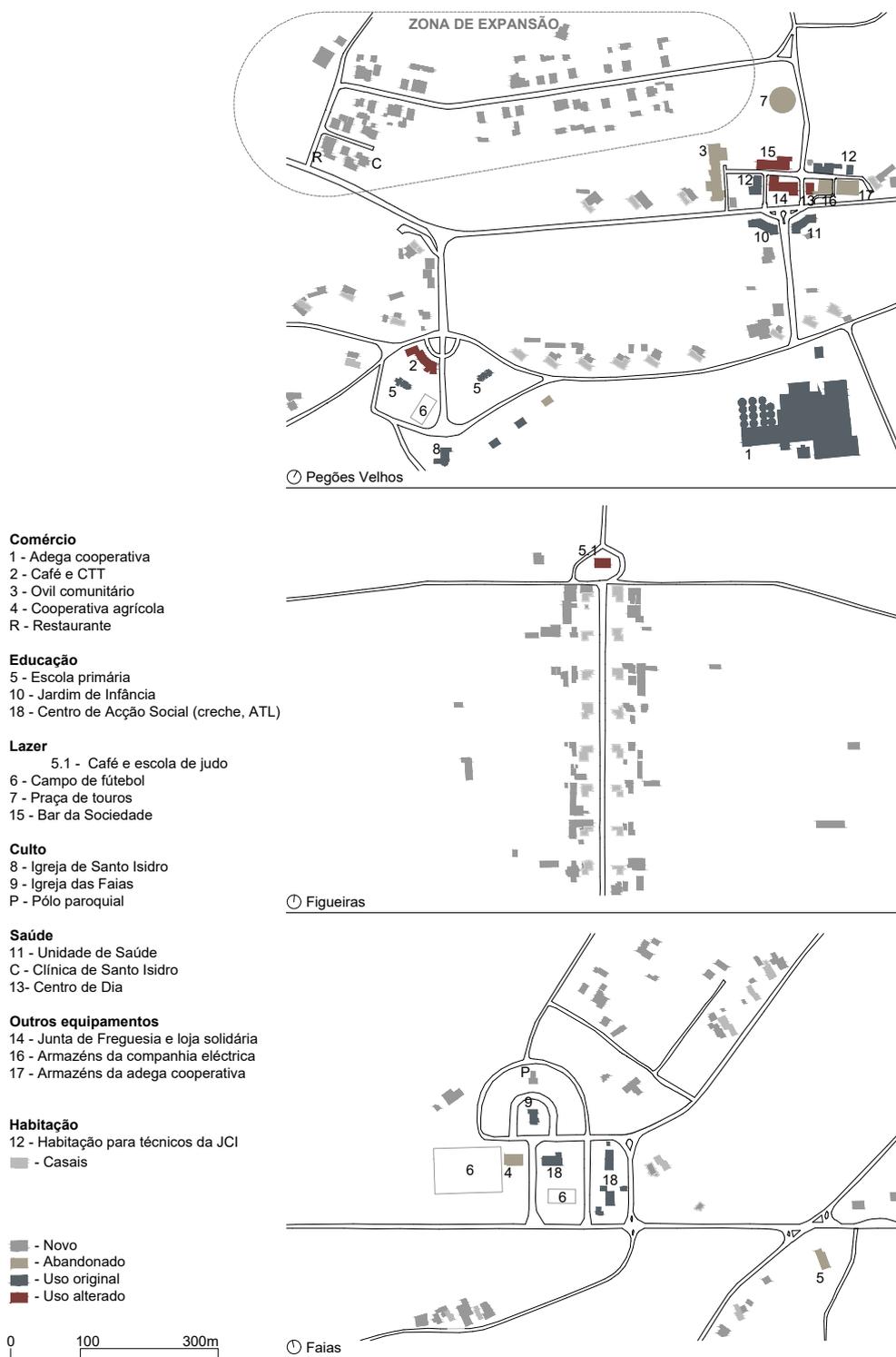


FIG. 05.03 | Núcleos sociais: funções de equipamentos e casais (2018) | Fonte: O Autor

05.1. TERRITÓRIO E ARQUITECTURA DA COLÓNIA AGRÍCOLA

No território disperso da Colónia de Pegões foram construídos três núcleos sociais - Pegões Velhos, Figueiras e Faias - onde se concentraram os equipamentos públicos de comércio, educação, lazer, culto e saúde. O território estaria organizado de forma a facilitar o acesso dos colonos aos diferentes tipos de exploração agrícola nos prédios rústicos a estes concedidos, com relativa proximidade aos respectivos casais agrícolas.

Decorridas aproximadamente sete décadas desde a criação da Colónia de Pegões, cujo desenvolvimento foi abordado no capítulo anterior, a análise urbanística dos núcleos sociais em 2018 revela uma significativa densificação dos vários núcleos através da introdução de novos edifícios nas traseiras dos casais. Em relação aos equipamentos construídos originalmente na Colónia, na maioria dos casos foram mantidos usos muito semelhantes aos originais enquanto que alguns foram adaptados a novos usos. Apesar de a utilização da maioria dos equipamentos se estender à actualidade, constata-se a existência de algumas excepções cujo abandono promove a sua degradação.

O sistema de vias de comunicação não apresenta transformações significativas na sua estrutura original. As alterações realizadas consistiram no prolongamento das vias originais a Norte, permitindo a definição de zonas de expansão, no caso do núcleo de Faias, e ainda mais evidente no núcleo de Pegões Velhos. Recorde-se que este núcleo constituía a sede da Colónia com a maioria dos equipamentos públicos. Na zona de expansão do núcleo de Pegões Velhos foram construídas dezenas de habitações unifamiliares e alguns serviços, entre os quais, uma clínica e um restaurante [ver FIG. 05.03, (C) e (R)].

Os actuais residentes descrevem a Colónia na actualidade recorrendo à memória do passado: "era tudo muito ordenado, muito tratado, muito lindo" com "roseiras bravas (...) das bolinhas vermelhas" ao longo das estradas, "os casais todos iguais (...) muito bem arrançados (...) tudo orientado para o mesmo sítio" [P1] e "o resto era pinheiros" [P10], por vezes "com rama por cima do casal" [P3]. Para além do pinhal, os participantes também destacam as vinhas, as "laranjeiras e umas coisas que já estavam plantadas" [P2] como árvores de fruto. Nessa comparação com um tempo passado, um participante destaca o que permanece:

"Mas isto já não é nada do que era, pronto. Para resumir, é assim. O que isto foi há 64 anos, hoje é o quê? É só ainda o modelo das casas." [P5]

Sublinha-se que alguns dos participantes entrevistados reconhecem os casais-tipo como o elemento identitário da Colónia. Todavia, observa-se um certo nível de abandono resultante de muitos habitantes terem falecido ou idade avançada, e estarem actualmente dependentes de filhos que, ou abandonaram a Colónia ou procuraram vender o casal [ver Anexo 8- Tabela 01.3.]. Um dos poucos colonos que ainda habitam esse lugar, refere com tristeza que a Colónia "já não é agrícola, é desprezada. Os velhos morreram e os novos bateram a asa" [P7].

Em contraste com o passado, quando "a gente vivia da agriculturazita" e "tudo se vendia" [P3], cessou a exploração agrícola do território desenvolvida por famílias rurais. Ainda assim, observa-se em múltiplos casos a preservação de uma agricultura doméstica praticada em terrenos de proprietários que descrevem como de "hortejo e jardinagem" [P4], existindo por vezes capacidade de produção com o objectivo de venda, como comprovam cartazes que informam sobre a venda de determinados produtos hortícolas [ver

FIG. 05.04 e 05.05]. Neste contexto, os residentes entrevistados referiram que, actualmente, embora não vivam exclusivamente da agricultura como no passado, e não tendo “fim económico” [P6], dedicam-se a algum tipo de cultivo para consumo próprio.



FIG. 05.04 | “Vendo milho, tremocilha e batata doce”, cartaz à beira da estrada, Pegões Velhos (2018)



FIG. 05.05 | “Vendo vinho do produtor, tintol”, cartaz à beira da estrada, Pegões Velhos (2018)

05.04 e 05.05 | Fonte: O Autor

A perda de importância da agricultura na vida dos actuais residentes da Colónia de Pegões levou a uma transformação da paisagem rural que, na origem estaria organizada segundo zonas dedicadas à exploração de diferentes culturas. Hoje, já não sendo obrigatória a exploração agrícola por parte das famílias que habitam a Colónia, a procura de uma vida melhor e alteração das suas rotinas conduziu a que estes não tenham de viver exclusivamente da agricultura. Assim sendo, importa questionar se, e como, é que o sistema hidráulico, equipamentos públicos e casais foram adaptados a novas funções. Estes constituem os elementos físicos do território que caracterizam a Colónia.

SISTEMA HIDRÁULICO

O projecto para a Colónia de Pegões incluiu um sistema hidráulico que tinha como objectivo facilitar a rega dos terrenos atribuídos aos colonos através de uma rede de caleiras que distribuía a água para as diversas propriedades [ver Capítulo 04., secção: Sistema hidráulico]. Ainda hoje, colonos e filhos de colonos, relembram a existência de uma “rega colectiva” [P10] salientando a particularidade de serem atribuídos horários aos colonos para beneficiarem desse bem para a produção agrícola:

(...) tantas horas para este, tantas horas para aquele [P2]

E havia uma rega colectiva. «Você rega das tantas horas às tantas, paga x. Você só rega amanhã» [P5]

(...) tínhamos duas horas dia sim, dia não, para regar as laranjeiras. [P7]

Os colonos tinham de pagar pela rega [P5] e por isso, para além da rega, a água também era aproveitada para uso doméstico: “as pessoas até aproveitavam para lavar a roupa” [P1] com a água que era conduzida pelas caleiras.

Considerando a dispersão dos casais agrícolas e a extensão do sistema hidráulico, a quantidade de água que era distribuída a quem habitava mais afastado do núcleo de Pegões Velhos nem sempre era a adequada e necessária:

Eu aqui ficava nos últimos (...) receber uma pinga de água era dos últimos. Havia umas caleiras por aí fora e em cada casal havia uma adolfa onde se metia na caleira para fechar ou abrir. Então perdia-se uma pinguinha numa, perdia-se outra pinguinha noutra, perdia-se outra noutra, quando chegava aqui, a água já não dava para nada... (ri) [P3]

Segundo este participante, tal situação terá motivado a realização de furos para tirar água com o auxílio de um motor, deixando de depender exclusivamente das caleiras para a rega. No entanto, entre colonos, a utilização das caleiras e a sua extensão levava à percepção de usos indevidos: “alguns queixavam-se que um roubava água ao outro (...) as caleiras fechavam mal, umas por querer, outras sem querer” [P2].

Do sistema hidráulico do núcleo de Pegões Velhos e do núcleo de Figueiras, ainda se observam algumas das caleiras que possibilitavam a distribuição de água para os terrenos de regadio [ver FIG. 05.6. e 05.7.], hoje reconhecidos por alguns residentes como um elemento identitário da Colónia. Do aqueduto anteriormente referido que atravessa Pegões Velhos, manteve-se um troço [ver FIG. 05.8.]. No entanto, embora consideradas “muito giras” [P1], lamenta-se a sua destruição: “já estragaram tudo” [P1]. Destruídas ou em risco de colapso, como é o caso das ligações existentes entre poços e tanques originais [ver FIG. 05.9.], do sistema hidráulico original persistem ainda vestígios que permitem reconhecer os traçados originais então construídos. Refira-se ainda que em Pegões Velhos, é evidente uma extensão do sistema hidráulico que foi mantida enquanto muro que delimita os lotes dos casais mas já não servindo para a distribuição de água.

Essas estruturas apresentam um interesse patrimonial do ponto de vista técnico, formal e social, uma vez que são testemunhos materiais na paisagem rural da forma como uma população, constituída por famílias, organizaria o seu dia de trabalho em função da disponibilidade da água.



05.06



05.07



05.08



05.09

FIG. 05.06 | Aqueduto, Pegões Velhos (2018)
FIG. 05.07 | Aqueduto, Figueiras (2018)
FIG. 05.08 | Aqueduto pintado, Pegões Velhos (2018)
FIG. 05.09 | Caleiras destruídas, Vale da Judia, Pegões Velhos (2018)
05.6 a 05.9| Fonte: O Autor

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Considerando que diversas adaptações foram realizadas nos núcleos sociais que constituíam a Colónia de Pegões, questionaram-se os usos actuais dos equipamentos públicos.

Dos edifícios originais constatou-se que a sua utilização tem sido, na maioria dos casos, mantida com funções semelhantes às originais. Em alguns casos, essa utilização foi acompanhada por pequenas adaptações à vida contemporânea, embora se registem casos de abandono que promovem a sua rápida degradação. A tabela seguinte sintetiza os usos (em 2018) dos diversos equipamentos originais construídos no núcleo de Pegões Velhos [comparar FIG. 05.10 e Anexo 4]:

PEGÕES VELHOS

		USOS	
		1950	2018
(1)		Pousada da JCI	Alterou: Junta de Freguesia e loja solidária
		Habitações: técnicos da JCI	Manteve: residentes actuais
(2)		Habitações: técnicos da JCI	Manteve: residentes actuais
(3)		Habitações: técnicos da JCI	Alterou: Centro de Dia

FIG. 05.10_A | Comparação de usos 1950-2018: Pegões Velhos

		USOS	
		1950	2018
(4)		Ovil comunitário Habitação: técnicos da JCI	Abandonado Manteve: residentes actuais
(5)		Armazém de máquinas	Alterou: Bar da Sociedade Recreativa de Pegões Velhos
(6)		Habitações: técnicos da JCI	Manteve: residentes actuais
(7)		Armazém da EDP	Abandonado
(8)		Armazém da Adega Cooperativa	Abandonado

FIG. 05.10_b | Comparação de usos 1950-2018: Pegões Velhos

05. Identidade da Colónia de Pegões

		USOS	
		1950	2018
(9)		Centro social	Manteve: Jardim de Infância
(10)		Posto médico	Manteve: Unidade de Saúde de Santo Isidro de Pegões
(11)		Adega de Pegões/ Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões	Manteve (instalações ampliadas)
(12)		Cooperativa de consumo Habitação: técnico da cooperativa Posto de correios	Alterou: Café Manteve: residentes actuais Manteve (só depósito dos correios)
(13)		Igreja de Santo Isidro	Manteve (adicionada rampa lateral)

FIG. 05.10_c | Comparação de usos 1950-2018: Pegões Velhos

		USOS	
		1950	2018
(14)		Escola (raparigas)	Manteve (sem separação por género)
(15)		Escola (rapazes)	Manteve (sem separação por género)
(16)		Habitação: professora	Abandonada
(17)		Habitação: professora	Manteve: residentes actuais
(18)		Habitação: pároco	Manteve: residentes actuais

FIG. 05.10_o | Comparação de usos 1950-2018: Pegões Velhos | Fonte: O Autor

EVOLUÇÃO DOS USOS

Em relação aos equipamentos públicos existentes no núcleo de Pegões Velhos, os residentes entrevistados revelam uma continuidade na sua utilização, desde a sua chegada à Colónia até à actualidade. Conforme já mencionado, os equipamentos públicos construídos incluíram uma pousada, um ovil comunitário, um armazém de máquinas, um centro social, um posto médico, uma cooperativa agrícola, uma cooperativa de consumo, um posto de correios, uma igreja e duas escolas, para além de habitações para técnicos da JCI. A ideia de que dispunham de todo o apoio social necessário é revelada na expressão “puseram cá tudo” [P5], relembrando os cuidados prestados ao nível da saúde aos colonos e suas famílias:

“Vinha cá um médico não sei quantos dias por semana, o Doutor Maurício (...) E depois tinha uma sala com medicamentos como se fosse uma farmácia. Muitas vezes dava os medicamentos às pessoas. Dava, dava.” [P5]

Sobre as duas escolas primárias, P4 relembra que inicialmente uma era para rapazes e outra para raparigas. No entanto, “mais tarde, já começou a ser tudo junto” [P4]. P2 também acrescenta que a escola “era muito fria” em comparação com a actualidade pois “agora já metem uma lenhazinha aos putos” [P2].

A Cooperativa de consumo era usada com frequência: “todas as semanas, mais ou menos” [P3] e dispunha dos bens necessários à vida na Colónia. Os “pais iam ali comprar tudo o que era necessário. Havia tecidos, havia linhas, agulhas, essas coisas todas...” [P5] sendo que na década de 1960, foi acrescentado a esse edifício um posto de correios [P10].

Também existiam casas para os técnicos da JCI, “para o arquitecto, para engenheiro este, engenheiro aquele” também “onde morava a assistente social, a médica, os engenheiros agrícolas...” [P5], os quais costumavam tomar refeições na pousada onde também habitariam “dois ou três engenheiros” [P5]. Hoje, a pousada foi adaptada e Junta de Freguesia e Loja Solidária sendo que as habitações dos técnicos foram mantidas como tal, actualmente habitadas por residentes.

Refira-se também que no armazém de máquinas existia uma oficina de apoio à rega e um auditório que “tinha uma sala onde as pessoas se reuniam para falar. Quando era preciso falar alguma coisa, ralhar com alguém, juntavam as pessoas todas ali” [P10] revelando o método de vexame público adoptado no caso de incumprimento de obrigações. No entanto, é lembrado o impacto positivo sentido quando certa vez, nesse mesmo edifício, reuniram a população para ver televisão pela primeira vez:

Ficou tudo de boca aberta. Quando ligaram a televisão, uma televisão muita grande, alta e então ficou tudo de boca aberta. Só havia o Canal 1 nessa altura. Ouvíamos o noticiário e uns teatros, umas coisas que eles faziam... o “Café concerto”, que era uma peça de teatro... [P4]

Actualmente, os residentes do núcleo de Pegões Velhos recorrem aos serviços disponibilizados nos equipamentos originais. Em relação ao café, onde existia anteriormente a cooperativa de consumo, e ao Bar da Sociedade ou Sociedade Recreativa de Pegões, “essa é a que tem mais gente (...) sempre cheio” [P7] constituindo ainda hoje lugares de reunião da população residente. Outros participantes referem ainda o espaço público como lugar de encontro social: “Ou ao pé da igreja ou outras vezes à sede. As minhas viagens são essas” [P3].

Ainda assim, os residentes referem que faltará em Pegões Velhos diversos serviços, nomeadamente um multibanco que “fazia bastante falta” [P6]. Acrescenta P6 que, no que refere os serviços médicos recorre a

Setúbal ou à Clínica de Santo Isidro (construída na zona de expansão de Pegões Velhos) referindo o motivo da sua preferência em relação aos serviços disponibilizados pela Unidade de Saúde de Santo Isidro de Pegões:

“As filas são enormes, a gente marca uma consulta e é daqui a não sei quanto tempo e depois acaba-se por pagar uma consulta particular ali à Clínica.” [P6]

Neste contexto, são referidas consultas médicas em Pegões Cruzamento (localidade a cinco quilómetros de Pegões Velhos) pois o médico só irá a Pegões Velhos “uma ou duas vezes por semana. É às quartas e sextas, parece...” [P7]

Quanto ao serviço dos correios, que estava na cooperativa de consumo, passou a realizar-se na Junta de Freguesia. Para além de implicar um percurso maior e deslocação mais demorada de alguns residentes, estes manifestam o seu descontentamento também pela qualidade do serviço:

“Os correios acabaram. Essa é outra treta né.” [P2]

“Agora não há aqui nada que a gente utiliza. Ah, utilizamos mas já viu? Agora a Junta de Freguesia... (...) as funcionárias ali é que fazem os serviços CTT.” [P5]

Os equipamentos públicos existentes no núcleo de Pegões Velhos revelam que, embora proporcionem acesso a alguns serviços, possibilitam uma continuidade de utilização desses edifícios os quais foram, na maioria dos casos, adaptados a novas funções. No entanto, o facto de proporcionarem serviços semelhantes aos originais, seja ao nível dos serviços, culto, educação, lazer ou habitação, a sua adaptação não alterou significativamente as construções.

Observa-se algumas excepções. A permanência do cemitério, situado entre o núcleo de Pegões Velhos e Figueiras, convoca ainda a população residente que aqui revisita os seus entes queridos, fundadores desta Colónia e seus descendentes. No entanto, outros edifícios que permaneceram como o ovil comunitário, o armazém da EDP e o armazém da Adega Cooperativa, encontram-se actualmente abandonados.

FAIAS E FIGUEIRAS

Não tendo sido recolhidos dados junto dos residentes dos restantes núcleos, apresentam-se brevemente os resultados da observação no local dos equipamentos no núcleo de Faias e no núcleo de Figueiras. Em Faias constatou-se o abandono de equipamentos, nomeadamente da escola primária e da cooperativa agrícola. No entanto, os edifícios de cariz social foram adaptados a novos usos, mantendo um programa idêntico: um dos edifícios acolhe o Centro de Acção Social onde funciona uma creche/pré-escolar e actividades de tempos livres (ATL) sendo que o outro edifício foi adaptado a Centro de Dia. Um novo edifício com uma linguagem arquitectónica distinta localiza-se atrás da Igreja de Faias; trata-se do pólo paroquial que inclui uma sala multi-usos, também utilizado como casa mortuária. A seguinte tabela descreve os usos dos equipamentos originais construídos no núcleo de Faias [ver FIG. 05.11 e Anexo 5]:

FAIAS

		USOS	
		1950	2018
(19)		Escola primária	Abandonada
(20)		Cooperativa agrícola	Abandonada
(21)		Edifícios de cariz social	Manteve: Centro de acção social, Creche, pré-escolar e Actividades de tempos livres (ATL) e Centro de Dia

FIG. 05.11_A | Comparação de usos 1950-2018: Faias

		USOS	
		1950	2018
(22)		Igreja de Faias	Manteve
(23)		Inexistente	Pólo paroquial: Casa mortuária/ Sala multi-usos (novo edifício)

FIG. 05.11₉ | Comparação de usos 1950-2018: Faias | Fonte: O Autor

Em relação à escola existente no núcleo de Figueiras, o único equipamento existente nesse núcleo, também foi adaptada a novas funções, sendo agora um café onde a população se reúne após a hora de almoço para confraternizar, coexistindo no mesmo edifício uma escola de judo. A seguinte tabela identifica estes usos [ver FIG. 05.12 e Anexo 5]:

FIGUEIRAS

		USOS	
		1950	2018
(24)		Escola primária	Alterou: Café e Escola de Judo

FIG. 05.12 | Comparação de usos 1950-2018: Figueiras | Fonte: O Autor

Apesar da utilização de certos equipamentos se manter até à actualidade através da manutenção ou da alteração de uso, observa-se a tendência para o abandono de alguns edifícios e a carência de determinados serviços o que obriga os residentes a se deslocar até localidades vizinhas. Ainda assim, refira-se que as alterações realizadas nos equipamentos dos três núcleos não comprometem a sua forma, resultando de adaptações à vida contemporânea, seja pela introdução de cor, diferentes materiais ou ainda a adaptação dos seus espaços a novas funções. Tais alterações confirmam a possibilidade de preservar esse conjunto arquitectónico que na sua maioria ainda desempenha um papel activo na vida dos residentes.

ALTERAÇÕES DOS CASAIS-TIPO

Antes da Revolução de 1974 e enquanto a JCI ainda era o organismo de administração da colonização interna em Portugal, não era possibilitado aos colonos procederem a alterações nas suas habitações. Ainda assim, nesse período, ter-se-ão efectuado algumas alterações às construções originais. Como "havia poucos engenheiros", "um fazia uma coisa, o outro fazia outra... e quase toda a gente, quase toda a gente modificou" [P2] mas "não havia ordem para mexer" [P10], conforme referem alguns residentes, colonos e filhos de colonos.

As alterações terão começado de forma mais acentuada quando os alvarás foram entregues aos anteriormente colonos quando, em 1988, passaram a ser proprietários dos casais agrícolas [ver Capítulo 04., secção: Habitar a Colónia de Pegões]. A propriedade de habitações e terrenos, marca o início de um processo de alteração dos edifícios, influenciado pelas necessidades e desejos dos seus residentes, que ocorreu no interior e se expressa também exteriormente. Esse processo resultou das várias transformações na vida social dos novos proprietários que, tendo utilizado as várias dependências de índole agrícola e equipamentos, enquadrados na exploração agrícola, observa hoje novas necessidades.

Ao nível das habitações foram realizadas diversas alterações que variam em escala e soluções adoptadas. Ao longo do percurso da EN4 entre Pegões Velhos, Figueiras e Faias observa-se a alteração das fachadas dos vários casais-tipo recorrendo a elementos decorativos que variam na cor, dimensão e materialidade.

Uma das alterações frequentes do uso do espaço afecta a coerência formal original dos casais. Trata-se do encerramento do arco de entrada do alpendre, ou coberto, possibilitando a utilização de mais um espaço habitável. Essa transformação alterou significativamente o modelo de habitação que constava de duas zonas (uma para os animais e outra de residência) uniformizando-o para habitação. Contudo, ainda se observam alguns casos em que o coberto foi mantido como um espaço exterior.

Antes de procedermos à análise comparativa de casos específicos e suas transformações ao nível dos espaços que constituem os casais na actualidade, e assim compreender melhor as alterações introduzidas nos casais agrícolas, refira-se que as alterações foram observadas em tantos casais que decidiu-se mapear a implantação dos 207 casais agrícolas (sem os anexos construídos, desanexados da casa de habitação). Para tal, com recurso a plantas cedidas pela Câmara Municipal do Montijo, foram desenvolvidos esquemas gráficos que interpretam as alterações dos casais. Cada casal está associado a um número que os identifica desde a origem, ou como identifica um participante, foram "baptizados a nível de projecto" [P10].

No núcleo de Pegões Velhos [ver FIG. 05.15] observa-se que, enquanto em certos casos o modelo original do casal foi pouco alterado (casais n.º 5 a 7), noutros casos foram construídos novos espaços nas traseiras do casal (casais n.º 72 a 75) [ver FIG. 05.13], e ainda noutros, o volume dessas transformações dificulta distinguir o casal-tipo da actual habitação e seus espaços anexos (casais n.º 22, 29 e 40) [ver FIG. 05.15].

Refira-se ainda que, nesse núcleo, já surgem casos que mimetizam o projecto-tipo de casal inicial, numa tentativa de se enquadrar na linguagem arquitectónica existente na Colónia. Para tal, apresenta fachada e volumetria muito semelhante ao projecto original, constando também de arco e sótão com janelão [ver FIG. 05.14]. No entanto, evocar o mesmo vocabulário arquitectónico em novas construções poderá conduzir a uma descaracterização dos núcleos na medida em se compromete o carácter identitário dos casais-tipo através de construções que copiam e banalizam os elementos arquitectónicos dos casais.

PEGÕES VELHOS



FIG. 05.15 | Casais em Pegões Velhos, 2018 (esquema de transformações)



FIG. 05.13 | Ampliações nas traseiras do casal n.º17, Pegões Velhos (2018)



FIG. 05.14 | Novo edifício: Loja, Bar e Destilaria que mimetiza casal-tipo de Pegões Velhos (2018)

05.13 a 05.15 | Fonte: O Autor

FAIAS



FIG. 05.16 | Casais em Faias, 2018 (esquema de transformações) | Fonte: O Autor



FIG. 05.17 | Traseiras do casal n.º108 em Faias: contrafortes ou "gigantes" (2018) | Fonte: O Autor

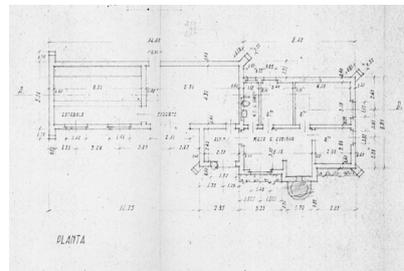
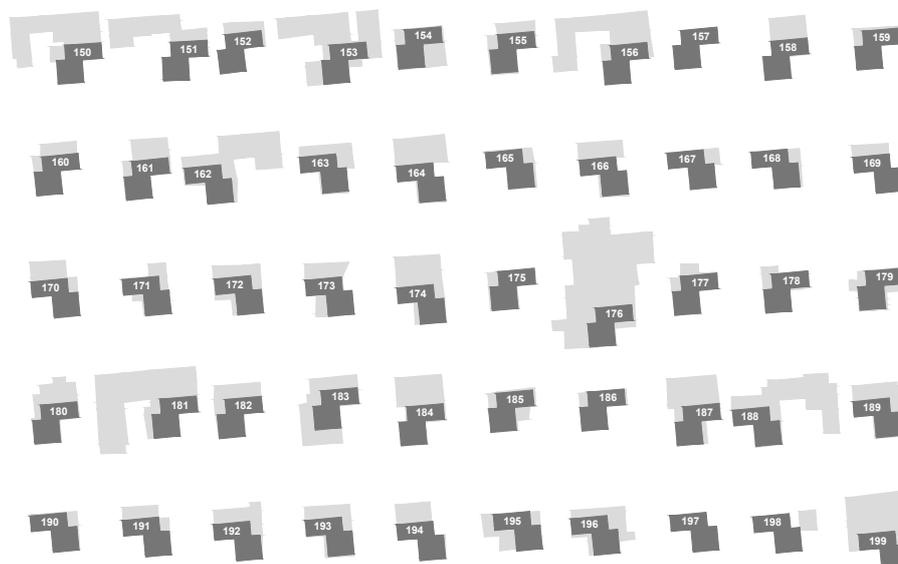


FIG. 05.18 | Projecto-tipo: Casal em Faias (s.d.) | Fonte: Disponibilizado pela C.M.Montijo

Em comparação com o núcleo de Pegões Velhos, os casais em Faias apresentam menos transformações, considerando também que o número de casais é menor. No entanto, observa-se casais profundamente alterados (casais n.º 88 e 100) existindo casos onde essas alterações foram realizadas na frente do casal (casais n.º 98 e 103) [ver FIG. 05.16]. Apesar de se ter constatado a existência de diferenças entre os desenhos originais do projecto-tipo adoptado em Faias e sua construção [ver Capítulo 04.], nomeadamente não se terem construídos os contrafortes ou "gigantes" bem como o forno circular, ao visitar o referido núcleo foi possível identificar um casal (n.º108) onde foram construídos os contrafortes [ver FIG. 05.17 e 05.18].

FIGUEIRAS



VALE DA JUDIA (PEGÕES VELHOS)

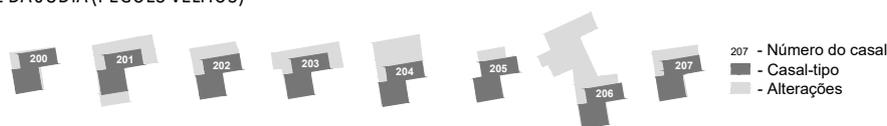


FIG. 05.19 | Casais em Figueiras e em Vale da Judia, 2018 (esquema de transformações)



FIG. 05.20 | Casal em Vale da Judia (2018)



FIG. 05.21 | Casal em Figueiras (2018)

05.19 a 05.21 | Fonte: O Autor

Tal como observado nos restantes núcleos, em Figueiras bem como no conjunto de oito casais localizados em Vale da Judia (Pegões Velhos) [ver FIG. 05.20] que repetem o projecto-tipo adoptado em Figueiras [ver FIG. 05.21] também foi possível constatar a existência de casais alterados (casais n.º 155, 165 e 200) ou com ampliação nas traseiras (casal n.º 166, 174 e 204), e casais cujas transformações dificultam a identificação da construção original (casais n.º 153 e 176) [ver FIG. 05.19].

As alterações observadas nos casais dos três núcleos evidencia uma mutação do projecto-tipo para um modelo de habitação cujas ampliações procuram responder às necessidades e estilos de vida dos seus residentes na actualidade, aumentando o espaço habitável dos casais através da alteração de usos e construção de novos espaços. Ainda que existam casais que constam de ligeiras alterações já outros se encontram descaracterizados uma vez que não foram respeitados os seus elementos identitários.

PRIMEIRO CONTACTO

Conhecer e registar as primeiras memórias do lugar contribui para identificar os elementos mais significativos com que os residentes se identificam nos casais e simultaneamente, compreender o motivo de algumas das alterações realizadas para novos usos dos espaços que constituem os casais agrícolas. Assim, refira-se que as primeiras memórias estarão associadas ao primeiro contacto que os participantes tiveram com o lugar e principalmente com o casal enquanto residência [ver FIG. 05.22].

Questionados sobre a organização espacial e funcional dos casais agrícolas [Capítulo 04., secção: Casais-tipo] na década de 1950/60, quando colonos e filhos foram para a Colónia, os participantes identificam duas zonas distintas que caracterizavam a habitação rural: residência e instalações anexas para apoio à actividade agrícola:

“Tinha aquele arco para se pôr a carroça. Do lado esquerdo, olhando de frente, do lado esquerdo era hum... o estábulo, não é? Onde se metia o macho e.. depois do lado direito é que era a casa de habitação. Tinha uma cozinha de entrada que era cozinha/sala com uma chaminé daquelas de chão e tinha três quartos e a casa de banho ficava no arco. Era uma casa de banho com bacia turca, com um chuveiro daqueles improvisados de balde.” [P1]

“Pois, a casa era... aquela parte para além era a casa de habitação. Ali onde está aquela porta era um arco e para aqui era cocheiras, chamava-lhe a gente, para meter uma vaca ou duas ou uma égua que era para trabalhar.” [P3]

Algumas das características identitárias do casal-tipo são referidas pelos residentes: a “casa de habitação” [P1 e P3], o arco, as “cocheiras” [P3 e P7], o estábulo [P1], “uma sala grande que servia de cozinha e casa de jantar (...) com uma lareira grande daquelas de antigamente”, “quartos para todos” [P5], um sótão onde era colocada a palha para os animais [P7] e já constando de uma casa de banho “com bacia turca” e “com um chuveiro daqueles improvisados, de balde” [P1].



FIG. 05.22 | Casal agrícola em Pegões Velhos (s.d.)
| Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

Quando os casais foram entregues aos colonos e suas famílias, estes não estavam mobilados: "a casa estava nova" contudo "era só as paredes" [P1], "Sem nada. Sem água, sem nada" [P9]. Também, apesar das condições de conforto e higiene oferecidas pelos casais não serem as ideais, dada a proximidade entre a zona de residência e a zona de animais, as dimensões e higiene eram qualidades de que não desfrutavam na suas terras de origem:

"Já tinham uma casa de banho, era só, não se chamava sanita, era uma retretezinha. (...) Mas tínhamos uma casinha de banho, pronto. Não andávamos na rua..." [P5]

"Para a altura, pois, eram boas, para quem largou o Alentejo sem nada, sem ter..." [P4]

"Aquele *hall* que está fechado era todo aberto por onde se deixava... punha-se a carroça e aqui nesta era vacas e coiso... e égua, se tivesse, e burros e não sei quê. (...) Então, entravam por aqui. Entravam e saiam. Aquela coisa à antiga portuguesa rabiscado do Norte. Epah, mas não dava para os narizes, de nós, que não estávamos habituados." [P2]

Apesar da organização espacial subentender uma vontade de melhorar o modo de vida das famílias rurais, a casa era muito fria e "tinha uma chaminé (...) muito fumosa" [P3]. O espaço de fogo é lembrado como ocupando um lugar central no casal agrícola; localizado na sala comum, que se relacionava directamente com os quartos, era um espaço de reunião e permanência associado a várias actividades sociais da família do colono: "faziam-se chouriços para secar a carne com lume e pronto, dava para nos aquecermos" [P5].

Em relação à dispersão da Colónia no território, o isolamento da casa era compensado pela proximidade entre colonos: "tinha os vizinhos de lado que tinham imensos filhos e então brincávamos imenso... à noite, naquelas noites de verão" [P1].

No caso de ocupações recentes de casais que não foram habitados em continuidade, refira-se que as primeiras memórias dos novos proprietários estão associadas às condições precárias e de abandono dos casais: "parecia uma lixeira" [P12], "era uma casa velha, com muito lixo à volta, com muitas árvores, muitas coisas..." [P6].

A identificação de algumas particularidades do casal por recentes proprietários com formação em arquitectura reflecte uma leitura de certa modernidade, considerando o modelo de habitação e os princípios implícitos no seu desenho:

"Há uma questão que do meu ponto de vista que tem algum interesse que é a maneira como está estruturado. Está estruturado de forma a ter este corpo central onde nós estamos como uma espécie de eixo, de eixo não, de elemento que faz a aglutinação das várias funções (...) há deslocações desta parte do corpo da habitação ou da parte do corpo dos animais mas a lógica de organização mantém-se sempre a mesma. Ou seja, é quase como um esquema modular que funciona como um sistema, não é? Um esquema modular que é repetido, mas que pode ser repetido com as suas variantes." [P11]

Para quem não tem um conhecimento profundo sobre a história da Colónia de Pegões torna-se difícil perceber o casal-tipo original tendo em conta as alterações realizadas. Considerando que passaram cerca de 70 anos desde a concepção e construção dos casais agrícolas, as condições originais dessas habitações rurais não correspondem às necessidades dos seus residentes actuais, nomeadamente, ao nível do conforto, salubridade e dos próprios usos. Para melhor conhecer as alterações efectuadas elaborou-se um estudo analítico detalhado dos participantes entrevistados que se localizam em Pegões Velhos, Vale da Judia (Pegões Velhos) e Faias.

CASAL-TIPO DE PEGÕES VELHOS



FIG. 05.23 | Casal-tipo - Pegões Velhos, 1950: espaços, usos e fachada
| Fonte: O Autor

Conforme já constatado, no casal-tipo de Pegões Velhos, a residência era constituída por três quartos (quarto de casal e dois quartos para os filhos, separados segundo géneros), sala comum com lareira de chão e instalação sanitária, cujo acesso era feito através do coberto, ou alpendre, onde se guardava a carroça e alfaias agrícolas. As instalações anexas eram constituídas por estábulo, pocilgas, silo e uma nitreira desanexada do volume do habitação [ver FIG. 05.23]. Algumas das alterações realizadas nos casais pertencentes aos participantes entrevistados foram registadas e sistematizadas em tabela segundo 10 indicadores que seguidamente se abordam de acordo com as informações dadas pelos participantes [ver FIG. 05.24].

FACHADA

Ao nível da fachada, a alteração mais significativa será a que decorre do encerramento do arco para definição da entrada da habitação, ganhando um espaço habitável, assim como a alteração dos vãos existentes, observando-se frequentemente a ampliação dos vãos do anterior estábulo. Destaca-se como exemplo o casal de Pó que, embora o arco tenha sido preservado através da introdução de vidro que o interioriza, já os vãos do estábulo foram transformados em vãos de sacada.

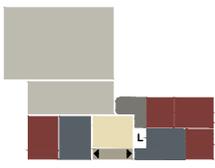
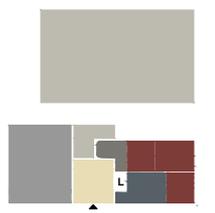
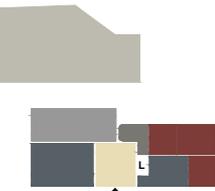
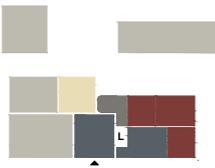
Conforme já referido, a fachada dos casais também foi alterada ao nível da sua decoração, por vezes recorrendo a novos socos e molduras nos vãos inexistentes no projecto original que diferem na cor, o que, variando entre casal, facilitará a sua distinção. Considerando que no projecto original todos os casais eram caiados de branco, e só sendo permitido pintar portas e janelas de acordo com uma escala de cores reduzida [Capítulo 04., secção: Casais-tipo], trata-se de uma alteração significativa à identidade do casal nessa relação com a paisagem rural.

COBERTO

Conforme anteriormente mencionado, uma das alterações mais observadas nos casais analisados está relacionada com a adaptação do coberto em espaço interior através do encerramento do arco, considerado pelos participantes como espaço passível de ser habitável. "Era fora do contexto... as moscas eram mais que muitas" [P2], referindo a proximidade entre a zona dos animais (estábulo e pocilga) e a residência. Essa alteração, "para ser mais cómodo" [P3], permitiu a definição de mais um espaço habitável sendo que "a casa passou a ser maior" [P3], já podendo ter sala e cozinha em espaços distintos, e ser usado como sala de estar, sala de jantar ou cozinha.

FIG. 05.24 | Casal-tipo - Pegões Velhos, 2018: espaços, usos e fachada (figura da página 137) | Fonte: O Autor

ALTERAÇÕES

	ESPAÇOS	USOS	FACHADA	2018
P2	 <p>Coberto Silo Sótão Sala comum Ins. Sanitária Quarto casal Quarto ind. 1 Quarto ind. 2 Estábulo Pocilga Nitreira</p>	<p>Sala</p> <p>Cozinha</p> <p>Átrio</p> <p>Quarto</p> <p>WC</p> <p>Anexos</p> <p>Garagem</p>	<p>Coberto: Encerramento do arco;</p> <p>Sótão: Transformação do janelão + varanda;</p> <p>Sala comum: Vão original;</p> <p>Estábulo: Transformação dos vãos originais;</p>	
P3	 <p>Coberto Silo Sótão Sala comum Ins. Sanitária Quarto casal Quarto ind. 1 Quarto ind. 2 Estábulo Pocilga Nitreira</p>	<p>Sala</p> <p>Cozinha</p> <p>Átrio</p> <p>Quarto</p> <p>WC</p> <p>Anexos</p> <p>Garagem</p>	<p>Coberto: Encerramento do arco;</p> <p>Sótão: Manteve-se o vão original;</p> <p>Sala comum: Manteve-se o vão original;</p> <p>Estábulo: Transformação dos vãos originais;</p>	
P6	 <p>Coberto Silo Sótão Sala comum Ins. Sanitária Quarto casal Quarto ind. 1 Quarto ind. 2 Estábulo Pocilga Nitreira</p>	<p>Sala</p> <p>Cozinha</p> <p>Átrio</p> <p>Quarto</p> <p>WC</p> <p>Anexos</p> <p>Garagem</p>	<p>Coberto: Entrada da habitação (envidraçado);</p> <p>Sótão: Vão original;</p> <p>Sala comum: Vão original;</p> <p>Estábulo: Transformação dos vãos originais;</p>	
P7	 <p>Coberto Silo Sótão Sala comum Ins. Sanitária Quarto casal Quarto ind. 1 Quarto ind. 2 Estábulo Pocilga Nitreira</p>	<p>Sala</p> <p>Cozinha</p> <p>Átrio</p> <p>Quarto</p> <p>WC</p> <p>Anexos</p> <p>Garagem</p>	<p>Coberto: Encerramento do arco;</p> <p>Sótão: Vão original;</p> <p>Sala comum: Vão original;</p> <p>Estábulo: Vãos originais;</p>	
P8	 <p>Coberto Silo Sótão Sala comum Ins. Sanitária Quarto casal Quarto ind. 1 Quarto ind. 2 Estábulo Pocilga Nitreira</p>	<p>Sala</p> <p>Cozinha</p> <p>Átrio</p> <p>Quarto</p> <p>WC</p> <p>Anexos</p> <p>Garagem</p>	<p>Coberto: Encerramento do arco;</p> <p>Sótão: Vão original;</p> <p>Sala comum: Vão original;</p> <p>Estábulo: Vãos originais;</p>	

0 10m

▲ Entrada L Lareira ■ Sala ■ Cozinha ■ Átrio ■ Quartos ■ WC ■ Anexos ■ Garagem

Sublinha-se que no casal de P2, a transformação do coberto em espaço interior, foi preservado o arco onde foram deixadas duas entradas para o edifício que passou a ter dois ocupantes: os colonos e um dos filhos que também passou a morar definitivamente no casal:

“Aqui neste caso, nós casámos e eu arranjei aquela parte ali. Eu mais a minha mulher. O meu sogro e a minha sogra ficaram por aqui. Agora morreram, ficou isto tudo. A gente não precisava destas casas todas. Está a perceber? Mas calha assim.” [P2]

ESTÁBULO E POCILGA

Estes espaços, originalmente destinados aos animais, foram adaptados a sala de refeições, anexos e garagem. Na sequência do que já foi referido sobre o casal de P2, sublinha-se que o estábulo foi dividido em duas divisões, uma sala e um quarto, com um acesso ao sótão que foi transformado em dois quartos. O aumento do número de quartos na habitação é justificado, pelo proprietário, pelo aumento do número de membros da família residente.

Apesar de não ter sido possível visitar o casal de P4 e P5 (esquema inexistente na tabela), estes também referem ter realizado a mesma transformação no estábulo (substituído por sala e quarto) justificando o motivo dessa transformação:

“A minha sogra é que ainda tratou disso. Foi ela que fez(...) Portanto, ela vivia naquela, nós vivíamos nesta. Mas depois aquela foi arranjada para depois a filha também. É da minha cunhada aquela, esta é nossa.” [P5]

A adaptação de um casal a duas habitações, normalmente separando pais de filhos, entretanto adultos, foi uma das alterações e razões identificadas. O espaço da pocilga facilitou essa separação, sendo adaptado a espaços anexos que incluíram uma garagem para arrumação e/ou ainda para ter alguns animais, de que é o caso de P8 onde guarda “umas gaiolazinhas e uns pombinhos”.

MATERIALIDADE

Ao serem questionados sobre as transformações realizadas nos casais, os participantes, de forma geral, começaram por referir que realizaram alterações aos materiais, as quais consistiram, essencialmente, na substituição das vigas e barrotes em madeira por “vigas de cimento” [P4] e lajes em betão. Conforme refere P3, a primeira alteração realizada no seu casal foi “pôr placa naquela parte que era da habitação”, substituindo os barrotes de madeira que “já estava podre” e então “(...) pôs-se placa e telhas novas”. Também foram realizadas alterações ao pavimento bem como a substituição de canalizações. Face à idade da instalações: “a nível de canalizações foi tudo feito novo quando se fez a reconstrução há 20 e tal anos” [P6], em 1994.

SILO E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Em relação ao silo adjacente à instalação sanitária nas traseiras do casal, em todos os casais analisados, este foi incluído na casa de banho, ampliando-a através de uma adaptação que consistiu em “partir a parede toda encostada à casa de banho e esse campo todo do silo ficou para a casa de banho” [P3], definindo uma casa de banho em “L”.

SALA COMUM

Ainda que na maioria dos casos analisados, a sala comum não tenha sofrido muitas alterações ao nível da organização espacial, observa-se casos cuja alteração desse espaço possibilitou uma gradação de

privacidade entre a cozinha, sala de estar e os quartos. Exemplo disso é o sucedido no casal de P6 onde a sala comum foi substituída por uma despensa e um corredor que permite o acesso à zona dos quartos.

LAREIRA

A lareira de chão existente na sala comum foi alterada, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão, tendo sido diminuída e/ou alterada a sua orientação. Conforme observado no casal de P6, a lareira, que antes estava orientada para a sala comum, agora aquece a sala de estar, situada no espaço do coberto.

QUARTOS

Os três quartos existentes no casal-tipo foram mantidos pelos actuais residentes. Refira-se porém, que hoje serão considerados pequenos pelo que, em alguns casos, estes foram ligeiramente ampliados:

“(…) na antiga cozinha fiz um corredor onde tenho uma casa de banho e um roupeiro (…) e ganhei espaço no meu quarto. Porque as divisões, os quartos principalmente, dois deles são muito pequenos.” [P6]

O casal de P4 e P5 constituirá um caso excepção em relação aos restantes casais analisados uma vez que referem ter convertido um dos quartos numa cozinha.

SÓTÃO

O sótão foi, nos casos observados, mantido como espaço de arrumação: “onde o meu rapaz põe as coisas velhas” [P7]. No entanto, outros foram adaptados a quarto e casa de banho [P2, P4 e P5].

NITREIRA

Nos casos observados, o espaço da nitreira foi transformado em anexos, em alguns casos até servindo de segunda habitação:

“Fiz uma casa da nitreira e passei a mudar-me para lá. A maior parte dos casais fizeram isso, a maior parte. Outros não fizeram.” [P3]

Nas traseiras do casal de P7, onde estaria anteriormente a nitreira, foram construídas instalações desanexadas da habitação onde existe uma garagem “para os rapazes porem os tractores”.

Refira-se também que a necessidade de novos espaços habitáveis levou a que os proprietários tenham construído anexos nas traseiras do casal adjacentes ao volume da habitação. P6 refere que a necessidade de aumentar o número de espaços para novas funções, levou a que fossem acrescentados os seguintes espaços nas traseiras do casal: “uma sala de refeições, uma cozinha, uma salinha das máquinas (…) uma casa de banho e uma despensa nas traseiras (…) e (…) um escritório” [P6].

Embora fosse objectivo inicial entrevistar única e exclusivamente residentes e/ou proprietários de casais agrícolas em Pegões Velhos, perante a disponibilidade de participantes e seu interesse em contribuir para a presente investigação, também foi possível analisar as transformações realizadas num casal em Pegões Velhos (Vale da Judia) que repete o projecto-tipo adoptado em Figueiras bem como entrevistar proprietários de um casal no núcleo de Faias, que se encontra actualmente em fase de projecto de reabilitação. A análise destes casais permitirá confirmar algumas das observações efectuadas em Pegões Velhos.

CASAL-TIPO DE FIGUEIRAS (VALE DA JUDIA, PEGÕES VELHOS)

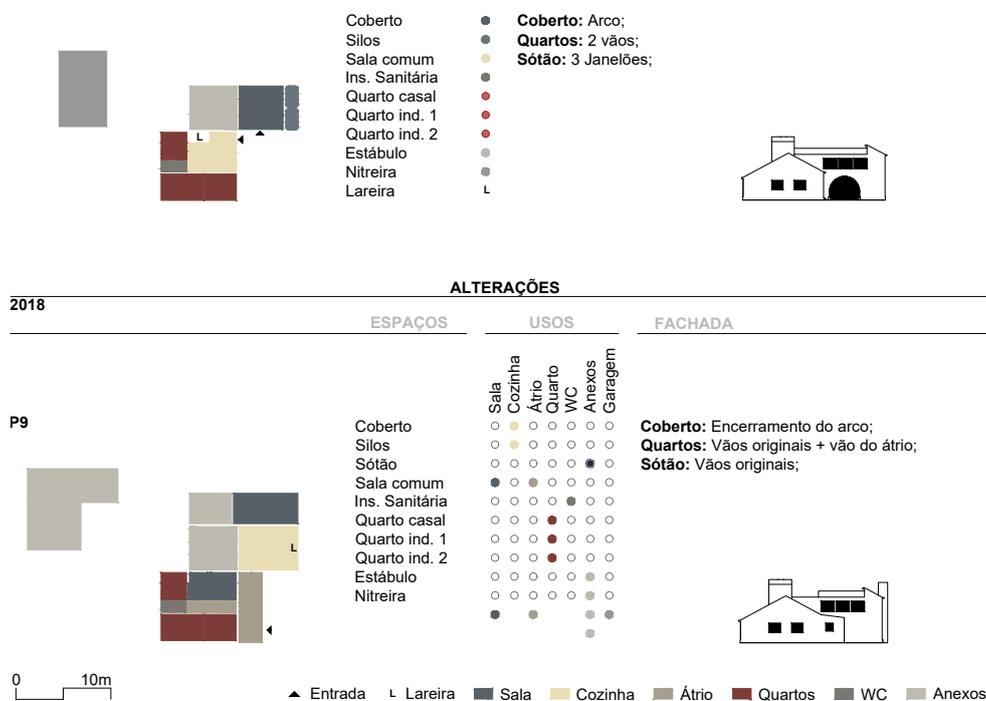


FIG. 05.25 | Casal-tipo de Figueiras (em Pegões Velhos, Vale da Judia), 1950-2018: espaços, usos e fachada
| Fonte: O Autor

O casal onde habita P9 foi submetido a várias alterações no que se refere à atribuição de novas funções e construção de novos espaços habitáveis. No que concerne à fachada, e à semelhança do ocorrido nos casais anteriormente analisados, as profundas alterações empreendidas ficam evidentes na anulação do arco, tendo sido adicionado um volume mais baixo, paralelo ao volume da residência [ver FIG. 05.25]. Tal volume corresponde ao átrio, por onde se entra actualmente para a habitação, que faz a distribuição para os vários espaços que constituem a habitação: os três quartos (mantidos os originais), a sala comum que foi reconfigurada (existindo agora um corredor que faz a distribuição para os quartos e sala de estar) e cozinha.

O coberto, bem como os dois silos adjacentes foram adaptados a uma cozinha e sala de refeições constando também de uma lareira de chão, posteriormente adicionada. A nitreira foi transformada em anexo e galinheiro, também tendo sido construída nas traseiras do casal uma pequena adega e uma sala para "alguns petiscos" [P10].

CASAL-TIPO DE FAIAS



FIG. 05.26 | Casal-tipo de Faias, 1950: espaços, usos e fachada
| Fonte: O Autor



FIG. 05.27 | Casal em Faias - P11 e P12 (2018)
| Fonte: O Autor



FIG. 05.28 | Encerramento de um vão do estábulo (2018)
| Fonte: O Autor

O casal-tipo de P11 e P12 [ver FIG. 05.26], recentemente comprado, encontra-se actualmente em processo de reabilitação que incluirá alterações ao nível da organização espacial. Ainda assim, os proprietários referem que desejam alterar "muito pouco" [P11], "o mínimo possível" [P12].

P11 sublinha a necessidade de transformar os quartos num único espaço de maior dimensão, assim como ampliar a casa de banho "para ter dimensões mínimas" e transformar o estábulo "num espaço habitável... Basicamente são adaptações... Ou seja, fazer modificações mínimas para tornar o espaço habitável e adaptado a um modo de vida contemporâneo" [P11]. Note-se que os anteriores proprietários já teriam realizado algumas transformações, a saber: encerramento do arco e de um dos vãos do estábulo [ver FIG. 05.27 e 05.28]. Aguarda-se o início do projecto de reabilitação para se conhecer a intervenção proposta.

ADAPTAÇÕES E ALTERAÇÕES

Quando questionados sobre a necessidade de realizarem mais alterações nos casais, alguns residentes referiram já não ser necessário realizar mais transformações [ver Anexo 19 - Tabela 05.1.]: “Para quê? Não. Chega bem” [P7]. Esta atitude reflecte uma fase na vida onde as necessidades de espaços e conforto foram adaptadas. No entanto, as futuras gerações poderão ter outras necessidades, como acrescenta P8: uma vez que o casal pertence aos seus filhos, considera que eles é que decidirão quais as transformações que desejam fazer. P9 também refere que, considerando a sua idade e o facto de o casal já pertencer aos seus filhos, não realizará mais transformações no casal:

“Nada, eu agora já não faço nada. Há uma, eu já não tenho idade e já entreguei. Há um ano ou mais que está entregue a eles.” [P9]

Em contraste, outros residentes apontaram a necessidade de se realizarem transformações no casal, nomeadamente, ao nível do saneamento básico:

“Nós ainda estamos a aproveitar a fossa que era dos animais. Isto para vir aqui tinha uma nitreira que é onde se punha os estrumes, vinham para aqui. E escorriam das chuvas para uma fossa. Ainda é a que existe para nós. As casas de banho iam para lá e ainda é o que existe.” [P4]

P5 também refere que uma vez que “as casas são frias” será necessário realizar obras de isolamento térmico, acrescentando que “as janelas não vedam completamente e as paredes são um bocado frias e tornam-se húmidas”.

Já P6 refere que uma vez que os barrotes e as janelas são de madeira, e sendo que “a manutenção da madeira é muito, muito difícil”, para além de considerar difícil encontrar pessoal especializado para fazer a sua manutenção, as futuras alterações do casal passarão por substituir os elementos de carpintaria, talvez por outro material. Acrescenta que também será necessário substituir a banheira, considerando que a perda de mobilidade dificulta a sua utilização, bem como aumentar a cozinha: “(...) fiz uma cozinha pequena, agora no meu dia-a-dia quando junto aqui pessoas falta-me espaço” [P6].

Ao analisar os diferentes casais constata-se que as crescentes necessidades dos residentes e aumento do número de membros da família conduziu à construção de novos espaços e alteração de usos de diversos espaços, principalmente nos anteriormente destinados aos animais. A consciencialização da necessidade de efectuar alterações é subentendida nas palavras expressas por P1: “Sim toda a gente fez. Porque não tinha condições não é? Fechou-se aquele arco...”

O encerramento do arco foi uma das alterações mais comum, permitindo ganhar um espaço habitável, na maioria dos casos correspondente a uma sala, possibilitando uma separação de funções visto que anteriormente a sala comum era simultaneamente cozinha e sala.

A proximidade original entre a zona dos animais e a residência e, associado à perda de importância da agricultura, levou a que o estábulo também tenha sido adaptado a novos usos através da sua alteração, em alguns casos, permitindo a definição de duas habitações onde os filhos co-habitam com os pais.

05.2. ANÁLISE SOCIAL

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Conforme referido na secção *Metodologia* [ver página 008] do presente trabalho, foram entrevistados 12 participantes com idades compreendidas entre os 41 e os 92 anos, estando a maioria actualmente reformados. Foram entrevistados três colonos, cinco filhos de colonos, dois cônjuges de filhos de colonos e dois proprietários de um casal agrícola sem relação familiar com colonos.

No que refere aos colonos entrevistados, a sua proveniência varia entre os concelhos de Coruche (Biscainho e Foros da Branca) [P3 e P7] e Vendas Novas (Monte Branco) [P9], tendo ido habitar a Colónia quando tinham respectivamente 24 anos [P3], 33 anos [P7] e 27 anos [P9]. Confirma-se portanto a preferência na selecção de trabalhadores rurais cuja idade fosse inferior a 30 anos de idade, estipulado através de legislação própria para os candidatos a colonos, ainda que se tenha observado uma excepção no caso de P7 [ver Capítulo 03., secção: 03.2. Colono-tipo]. Os filhos de colonos entrevistados, que foram para a Colónia acompanhando os seus pais, acrescentam mais alguns detalhes sobre a sua proveniência: concelhos de Campo Maior [P1], Coruche [P5] (Biscainho) [P2], Moura (Amareleja) [P4] e Vendas Novas (Bombel) [P10].

Sublinha-se também não existir analfabetismo entre os entrevistados sendo que alguns até prosseguiram a sua formação na Colónia: “Fiz a quarta classe. Acabei-a já em adulto, até já aqui” [P3], “Andei na escola mas foi já no fim de adulto” [P9]. Uma das razões para o ensino na idade adulta prende-se com o facto de ser “preciso para tirar a carta de tractor” [P7]. Em comparação com os colonos, no caso dos filhos já é possível observar um maior grau de escolaridade, possibilitada pela assistência prestada na Colónia ao nível da educação.

Apesar do escasso número de colonos originais a habitar actualmente a Colónia, os filhos de colonos constituem a categoria que obteve maior número de residentes entrevistados (5). Tal constatação contribui para corroborar que o habitar em continuidade observado na Colónia tem sido feito por residentes que descendem dos colonos originais [ver FIG. 05.29 a 05.31].



FIG. 05.29 a 05.31 | Fotos das entrevistas (com o consentimento dos participantes) (2018) | Fonte: O Autor

LUGAR

A escolha da Colónia de Pegões como local de morada, quando decidida pelos colonos originais, foi motivada pela procura de melhores condições de vida [ver Capítulo 04., secção: Colono de Pegões]. Os colonos entrevistados referem que trabalhando à jorna e de empreitada [P9] e estando dependentes da quantidade de trabalho, na Colónia era oferecida a possibilidade de se tornarem proprietários, possuindo uma habitação e uma parcela de terra para explorar [P7] à medida que esta lhes assegurava uma fonte de rendimento e sentimento de estabilidade com o conforto e comodidades proporcionadas pelos casais:

“O que é que me levou a vir para cá?... Foi trabalhar por minha conta, que era o meu gosto.” [P3]

Filhos de colonos também relembram alguns dos motivos que influenciaram os seus pais a se candidatarem. Conforme refere P1, o seu pai “era tractorista numa casa agrícola”, a mãe “fazia bolos em casa” e tinha “o sonho de conseguir dar uma educação aos seus filhos”. Reconhecendo a dificuldade em possibilitar um maior grau de instrução aos filhos em meados do século XX, resolveram ir para a Colónia “incentivados pelo tio padre” que era pároco na Colónia Agrícola de Pegões. P2 sublinha que os seus pais trabalhavam à jorna e por vezes era difícil encontrar trabalho “e como não tinham, vieram para aqui. (...). Foi aí que se levantaram” [ver Anexo 9 - Tabela 01.4.]. Alguns, tal como o pai de P4: “era pastor, vivia numa barraca vá”. Assim, uns convidados, outros motivados por necessidade ou curiosidade, viram na Colónia uma oportunidade promissora de melhorar a sua vida e da sua família. A possibilidade de terem uma habitação, maior e com melhores condições, foi também influente na candidatura, sendo que muitos viviam “numa casinha pequena (...) e estas eram maiores. Já tinham casa de banho” [P5].

Em relação a ocupações recentes, P6 (em 1994) e P8 (em 1970) referem que a sua vinda para a Colónia foi motivada pelos maridos, filhos de colonos. No caso de P6 refere que o aumento do número de filhos a motivou a procurar adquirir outra habitação e “uma vez, por graça (...) passámos e vimos ali na árvore a dizer vende-se e eu na brincadeira disse ‘Olha é uma casa que podíamos comprar em vez de ir para Setúbal’”. Sendo o marido descendente de colonos originais, associado ao facto de ambos terem um certo apreço pela ruralidade, levou a que estes adquirissem um casal agrícola no núcleo de Pegões Velhos.

Quanto a P11 e P12, sem qualquer relação familiar com os colonos, referem que uma vez que tinham como objectivo adquirir uma casa e tendo sido informados por uma agência imobiliária sobre a disponibilidade de um casal agrícola no núcleo de Faias, decidiram visitar. P12 expressa-se da seguinte forma quanto à ruralidade e ao contacto, em especial, com a casa de habitação: “Foi amor à primeira vista. Depois percebi que havia os outros mas quando aqui cheguei nem sabia o que isto era”.

Considerando que a maioria dos participantes está relacionada com as famílias de colonos, mas verificando-se também a existência de recentes residentes, procurou-se compreender o conhecimento que os participantes têm sobre a história da Colónia e quais os acontecimentos que consideram ter sido mais marcantes para a sua comunidade [ver Anexo 10 - Tabela 01.5.]. Nesse sentido, P3 sublinha uma noção de necessidade partilhada, sem hierarquias, uma vez que a criação da Colónia permitiu a fixação de famílias carenciadas onde lhes era oferecido trabalho:

“De maior importância foi formarem esta... este núcleo para meter aqui pessoas que precisavam de trabalhar e não tinham onde.” [P3]

A criação da Colónia constitui em si, um marco importante na vida dos colonos e suas famílias. Estes passaram a viver em núcleos populacionais constituídos por centros cívicos, onde se concentraram diversos equipamentos públicos que forneceram assistência técnica e social, contribuindo para o desenrolar da vida em comunidade. Entre tais equipamentos e outras construções, os participantes sublinham a existência do cemitério, da adega e da cooperativa de consumo [P2] ou ainda, a existência de escolas de "ciclo directo", "os filhos dos colonos tinham escola até mais tarde", permitindo posteriormente que estes se fossem "empregando nos serviços do Estado" [P6]. Para além da educação dos filhos dos colonos, P6 sublinha ainda a importância de nos referidos equipamentos, ter sido promovida a ocupação dos tempos livres sendo que "as meninas iam para os bordados". Da descrição dada pelos entrevistados evidencia-se o modo como o espaço social e a ocupação de tempos livres dos residentes eram regulados pelo Estado.

Mesmo no caso de proprietários de casas agrícolas sem qualquer relação familiar com os colonos, valorizam a iniciativa de colonização da Colónia de Pegões: "tentativa de fazerem a implantação de um modo de vida próprio da altura com um carácter ideológico do que deveria ser a família e a organização social, e como organizam o território é feito nessa base, tendo em conta também uma série de modelos que existem não só cá mas fora do país" [P11].

No entanto, enquanto colono, P3 destaca o facto de muitos colonos não terem conseguido suportar a dificuldade e exigências do trabalho, o que os levou a abandonar a Colónia. Acrescenta ainda que, em relação aos colonos, hoje "já há meia dúzia deles só... Daqui até além éramos 16, agora sou só eu". Para o referido participante, o facto de existirem cada vez menos colonos, constitui outro elemento marcante na história da Colónia e sua população.

A criação da Colónia e seu desenvolvimento nos anos posteriores, foi marcada por acontecimentos que assumiram acentuada importância para a sua população. A visita do presidente Cavaco Silva à Colónia, no fim da década de 1980, terá constituído um dos acontecimentos mais marcantes para a população da Colónia de Pegões. P1 relembra que foi realizada uma grande festa, na qual o presidente atribuiu os alvarás definitivos aos colonos. Esse acontecimento "foi muito, muito marcante porque a partir daí puderam fazer aquilo que quisessem das terras porque até aí não era assim" [P1]. A atribuição dos alvarás permitiu que os colonos, como é o caso de P7, procedessem ao arranjo das suas habitações dotando-as de novas e melhores condições de habitabilidade. Por outro lado, também levou a que vários colonos passassem a vender as suas terras e habitações [P5] facto que P4 relaciona à venda dos terrenos e ao abandono e desprezo das casas pois "cada um procurou morar noutra sítio".

Das entrevistas realizadas, destaca-se uma consciência colectiva da importância de determinados acontecimentos na vivência da Colónia. Conclui-se, porém, que embora sejam destacados diversos momentos relacionados com a criação e desenvolvimento da Colónia, também são destacados acontecimentos recentes. A caracterização actual da Colónia está frequentemente associada à existência de uma população idosa, ao abandono por parte dos filhos de colonos, ao desprezo dos terrenos e das casas bem como à sua venda. Estes constituem elementos que definem a Colónia ao nível da sua ocupação actual por parte de residentes.

COLONO-TIPO

Procurando complementar a compreensão do que significava ser colono e/ou familiar de colono na Colônia Agrícola de Pegões apelámos à memória dos participantes sobre vários aspectos relacionados com a candidatura, critérios e contrato estabelecido entre a JCI e as famílias de trabalhadores rurais.

Conforme anteriormente constatado [ver Capítulos 03. e 04.], na candidatura dos trabalhadores rurais e suas famílias, foram estipulados diversos critérios. Os colonos tinham de assinar um contrato ou título de fruição provisória válido para um período de três a cinco anos [P2 e P3] o qual, estipulava a obrigação dos colonos de pagar um empréstimo anual ao Estado na forma de gêneros do que era produzido [ver Anexo 12 - Tabela 02.1.]. Ainda hoje se recordam os colonos do valor desse pagamento:

"Pagávamos o sexto. (...) Apanhávamos seis sacos de milho, dávamos um. As batatas também. A vinha também, que a gente metíamos na adega. Que eu fui sócio da adega e ainda sou." [P7]

Refira-se porém que, para a admissão de trabalhadores rurais, estes tinham de cumprir critérios, entre os quais, os colonos tinham de ser casados pela igreja [P1, P5 e P9] "não podiam ser alcoólicos" [P1], "tinham que tratar bem os animais que lhes eram entregues" e sendo que "quem não trabalhasse, iam de vela" [P2], ou seja, deixavam de poder continuar a ser colonos. Sobre os critérios para a candidatura ao estatuto de colonos, P1 relembra:

"Os meus pais já tinham esses critérios, não é? Tinham de ser casados pela Igreja... Huh, quem tivesse mais filhos tinha mais hipótese de ficar, também (...) e tinham que ser católicos. (...) Era uma condição... não podiam ser alcoólicos (...) ... aquelas coisas assim." [P1]



FIG. 05.32 | "Fiscalizadores" e mulher de colono (s.d.)



FIG. 05.33 | Visita dos "fiscalizadores" a um casal (s.d.)

05.32 e 05.33 | Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

Contudo, os colonos também estavam sujeitos a uma constante supervisão do seu comportamento e desempenho. Uma das dimensões visíveis do papel regulador do Estado no espaço social da Colônia (e, também, na acção dos colonos) está expresso nas visitas regulares de membros da JCI, também chamados de "fiscalizadores" (Moisés e Inocência, 2014) [ver FIG. 05.32 e 05.33]: P5, enquanto filha de colonos, relembra que "a assistente social vinha dar uma revisãozinha... Quase todas as semanas" para ver se os colonos tinham "as casas o mais arrumadas possível" e "vinha o regente agrícola" controlar se tinham "os animais bem limpos e bem tratados" sendo que "obrigavam a lavar os animais com umas escovas próprias e uns baldes de água".

O desejo, anteriormente referido, de esses trabalhadores se tornarem proprietários de uma habitação e exploração agrícola, revelou ser um sentimento irreal de autonomia e independência. Os critérios estipulados tinham de ser cumpridos sob pena de serem expulsos: "Dava-se o jeito de me mandarem embora hoje ou amanhã ou para o ano" [P3]. Exemplo disso é o referido por P1:

“Os meus pais não foram mesmo mesmo dos primeiros. Nós já viemos ocupar um casal que tinha sido de um outro senhor que tinha cortado, acho, os dois pinheiros e foi posto na rua. Sabe que as regras eram muito rígidas, não é?” [P1]

P4 refere que o trabalho realizado pelos colonos “era rigoroso”. Enquanto que os colonos “tinham de trabalhar horas externas ou alguns depois de trabalhar nas terras deles ainda iam à jorna, ainda iam plantar vinhas, ainda iam podar vinhas, ainda iam fazer outros tipos de trabalho que havia na altura”, já as mulheres “andavam sempre no campo e tinham que ter as casas limpinhas por dentro e por fora”[P4].

ASSISTÊNCIA PRESTADA PELA JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA

Quando questionados sobre a assistência prestada às famílias pela JCI [ver Anexo 13 - Tabela 02.2.], os colonos referem que a ajuda era prestada a nível técnico e social. Por um lado, “tinham um tractor (...) ou dois... vinham cá curar a vinha e fazer essas coisas e depois era descontado. No tempo de receber as uvas, descontavam esse trabalho que faziam” [P7] fornecendo também enxadas, a “planta para fazerem a vinha” [P5] e dinheiro [P2] para investirem na exploração dos terrenos que lhes tinham sido concedidos [ver Capítulo 04., secção: Colono de Pegões]. Também forneciam animais e alfaias agrícolas:

“Então, no principio eles davam... quando se entrava para cá, davam... uma carroça, acho que besta ou davam dinheiro, isso já eu não sei.” [P2]

“As alfaias, trabalhavam com as bestas, as mulas ou as éguas também foram fornecidas por eles...” [P4]

No entanto, P10 refere que apesar de um grupo de engenheiros ter sido responsável pelo apoio técnico e estes terem residido na Colónia durante a concretização do projecto de colonização, quando este foi terminado, abandonaram a Colónia e o seu trabalho passou a ser desempenhado por regentes agrícolas.

A nível social, a assistência aos colonos e às suas famílias é reconhecida e considerada moderna: P1 refere os equipamentos públicos construídos na Colónia e os serviços proporcionados: “nessa altura já tínhamos médico de família, o conceito, já viu?”, bem como uma adega cooperativa onde eram depositadas as uvas produzidas e uma sociedade de animais onde eram guardados os animais, nomeadamente as ovelhas [P6]. P1 refere ter existido a ocupação dos tempos livres dos filhos dos colonos sendo que no centro social: “cozinhámos, aprendíamos a cozinhar, aprendíamos, as meninas aprendiam a bordar, aprendiam a coser” sendo também nesse centro social onde, por altura do Natal, a JCI atribuía presentes aos filhos dos colonos [P1].

P2 acrescenta que eram atribuídos prémios aos casais que estivessem melhor com melhor aparência e manutenção. Também, no que diz respeito às condições dos casais, e visto que nas instalações sanitárias não constavam chuveiros, o referido participante relembra uma Doutora Rosália que “mandou vir aqueles baldes para a gente tomar banho” e que foi da sua própria iniciativa que “comprou uns baldes para fazer de chuveiro daqueles de 25 litros ou coisa assim que a gente depois aquecia umas panelas, mas não dava muito jeito. Depois era pendurado lá em cima” [P2], o que salienta a acção social destes técnicos.

No projecto de colonização para a Colónia de Pegões, a educação foi um dos pilares na assistência prestada aos filhos dos colonos, enquadrada num quadro ideológico, focado na família rural, e de matriz católica. Por isso, os próprios cursos dados às filhas de colonos teriam como objectivo a sua habilitação para a sua responsabilidade futura enquanto mulheres e donas de casa. Sobre a instrução dada aos filhos dos colonos “havia cursos para jovens agricultores onde o estado dava uma ajuda” [P3; ver FIG. 05.34].



FIG. 05.34 | Transporte dos filhos dos colonos para a o Liceu e Escola Industrial e Comercial do Montijo (s.d.) | Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)



FIG. 05.35 | Crianças formando as letras "JCI" (195-) | Fonte: disponibilizada por P5

Ainda assim, o sistema de educação estaria intimamente ligado à transmissão de valores religiosos e por isso, tanto professores como párocos participavam na formação e educação dos filhos dos colonos:

"E havia um padre, foi na catequese, no outro dia foi lá à escola e deu-me três ou quatro réguas (...) Epah, parece que ainda hoje estou a senti-las... Mas, era uma mania que o Salazar tinha. O que é que tinha a ver a catequese, han? O que é que o padre tinha que ir à escola?" [P2]

"A minha mãe dizia muitas vezes à professora 'Quando ela se portar mal, bata-lhe' e a maior parte dos pais dizia. Há coisas que eu acho que eram injustas. Quem errasse mais do que três palavras numa redacção que fizesse e ditados, por cada erro, aquelas palmatórias redondas com buracinhos, de madeira, aqui nas mãos..." [P5]

Ainda sobre os filhos dos colonos, os participantes referem que durante o verão eram feitos preparativos para estes fossem 15 dias para colónias de férias na Costa da Caparica e na Gafanha da Nazaré [P4] acompanhados por assistentes sociais e monitores "que eram miúdas mais velhas daqui" [P1] e promovendo diversos tipos de actividades registadas em fotografias [ver FIG. 05.34 e 05.35]:

P4 acrescenta que a JCI procurou promover um espírito de união e entre-ajuda entre os colonos e suas famílias e que, para tal, considerou formas de promover o diálogo entre os colonos, nomeadamente:

"(...) aos fins de semana, os engenheiros faziam por eles se juntarem, inclusivamente a minha família aqui, que éramos quatro montávamos na carroça ao domingo ou no dia de festa do Santo Isidro e íamos almoçar às Faias com outro casal das Faias que tinha três ou quatro filhos. Não sei se era por sorteio (...) Pronto, isso foi feito com a intenção de se criarem amizades." [P4]

Confirma-se assim, através dos residentes entrevistados que a assistência prestada pela JCI incluiu também intermediações sociais entre residentes, para além do apoio técnico que era fornecido através da disponibilização de máquinas para trabalhar a terra, carroças, animais, utensílios e um fundo para investirem na exploração do casal (conforme identificado no Capítulo 04., secção: Colono de Pegões). Por outro lado, as famílias e, especialmente os filhos dos colonos, dispuseram de educação ministrada por professores e párocos e enquadrando a ideologia do regime vigente. Nessa assistência não podemos deixar de salientar a constante supervisão e o controlo a que os colonos estavam sujeitos, quer ao nível do trabalho desenvolvido pelos homens, nomeadamente, na forma como cuidavam dos animais, e no caso das mulheres, na forma mantinham o casal. Estas memórias estão bem presentes no discurso dos participantes e constituem valores imateriais relacionados com o modo de vida do trabalhador rural e sua família.

ACTIVIDADES

Conhecer as actividades predominantes na vida dos colonos e das suas famílias na origem da colónia permite reconstruir o modo de habitar a colónia neste período, e verificar se os pressupostos da JCI [ver Capítulo 03. e 04.] foram efectivamente implementados. Esta reconstituição, baseada na memória, contribuirá para estabelecer a memória colectiva dos habitantes do núcleo e para reconhecer as alterações entretanto ocorridas até aos dias de hoje, uma vez que a comparação é inevitável.

Conforme analisado no contrato de fruição provisória [ver página 107], os colonos receberam uma área média de 18 ha de terra cultivável (Lopes, 2009) constituída por terras irrigadas e laranjal, vinha, sequeiro e pinhal. Os residentes mais antigos descrevem a distribuição das culturas pela parcela de terreno atribuída aos colonos:

“O casal foi feito dentro de uma parcela de terreno que era de pinhal e para lá já não era assim. Há um bocado de terreno onde o casal foi feito que é o logradouro. Depois há noutro sitio uma parcela de terreno que era pinhal. Há noutro sitio outra parcela de terreno que era... vinha. E há noutro sitio, outra parcela maior ainda que era o sequeiro para fazer culturas, culturas agrícolas, não é? (...) Cultivar o quê? Era batatas, era tomate, era milho, era as principais, isto era batatas, tomate e milho.” [P3]

“(...) isto mais ou menos, cada um tinha 20 hectares: dois de pinhal e 12 de sequeiro e vinha e mais não sei quê e então iam para os sequeiros semear milho, semear centeio, trigo e não dava, não dava.” [P2]

Refira-se que o trabalho realizado pelos colonos contava com o auxílio dos filhos. P1, então criança, refere que, por vezes, “antes de irmos para a escola tínhamos de fazer a vindima (...). Porque aquilo era uma agricultura, não havia dinheiro para meter pessoas a fazer agricultura, éramos só nós, éramos só quatro, né?, contanto com o meu irmão, e aquilo era tudo feito entre nós os quatro”.

O horário de trabalho dos colonos era extenso e as tarefas exigentes: “Desde o sol nascer até ao sol se pôr... às vezes descansava-se, no calor, descansava-se um bocadinho à tarde, né?” [P1]. Neste contexto, P2 acrescenta que os colonos “descansavam um bocadinho ali à hora de almoço” às vezes ajudando o seu pai a debulhar.

Em relação à rotina dos colonos, P7 relembra que “trabalhava no milho, lá no sequeiro, ceifava a maçaroca e tudo, trazia-se para aqui e de noite é que tirava a maçaroca lá da palha. (...) Fazia o que era preciso. Esgravinhar, aqui estava cheio de juncinha, as caldeiras, era conforme o tempo”. P9 acrescenta que “era sempre agricultura. E depois, mais tarde, passou a vinha” [ver FIG. 05.36 e 05.37].



FIG. 05.36 | Colono a lavar a propriedade (s.d.)



FIG. 05.37 | Colono a plantar vinha (s.d.)

05.36 e 05.37 | Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

A rotina dos colonos centrava-se assim na exploração agrícola, sendo que os colonos entrevistados, reconhecem o papel da mulher nessa tarefa:

“A minha mulher trabalhava com a gente, comigo, na agricultura. (...) Era de dia e de noite...(ri)” [P3]

“Faltava pouco para as 24... umas 12 ou 14, trabalhava. (...) Mais a minha mulher.” [P7]

“Era as que eu podia. Chegava a pontos que não podia. (...) Mais a minha mulher que Deus tem. Ajudou-me muito muito muito... Mas cheguei onde eu queria. Parece mentira, han. E houve muitos coitados que vieram para aí, estavam aí um anito e tinham que... era preciso uma pessoa ser rijo, mas eu era novo pah, felizmente, graças a Deus trabalhava bem e tinha saúde. Pronto e foi assim. (...)O horário era sempre dois dias num... isso era todos os dias e daí para cima.” [P9]

Neste sentido, fica claro o papel da mulher enquanto trabalhadora rural que, para além das tarefas domésticas, participava efectivamente em diversos trabalhos relacionados com a exploração agrícola junto com o seu marido, expressando um sentimento de partilha de tarefas no núcleo familiar [ver FIG. 05.38 e 05.39].



FIG. 05.38 | Mulheres de colonos a carregar estrume (s.d.)



FIG. 05.39 | Mulher de colono na monda (s.d.)

05.38 e 05.39 | Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

Na sequência do espírito de entre-ajuda promovido pela JCI, anteriormente referido, verificou-se que os colonos cooperavam entre si nas várias tarefas do seu trabalho, nomeadamente nas vindimas e a “descamisar o milho” [P1]:

“Portanto, o milho cortava-se com a foice né, as maçarocas depois tudo posto lá num monte e depois era à noite, naquelas noites de verão e as pessoas juntavam-se todas e iam tirar a palha para ficar só as maçarocas, por isso é que é descamisar. Tirar a camisa vá...” [P1]

Já P3 refere a boa relação de vizinhança e a entre-ajuda:

“Os vizinhos, exactamente. Ajudavam-se, trocavam, fazia-se trocas de trabalho. Este meu mais novo com (...) o casal 34, o casal, já não me recorde, do Porfírio que era, mora lá perto da adega e pelo menos outro (...) faziam sociedade com tractor, a carregar estrume para os outros e os outros a espalhar, a distribuir o estrume com outro tractor e reboque. Isso é coisas que ainda hoje tenho ali paradas. Dois tractores, um ainda trabalha qualquer coisa. O outro está parado. O reboque espalhador de estrume, as alfaias que eram precisas, tinha e eles ajudavam-se uns aos outros.” [P3]

No entanto, conforme refere P9, nem sempre se observava essa cooperação, acrescentando que “ali para a zona dos Amarelejos e na zona de baixo até brigavam”.

A descrição de um dia normal na sua rotina diária no início da colonização da Colônia de Pegões revela as rotinas dos membros da família. Os filhos tinham de cumprir com a obrigação de frequentar a escola e cumprir com as exigências do sistema de ensino. Por outro lado, e enquanto não iam à escola, tinham

liberdade para brincar na rua e "ir aos pássaros" [P2], sendo no entanto perceptível a diferença de actividades de acordo com o género:

"Eu como miúdo tive sempre liberdade, pronto. Ajudava os pais, isso era, pequenos trabalhos, por exemplo, regar as laranjeiras. Quando via que a caldeira da laranjeira estava cheia, mudava para a outra... Isto como era areias, a água era preciso ser muita e então levava horas a correr, primeiro que enchesse uma dava para a gente ir brincar." [P4]

"A rotina, a minha era assim... em miúda, era escola, pronto aos setes anos, escola, casa, casa, escola. Às vezes ficava lá a brincar já quando acabava a escola a minha mãe ia buscar-me e apanhava-me porque acabava a escola tinha de ir logo para casa. Não tinha ordem de ficar a brincar lá. O meu vizinho do lado era com quem brincava mais mas de resto não podia sair assim, nada. Os meus pais eram um bocado, o meu pai era um bocado possessivo, era salazarista vá, "eu quero, mando e posso", arranjava uma desculpa qualquer para não ir. Nós era praticamente, casa, casa, casa. Ir à missa todos os domingos, mas não era por isso que ele era mais santo." [P5]



FIG. 05.40 | Filhos de colonos dos três núcleos: Pegões Velhos, Faias e Figueiras (s.d.)
| Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

Nestes casos existiria uma maior supervisão e exigência sobre as filhas dos colonos. Ainda que os filhos também tivessem de ir à escola, no seu discurso é perceptível a existência de uma maior liberdade [P4] podendo "ir aos pássaros" [P2], primeiro ajudando os pais nalguns trabalhos como a rega e depois estando livre para ir brincar [P4; ver FIG. 05.40].

Com o intuito de comparar as rotinas das famílias dos colonos na origem com a actualidade, solicitou-se aos participantes para descreverem a sua rotina diária, hoje [ver Anexo 15 - Tabela 03.2.] revelando a forma como estes habitam o lugar.

Os colonos descrevem actividades actuais, cujas limitações decorrem da idade avançada.. Por exemplo, no caso de P3 a sua rotina passa por ir ao café, à farmácia (em Poceirão) e ao supermercado, já só indo ao banco a Pegões Cruzamento "de longe a longe". P9 refere que costuma ir a Pegões Cruzamento e cultiva a horta na sua rotina habitual. Já P7 lamenta não poder ser tão activo quanto antes: "Agora? Não posso fazer nada, estou sentado. Vou dar a volta ali assim, até ali abaixo às vezes mas é quando não está a chover e quando não está frio".

Hoje, os filhos de colonos são avós e a sua rotina passa por tratar de tarefas domésticas, ir buscar as netas "à escola, às quatro e meia ou às cinco", levá-las a actividades extra-curriculares e ajudá-las bem como a alguns dos seus amigos a "fazer os trabalhos de casa" [P1]. P4 refere que costuma ir "jogar no Euromilhões", navegar na Internet e levar as netas à ginástica ou à música. O seu cônjuge [P4] costuma fazer "a lida da

casa, as compras... porque aqui como não há nada temos de ir ali a Pegões Cruzamento, a seis quilómetros daqui", também referindo que, enquanto casal, costumam ir à cidade, ao cinema, ou fazer uma férias. À semelhança de P1, durante a semana também costumam ter a sua rotina associada a várias actividades com os netos:

"(...) vamos buscá-los para alguns dias e outros vamos buscá-los quando eles saem à tarde, trazemo-los para casa, damos lanche, os pais passam, levam. (...) Ajudamos os filhos, ajudamos os netos, vivemos para nós, fazemos o que bem nos apetece, graças a Deus e felizmente a nossa situação dá para isso." [P4]

Por outro lado, P2 refere que, devido ao seu estado actual de saúde, está "deitado uma porrada de horas" se bem que vai conseguindo cultivar a horta quando não tem dores.

P6 e P8, casadas com filhos de colonos, também referem algumas das actividades que definem o seu dia-a-dia: P6 costuma tratar das tarefas domésticas, faz voluntariado na loja social da Junta de Freguesia, visita a mãe, passa o dia com os seus animais e refere possuir "outra quinta nas Faias" que tenta manter limpa; a rotina de P8 passa por beber o café da manhã, tratar dos animais, fazer a "lida da casa" e, depois de almoço, ir "beber o cafézinho outra vez".

Procurando compreender se a agricultura ainda constitui o modo de vida e de subsistência da população residente, questionou-se qual o papel da agricultura na actual vida dos participantes. A maioria referiu cultivar para consumo próprio, isto é, não vivem exclusivamente da agricultura, pelo menos "não com o fim económico" [P6].

No caso dos colonos, estes referem já não se dedicar à agricultura devido à idade [P3], embora ainda pratiquem alguma actividade na horta [P9].

Em relação aos filhos de colonos, referem cultivar a horta "mas é para a casa (...) assim coisinhas pequenas" [P5].

P12 inclusive, embora proprietária que ainda não reside no casal, refere que no terreno afecto ao casal já tem uma pequena estufa e uns canteiros, acrescentando que esse desejo surge do seu gosto pessoal decorrente de um *hobbie* que já possui e pratica na sua actual casa em Lisboa:

"Eu gosto muito disto tudo, de plantas e bichos também... em casa já tinha uns canteirinhos que não me chegavam e tive que esticar a perna... e aqui é a minha estufa." [P12]

Fica assim evidente a transformação da paisagem rural da Colónia de Pegões que, até à passagem dos terrenos para a propriedade dos colonos, teria zonas destinadas à exploração de diferentes culturas que organizavam o território, as rotinas e actividades das famílias. Hoje, em resultado da mutação das rotinas dos seus residentes que não vivem exclusivamente da agricultura, observa-se o abandono da lógica produtiva assente na empresa familiar, e como tal da paisagem que se encontra abandonada na generalidade.

COSTUMES RELIGIOSOS E LÚDICOS

Quanto à prática religiosa, a Colónia de Pegões foi dotada de equipamentos religiosos de que é referência a Igreja de Santo Isidro no núcleo de Pegões Velhos. A ida à igreja [ver Anexo 17 - Tabela 04.2.] pelas mulheres e filhos dos colonos era uma prática regular, indo à missa "sempre ao Domingo" [P1], "as mulheres principalmente iam muita vez" [P3]. Conforme refere P10, ir à missa era uma obrigação inclusive para ele, enquanto filho de colonos. P5 relembra:

"Os meus pais eram um bocado... o meu pai era um bocado possessivo, era salazarista vá, «eu quero, mando e posso», arranjava uma desculpa qualquer para não ir. Nós era praticamente, casa, casa, casa. Ir à missa todos os domingos, mas não era por isso que ele era mais santo." [P5]

Contudo alguns colonos não costumavam ir com tanta frequência e ficavam na rua num grupo de "cinco ou seis amigos" [P2] à espera que as suas mulheres saíssem da igreja. Exemplo disso são os colonos entrevistados, P3 e P7, os quais referem que só "às vezes" iam à igreja.

Hoje, as filhas de colonos referem continuar a frequentar a igreja, existindo grupos de senhoras que de forma regular vão mantendo as instalações [P1]. A manutenção de rotinas de cariz religioso verifica-se ainda com alguma intensidade:

"Eu até canto. Ainda ontem fui à missa e canto mas a gente conhece algumas pessoas que vão lá... vão lá para não serem tão más." [P4]

"Ainda vou hoje, continuo. Os meus pais eram católicos praticantes, iam à missa pronto. E hoje eu vou também. Vou e entrei mais em outras coisas, chama-se "Os primeiros sábados com Maria", o primeiro sábado de cada mês há um grupo que se junta e vamos rezar à nossa Senhora, rezamos, comungamos, o padre quando pode dá missa, quando não pode há uma senhora que está à frente disso que faz as orações e nos distribui, somos divididas..." [P5]

"Normalmente vou aos domingos. Vou sempre à missa, sempre que posso." [P6]

A frequência da igreja por parte dos colonos entrevistados é pouco notória, sendo que os que mantêm esses hábitos religiosos, se vêm limitados pela idade avançada que impossibilita a sua deslocação [P3] ou então só frequentando a igreja em casos de funerais [P7]. Em contraste, P9, e também colono, refere:

"Eu só lá não vou quando não posso. Pelo menos todos os domingos vou à igreja. (...) Ainda hoje ninguém me obriga. Eu vou lá porque gosto de lá ir." [P9]

Apesar de existirem excepções [ver Anexo 17 - Tabela 04.2.] sublinha-se que a maioria dos participantes continua a frequentar a igreja e a participar em actividades religiosas.

Com o intuito de compreender a relação dos residentes com os edifícios públicos e sua associação a actividades de carácter lúdico, questionou-se como é que a população se divertia quando foi habitar a Colónia [ver Anexo 18 - Tabela 04.3.]. A maioria dos participantes referiram existir uma festa religiosa, a Festa de Santo Isidro e sua importância enquanto momento festivo para a população da Colónia de Pegões. Descrevem a Festa como tendo lugar no dia 15 de Maio, "dia de Santo Isidro" [P5] sendo que se fazia "uma festa de dois dias, no sábado e domingo" em que "convidavam umas pessoas para virem tourear (...). Havia uma missa com procissão" e "havia bailarico". P1 salienta a "missa por a alma dos colonos". Acrescenta também que a responsabilidade de organizar a Festa era anualmente transmitida de comissão de festas em comissão de festas [ver FIG. 05.41 a 05.43].

Refira-se também que a festa permitia a cada indivíduo expressar as suas origens geográficas:



05.41



05.42



05.43

FIG. 05.41 | Festa de Santo Isidro - procissão (s.d.)

FIG. 05.42 | Festa de Santo Isidro - transporte do Santo Isidro (s.d.)

FIG. 05.43 | Festa de Santo Isidro - participação das crianças (s.d.)

05.41, 05.42 e 05.43 | Fonte: (Moisés e Inocência, 2014)

“Aí, nas festas de Santo Isidro havia sempre uma garraizada, umas touradas aí, umas brincadeiras com vacas. (...) Havia teatros infantis... (...) Os de Coruche dançavam o Fandango, os da Amareleja cantavam à alentejana e o meu pai como tinha sido pastor em Espanha e o pai dele, ele trabalhou para o pai dele. O meu avô foi pastor em Espanha e tinha lá os filhos todos, eram muitos. E até foram criados atrás das ovelhas e com os espanhóis vá, e o meu pai cantava à espanhola e coiso, falava bem espanhol. E ele sozinho divertia uma sala a cantar à espanhola.” [P4]

Outro momento e local de diversão e convívio da população, conforme identificado por um dos colonos, está relacionado com as barragens construídas nas imediações do núcleo de Pegões Velhos. Nas “segundas-feiras de Páscoa” [P9] a população deslocava-se até esses locais para “comer o borrego... cada um levava o que tinha” [P7]. Hoje essas barragens encontram-se abandonadas e o caudal de água é inexistente.

Enquanto filhos de colonos, P2 e P4 descrevem várias actividades da sua infância, cujas memórias se encontram associadas a momentos de divertimento e amizade como: “ir aos pássaros” [P2], jogar “à bola à frente da igreja (...) descalços”, “apanhar os ninhos dos pássaros, comer os ovos, andar aos cogumelos, às túberas... não morremos porque não calhou. E levávamos logo uns tachinhos para fazer o comer” [P4].

Quando solicitado aos participantes para descreverem como se divertem actualmente, considera-se que as respostas variaram muito entre cada participante sendo, por vezes, a própria pergunta motivo de gargalhada [P2] uma vez que em alguns casos referem já não se divertir ou só o fazer quando a família se reúne ao fim de semana [P1]. P4 e P5 referem que, enquanto casal, as suas actividades lúdicas passam por “navegar ali na internet” [P4] e por fazer “aquela vida de campo, sossegada, calma... Quando nos apetece barulho vamos à cidade ou vamos ao cinema, ou vamos fazer umas fériasinhas” [P5]. Já P6 refere que costuma frequentar o café “a seguir ao almoço para ver as pessoas”, vai à Festa de Santo Isidro, vai a festas e jantares no Bar da Sociedade e, por vezes, vai a Lisboa para ouvir um concerto, ver uma peça de teatro e fazer compras.

HABITAR A COLÓNIA DE PEGÕES

Reconhecendo a relação entre a habitação, lugar e identidade [ver Capítulo 02.], procurou-se, por fim, compreender se os participantes gostam de viver na Colónia de Pegões. P1 refere gostar de viver na Colónia, sublinhando a preferência pelo enquadramento da casa modernista, de forma parabolóide, onde reside actualmente:

“Gosto, sinto-me bem. (...) Penso que as pessoas nem vêm a casa.” [P1]

P2 refere que gosta da ruralidade, gosta “muito do campo”, não deixando de referir que o passar do tempo o vai deixando isolado:

“E eu é assim: vou ali abaixo, era o meu tio, morreu, a minha tia morreu, o outro era meu primo, morreu... há aí no máximo 3 ou 4. Em Pegões são 90 e tal casais, estão aí cinco ou seis pessoas, se estiverem, dos primeiros. Eu se um dia tivesse dinheiro, ia embora só por isso.” [P2]

P4 e P5 também referem gostar de viver em Pegões Velhos uma vez que não gostariam de viver numa cidade. P5 refere que nesse lugar, situado em contexto rural, tem a possibilidade de ter “uma privacidadezinha”.

P6 refere gostar de viver na colónia pois “há muita paz, tranquilidade, o sol, a luz, as árvores, o ser perto das cidades” mas sente a falta de alguns serviços que só se encontram nas cidade, “mas pronto, tudo na vida tem os seus prós e contras”.

O lugar de Pegões Velhos, e principalmente o casal agrícola está intimamente ligado à vida, memórias e também ao esforço dos colonos originais que permitiu às suas famílias encontrar estabilidade económica. Esta ideia de tradição, de herança é referida por P3:

“É minha casa. A minha velhota às vezes diz «temos que ir embora»... Então? A nossa casa é esta... agora é aguentar.”

Os participantes revelam gostar de viver em Pegões Velhos, contudo reconhecem que a ruralidade tem os seus desafios: dificuldade de deslocação aos centros urbanos, por parte dos residentes que são de idade avançada, para terem acesso a serviços inexistentes em Pegões Velhos e o reduzido de membros da família a residirem comumente, seja pelo seu falecimento seja pela procura de trabalho e habitação em centros urbanos.

P11 e P12, recentes proprietários de um casal agrícola e que futuramente esperam residir no núcleo de Faias, associam a Colónia de Pegões à noção de ruralidade [P12]. Consideram que a relação que estabeleceram com o lugar “tem muito a ver com o que está dentro dos limites da propriedade (...) é mais uma relação afectiva (...) com o casal, com as coisas que se podem fazer nele, com as potencialidades que trazem” [P11], configurando uma expectativa futura.

Quanto à relação afectiva com o lugar e aos seus elementos identitários, questionámos também qual o lugar que os residentes mais apreciam na Colónia [ver Anexo 11 - Tabela 01.6. - Anexos]. Destaca-se o casal agrícola, a moradia, a sua localização, e a sua acessibilidade:

“É aqui onde vivemos. Eu gosto. (...) Eu gosto porque apanhamos a rua para o Poceirão, a nossa frente verdadeira é aquela, mas como acontece em todas as casas as pessoas lidam mais na traseira, então temos dois portões. Servimo-nos mais da entrada deste lado. Portanto temos duas ruas.” [P5]

“Sim, é diferente. (...) é diferente dos outros lá de baixo, da outra rua lá de baixo. Não sei porquê...” [P8]

No caso de P9, destaca a posição altimétrica da sua casa numa Colónia maioritariamente plana. Ainda assim, noutros casos, residentes reconhecem que a proximidade da habitação aos equipamentos constitui um factor de preferência:

"(...) se morasse lá ao pé da Junta de Freguesia, aí eh...(...) Ia a pé para o café, ia a pé para a igreja, ia a pé... e aqui é sempre tudo de carro. Deixei de saber andar de bicicleta." [P4]

"O lugar que eu mais gostava era além mais perto dos correios, ali mais no centro... (...) Ali agradava-me mais viver ali, mas na altura, já estava tudo habitado e antes quis ficar aqui...pois." [P3]

No caso de P2 que reside próximo de equipamentos públicos, refere que "não escolhia mais nenhum sítio", explicando o motivo da sua preferência: "Estou ao pé dos correios, estou ao pé da igreja". Na verdade, tanto os residentes entrevistados bem como os proprietários, não residentes, reconhecem o valor identitário da zona de pinhal e dos equipamentos existentes destacando os edifícios de forma parabolóide:

"(...) a Igreja, o pinhal, a escola... Para mim é o sítio mais bonito." [P1]

"Gosto da zona da igreja com o seu pinhal. É uma pena que não seja preservado." [P6]

"Sim, a igreja e... não sei o que são os dois edifícios ao lado... escola e mais qualquer coisa." [P11]

A arquitectura contribui assim para a relação afectiva que os residentes estabelecem com o seu lugar de morada. A casa constitui o centro na vida dos residentes da Colónia de Pegões na medida em que é através desta que estabelecem relações visuais e espaciais com o lugar. No entanto, a existência de um conjunto de equipamento públicos e serviços essenciais para o desenrolar da vida em sociedade, são também um meio de identificação com o lugar, levando os seus residentes a valorizar factores de proximidade ou afastamento a esses equipamentos.

05.3. CONCLUSÃO

Após cerca de sete décadas desde a criação da Colónia de Pegões, observa-se uma ocupação em continuidade por sequentes gerações de residentes que, na maioria (tendo em conta os casos analisados), têm relação familiar com os colonos. Nesse sentido, o território disperso da Colónia, a saber, Pegões Velhos, Figueiras e Faias foi sujeito a uma densificação urbanística sendo que foram introduzidos novos conjuntos de edifícios e serviços, enquanto que outros foram alterados (no que se refere aos seus usos) e/ou ampliados. No núcleo de Pegões Velhos foram construídas dezenas de habitações bem como alguns serviços, constituindo este território um lugar de procura para quem decide sair das grandes cidades para residir no “campo”.

Ao nível dos equipamentos públicos, na sua maioria foram adaptados a usos similares aos originais sendo utilizados pelos seus residentes. Embora nem sempre os serviços correspondam às necessidades e preferências dos residentes, a sua utilização é feita em continuidade. Não tendo sido muito alterados na sua forma é possível preservar esses equipamentos enquanto valor material da Colónia de Pegões.

Não existindo uma população residente que se dedique exclusivamente à exploração agrícola, só cultivando para consumo próprio e jardinagem, os espaços de apoio à agricultura que anteriormente constituíam o casal agrícola, tornaram-se obsoletos. Nesse sentido, foram realizadas diversas alterações nos seus espaços. Por um lado, os espaços destinados aos animais foram alterados para espaços habitáveis, observando-se frequentemente o encerramento do arco do coberto para obter mais um espaço interior. Tal alteração permitiu a separação de funções da sala comum, já constando de sala e cozinha em espaços distintos.

Ainda assim, as maiores transformações foram realizadas nas traseiras dos casais onde foram acrescentados diversos espaços, por vezes, até uma segunda casa de habitação, aproveitando a estrutura original da nitreira, transformando-a.

Os participantes entrevistados, revelaram fragmentos de uma memória colectiva intimamente ligada à vida, modos de habitar e identidade da população residente na origem da Colónia, colonos e suas famílias. No seu discurso são salientados os critérios e constante controlo a que os colonos e suas famílias estavam sujeitos bem como a dificuldade sentida no dia-a-dia, ao trabalharem na agricultura. No entanto, também são destacados momentos de reunião e convívio da população, a utilização dos equipamentos e assistência prestada na saúde e educação.

06. CONCLUSÕES

A Colónia de Pegões representa uma experiência de colonização no país de particular interesse por ser a única implantada a Sul do Tejo, em propriedade do Estado, e por se constituir ainda hoje como um vasto património arquitectónico que inclui uma arquitectura nacionalista e um pequeno conjunto de edifícios modernos, coexistindo a construção de duas expressões estéticas num mesmo momento, num mesmo território, num mesmo lugar.

Contudo, conforme constatado pelo projecto *Modscapes* (HERA, 2016) as colónias enquanto paisagens rurais modernistas, e não sendo encaradas como um legado cultural, correm o risco de descaracterização devido à pressão imobiliária e sendo que os colonos ou residentes originais se encontram actualmente em idade avançada.

Ao reconhecer a pressão imobiliária a que o território da Colónia de Pegões poderá estar sujeito com a construção do aeroporto do Montijo, com a crescente pressão para construir novas urbanizações, a capacidade de adaptação dos edifícios existentes será questionada bem como a própria paisagem, podendo conduzir a uma descaracterização geral dos valores da Colónia.

Assim sendo, e considerando as alterações a que as paisagens rurais estão sujeitas, a presente investigação procurou analisar a permanência de valores identitários (materiais e imateriais) na Colónia Agrícola de Pegões, enquanto lugar habitado no início do século XXI. Para tal, foram caracterizados os valores identitários da paisagem desta Colónia - urbanísticos, arquitectónicos e sociais - na origem e no presente.

A nível urbanístico, o projecto para a Colónia de Pegões consistiu na reorganização da Herdade de Pegões através da definição de três núcleos sociais - Pegões Velhos, Faias e Figueiras - onde foram construídos 207 casais agrícolas, um sistema hidráulico para rega dos terrenos, habitações para técnicos da JCI e diversos equipamentos públicos que contribuiriam para o desenrolar da vida em comunidade. Constatou-se que o território foi organizado de modo a facilitar o acesso dos colonos às suas parcelas de terreno e promover um espírito de cooperação entre os colonos. Nesse sentido, os centros cívicos, onde se concentraram os equipamentos, constituíram lugares de reunião da população, aos quais esta recorria para comércio, lazer, educação, culto e assistência técnica e social, através de cooperativas, correios, escolas, igreja e postos médicos.

Hoje, nos núcleos que definiam a Colónia observam-se novos edifícios e alteração dos existentes, quer seja pela alteração de usos, quer pela sua adaptação e ampliação, registando-se ainda o abandono de diversos casais agrícolas. Observam-se zonas onde a pressão imobiliária conduziu ao prolongamento das vias existentes para a construção de dezenas de habitações uni-familiares, em resposta à procura de habitação em contexto rural, de que é referência a zona de expansão situada a Norte do núcleo de Pegões Velhos e paralela à EN4. Como resultado, essas zonas de expansão (também constatadas no núcleo de Faias) contribuem para o aumento do número de residentes.

Ao nível da arquitectura, enquanto os equipamentos públicos são caracterizados por uma linguagem moderna (Mestre, 1999) que procurou representar o Estado enquanto promotor da iniciativa de colonização, as habitações rurais ou casais agrícolas foram vinculados ao movimento da *Casa Portuguesa* de Raul Lino, de cariz tradicional e ruralizante (Mestre, 1999). As habitações foram construídas segundo três casais-tipo, dotados de espaços necessários para complementar o trabalho do colono no campo, já constando de diversos quartos (para o casal e filhos, em quartos separados), instalações sanitárias e espaços para animais.

No entanto, passados 70 anos desde a criação da Colónia, constata-se a ocupação dos residentes originais até a actualidade através de sucessivas adaptações e atribuição de novos usos a estas construções e aos seus espaços. Uma vez que os edifícios foram sendo utilizados por diferentes gerações de residentes, estes têm demonstrado uma capacidade de adaptação ao desenvolvimento das exigências sócio-económicas da sociedade, registados com particular impacto após a extinção da JCI e atribuição dos alvarás dos casais aos proprietários em 1988.

No que diz respeito aos equipamentos públicos constata-se a sua adaptação a novos usos que, na maioria dos casos, correspondem a funções muito similares às originais, ainda constituindo lugares de reunião da população residente. A utilização em continuidade dos equipamentos existentes, não tendo sido muito alterados na sua forma e materialidade, permite e evidencia a necessidade da sua preservação. Contudo, a carência de outros serviços que complementem as necessidades e preferências tem motivado residentes de Pegões Velhos a se deslocarem até outros centros urbanos.

Conforme demonstrado ao longo desta dissertação, as maiores alterações na estrutura sócio-espacial da Colónia terão ocorrido nos casais agrícolas. Os casais originais eram constituídos por duas zonas: residência e instalações anexas, esta última caracterizada por espaços de apoio à agricultura, nomeadamente com espaços destinados aos animais. Porém, a realização de entrevistas e observação *in situ* constatou que os residentes no núcleo de Pegões Velhos já não vivem exclusivamente da exploração agrícola, só cultivando para consumo próprio. Como resultado, nos respectivos casais, todos os espaços de apoio ao trabalho rural foram adaptados a novas funções.

Uma das alterações frequentes nos casais é o encerramento do espaço semi-exterior do coberto, interiorizando o espaço e permitindo a separação de funções da sala comum, agora constando de cozinha e sala em espaços diferentes. As alterações realizadas tiveram como objectivo dotar os casais de melhores condições de conforto e higiene, adaptando os espaços existentes a novas funções e acrescentando novos espaços nas traseiras dos casais, por vezes, até construindo uma segunda habitação. Ainda assim, as actuais necessidades dos residentes entrevistados revela a necessidade de se realizarem alterações nos casais ao nível do saneamento básico e isolamento térmico.

No que diz respeito ao sistema hidráulico, apesar de alguns troços terem sido destruídos ou estarem em risco de colapso, observa-se a permanência de diversas ligações entre poços e tanques. Estas representam estruturas de grande interesse do ponto de vista técnico e social dado o seu papel na distribuição de água às propriedades dos colonos. No entanto, não se observa hoje a sua utilização para a exploração agrícola; em diversos casos, são preservadas apenas como muro que limita as propriedades dos residentes.

Do ponto de vista social, os colonos e suas famílias receberam assistência através de cursos técnicos, de costura, de higiene e educação, tendo porém, de obedecer a critérios de bom comportamento e exigências de produtividade, sob pena de serem expulsos pela JCI caso não correspondessem às expectativas.

Os residentes do núcleo de Pegões Velhos expressam a transmissão de valores imateriais de colonos para filhos, como as rotinas, o trabalho rural, o controlo por parte da JCI, o espírito de cooperação e entre-ajuda, bem como momentos festivos, como é o caso da Festa de Santo Isidro. Neste contexto, observa-se uma manutenção de rotinas de cariz religioso. A Festa de Santo Isidro é uma das actividades lúdicas e religiosas preservadas até a actualidade pelos residentes da Colónia, existindo também residentes que para além de

frequentarem a igreja, contribuem (com o seu trabalho voluntário) para a manutenção dessas instalações.

A análise do núcleo de Pegões Velhos, bem como ilustrações complementares dos restantes núcleos, demonstram existir um legado cultural, isto é, a permanência de valores que incluem construções associadas à exploração agrícola, habitações rurais, equipamentos públicos e sistemas de rega, elementos que testemunham a vida privada e colectiva da vida rural.

Tendo por base os critérios de classificação de *Paisagens Culturais*, definidos pela UNESCO (2008), a presente investigação espera poder contribuir para enquadrar a Colónia de Pegões na categoria de paisagens culturais definida pela UNESCO uma vez que constitui uma paisagem que evoluiu e que retém um papel social activo na sociedade contemporânea, associado a um modo de vida tradicional que está em evolução.

A identidade do lugar, a Colónia de Pegões, está associada a uma paisagem rural criada pela JCI e dotada de valores materiais e imateriais com estreita relação ao trabalhador rural (colono) e sua família sendo que tais valores permanecem até a actualidade seja pela adaptação do património edificado aos desejos e necessidades da sua população, quer pela preservação e transmissão de tradições e memórias relacionadas com vida individual e colectiva dos colonos e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a reduzida amostra de participantes e de casais analisados, limitados ao núcleo de Pegões Velhos (com duas excepções: um casal em Vale da Judia - Pegões Velhos - e um casal em Faias), elementos de um maior número de casos poderia trazer mais conhecimento sobre este tema, nomeadamente através de um registo das alterações realizadas em casais agrícolas dos três núcleos.

As memórias sobre a criação da Colónia Agrícola de Pegões e sua ocupação desde a década de 1950 até à actualidade estão bem presentes no discurso dos participantes entrevistados, na maioria filhos de colonos. Considerando a disponibilidade e interesse dos primeiros residentes - colonos que ainda residam na Colónias - em serem entrevistados, associado à exequibilidade temporal da dissertação de mestrado, só foi possível entrevistar dois colonos. Nesse sentido, no contexto de futuras investigações, sugere-se a realização de entrevistas que explorem valores imateriais de que os colonos são uma fonte de conhecimento e um contributo para a compreensão desse período da história portuguesa, dos modos de habitar de populações rurais, da identidade e da paisagem rural.

Considerando o número de casais agrícolas, a compreensão da identidade deste lugar merecerá ampliar a amostra de residentes entrevistados, entrevistando também entidades responsáveis pela criação de planos e medidas de salvaguarda do património existente nas colónias agrícolas em Portugal. O diálogo com essas entidades permitirá compreender os desafios inerentes à preservação desse património que corre o risco de descaracterização bem como compreender se e como esse património pode ser adaptado a novas funções consoante as necessidades da sociedade contemporânea.

Em diversos casos, as características identitárias dos casais não foram respeitadas em intervenções de manutenção e melhoramento sendo que alguns equipamentos encontram-se abandonados. Tal situação tem promovido a sua degradação e descaracterização de diversos casais que urge compreender, definindo medidas que contribuam para a transmissão desse património às gerações futuras.

Todavia, uma vez que a sociedade está em constante transformação, adoptando diferentes estilos de vida, de ocupação e rotinas, a compreensão da identidade dessas paisagens rurais requer um entendimento de quais os valores materiais e imateriais que as definem como património: Serão as colónias habitadas em continuidade até a actualidade? E que dizer da permanência dos seus valores materiais e imateriais? Terão sido preservados, adaptados e/ou alterados? A nível europeu existirão casos de (des)ocupações actuais semelhantes que contribuem para a definição de medidas de salvaguarda do património?

A Colónia de Pegões já não é caracterizada por uma exploração agrícola realizada por famílias rurais, nem por casais idênticos. No entanto, é um lugar habitado em continuidade cujos valores, uns alterados, outros preservados, evidenciam a capacidade de adaptação desse lugar à vida contemporânea dos seus residentes [ver FIG. 06.01].



FIG. 06.01 | Casal em Pegões Velhos (2018)
| Fonte: O Autor

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Luciano - Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973). *Análise Social*. vol. XXIX, n.º 128 (1994), p. 889-906.
- BACHELARD, Gaston - *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.
- BARROS, Henrique - O factor humano na colonização agrícola. *Revista Agronómica*, vol. XXVIII, n.º1 (1940), p. 11-31.
- BELO, Ruy - *Ruy Belo, Todos os poemas*. Porto: Assírio & Alvim, 2014.
- BERNARDO, Fátima; PALMA-OLIVEIRA - Place Identity: A Central Concept in Understanding Intergroup Relationships in the Urban Context. In Casakin, Hernan; Bernardo, Fátima, eds. - *The Role of Place Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments*. Netherlands: Bentham Books, 2012. p. 35-46.
- CABRAL, Clara - *Património Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CALDAS, Eugénio - Aspectos do «Habitat» rural na mancha pliocénica ao sul do Tejo. In JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 37-48.
- CALDAS, José - O povoamento do sul. In JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 7-17.
- CALDAS, José - *Aspectos do problema agrário*. Lisboa: Ministério da Economia, 1945.
- CALDAS, João - *Política de Colonização Interna (1936-1974) Análise do perfil do "Colono-Tipo"*. Lisboa: Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, 1982.
- CARDOSO, Alexandra; MAIA, Maria; TREVISAN, Alexandra - Questões da Habitação moderna no quadro da colonização interna na península ibérica. In *X Congresso Docomomo Ibérico: Fundamento social da arquitectura; do vernáculo e do moderno, uma síntese cheia de oportunidades* [a aguardar publicação das Actas do Congresso]. Badajoz, 2018.
- CASTRO, Celestino [et al.] - Paraboloides, Arquitecto Eugénio Correia. *Arquitectura*, n.º40 (1951), p. 19-21.
- CATARINO, Heloísa - *Metodologia de salvaguarda e valorização do património arquitectónico: caso de estudo: antiga Colónia Agrícola de Pegões - Montijo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.
- COELHO, Hélder - O núcleo de edifícios modernos de Santo Isidro de Pegões. In PEREIRA, Nuno Teotónio [et al.] - *Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. p. 65-152.
- CoE - *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa* [Em linha]. 1985. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

- CoE - *Convenção Europeia da Paisagem* [Em linha]. 2000. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>
- CoE - *Convenção de Faro relativa ao valor do património cultural para a sociedade* [Em linha]. 2005. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>
- CORREIA, Maria [et al.] - *Guia de Observação do Património Rural*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 2009.
- COSTA, Rosalina - *Ridendo castigat mores. A transcrição de entrevistas e a (re)construção social da realidade. VII Congresso Português de Sociologia. 40 de democracias: progressos, contradições e perspectivas* [Em linha], 2014. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0622.pdf
- CULLEN, Gordon - *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- DECRETO N.º 17252 [Aprova as bases para a organização da Campanha do Trigo em 1929-1930]. *Diário Do Governo*. I Série. n.º 191/1929 (1929-08-21) [Em linha], p. 1875-1877. [Consult. 13 Ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/293317/details/normal?q=decreto+17252>.
- DECRETO-LEI N.º 27:207 [Reorganiza os serviços do Ministério]. *Diário do Governo*. I Série. n.º 269/1936 (1936-11-16) [Em linha], p. 1425 - 1451. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/323368/details/normal?q=+27207>.
- DECRETO-LEI N.º 27821 [Detalhes sobre herança instituída aos Hospitais Civis de Lisboa pelo benemérito Rovisco Pais]. *Diário Do Governo*. I Série. n.º 155/1937 (1937-07-06) [Em linha], p. 645-646. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/428870/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%B0%2027821>.
- DECRETO N.º 36709 [Promulga o regulamento sobre aproveitamento de baldios]. *Diário Do Governo*. I Série. n.º 3/1948 (1948-01-05) [Em linha], p. 5-10. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/242001/details/normal?q=Decreto+36709>.
- DECRETO-LEI N.º 41320 [Cria no distrito de Setúbal a freguesia de Santo Isidro de Pegões, com sede no lugar de Pegões Velhos]. *Diário Do Governo*. I Série. n.º 232/1957 (1957-10-14) [Em linha], p. 977-978. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/253814/details/normal?q=Decreto+41320>.
- DOMINGUES, Álvaro - *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2012.
- DOMINGUES, Álvaro - A paisagem revisitada. *Finisterra*, vol. 36, n.º 72 (2001), p. 55-66.
- DUARTE, Ricardo - Possibilidades aquíferas do pliocénico ao sul do Tejo. In JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 49-57.
- ESCOLANO, Víctor Pérez - Pueblos de colonización franquista: objetivo patrimonial. *PH Boletín Del Instituto Andaluz Del Patrimonio Histórico* [Em linha], n.º 52 (2005), p. 38-42. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/1896>

FARINHA, Isabel; PINTO, Fernando; TORRES, Cristina - Uma propaganda cheia de graça: as casas económicas do Estado Novo. In *Portugal, território de territórios. Actas do IX Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. 2017. Disponível em WWW:<URL: http://www.aps.pt/ix_congresso/actas

GUERREIRO, Filipa (2016a)- De agronomicamente "bem concebidos" a objectos de representação do Estado. Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. In FERREIRA, Fátima; MENDES, Francisco; PEREIRA, Natália - *A Conquista social do território: Arquitetura e corporativismo no Estado Novo português*. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016. p. 145-167.

GUERREIRO, Filipa (2016b) - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento.

GUERREIRO, Filipa - Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa – Diversidade, circunstância e experimentação. In IHRU - *Habituação, cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2018. p. 161-195.

HEIDEGGER, Martin - *Construir, Habitar, Pensar*. Darmstadt (s/e), 1951.

HERA - *Modscapes*. Bruxelas: Université libre de Bruxelles. 2016. Disponível em WWW:<URL: <https://www.modscapes.eu/casestudies/portugal/>

ICOMOS - *Carta Internacional de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios* [Em linha]. 1964. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

ICOMOS - *Princípios de La Valeta para la salvaguardia y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas* [Em linha]. 2011. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/civih_principios_de_la_valeta.pdf

ICOMOS - *ICOMOS-IFLA principles concerning rural landscapes as heritage* [Em linha]. 2017. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_6-3-1_RuralLandscapesPrinciples_EN_adopted-15122017.pdf

IHRU - *Habituação, cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2018.

JCI - *Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados: Apresentação*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia, 1941.

JCI - *Projecto de colonização da Herdade de Pegões*. Lisboa : Junta de Colonização Interna, 1942.

JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao Sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943.

- JCI - *Projecto do casal-tipo para a Herdade de Pêgões/Junta de Colonização Interna*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1949-54.
- JCI - *Construção de 58 casais na Herdade de Pegões*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1949.
- JCI - *Construção de cinquenta casais na Colónia agrícola de Pegões (folha das Figueiras) Concelho de Montijo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1953.
- JCI - *Colónia Agrícola de Pegões, Montijo / Junta de Colonização Interna* [Folheto]. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1958.
- LAWRENCE-ZUNIGA, Denise - *Protecting Suburban America: Gentrification, Advocacy and the Historic Imaginary*. Londres: Bloomsbury Academic, 2016.
- LEAL, João - *Arquitectos, Engenheiros e Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no Século XX Portugueses* (Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008). Porto: Fundação Marques da Silva, 2009.
- LEI N.º 2072 [Revoga várias disposições do Decreto n.º 36709 e altera em parte os preceitos da base VI da Lei n.º 1949 e do artigo 53.º do Decreto n.º 28652]. *Diário Do Governo. I Série*. n.º 131/1954 (1954-06-18) [Em linha], p. 675-679. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/634291/details/normal?sort=whenSearchable&sortOrder=ASC&q=Decreto+2072>.
- LIMA, Paulo - *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões, Montijo*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2016.
- LINO, Raul - *Casas portuguesas. Alguns apontamentos sobre a arquitectura das casas simples*. Lisboa: Cotovia, 1933.
- Lino, R. (1941). Ainda as Casas Portuguesas. *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo* [Em linha], 1(4), 9-10. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/Panorama.htm>
- LOBÃO, António - *A Exploração Familiar na Região de Pegões - Plioceno ao Sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1960.
- LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra: Centro de Estudos de Urbanismo, 1960.
- LOPES, A. - Vida Católica, a Igreja de Santo Isidro [será hoje aberta ao culto numa cerimónia a que presidirá o sr. subsecretário da Agricultura]. *O Século*, n.º 12 (1957).
- LOPES, I. (2009). A Junta de Colonização Interna e a Colónia Agrícola de Pegões. In PEREIRA, Nuno Teotónio [et al.] - *Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. p. 17-36.
- LOPES, Flávio - *Património Arquitectónico e Arqueológico. Noção e normas de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2012.
- MAIA, Maria; MATIAS, Isabel - Settlers and peasants. The new rural settlements of 20th century Portuguese internal colonization. *Storia Urbana* [Em linha]. 150 (2016), p. 97-111. [Consult. 13

- Ago 2019]. Disponível em WWW:<URL: https://www.francoangeli.it/riviste/Scheda_Rivista.aspx?IDArticolo=57265&Tipo=Articolo%20PDF&lingua=it&idRivista=58
- MELO, João - A propriedade e a exploração na mancha pliocénica ao sul do Tejo. In JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 19-35.
- MESTRE, Victor - *Faias e Pegões, De Terra de Acções de Bandoleiros, Guerrilheiros e Assaltantes à colonização dos anos 40 deste século* (texto a pedido da revista Câmara Municipal do Montijo) [Em linha]. 1999. p. 1-9. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: http://www.vmsa-architectos.com/Public_Faias-pegoes_1999.pdf
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA - *Junta de colonização interna : síntese da sua organização e obra*. [S.l.] : Secretaria de Estado da Agricultura, 1973.
- MOISÉS, Isabel; INOCÊNCIA, Maria - *Ex. Colónia Agrícola de Pegões Velhos* [Em linha]. 2014. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.facebook.com/imoisesinocencia/>
- NORBERG-SCHULZ - *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli, 1980.
- NUNES, Daniel; ALEIXO, Sofia - Colonização Agrícola em Portugal: habitar a colónia de Pegões, entre o tradicional e o moderno - Poster. In *X Congresso DoCoMoMo Ibérico* (18-20 Abril, 2018), Badajoz, Espanha.
- PAGANO, Giuseppe; DANIEL, Guarniero - *Architettura Rurale Italiana*. Milão: Hoepli, 1936.
- PALLASMAA, Juhani - *Habitar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2017.
- PARECER N.º 29/VII [Revisão do regime jurídico da colonização interna]. *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91 (1960-03-30) [Em linha], p. 970-990. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/07/03/091/1960-03-30>
- PARECER referente a dois projectos de colonização interna. *Diário Das Sessões*. n.º 192S10 (1938-10-29) [Em linha], p. 93-120. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/01/04/192S10/1938-10-29?sft=true#p93>
- PEREIRA, Mário - A empresa agrícola no pliocénico a sul do Tejo. In JCI - *Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 59-70.
- PEREIRA, Nuno Teotónio - Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional. In *Jornal Arquitectos*, n.º 195 (2000), p. 69-71.
- PEREIRA Nuno; FERNANDES, José - A arquitectura do Fascismo em Portugal. In *COLÓQUIO - O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982. p. 533-551.
- PEREIRA, Nuno Teotónio [et al.] - *Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- PEREIRA, Nuno Teotónio - Caracterização das construções à base de fusos cerâmicos. In *Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. p. 37-63.
- PINTO, Vasco - A visita à Colónia Agrícola de Pegões. *Semanário A Província* [Em linha]. n.º 285 (1960), p. 1-2. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.mun-montijo.pt/>

cmmontijo/uploads/document/file/8998/A_PROVINCIA_ANO_VI_QUINTA-FEIRA__8_DE_SETEMBRO_DE_1960_N_285.pdf

PORTO EDITORA - *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: P.E., 2009.

PROJETO DE LEI N.º 580/XII/3.ª (Criação da Freguesia de Santo Isidro de Pegões, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal - Proposta de lei do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português). *Assembleia Da República* (2014-04-24) [Em linha], p. 1-6. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://app.parlamento.pt>

RAPAZOTE, João - "Aldeias-Jardim" no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. *Revista de Geografia e Ordenamento Do Território*. n.º1 (2012), p. 207-236.

RAPOPORT, Amos - On Cultural Landscapes. *Traditional Dwellings and Settlement Review* [Em linha]. vol. 3, n.º 11 (1992), p. 33-47. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: http://www.jstor.org/stable/41757142?seq=14#page_scan_tab_contents.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o mediterrâneo e o Atlântico: Estudo geográfico* [Em linha]. Coimbra: Coimbra Editora, 1945. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://purl.pt/421>

ROSA, Francisco - *Estudo de um caso de colonização*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Agronomia, 1939. Dissertação de Licenciatura em Agronomia.

ROSAS, Fernando; BRITO, José - *Dicionário de história do Estado Novo: A-L*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

SERRANO, Inês - Reflexões sobre a relação com a paisagem na Arquitectura Regional versus Modernista. In *Actas do 1.º Colóquio Internacional Arquitectura Popular* [Em linha]. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016. p. 529-536. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular>.

SILVA, Eduardo - A colonização da mancha pliocénica do sul - resultado prováveis. In *JCI - Problemas de Colonização, I. - A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1943. p. 87-97.

SOLER, Miguel Centellas - Los pueblos de colonización de la administración franquista en la España rural. *P+C. Proyecto y Ciudad: revista de temas de arquitectura*. n.º1 (2010), p. 109-126.

SPN - *Cadernos do Ressurgimento Nacional, Colonização Interna*. Lisboa: SNI, 1948.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet - *Pesquisa qualitativa : técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAINHA, Manuel - *Manuel Tainha: textos de arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópico, 2006.

TÁVORA, Fernando [et al.] - *Arquitectura Popular em Portugal*. 4.ª ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Textos escolhidos de Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Argumentum, 2016.

TUAN, Yi-Fu - *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu - *Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO - *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* [Em linha]. 1972. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaoDoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>

UNESCO - *Cultural Landscapes* [Em linha]. 1992. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape>

UNESCO - *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* [Em linha]. 2003. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

UNESCO - *Operational Guidelines for the Implementations of the World Heritage Convention* [Em linha]. 2008. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>

VARELA, João - *A Agricultura e o Espaço Rural: Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1992.

ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: Entornos arquitectónicos - as coisas que nos rodeiam*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 Guião de entrevista	176
Anexo 2 Declaração de consentimento livre e esclarecido	180
Anexo 3 Poster para o X Congresso Docomomo Ibérico (2018)	181
Anexo 4 Levantamento fotográfico, 2018 - Pegões Velhos	182
Anexo 5 Levantamento fotográfico, 2018 - Faias e Figueiras	183
Anexo 6 Tabela 01.1. - Primeira Memória do Lugar	184
Anexo 7 Tabela 01.2. - Descrição da Casa na origem	185
Anexo 8 Tabela 01.3. - Caracterização da Colónia	186
Anexo 9 Tabela 01.4. - Motivo de escolha do lugar de morada	187
Anexo 10 Tabela 01.5. - Noção sobre a História de Pegões: acontecimentos mais marcantes	189
Anexo 11 Tabela 01.6. - Lugar que mais gosta	190
Anexo 12 Tabela 02.1. - Critérios - selecção dos colonos; contrato	191
Anexo 13 Tabela 02.2. - Assistência da JCI	193
Anexo 14 Tabela 03.1. - Trabalho na origem da Colónia	195
Anexo 15 Tabela 03.2. - Rotina actual 2017/2018	197
Anexo 16 Tabela 04.1. - Qual era o uso que dava aos equipamentos públicos na origem?	199
Anexo 17 Tabela 04.2. - Frequentava/Frequenta a igreja?	201
Anexo 18 Tabela 04.3. - Como é que a população se divertia na origem? Como se diverte, hoje?	202
Anexo 19 Tabela 05.1. - Alterações na casa	204
Anexo 20 Tabela 05.2. - Gosta de aqui viver? Porquê?	209
Anexo 21 Diapositivos utilizados na Prova Pública desta Dissertação (15 de Julho de 2019)	210-27

GUIÃO DE ENTREVISTA

Identidade do Lugar, o caso da Colónia Agrícola de Pegões

Apresentação e Objectivos da Entrevista

[Textos a adaptar à oralidade]

Bom dia/ Boa tarde/ Boa noite

O meu nome é Daniel Nunes e sou estudante de Arquitectura na Universidade de Évora. Actualmente encontro-me a desenvolver uma Dissertação de Mestrado intitulada: "Identidade do Lugar, o caso da Colónia Agrícola de Pegões".

Através desta investigação, pretende-se contribuir para a compreensão da identidade deste lugar. Para tal, torna-se essencial compreender o que significava viver na Colónia Agrícola de Pegões na sua origem e por sua vez comparar com o seu significado no presente, para os actuais residentes da colónia.

Assim, a entrevista aqui proposta tem como objectivo recolher um conjunto de informações sobre o quotidiano dos residentes da Colónia agrícola de Pegões.

Espero que se sinta à vontade durante a entrevista, uma vez que não existem respostas certas ou erradas, podendo abster-se de responder a alguma pergunta caso seja essa a sua vontade. O tempo previsto para a realização desta entrevista é de 20 min [adaptar].

Quero desde já agradecer a sua disponibilidade para a realização desta entrevista.

Antes, vou pedir-lhe que faça o favor de preencher um breve formulário [em anexo].

[Ligar câmara de vídeo e iniciar a entrevista recorrendo ao guião]

Data, hora, local da entrevista [Ler para a câmara]

Por favor, diga o seu nome, idade, profissão, nível de escolaridade e lugar onde nasceu.

Guião

[Se necessário, acordar o pseudónimo/nome fictício a ser adotado]

- Qual é o núcleo social onde habita?
- Quando é que veio habitar a Colónia de Pegões?
 - Com que idade?
 - Em que condição? (Colono, Familiar ou Não-Colono)

01. Colónia Agrícola/ Lugar (apelar à descrição do ambiente)

Todos (Residentes sem relação aos colonos):

- Relativamente à sua chegada à Colónia de Pegões:
 - Qual é a sua memória mais viva?
 - Consegue lembrar-se de quê?
 - E a sua casa como era?
- Conseguiria descrever a Colónia na actualidade? (3 palavras)
- O que o levou a escolher este lugar como local de morada?
- Conhece um pouco da história deste lugar?
 - Quais são alguns dos acontecimentos que conhece?
- Lembra-se da primeira vez que entrou na sua habitação? (explorar)
 - Quais eram as condições em que se encontrava a casa? Tinha mobília?
 - Achou a casa confortável?
 - Veio estrear a casa?

Colonos e família:

- Como é que se distinguiam os casais agrícolas? Por número? Alcinha?

Todos (Residentes sem relação aos colonos):

- Qual é o lugar que mais lhe agrada nesta colónia?

02. Colono-tipo

Colonos:

- Tendo sido colono, teve de se candidatar a uma selecção criteriosa para ser aceite na Colónia de Pegões? (explorar)
- Lembra-se quais foram os critérios que teve de cumprir?
 - Lembra-se se assinou contrato? Por quantos anos era o contrato válido? Pagava alguma renda ao Estado?

Colonos e família:

- As colónias agrícolas prestavam assistência à família? Recordar-se dos apoios dados ao:
 - Trabalhador rural/ chefe de família? (Formação)
 - Mulher? (Formação)
 - Filhos dos colonos? (Educação/ Escola)
- Párcos e professores

Família dos colonos:

- Lembra-se dos critérios que os seus pais/avós tinham de cumprir para manterem a condição de proprietários?

- Sentia que a sua atitude enquanto criança na colónia poderia ter impacto na sua família?

03. Actividade/ Trabalho (Agrícola)

Colonos:

- Quais eram as principais culturas e actividades a que se dedicava ao cultivar a sua propriedade?
 - Em média trabalhava quantas horas por dia?
 - Trabalhava sozinho?
 - Que tarefas fazia? Pode descrever-me um dia normal de trabalho?
- Lembra-se do modo como era realizada a rega dos terrenos? (explorar; Barragem)
 - Horários de rega (Dificuldades sentidas)
- Existia um espírito de entreajuda?
- Lembra-se de algum episódio mais específico que me queira contar em que sentiu isso de maneira mais evidente?

Família dos colonos:

- Pode descrever-me um dia normal, na sua rotina diária dessa altura?
 - Costumava auxiliar os seus pais no trabalho?
 - Que tarefas fazia?

Todos (Residentes sem relação aos colonos):

- E hoje? Pode descrever-me como é um dia normal de trabalho/fim de semana?
 - Hoje, a agricultura é uma das actividades a que se dedica?

04. Edifícios públicos

Colonos e família:

- Costumavam ir à igreja? (com que frequência)
- Existiam algumas tradições religiosas/romarias?
- Quais era algumas das actividades que a população fazia para festejar/ se divertir? (actividades lúdicas; recordar a existência de barragens (data e porquê?) e praça de touros)
- Equipamentos sociais: Casa do povo, cooperativa, CTT, posto médico, boticária...
 - Qual o uso que dava, sozinho e com a família, a este edifício?

Família dos colonos:

- Como criança tinha algum sitio onde preferia brincar?
 - Como brincava na Colónia?

Todos (Residentes sem relação aos colonos):

- Costuma ir à Igreja? Qual?
 - Com que frequência?

- Utiliza os edifícios públicos? (Aferir se recorre aos correios, loja, etc.)
- Como é se diverte aqui na Colónia?
- Tem filhos? Estão/estiveram matriculados na Escola aqui na Colónia?

05. Habitação/ Casal agrícola

Colonos:

- Até ao 25 de Abril realizou alguma alteração na sua casa? Qual?
 - Como é que a JCI encarava essas alterações?
 - Permitia que as pessoas adaptassem as casas de acordo com a sua vontade?

Todos (Residentes sem relação aos colonos):

- Alterou a sua casa? Poderia mostrar-me algumas das alterações que realizou?
 - Porquê? (o que motivou tal alteração)

Possíveis alterações nos casais agrícolas:

- Forno;
 - Estábulo;
 - Silos;
 - Piso de sequeiro; (o acesso como era feito? E hoje?)
 - Coberto;
 - Nitreira;
 - Lareira/ Chaminé;
 - Pocilga;
 - Cobertura;
 - Caixilhos; (Portada, estores, grelhagens, etc)
- Gosta de aqui viver?
 - Porquê?
 - Gostaria/ Acha que deveria fazer mais alguma alteração na sua casa?
 - Qual/ Quais e porquê?

Muito obrigado pela sua participação nesta entrevista [Desligar câmara de vídeo/gravador].

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, BI/ CC: _____

concordo em participar, como voluntário/a, da investigação de mestrado em Arquitectura intitulada "Identidade do Lugar, o caso da Colónia Agrícola de Pegões", que tem como investigador o mestrando Daniel Nunes e como supervisoras responsáveis Sofia Aleixo e Ema Pires, professoras da Universidade de Évora, que podem ser contactadas pelos e-mails:

saleixo@uevora.pt e emapires@uevora.pt

O presente trabalho tem por objetivo analisar e compreender o que significa habitar a Colónia agrícola de Pegões, hoje e no passado.

A minha participação consistirá em responder a uma entrevista, pelo que (riscar caso não concorde):

- Concordo em ser entrevistado;
- Concordo que seja efectuada gravação da entrevista sob a forma de vídeo;
- Autorizo a tomada de fotografias, pessoais e dos espaços afectos à minha casa;
- Concordo na utilização de citações anonimizadas em publicações;

Em caso de dúvida, Daniel Nunes, estará disponível para responder a qualquer dúvida, através do seguinte contacto:

Email: danielpgnunes@gmail.com

Telm: 939 470 945

Local e data

_____, ___/___/____

O Investigador

O Participante

[Duplicado da declaração entregue ao participante]

do.co.mo.mo_ib



X CONGRESO do.co.mo.mo_ibérico **X CONGRESSO do.co.mo.mo_ibérico**

El fundamento social de la arquitectura;
de lo vernáculo y lo Moderno,
una sístesis cargada de oportunidades

O fundamento social da arquitetura;
do vernáculo e do Moderno,
uma síntese cheia de oportunidades

JUNTA DE EXTREMADURA



Fundación do.co.mo.mo_ibérico

AUTOR: ¹Daniel Nunes; ²Sofia Aleixo ¹(Estudante do curso de Mestrado Integrado em Arquitectura - Universidade de Évora) ²(PhD, Dep. Arquitectura - Universidade de Évora, vmsa arquitectos, Investigadora associada do CHAIA e do IHC - polo CEHFC)

TÍTULO: **Colonização agrícola em Portugal:**
Habitar a Colónia de Pegões, entre o Tradicional e o Moderno

Resumo

Durante a primeira metade do século XX observaram-se profundas transformações em diversas paisagens rurais europeias, em países com regimes ditatoriais como Espanha, Itália e Alemanha, implementadas por projectos de desenvolvimento agrícola e de colonização de modo a "aumentar a produção forçando o cultivo dos terrenos incultos" (Pereira, Coelho, Lopes, & Buarque, 2009: p.18). Em Portugal, a iniciativa de implementar a Colónia agrícola de Santo Isidro de Pegões numa herdade com 4700 hectares (Herdade de Pegões), localizada na tezíria do ribatejo, foi promovida pelo Estado Novo (1933-1974) através de um organismo criado em 1936, a Junta de Colonização Interna (JCI). Com a sua criação, constituíram-se 7 colónias agrícolas (Ministério da Economia, 1973) no território nacional com o objectivo de combater o desemprego, aumentar a produção e melhorar as condições de vida da população rural. De modo geral, as colónias foram implantadas a Norte do rio Tejo, com excepção da Colónia agrícola de Pegões cuja implantação ocorreu a sul, contendo três núcleos sociais - Faiais, Figueiras e Pegões Velhos.

Os projectos urbanísticos e arquitectónicos dos arquitectos da JCI revelam a integração de princípios do Movimento Moderno numa arquitectura rural de raiz popular. No entanto, e sendo-lhes reconhecido valor cultural de elevado significado patrimonial, as paisagens rurais modernistas estão hoje, de forma geral, desprezadas (HERA, 2016). Embora habitadas, e em algumas persista ainda a habitação por descendentes dos colonos originais, a descaracterização tem-se generalizado, pelo que se considera urgente conhecer para preservar a identidade destes legados.

Objectivos

Esta investigação em arquitectura procura compreender a identidade do lugar da Colónia de Pegões, e propõe-se alcançar os seguintes objectivos:

- Inventariar o conjunto edificado e a estrutura urbana;
- Identificar os princípios modernos subjacentes ao desenho da estrutura urbana;
- Identificar os princípios modernos aplicados às habitações;
- Identificar as características identitárias do lugar.

Metodologia

- Revisão da literatura sobre os conceitos operativos identidade, lugar, paisagem rural e Modernismo;
- Pesquisa em arquivos e bibliotecas dos projectos originais de urbanismo e de arquitectura;
- Análise da estrutura urbana e dos tipos habitacionais;
- Identificação dos valores patrimoniais da Colónia de Pegões;

Habitar

O projecto para a Colónia de Santo Isidro de Pegões permitiu a instalação de 207 casais agrícolas, cada um composto por habitação unifamiliar e instalações de apoio à exploração da terra. Observou-se a construção de três tipos de casais, sendo que cada um está associado a um núcleo social, a que correspondem áreas de cultivo diferentes. Os casais destinam-se ao "homem português", trabalhador rural, católico e chefe de família, que encontra na "terra" um meio de fixação e garantia de estabilidade económica. Ao associar o homem português à casa portuguesa (Lino, 1933), os casais apresentam uma linguagem "consecradora/ruralista" (Mestre, 1999, p. 7) reflexo do regime totalitário que procurou fomentar uma reafirmação da identidade portuguesa através da arquitectura. No entanto, os casais ofereciam condições de habitabilidade que reflectiam princípios modernos, nomeadamente conforto e salubridade, qualidades de que os colonos não dispunham nas suas terras de origem. As casas tinham três quartos, cozinha, casa de banho e os anexos inerentes à exploração agrícola, compostos por coberto para a carroça, silo, nitreira, estábulo e/ou pocilga. A configuração espacial e a organização das funções na casa proporcionavam um habitar moderno, nomeadamente, a separação física dos animais da casa, contrastante com a realidade da habitação rural, registada pelo *Inquérito à Arquitectura Popular* (AA, VV., 1988).

O habitar da Colónia não se limitava aos casais expandindo-se para o convívio em equipamentos diversos onde, não só apoiavam espiritualmente e socialmente os colonos e suas famílias, mas simultaneamente promoviam uma ideia de identidade e coesão. Num conjunto de equipamentos projectado pelo arquitecto Eugénio Corrêa (1897-1985) - igreja, escolas e habitações para professores e sacerdote - é perceptível uma linguagem arquitectónica arrojada para a época que evoca ideais do Movimento Moderno, e se distingue principalmente pelo uso da forma paraboloide. Embora a modernidade dos equipamentos revele uma atitude diferente da observada nos casais, no seu todo, os conjuntos edificados dos núcleos sociais revelam uma identidade cultural onde a linguagem ruralista dos casais contribui para a identidade da paisagem cultural.

Entre o Tradicional e o Moderno

O valor patrimonial da Colónia agrícola de Santo Isidro de Pegões reside no testemunho da aplicação de princípios modernos a um programa tradicional rural, implementado no âmbito da Junta de Colonização Interna em pleno Estado Novo em Portugal. A modernidade urbanística e arquitectónica de Faiais, Figueiras e Pegões Velhos emergiu em aglomerados com características identitárias cujo valor patrimonial urge reconhecer de modo a preservar a identidade desta paisagem cultural e a quebrar um ciclo de contínua descaracterização e abandono.

Nota: este poster é parte integrante de uma investigação em curso sob o título: "Lugar de identidade, o caso da Colónia agrícola de Pegões"



Mapa de Portugal

BADAJOZ
COLÓNIA DE PEGÕES

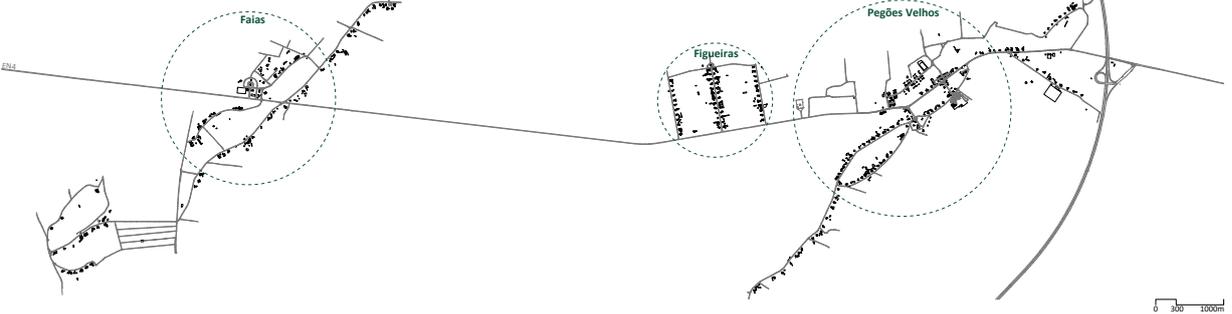


Faiais, Figueiras, Pegões Velhos

— Herdade de Pegões — Colónia agrícola de Santo Isidro de Pegões (Pereira, Coelho, Lopes, & Buarque, 2009)



Imagem de Santo Isidro



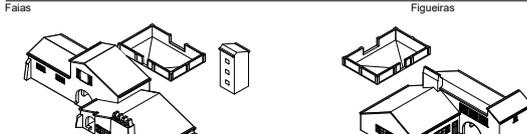
Casais agrícolas

Arquitectos da Junta de Colonização Interna: Henrique Albino (1921-2003) e António José de Oliveira Trigo (?-?)

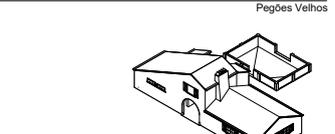
Faiais



Figueiras



Pegões Velhos



Casais agrícolas das Figueiras

Casais agrícolas das Figueiras

Casais agrícolas de Pegões Velhos

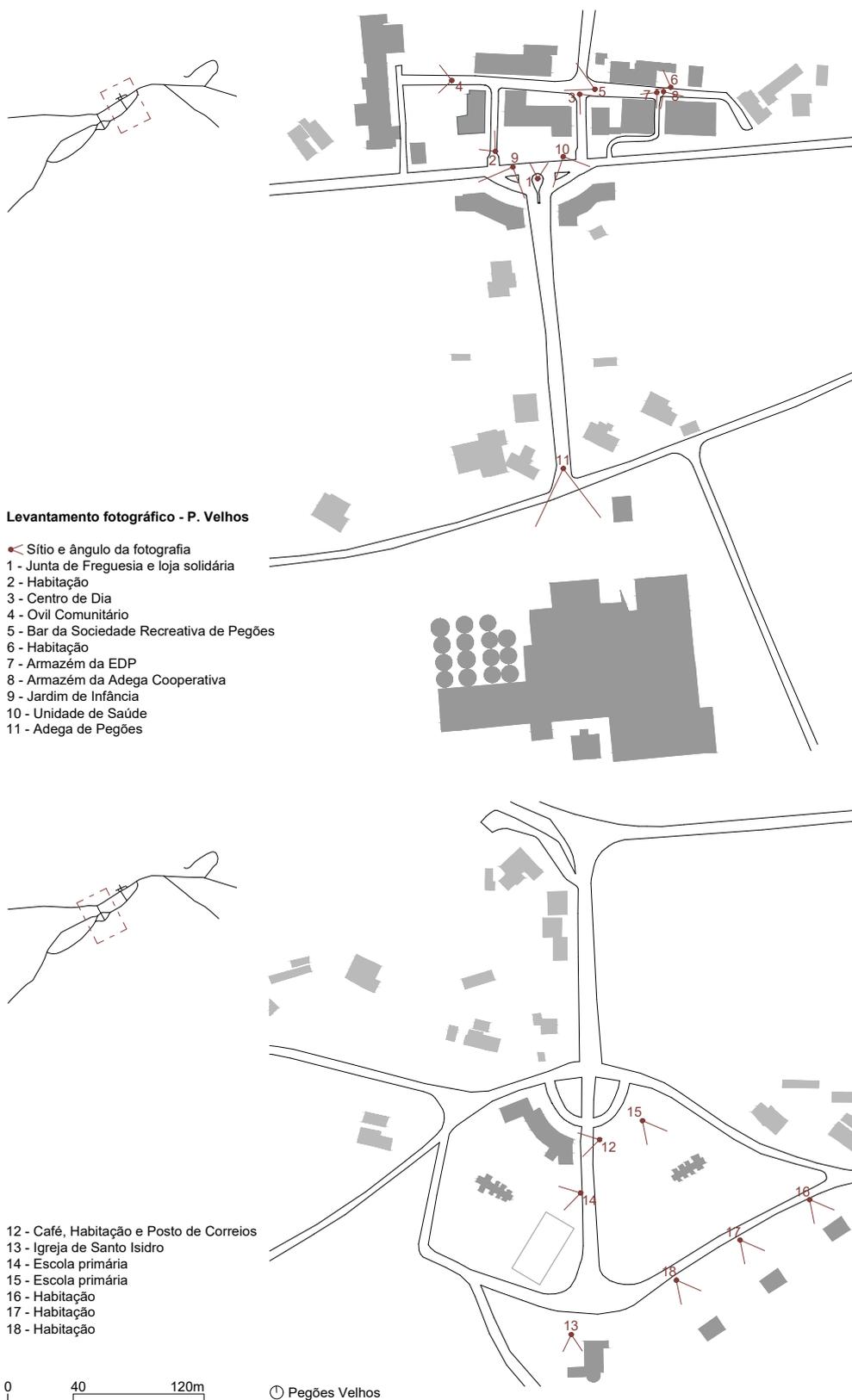
Cozinha/Sala

 Quartos

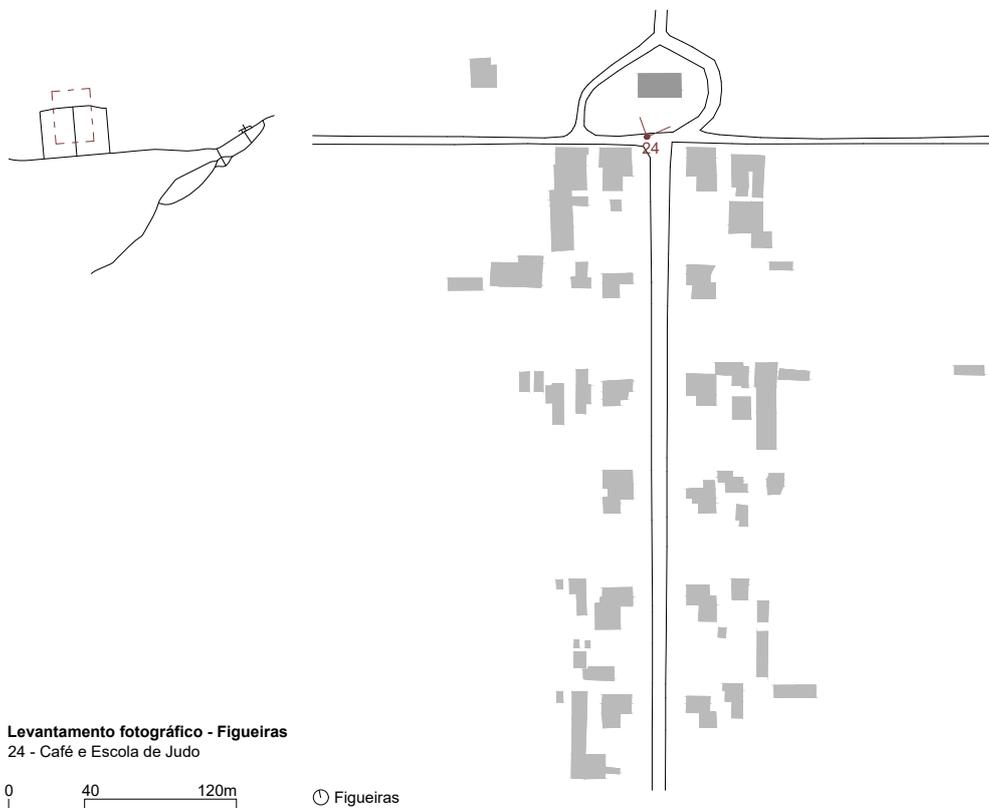
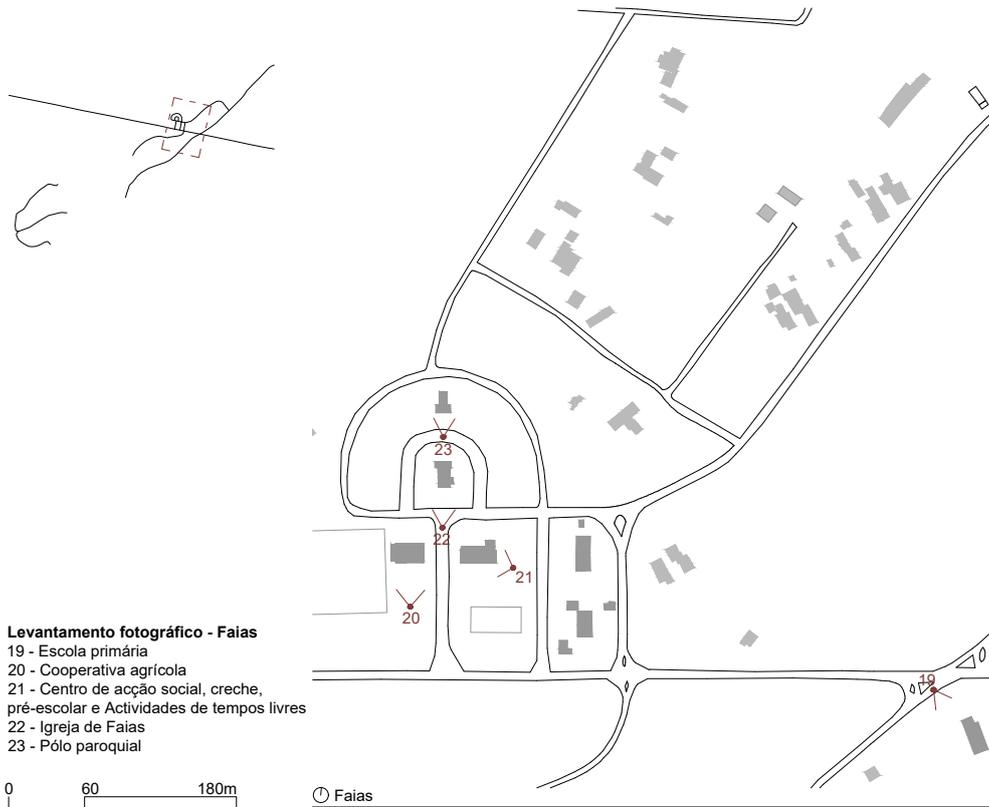
 Casa de banho

 Alpendre


Col. Estúdio Mario Novais | FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos



Anexo 5 | Levantamento fotográfico, 2018 - Faias e Figueiras



Participante	Primeira Memória do Lugar (Tabela 01.1.)
P1	<p>"Fiquei completamente desolada. (ri) Habituada a uma vila, a viver numa vila onde brincava imenso na rua com os meus amigos e eu vivia mesmo no centro da vila e... e depois chegar aqui e estar num isolamento, que era mesmo um isolamento. (...) Depois quando fomos para o casal é que foi... não tínhamos luz eléctrica, não tínhamos água canalizada, enquanto que em Campo Maior já tínhamos, não é? Portanto, eu regredi um bocadinho."</p> <p>"Foi difícil. Os amigos... sabe que os... os meus colegas depois ali no externato gozavam imenso comigo porque eu falava com aquele sotaque alentejano, que é cantado. (ri) E então chamavam-me a "Tontaaaa!" (gargalhadas) Sofri um bocadinho. Mas pronto, fui ganhando gosto, não é? E, fiquei por cá."</p> <p>"Lindo e... Sabe o que tinha nas estradas? Aquelas roseiras bravas, as rosinhas pequeninas... tudo cheito... e aquelas dos piquinhos, das bolinhas vermelhas. E depois os casais muito bem arranjados. Era tudo novo, não é? E todos iguais, todos iguais. Tudo ordenado, não é?"</p> <p>(Havia critérios) – "Sim, porque se for ver bem eles estão todos, as distancias são mais ou menos as mesmas, só quando há algum vale é que está um bocadinho mais afastado, não é? Mas depois é tudo, tudo orientado para o mesmo sítio, né?"</p>
P2	<p>"A única memória que eu tenho é que a minha prima foi levar-me á minha casa, passado um dia ou dois. Depois tenho uma falha que nunca mais me lembro até mais uns anos. Só essa... A primeira imagem é a minha... vim, não sei como é que vim para ali mas certamente, se calhar já foi com a minha prima que era da minha idade só que já conhecia isto. Ali ao pé da igreja..."</p> <p>"E era a zona dos Amarelejos e era a zona de baixo e não sei quê. Depois é que começaram a chamar mais as pessoas pelo nome. Mas no principio era mais pelo número. Mas isto era... o meu pai ainda tinha umas laranjeiras e umas coisas que já estavam plantadas, mas aqui esta malta de baixo, o meu sogro e outros, não tinham nada. Eles é que plantaram isto e aquilo."</p>
P3	<p>"Epa... a memória foi vir aqui para o meio dos pinheiros, isto que está aqui... Laranjeiras já velhas... Antes era tudo pinhal. Havia pinheiros com rama por cima do casal e... pronto isto aqui era, conforme nós íamos podendo é que ia... melhorando."</p>
P4	<p>"Isso as enxadas para os alentejanos era um problema porque nunca tinham trabalhado com enxadas e o que eu me lembro de miúdo era... esse que chamavam Maltezes que andavam a plantar as vinhas, andava tudo descalço. Andava tudo descalço. Os alentejanos estranhavam eles andarem descalços. Porque as pedras lá da Amareleja, não se podia andar descalço que aquilo... lá utilizavam botas e aqui não. Mas depois habituámo-nos, depois habituámo-nos a andar descalços. Os meus pais andavam descalços e eu também, aí a podar as laranjeiras."</p>
P5	<p>"Olha, há uma memória que tenho assim... não tenho nenhuma assim muito específica. Lembro-me vagamente de como eram as coisas com muitos pinheiros à volta das casas, com poucas coisas dentro das casas porque quase toda a gente tinha poucas coisas, poucas condições... todos eles dentro de casa entre aspas porque os engenheiros responsáveis por isto até forneceram muitas coisas, mas era mais para as pessoas desenvolverem a agricultura e para se alimentarem a eles e aos filhos."</p> <p>"Porque esta zona do Ribatejo e Extremadura é tudo mais areia. Como tal era fácil andarmos descalços e então não havia passeios, não havia vidas mais sofisticadas. Era a vida do dia a dia para a alimentação deles e dos filhos e então era o mínimo de roupas e calçados possíveis porque o dinheiro fazia falta para outras coisas também."</p>
P6	<p>"É assim, eu... sou uma mulher ligada ao campo. Porque embora nascesse em Setúbal a minha família era toda aqui de Águas de Moura, Poiceirão, muito ligada à terra. E eu adoro tudo o que é terra, mexer na terra, o jardim, isso tudo... A minha chegada aqui, para mim foi muito fácil já tinha esse contacto com a terra. Eu era conhecida pelas pessoas porque o meu marido era daqui e eu já cá vinha aos fins de semana... por isso só tenho boas recordações. E depois achei, para mim foi uma fase muito bonita, que é o reconstruir a casa. Que era uma casa velha, com muito lixo à volta, com muitas árvores, muitas coisas... e eu tive que ir modificando à minha maneira, mas senti-me muito bem."</p>
P7	<p>"Sei lá..." (dificuldade em expressar a sua primeira memória)</p>
P8	<p>"Ainda estava tudo... eucaliptos, vinhas... estava tudo assim... (...) Sim, ocupado. Agora é que já..."</p>
P9	<p>"Então, a gente veio para aqui para fazer por isto, pois. Que isto era dos Intrens(?) e era para irmos cultivando. E na altura a gente pagava, eu não me lembro se era o sexto ou o quinto."</p>
P10	<p>"(...) é que isto tinha aqui a casa, esta casa."</p> <p>"E o resto era pinheiros como havia aqui em volta, tinha um bocado de lavra de arroz, lavra lá em baixo que eles depois desbravaram e tinha da outra parte do rio que era regadio onde tinham umas árvores."</p>
P11	<p>"Sim, sim foi a casa."</p>
P12	<p>"Foi a casa."</p>

Participante	Descrição do Casa na origem (Tabela 01.2.)
P1	<p>"A casa... A casa estava nova, foi logo no início da colónia, né? Hum... embora eu, em Campo Maior, também tivesse uma casa muito boa e muito maior e tudo do que esta. Huh... Pronto! Esta era isolada, mas depois tinha em contrapartida, tinha os vizinhos de lado que tinham imensos filhos e então brincávamos imenso... à noite, naquelas noites de verão, nós andávamos, porque não havia trânsito, não é?"</p> <p>Mobilada? - "Nós pusemos tudo. Sim, era só as paredes."</p> <p>"Tinha aquele arco para se pôr a carroça. Do lado esquerdo, olhando de frente, do lado esquerdo era hum... o estábulo, não é? Depois do lado direito é que era a casa de habitação. Tinha uma cozinha de entrada que era cozinha/sala com uma chaminé daquelas de chão e tinha três quartos e a casa de banho ficava no arco. Era uma casa de banho com bacia turca, com um chuveiro daqueles improvisados de balde."</p>
P2	<p>"Aquele hall que está fechado era todo aberto por onde se deixava... punha-se a carroça e aqui nesta era vacas e coiso... e égua, se tivesse, e burros e não sei quê. (...) Então, entravam por aqui. Entravam e saíam. Aquela coisa à antiga portuguesa rabiscado do Norte. Epah, mas não dava para os nazires, de nós, que não estávamos habituados."</p> <p>"Foi estreadinha, pelo meu pai, foi estreadinha. Tinha uma casa de banho que só tinha um... só tinha um coiso para a gente..."</p>
P3	<p>"Pois, a casa era... aquela parte para além era a casa de habitação. Ali onde está aquela porta era um arco e para aqui era cocheiras, chamava-lhe agente, para meter uma vaca ou duas ou uma égua que era para trabalhar. Nesse tempo não tínhamos tractores. Era uma égua para fazer o trabalho e uma vaquita ou duas para dar um leitezito ou criar uns bezerros conforme se podia né... (...) A casa, quer dizer... à vista de hoje era muito fria. E tinha uma chaminé onde se fazia lume, era muito fumsa pah... era um problema com o fogo."</p>
P4	<p>"Quer dizer, agora estão recuperadas, mas era tudo forros em madeira, era..."</p> <p>"Para a altura, pois, eram boas. Para quem largou o Alentejo sem nada, sem ter..."</p> <p>"Eu tenho uma vaga ideia, tinha 4 aninhos, 5 aninhos. Porque havia um senhor na minha terra que dizia "Vai, vai-te embora daqui da Amareleja. Olha, tu até tens uma retrete, lá até tens retrete."(ri) E então fui logo ver onde era a retrete."</p>
P5	<p>"Na altura eram boas. Para a altura eram boas. (...) Já tinham uma casa de banho era só, não se chamava sanita, era uma retretezinha. (...) Mas tínhamos uma casinha de banho, pronto. Não andávamos na rua... era assim. Havia quartos para todos. Havia uma sala grande que servia de cozinha e casa de jantar, pronto era única, com uma lareira grande daquelas de antigamente de quando se faziam as matanças dos porcos, faziam-se chouriços para secar a carne com lume e pronto, dava para nos aquecermos. Tínhamos quartos, um para cada um. (...) E depois um estábulo para os animais. Era pena é que a entrada em arco, aberta, nós depois fizemos obras e fechámos, mas a porta era em frente da cozinha, a do estábulo dos animais era em frente da cozinha."</p>
P6	<p>A casa estava em más condições - "Estava, porque é assim... as casas tuins porque, eu penso, a qualidade da construção também não devia ser muito boa porque eram aqueles blocos de cimento. (...) E então, o que eu aqui encontrei foi muito lixo (...)"</p>
P7	<p>"Estava tudo abandonado, desprezado, velho. Isto já foi arranjado. Isto não era assim. O arco era aberto, aqui era a cocheira onde se punha o macho. Além punha-se no sótão, a palha para o besto. E tinha ou macho, ou mulas ou coiso. Não havia cá tractores, não havia nada. Era com uma besta e era à mão."</p>
P8	<p>Era confortável - "Nessa altura era. Agora já não era porque já chovia muito lá dentro até eu a arranjai. Foi arranjada."</p> <p>"Era diferente era. Não tinha placa. Era com... barrotos de madeira."</p>
P9	<p>A casa era confortável? - "Mais ou menos."</p> <p>A casa era confortável; mobilada - "Nada, nada. Era só paredes, mais nada. (...) Sem nada. Sem água, sem nada."</p> <p>"A casa de banho até eu quando a mandei, aquilo era para alargar mas não alarguei, naquela altura aquilo era um buraco. Era um quadrado, pronto."</p> <p>Número/Nome do casal - "Todos tinham nome. E têm confrontações com os terrenos isto aqui. (...) O meu não. O meu é o casal 205. (...) Já não me lembro... Tenho impressão que era o casal da Estrela. (ri) Tenho impressão, não é concreto."</p>
P10	<p>"Punha a carroça dentro e tal e tinha o silo onde punham algumas coisas. A habitação era aqui... por isso é que eu digo que isto é americano. Entrava-se por aqui e era tudo aberto para fora. Tinha uma chaminé que ainda ali está. (...) E o resto era pinheiros como havia aqui em volta, tinha um bocado de lavra de arroz, lavra lá em baixo que eles depois desbravaram e tinha da outra parte do rio que era regadio onde tinham umas árvores. Você plantou as primeiras árvores?"</p> <p>Condições da casa - "Sem luz. (...) Tinha uma turca."</p> <p>Número/Nome do casal - "Todos tinham nome. (...) foram batizados a nível de projecto."</p>
P11	<p>"Sim é bastante claro. Há uma questão que do meu ponto de vista que tem algum interesse que é a maneira como está estruturado. Está estruturado de forma a ter este corpo central onde nós estamos como uma espécie de eixo, de eixo não, de elemento que faz a aglutinação das várias funções e que depois é engraçado ver nos outros modelos de casas, há deslocações desta parte do corpo da habitação ou da parte do corpo dos animais mas a lógica de organização mantém-se sempre a mesma. Ou seja, é quase como um esquema modular que funciona como um sistema, não é? Um esquema modular que é repetido, mas que pode ser repetido com as suas variantes e que para a altura da realização me parece bastante moderno. (...) Repetiu-se um modelo ou variante de um modelo, depois eles são colocados de forma... seguindo a orientação solar, que é um princípio muito moderno, não é?"</p>
P12	<p>"O casal parecia uma lixeira, resumidamente. Saíram daqui cinco carrinhas de caixa aberta cheias de lixo."</p>

Caracterização da Colónia (Tabela 01.3.)	
Participante	Citações
	Presente
P1	<p>"Hum... era muito... portanto, como é que hei de explicar?... hum... não sei se só três palavras são suficientes... era tudo muito ordenado... muito tratado, muito lindo, as estradas, as casas e muito bonito!"</p> <p>"Lindo e... Sabe o que tinha nas estradas? Aquelas roseiras bravas, as rosinhas pequeninas... tudo cheio... e aquelas dos piquinhos, das bolinhas vermelhas. E depois os casais muito bem arranjados. Era tudo novo, não é? E todos iguais, todos iguais. Tudo ordenado, não é?"</p> <p>Presente. "Mais o oposto. (ri)"</p>
P2	"Eu vou, eu vou... Silvas... Velhos... e mortos. Silvas... traduz isso."
P3	<p>"Então... isto agora é muito diferente, é muito diferente mas tem o mesmo nome. Agora é união de freguesias..."</p> <p>"Está abandonado, está, porque a vida se tem preparado assim. As pessoas... a gente vivia da agriculturazita. Vendia-se de tudo... era laranjas, era batatas, era... tudo se vendia, vinhas, os compradores à porta... tudo se vendia. E hoje chega-se a fazer uma seara e não se consegue vender. As laranjas estão desprezadas agora, muitos arrancaram. Eu ainda não mandei arrancar mas não vendo, não faço nada. E porquê? Estão desprezadas porquê? Por não se conseguirem vender."</p>
P4	"Eu penso que foi uma coisa progressiva, que foi progredindo de tal maneira que muitos dos filhos dos colonos não se apercebem do valor que têm porque desprezam. Sentimental, principalmente. Desprezaram a casa e há várias casas abandonadas que pelo menos isso não deveriam ter feito. Pali, queriam vender os terrenos, vendiam, mas a casa, os filhos nem que fossem 5, 6 filhos, a casa não a deveriam ter desprezado. Portanto, tem uma falta de valor cultural, sei lá..."
P5	"Mas isto já não é nada do que era, pronto. Para resumir, é assim. O que isto foi há 64 anos, hoje é o quê? E só ainda o modelo das casas."
P6	"Abandono por parte dos serviços... Paz, porque tem muita luz, tem algumas árvores embora não as mantenha e aqui eu penso que os serviços deveriam ter outra intervenção, por isso se calhar... paz, apoio e sociedade."
P7	"Pois, era a colónia agrícola de Pegões. Agora já não é agrícola é desprezada. Os velhos morreram e os novos bateram a asa."
P8	"Linda, diferente de agora... havia muitos habitantes, agora já não. Vieram do Alentejo em carroças para cá. Isto estava tudo mato, quando eles chegaram, os colonos. Eles é que trabalharam para ter um bocadinho de vinha, um bocadinho de eucaliptos, pinheiros e agora olha, já faleceram. Ficaram os filhos."
P9	<p>"Nem sei o que hei de dizer. O que é, não era nada. Para mim, se calhar não é para todos, para a maioria deles, é uma vida diferente né."</p> <p>"Melhor, pois. Mal de nós."</p>
P10	
P11	"É complicado porque... ou seja, a relação que uma pessoa estabelece com o espaço em concreto, com esta zona tem muito a ver muito com o que está dentro dos limites da propriedade. Não sei. (...) Não é uma relação muito directa com tudo, ou seja, a relação que nós temos com o espaço é mais uma relação afectiva ou com isto do que propriamente com a região em si. Ou seja, tem muito a ver com... o casal, com as coisas que se podem fazer nele, com as potencialidades que trazem."
P12	"Rural?..."
	Rural

Participante	Motivo da escolha do lugar de morada (Tabela 01.4.)
P1	<p>"Como colona, pois. Os meus pais vieram como colonos e nós viemos porque o meu tio era pároco aqui, o irmão da minha mãe e ele é que nos... é que nos... pronto, convidou e encaminhou para virmos. Os meus pais queriam emigrar para França na altura, lembro-me, isto em cinquenta e tal muitos portugueses emigraram também para França. Para França ou para Angola também alguns. E então vivia com os meus pais em Campo Maior. O meu pai era tratadista numa casa agrícola, trabalhava imenso, e a minha mãe fazia bolos em casa. E a minha mãe teve sempre o sonho de conseguir dar uma educação aos filhos, sou eu e o meu irmão mais novo. E sabia que naquele tempo era difícil. E por isso é que resolveram vir para aqui... para a Colónia... incentivados pelo tio padre (risos)"</p> <p>"Porque é que fiquei? Portanto, depois tirei um curso no Batistério, não é? E sabe que aqui os professores eram colocados por nomeação ministerial. Estas escolas eram do ministério da agricultura, não eram do ministério da educação. Foi o ministério da agricultura é que as mandou construir, não é? E então, hui... e tinham o poder de poder colocar as pessoas, os professores. Eu como filha de colona, quando acabei o curso, uma das colegas foise embora, que era mulher do... geralmente quem ficava aqui de professoras eram as mulheres dos regentes agrícolas, que também vinham trabalhar para a colónia. Eram os técnicos superiores, não é?, da agricultura, e sabe que havia muitos regentes agrícolas que eram casados com professores por causa das escolas primárias de Évora, com regentes agrícolas de Évora e não sei quê e então, quando vinham era... geralmente eram as mulheres do regentes agrícolas. Uma das colegas foise embora, eu fiz uma cartinha ao ministério da agricultura da altura e fui colocada. Eu nunca concorri para ser professora, para ficar colocada."</p> <p>Casa paraboloidé - "Esta casa... as casas eram atribuídas sim, não vim logo, vim passado um tempo. Ainda estive aqui como solteira um tempo, a viver em casa dos meus pais, não é? Depois resolvi casar e pedi a casa. Estas casas não estavam a ser ocupadas pelas professoras na altura. Já foi depois do 25 de Abril, não é? E então... as professoras, entretanto foram-se embora, não é? Porque como lhe disse eram mulheres dos regentes, tinham casas maiores lá em baixo. Começaram a deixar estas. E vieram outros funcionários da Junta... da ex-Junta que se chamava ali o Parque, o Parque Material Agrícola, é que vinham ocupar. Estas casas foram sendo todas muito... como é que hei de... as pessoas quererem muito vir morar para estas casas."</p>
P2	<p>Pais - "Andavam lá à jorna... à jorna e só tinham trabalho aos pechinchos. Uma semana para aqui, outra semana para ali, depois chovia 3 ou 4 meses, não faziam nada. Roubavam umas bolotazitas, e isto é verdade, roubavam umas bolotazitas e uma lenhazinha daquela dos chaparros que caia e sempre "olha o burro, olha o cigano" aos guardas lá... do... ephah o meu Parkinson dá-me cabo de mim... do... aquele que matava..."</p> <p>"O Teles, o Rui Teles. É que era o dono ali daquilo. E então, as pessoas, iam os tais guardas a cavalo e então. E a protecção da GNR também, que era muito importante na altura. Às vezes as pessoas iam apanhar um saquito de bolotas para dar ao Reco. Às vezes tinham que deixar aquilo. Outras vezes vá... lá se desmascavam. E como não tinham vieram para aqui. Mas foi duro, foi duro, os primeiros anos foi muito duro. Depois eles começaram, os colonos começaram a ganhar dinheiro, quer dizer, a não perder tanto. Eles tinham entre 10 a 15, isto mais ou menos, cada um tinha 20 hectares. 2 de pinhal e 12 de sequeiro e vinha e mais não sei quê e então iam para os sequeiros sementar milho, sementar centeio, trigo e não dava, não dava. Aquilo era perder dinheiro. Quando eles deixaram, abriram os olhos, começaram a pôr eucaliptos e foi o que os safou. Pelo menos, deixaram de perder e passaram 7 ou 8 anos começaram a receber uns gravetozitos. Foi aí que se levantaram. Mas o meu pai era um homem de trabalho, o meu pai era um campeão, o meu pai era um campeão..."</p>
P3	<p>"O que é que me levou a vir para cá?... Foi trabalhar por minha conta, que era o meu gosto. Eu enquanto solteiro trabalhei por conta dos meus pais... por conta deles, pronto era por minha conta praticamente, mas depois casei, tinha que arranjar outra vida. E então como estava habituado a trabalhar por conta própria foi isso que me levou a vir para aqui."</p>
P4	<p>"Pois o meu pai vivia, ele era pastor, vivia numa barraca vá."</p> <p>"Foi uma promessa de..."</p>
P5	<p>"No caso do meu pai foi na Amareleja. Foi um senhor da terra deles que morava aqui para Lisboa, era uma pessoa já com instrução. Eu agora não me recordo quem era a pessoa nem... e soube que eles estavam a recrutar pessoal para aqui e então porque acho reconhecimento lá... se havia possibilidade de alguns da terra dele irem, da Amareleja e mobilizou na altura era 14 ou 15 que viemos para aqui."</p> <p>"Eu vivia lá em cima na casa dos meus pais, ficou para a minha irmã. E o meu marido veio viver para a casa da mãe porque a mãe também fez obras e fez casas... daquela porta para lá é da filha, da irmã. E daquela porta para cá é minha."</p>
P6	<p>"E o meu pai era sapateiro. Vivía numa casinha pequena, lembro-me muito bem disso e, estas eram maiores. Já tinham uma casa de banho era só, não se chamava sanita, era uma retretezinha."</p> <p>"Sim, vim como residente. Nós vivíamos em Águas de Moura, uma aldeia. Eu sempre trabalhei longe de casa, em Alcácer do Sal e depois em Setúbal. Como na altura eu tinha dois filhos, a casa que tinha tornava-se pequena, pensei em comprar em Setúbal. Agora, o meu marido como tinha raízes aqui, nunca gostou de viver na cidade e então, uma vez, por graça. Que eu vinha no verão aos finais da tarde, às vezes ter com o meu marido aqui, e passámos e vimos ali na árvore a dizer vendese. E eu na brincadeira disse "Olha é uma casa que podíamos comprar em vez de ir para Setúbal", para ficar perto do emprego e... por coincidência, quando fomos para o café, porque iam para comer um gelado, quando ia para o café, ao chegar lá estava uma das filhas dos srs. que residiam aqui. Pronto, nós falámos com ela... Ela disse que não dominava isso, que isso era com os pais mas... não nesse dia, no dia seguinte telefonaram-nos logo, a dizer para virmos cá para talaromos. Pronto, depois começamos a falar com o casal, que era um casal de idade que tinha duas filhas mas que a relação não era muito boa e eles queriam vender e pronto, depois adquiri. (ri)"</p> <p>"Sim, a ruralidade... no fundo, eu acho que a vida é feita de coincidências. Foi ter passado aqui e dizer "vendese" e o meu marido ser daqui. Porque se calhar poderia ter ido para Palmela... mas pronto, havia a proximidade de o meu marido estar aqui e na altura até estava com um projecto ali nos terrenos do meu sogro e eu vinha aqui ter com ele e pronto."</p>
P7	<p>"O que me levou foi eu, tinha aqui 2, 3 primos, lá de Coruche, mas já morreram todos. Era o Joaquim Santos e o outro, Manuel Santos Serrão Júnior e era o outro, Custódio Rodrigues. Eram lá de Coruche. E eu vim cá uma vez, vim do Seixal. Andava a trabalhar no Seixal na Siderurgia e vim mais um cunhado deles, o Joaquim... e viemos aqui ver isto. E depois vim. Tinha laranjeiras, mas agora é como está ali aquele, agora cheio de silvas. E o meu foi arrancado. Tinha pessegueiros e depois arranquet os pessegueiros. Quando podia semeava batata, semeava milho, semeava essas coisas assim."</p>
P8	<p>O que a levou a vir para a colónia - "O meu marido."</p> <p>"Os meus sogros é que eram colonos."</p>

P9	<p>"Foi porque eu andava a trabalhar em lenhas, pois, eu sou ali de Vendas Novas trabalhava com as lenhas, o meu trabalho era lenhas. De empreitada. Sepos, pinheiros, azinheiras... E depois vim fazer até fazer uma lenha que era nas vinhas que é lá em baixo na zona dos Amarelejos, da Igreja para lá. Andava lá a fazer, a fazer não, a desfazer uma lenha, pinhos e sobretos de um que era o Rebelo que tinha um irmão ao pé do monte, já morreu. Então eu pensei "épa eu tenho que, isto não é vida nenhuma porque, eu saía-me." Com as lenhas eu ganhava dinheiro na altura. A malta aí à jorna ganhava na altura, 18 escudos, 20 e não eram todos. E a gente na lenha sempre tirava de empreitada, e uma madrugada e um serão e mais não sei quantos, a gente tirava sempre uns 40, 50 pauzitos naquela altura. Era bom. (ri) Ao fim de semana vinham aí uns 200, 200 e tal. É o caso de me aguentar aqui, senão...(ri) não estava cá. Depois não deixava qualquer coisa aos filhos como deixo e a minha vida não era nada..."</p>
P10	<p>Veio com 3 anos, junto com os pais. (não vive no casal agrícola)</p>
P11	<p>_____</p>
P12	<p>"Eu vinha à procura de um terreno e, entretanto, propusemos comprar o terreno e na altura em que vim visitar e ver o terreno a pessoa da agência falou-nos misto. (...) Foi... à primeira vista. Depois percebi que havia os outros mas quando aqui chequei nem sabia o que isto era."</p>

Participante	Noção sobre a História de Pegões: acontecimentos mais marcantes (Tabela 01.5.)
P1	<p>"Tenho algumas coisas marcantes, não é? Mas... Por exemplo, foi marcante quando veio o... sei que... olhe, todos os presidentes da república, praticamente, passaram por aqui, o Dr. Mário Soares, reuniu-se aqui no pinhal, o Dr. Feitas do Amaral também veio, vieram muitos, mas foi... quando foi o Sr. Cavaco, sabe que os alvarás definitivos das terras... Já sabe a história, não é, daqui? Portanto havia uns alvarás provisórios e depois mais tarde em oitenta e tal é que foram atribuídos os alvarás definitivos. E quem veio atribuir esses alvarás foi o professor Cavaco Silva. Foi no governo do professor Cavaco Silva é que se conseguiu que se passasse a alvarás definitivos. E então fez-se uma festa. Já era professora, era eu até a professora Felícia que também é lá de Vendas Novas se calhar também conhece, não? Felícia Gusmão."</p> <p>"Pronto, o Ricardo andou aqui na escola primária e então foi na escola do lá que foi feita a festa, um almoço, convívio e não sei quê, assim uma grande festa, isso foi uma das coisas e depois foi aqui na frente da Igreja é que se fez um tipo de um palanque e o professor Cavaco Silva trazia os alvarás e já o nome das pessoas, as pessoas vinham receber o alvará. Pronto, foi assim uma festa interessante. Foi um momento marcante e então para a vida dos colonos acho que foi muito, muito marcante porque a partir daí puderam fazer aquilo que quisessem das terras porque até aí não era assim. Até aí, o que dizia nos alvarás é que, enquanto os colonos pudessem trabalhar, as terras e as coisas eram deles. Quando não pudessem, ou ficava o filho mais velho, não é? Se não quisesse também, então entregava-se a outras pessoas."</p>
P2	<p>"Eh, como é que eu hei de dizer?... como é que eu hei de dizer?... Um dos marcantes, para alguns foi o cemitério. É verdade! Mas uma coisa que veio a favorecer também foi a adega. A adega e aqui a cooperativa de consumo, mas depois começaram a esgravatar."</p>
P3	<p>"De maior importância foi formarem esta... este núcleo para meter aqui pessoas que precisavam de trabalhar e não tinham onde. Mas muitos deles também não se aguentaram. Havia muita dificuldade... não se aguentaram... saíram e deram a vez a outro. (ri) Hoje já têm abalado mas é... têm morrido quase todos, os de origem que vieram habitar os primeiros casais. Já há meia dúzia deles só... Daqui até além eramos 16, agora sou só eu. O que há mais é filhos ou compraram. Houve quem vendesse. Depois, para cima do lado direito também só há o Gato. Esse já está com 97 anos. Nem sei se ele ainda está em casa se já está nalgum lar."</p>
P4	<p>"Isto é do tempo de Salazar, o Salazar é que teve essa ideia. Nós temos de agradecer isto ao Salazar. Ele foi ruim e foi tudo mas os filhos dos colonos têm que agradecer, estejam eles bem na vida, estejam mal, sejam de esquerda ou sejam de direita deviam pensar, epah, pelo menos respeitar a ideia que o homem aqui teve."</p> <p>"Eu penso que foi uma coisa progressiva, que foi progredindo de tal maneira que muitos dos filhos dos colonos não se apercebem do valor que têm porque desprezam. Sentimental, principalmente. Desprezaram a casa e há várias casas abandonadas que pelo menos isso não deviam ter feito. Pah, queriam vender os terrenos, vendiam, mas a casa, os filhos nem que fossem 5, 6 filhos, a casa não a deviam ter desprezado. Portanto, tem uma falta de valor cultural, sei lá..." (repetido na descrição da colónia)</p> <p>"Mas como não combinaram bem a coisa com os irmãos, abandonaram a casa. Cada um procurou morar noutro sítio."</p> <p>"Por isso é que eu digo que a casa pelo menos não deviam ter abandonado, pronto. É pena."</p>
P5	<p>"Escute, a evolução de Pegões partiu... (ri) é como se fosse o Velho Testamento e o Novo Testamento. O Velho Testamento foi até que veio o Cavaco Silva e que autorizou que se pudessem vender as coisas. Até aí não se podia vender. E daí para havia pessoas que estavam famintas para venderem e começaram a vender. Hoje, alguns já não têm terras nenhuma, nenhumas, e os filhos não estão assim bem na vida quanto isso. "Os nossos pais não tinham muita cultura para isso, os meus nem sabiam ler, mas quer dizer, não eram pessoas com muita evolução mas também não havia nada do que há hoje nem nada parecido. Não havia rádios nem nada disso e o conhecimento das coisas também não eram nenhuns. Não havia telefones, era uma carinha, uma coisinha assim só... mas e essas pequeninas coisas, lembro-me da minha falar da terra dela. Na questão da evolução... evoluiu. Depois do tempo do Cavaco Silva, quando entregou isto era o quê? Primeiro Ministro. Andava muita gente que queria vender, achava que devia vender e então..."</p>
P6	<p>"Na altura existiam porque toda a gente fala, já no ciclo directo, enquanto que noutros não havia. Os filhos dos colonos tinham escola até mais tarde. Sei que eram os próprios colonos que pagavam a um autocarro que levava os filhos a estudar para o Mortitjo, coisas que noutros aldeias próximas, não acontecia. O que se tentou foi... para que nas famílias se desenvolvessem, principalmente os filhos. Outra coisa que eu sei que existia era a ocupação, agora dizemos ocupação dos tempos livres, mas antes era... as meninas iam para os bordados ou... e depois havia outro tipo de apoio que era os próprios filhos dos colonos foram se empregando nos serviços do Estado. Havia uma grande organização a nível por exemplo da adega cooperativa que ficava com as uvas que eram produzidas. Havia uma sociedade dos animais que era um pastor comum e punham lá as ovelhas. As próprias casas foram construídas a pensar nas pessoas que chegavam... tinham logo a parte dos animais."</p>
P7	<p>10/8/76 - "Foi quando a arranjei. Foi quando isto foi preparado, aqui o arco. Isto dantes era onde a gente punha a carroça. Além entrava o tirolol(?) que era onde fazia-se o coiso pa... quem tinha vacas punha para lá. Havia ali uma casa de banho ali ao fundo. Ainda lá há. Além, mas agora já tem sanita, já tem essas coisas todas. Naquela altura tinha lá um balde com água na parede. A gente para tomar banho..."</p>
P8	<p>Fala um pouco sobre a ajuda prestada pelos engenheiros - " Os engenheiros que faziam pela colónia prestavam. Alguns, nem todos."</p>
P9	<p>"E houve aí mais de meia dúzia deles vieram assentar praça aqui e passado um ano iam-se embora porque... epah não tinham meios, não tinham possibilidades de se manter."</p>
P10	<p>"A seguir à guerra foi tudo muito difícil. Sabe aquela história, o Diogo quando veio para cá tinha 3 ou 4 anos, devia ter uns 3. Ele deve ter vindo em 52, é dos primeiros... puseram-nos aqui, fizeram o contrato, pagam x por ano... lá onde é o bar agora da sociedade, aquela sede também tem uma história muito grande. (ri) Assaltamos aquilo, ocupámos aquilo e fizemos um bar. Aquilo era onde eles guardavam os cereais que os colonos mandavam para eles. Era ali."</p>
P11	<p>"Isto era a basicamente a tentativa de fazerem a implantação de um modo de vida próprio da altura com um carácter ideológico do que deveria ser família e a organização social e como organizam o território é feito nessa base tendo em conta também uma série de modelos que existem não só cá mas fora do país."</p>
P12	<p>"Da forma como os terrenos foram dados... e depois mais tarde foram atribuídas as casas à pessoas...(ri) E também não sei se era a professora, não sei." (casas parabolíticas)</p>

Participante	Lugar que mais gosta (Tabela 01.6.)
P1	"Já lhe disse, é este. (ri)" Casas parabolóides - "São muito originais e depois estarem isoladas... Eu, para mim é o sítio mais bonito da colónia, é este bocadinho. (...)Não, a Igreja, o pinhal, a escola... Para mim é o sítio mais bonito. E tenho-me conservado aqui por causa disso, não é?... Depois fiquei por aqui."
P2	"É este. Estou aqui. (ri) Isto é, isto é... era da minha sogra. Por acaso é o sítio que eu gosto mais. É este mesmo. Não escolhia mais nenhum sítio, não. Estou ao pé dos correios, estou ao pé da igreja."
P3	"O lugar que eu mais gostava era além mais perto dos correios, ali mais no centro... (...)Ali agradava-me mais viver ali, mas na altura, já estava tudo habitado e antes quis ficar aqui...pois."
P4	"Eu gosto de viver aqui é mais se não tivesse esse vizinho que me pôs essas árvores aí em frente." "Se morasse lá ao pé da Junta de Freguesia, aí eh...(....) Ia a pé para a igreja, ia a pé... e aqui é sempre tudo de carro. Deixei de saber andar de bicicleta. (ri)"
P5	"É aqui onde vivemos. Eu gosto." "Eu gosto porque apanhamos a rua para o Poceirão, a nossa frente verdadeira é aquela, mas como acontece em todas as casas as pessoas lidam mais na traseira, então temos dois portões. Servimo-nos mais da entrada deste lado. Portanto temos duas ruas."
P6	"Gosto da zona da igreja com o seu pinhal. É uma pena que não seja preservado. Gosto do fontanário, mas tem muito ruído por causa dos carros. E há uma zona que para mim está muito abandonada que é aquela zona lá de cima onde antes havia uma praça de touros. Sei que hoje em dia a praça de touros é um bocadinho contestada, mas acho que devia ser recuperada para outro tipo de eventos."
P7	"Que mais me agrada? (ri)O lugar que mais me agrada é ali o sofá."
P8	"Este. (...) Sim, é diferente. Não mas é diferente dos outros lá de baixo, da outra rua lá de baixo. Não sei porquê..."
P9	"É este, é o mais alto. (ri)"
P10	_____
P11	"Sim, a igreja e... não sei o que são os dois edifícios ao lado... escola e mais qualquer coisa."
P12	_____

Participante	Critérios - seleção dos colonos; contrato (Tabela 02.1.)
P1	<p>"Huh... Os meus pais, se calhar... Os meus pais não foram mesmo dos primeiros. Nós já viemos ocupar um casal que tinha sido de um outro senhor que tinha cortado, acho, os dois pinheiros e foi posto na rua. Sabe que as regras eram muito rígidas, não é? E então... e foi posto... e os meus pais vieram ocupar esse casal."</p> <p>"Os meus pais já tinham esses critérios, não é? Tinham de ser casados pela Igreja... Huh, quem tivesse mais filhos tinha mais hipótese de ficar, também. Humm... e tinham que ser católicos."</p> <p>"Era uma condição... não podiam ser alcoólicos, tata tata ... aquelas coisas assim."</p> <p>Contrato - "Ah sim, tinham que assinar, pois."</p> <p>"Sabe que nós também, havia sempre no natal... a Junta de Colonização Interna dava sempre um brinquedo às crianças, os mais novos. Era lá nesse centro social que se ia buscar. E havia a distinção entre os brinquedos dos filhos dos colonos e os brinquedos dos filhos dos técnicos. Eu lembro-me de uma vez ir, já com o meu irmão... eu não devo ter recebido presentes porque eu já vim com 11 anos, não? Mas o meu irmão com 4 anos, lembro-me de um ano ir com o meu irmão receber o presente e o meu irmão queria um carrinho que estava no outro monte. E lembro-me, as palavras estão cá, está a ver?, de terem dito: "Não que esse é para o filho do Sr. Flávio", que era o técnico."</p>
P2	<p>Contrato - "Era, um contrato. Eu acho que era 5 anos. Não me recordo."</p> <p>"Quem não trabalhasse, iam de vela. Mas criou ali tantos malandros... (ri) não foram embora, verdade. O meu pai, não vou dizer o número 1, mas se não fosse o número 1 aí para trabalhar. E depois viu-se, mas pronto. E houve tipos que não cavavam. As videiras era mais grama que não sei quê, nem tratavam bem das coisas. E depois a coisa começou a dar, com os tais eucaliptos né. E o meu pai, nesse dos colonos, foi o campeão, 2 ou 3 anos com mais uma."</p>
P3	<p>Contrato - "Sim... Assinei um contrato, um contrato provisório."</p> <p>"Não era por conta de anos, era provisório. Dava-se o jeito de me mandarem embora hoje ou amanhã ou para o ano. Quando foi ao fim de uns anos, já não me recordo quando... passou-se à aforação definitiva. Começou-se a pagar o casal..." "Ao Estado, pois."</p> <p>"Era igual todos os anos, aquele pagamento era para pagar em 30 anos... mas, quer dizer, eu e muitos, a maior parte deles, e depois a vida foi-se modificando, pagámos tudo antes. Embora, nos primeiros anos, era muito difícil, para pagar era difícil de arranjar o dinheiro. Mas a vida foi-se modificando, o dinheirozito arranjava-se e começou-se a fazer mais coisas, a viver do que se podia."</p>
P4	<p>"Depois uns foram desistindo, outros foram expulsos, houve um ou dois que foi expulso."</p> <p>"E outros por exemplo foram expulsos. Eu conhecia um aqui que andava a cortar pinheiros que não eram dele, que eram pinheiros do Estado e foi apanhado e foi expulso."</p> <p>"Era rigoroso. Eles tinham de trabalhar horas externas ou alguns depois de trabalhar nas terras deles ainda iam à joma, ainda iam plantar vinhas, ainda iam podar vinhas, ainda iam fazer outros tipos de trabalho que havia na altura e as mulheres também, andavam sempre no campo e tinham que ter as casas limpinhas por dentro e por fora."</p> <p>"Houve muitos que não aguentaram a pressão."</p> <p>Empréstimo - "Para o Estado, pois. Por exemplo fazendo-se uma seara de feijão, e depois quando estava na idade de debulhar o feijão vinha o técnico e coiso..."; "Não me lembro como era pago, mas acho que era em géneros..."</p>
P5	<p>"Ah, porque depois os engenheiros exigiam. Faziam exigências também. Tinham que ser casados, tinham que tratar bem os animais que lhes eram entregues..."</p> <p>"Era. Eu recordo-me que faleceu aqui o Joaquim Mendes. Acho que foi o primeiro dos colonos que cá vieram, faleceu. Ele tinha uma seara de batatas, recordo-me perfeitamente e andava a carregar as batatas do terreno para casa e naquele momento estava a carregar, portanto da carroça, carroça com águas ou outros animais assim, a levar para dentro de uma arrecadação e o homem começou, não me recordo bem, bem, ao certo qual foi o problema dele mas sei que caiu ali morto no chão instantaneamente. E recordo-me de ouvir a mulher dele, naquele tempo havia muito calor humano, recordo-me que crianças, eu era uma miúda nessa altura, crianças, adultos, toda a gente correu lá a casa a prestar uma homenagem e lembro-me que também foi um ou dois engenheiros e uma assistente social. E só me lembro de a mulher dizer assim a uma das pessoas "Ai por favor não me mandem embora de cá, deixem-me ficar cá com os meus filhos..."</p> <p>"Pois e podia por isso expulsá-la, mas não expulsaram. A senhora continuou a viver cá... Portanto, havia muitas regras."</p> <p>Colono deixou morrer uma égua - "Ele não teve culpa. Só por isso expulsaram-nos na altura."</p> <p>"Porque a assistente social vinha dar uma revisãozinha... quase todas as semanas. E vinha o regente agrícola ver os animais porque assim que os animais faziam as necessidades deles tinham que lavar e limpar tudo com pá e coisas assim, bem arranjado. Os animais não podiam andar sujos porque detavam-se em cima da própria porcaria e tinham que tirar aquilo tudo e às vezes chamavam nomes às pessoas e obrigavam a lavar os animais com umas escovas próprias e uns baldes de água, não havia água canalizada, era dos poços tirados a balde e tinham que ter os animais bem limpos e bem tratados e as casas o mais arrumadas possível."</p> <p>"Deixa-me dizer uma coisa. Quando para cá viemos ali era... "isto é indivisível e não vendável. Portanto é sempre do pai e da mãe e quando eles partirem será do filho mais velho." Isto era a lei na altura."</p> <p>"Porque antes as condições que nós tínhamos quando viemos para cá era: do que os nossos pais semeavam e colhiam, tinham que dar um sexto de cada colheita que fizessem. Depois, isso durou uns anos..."</p>
P6	
P7	<p>"Havia pois. Tive de pedir a um primo meu, para pedir a um engenheiro que já não me lembro do nome dele, que era o dono lá da Fajarda, que pediu depois a um engenheiro que mandava aqui. Mandava aqui na colónia e depois é que me arranjaram para eu vir para cá e tinha que ser casado e, tinha os meus rapazes, os meus 2 filhos. Um tinha 3 anos ou 4... Oh Hélder, ainda te lembravas quando vieram para cá, a idade?"</p>

	<p>Contrato – “Assinei para vir para aqui. Já não me lembro de nada disso mas...” “Era para estar cá sempre. E quando morreu era para ficar para o filho mais velho mas depois, já no tempo do Cavaco, é que veio para a gente poder comprar. A gente pagava antes o sexto das coisas que semeavam.” “Ao Estado. Pagávamos o sexto. O sexto do milho que apanhávamos. Apanhávamos 6 sacos de milhos, dávamos um. As batatas também. A vinha também, que a gente metíamos na adega. Que eu fui sócio da adega e ainda sou.”</p>
P8	
P9	<p>Contrato – “Lembro... acho que todos nós tivemos de assinar um contrato. Há de haver para aí papeis.” “Era um quinto ou um sexto, já não me recordo.” “Ah, isso é conversa. Eu por acaso, eu e todos, tínhamos de ser casados senão não púnhamos cá o rabo. Casado e casado por igreja que ainda hoje, pois, não estou repeso.” “Havia uma certa lei... e o pessoal tinha que aderir, pois.”</p>
P10	<p>Contrato – “Fizeram-lhe um contrato com o sistema fundiário de pagar X, se eu for à procura disso se calhar ainda consigo encontrar. Pagava X por ano, 2 contos ou 3 ou 4, já não sei quanto é que era, mas não era pouco. E pagavam um X de percentagem de tudo o que produziam. Um sexto ou um quinto. Era um sexto?” “E o início disto foi assim. Com esse contrato nessa base, pronto e eles depois para se manterem aqui continuaram a trabalhar fora.” “Tinha outra coisa, ele tinha de ser casado por igreja. (ri)” “Tinha de ser casado por igreja e católico. E sem problemas políticos.” “Isso era um programa fundiário e não era Junta de Colonização “Eterna”. Era Junta de Colonização Interna. O contrato era 35 anos a pagar x... 5 contos, 4 contos, não me lembra. Mas depois veio o 25 de abril e modificou-se tudo.” “Até ao 25 de abril pagaram aquilo que eles exigiam. Essa parte do sexto mas depois acabaram com isso uns anos depois. Ou o quinto, não me lembro, sei que era uma merda dessas. Sei que ia lá com ele numa carroça que o meu pai tinha e uma égua e íamos levar aquilo que era o arroz que se produzia, o trigo, o milho. Ia-se lá levar aquela parte. E depois a determinada altura acabaram com essa parte. Mas aquela prestação que se tinha de pagar todos os anos, eles pagavam todos anos. Mas não era pouco, han. Não era pouco. Aquela história de dizerem “eles deram isso aos colonos”, não é bem assim. Não é bem assim. Isto tinha normas muito rijas como em todo o país tinha. Isto era governado a mão de ferro. Isto era rijo. Isto pagaram. Houve uma altura a seguir ao 25 de abril “ah a gente não vai pagar isto”, tiveram de pagar no fim.” “Nem cortar árvores sequer. Aliás, pessoas foram postas na rua por cortarem pinheiros. Foram 3 ou 4 pessoas postas na rua, mais tarde foram busca-las porque cortaram pinheiros e venderam para comer.”</p>

P6	"Outra coisa que eu sei que existia era a ocupação, agora dizemos ocupação dos tempos livres, mas antes era... as meninas iam para os bordados ou... e depois havia outro tipo de apoio que era os próprios filhos dos colonos foram se empregando nos serviços do Estado. Havia uma grande organização a nível por exemplo da adega cooperativa que ficava com as uvas que eram produzidas. Havia uma sociedade dos animais que era um pastor comum e punham lá as ovelhas."
P7	Estado - "Tinham um tractor dantes, ou dois, vinham cá curar a vinha e fazer essas coisas e depois era descontado. No tempo de receber as uvas, descontavam esse trabalho que faziam."
P8	"Os engenheiros que faziam pela colónia prestavam. Alguns, nem todos."
P9	"Ah, nunca deram. Mais tarde começaram a dar uma formação, uma ajuda aos filhos."
P10	"Davam a parte técnica, davam. Era aquela parte técnica muito por cima." "O meu pai aprendeu a ler aqui." "Até o projecto acabar esteve aí o apoio técnico todo. Esteve e vinha algumas vezes pessoal do conselho de urgência por causa do ... e do Pereira Caldas. Tinham a pousada, dormiam na pousada. Assim que acabaram o projecto deixaram de morar. Ficaram cá os técnicos agrícolas. Os regentes agrícolas vieram substituir os engenheiros, os arquitectos, essa gente toda."

Participante	Trabalho na origem da colónia (Tabela 03.1.)
P1	<p>Culturas - "Hum... isso eu não tenho muito a noção. Lembrou-me que sempre trabalhei nas férias, sempre fiz os trabalhos agrícolas. Mas era aqueles mais sazonais portanto, antes de irmos para a escola tínhamos de fazer a vindima... fazíamos a vindima né? Todos os colonos tinham vinha, 4 hectares de vinha. Depois as culturas, o meu pai como veio do Alentejo quis sempre fazer searas de milho, aí, de trigo só que não dava nada, que os terrenos não eram bons né? Mas pronto, era só o que ele sabia fazer e se calhar ia muito, não me lembro como miúda, não acreditaria nos técnicos (ri) e então foi um bocadinho de o convencer. Mais tarde, onde se começou a fazer mais dinheiro, foi na cultura das batatas... milho e batatas."</p> <p>Horas de trabalho - "Desde o sol nascer até ao sol se pôr... às vezes descansava-se, no calor, descansava-se um bocadinho à tarde, né? Depois o meu irmão com 4, 5, 6 anos já também ia para a vindima. Tinha que estudar mas tinha que ir sempre... e nas férias da páscoa ou todas as férias, os trabalhos que havia a fazer, eu sei fazer todos os trabalhos do campo. Porque aquilo era uma agricultura, não havia dinheiro para meter pessoas a fazer agricultura, éramos só nós, éramos só 4, né?, contanto com o meu irmão, e aquilo era tudo feito entre nós os 4."</p> <p>Espírito de entreajuda - "Sim, imenso."</p> <p>Episódio específico - "Ah, fomos ajudar as vindimas né, íamos ajudar a descamisar o milho. Sabe o que é descamisar o milho?" "Portanto, o milho cortava-se com a foice né, as maçarocas depois tudo posto lá num monte e depois era à noite, naquelas noites de verão e as pessoas juntavam-se todas e iam tirar a palha para ficar só as maçarocas, por isso é que é descamisar. Tirar a camisa vá..."</p> <p>Rotina na origem - "Acordava cedíssimo pois, ó da manhã, então quando era o tempo de escola né, lá arranjava-me minimamente, e vinha apanhar o autocarro que passava aqui a um quarto para as 7, lá para o Montijo, não é?, depois, eu estudei sempre no colégio dr. Ana Maria porque como eu queria fazer o magistério, a escola técnica industrial, não era tão fácil entrar no magistério e então fui fazer o externato porque só havia o liceu em Setúbal, não é? Que era uma escola particular e depois no externato ficávamos lá, tínhamos as aulas e depois regressava às 7 da noite para casa e chegava cá às 8 e tal. Jantava e ia para a cama."</p> <p>Horas de trabalho - "Aí aí... Não. Muitas, muitas, muitas. Descansavam um bocadinho ali à hora de almoço. Lembrou-me de o meu pai e mais outro sujeito. O meu pai morreu há 3 anos com 93. A debulhar... isso já foi mais tarde mas já há uns 50 anos também, a debulhar tremocilha. Passavam com uma besta com a carroça por cima, tica, tica, e depois a tirar aquela palha... eish, nem me diga nada, ainda tirei alguma. Aquilo, hoje vem a máquina e... acabou né?"</p> <p>Rotina na origem - "A rotina era... ir aos pássaros, a rotina, a rotina não. Fazia parte também. Agora tenho pena dos passarocos. Comem-me os morangos, comem isto e aquilo e não tenho coragem de matar os bichos. Mas naquela altura, oh, com fígua ou sem fígua... eh, tão bom. Aquilo, assadinhos na brasa..."</p> <p>"O meu dia... A minha rotina é estar deitado uma porrada de horas e vou fazendo aí o hortejo e umas vezes tenho dores e outras vezes dói noutra parte. É terrível... estou reformado há 3 anos. Epah mas é dores daqui dores dali. Isto de ser velho, não tenha pressa. É, isto é terrível. É que a gente levanta-se, epah vou fazer isto, vou fazer aquilo. Há dias que é assim, 3 ou 4 horas, uma maravilha. Outras vezes já não. Outras vezes, faz-se 3 ou 4 horas, mais do que isso já não, no outro dia já não me posso lambear. Por isso é que eles reformam a gente então reformavam mais tarde ainda."</p> <p>Culturas - "Eles tinham entre 10 a 15, isto mais ou menos, cada um tinha 20 hectares. 2 de pinhal e 12 de sequeiro e vinha e mais não sei quê e então iam para os sequeiros semear milho, semear centeio, trigo e não dava, não dava. Aquilo era perder dinheiro. Quando eles deixaram, abriram os olhos, começaram a pôr eucaliptos e foi o que os safou. Pelo menos, deixaram de perder e passaram 7 ou 8 anos começaram a receber uns gravetozitos. Foi aí que se levantaram. Mas o meu pai era um homem de trabalho, o meu pai era um campeão, o meu pai era um campeão..."</p> <p>"Lá no sítio era... os que estavam no sequeiro. Era o trigo, era o milho, era a batata, porque a vinha na altura ainda não dava nada. E cebola, feijão, mas o pior era depois para vender. Para vender... era uma chatice. Não aparecia aí nem... aparecia um sujeito de longe a longe. Um tipo qualquer que aparecia com uma carroça. Às vezes vinham do Redondo com bilhas e para trás levavam outras coisas. Era tudo miséria. Um tinha uma saca, o outro não tinha nenhuma e... nem telefones havia."</p>
P2	<p>Culturas - "O casal foi feito dentro de uma parcela de terreno que era de pinhal e para lá já não era assim. Há um bocadinho de terreno onde o casal foi feito que é o logradouro. Depois há noutro sítio uma parcela de terreno que era pinhal. Há noutro sítio outra parcela de terreno que era... vinha. E há noutro sítio, outra parcela maior ainda que era o sequeiro para fazer culturas, culturas agrícolas, não é?" "Cultivar o quê? Era batatas, era tomate, era milho, era as principais, isto era batatas, tomate e milho."</p> <p>Horas de trabalho - "A minha mulher trabalhava com a gente, comigo, na agricultura." "Era de dia e de noite... (ri)"</p> <p>Espírito de entreajuda - "Os vizinhos, exactamente. Ajudavam-se, trocavam, fazia-se trocas de trabalho. Este meu mais novo com... agora para estar a dizer-lhe o casal... o casal 34, o casal, já não me recordo, do Porfírio que era, mora lá perto da adega e pelo menos outro que tem uma vivenda no sequeiro além do cruzamento para cá, um bocadito, trabalha muito na agricultura, faziam sociedade com tractor, a carregar estume para os outros e os outros a espalhar, a distribuir o estume com outro tractor e reboque. Isso é coisas que ainda hoje tenho ali paradas. Dois tractores, um ainda trabalha qualquer coisa. O outro está parado. O reboque espalhador de estume, as alfaças que eram precisas, tinha e eles ajudavam-se uns aos outros."</p> <p>Trabalho - "Era rigoroso. Eles tinham de trabalhar horas externas ou alguns depois de trabalhar nas terras deles ainda iam à jorna, ainda iam plantar vinhas, ainda iam podar vinhas, ainda iam fazer outros tipos de trabalho que havia na altura e as mulheres também, andavam sempre no campo e tinham que ter as casas limpinhas por dentro e por fora."</p>
P3	<p>Culturas - "O casal foi feito dentro de uma parcela de terreno que era de pinhal e para lá já não era assim. Há um bocadinho de terreno onde o casal foi feito que é o logradouro. Depois há noutro sítio uma parcela de terreno que era pinhal. Há noutro sítio outra parcela de terreno que era... vinha. E há noutro sítio, outra parcela maior ainda que era o sequeiro para fazer culturas, culturas agrícolas, não é?" "Cultivar o quê? Era batatas, era tomate, era milho, era as principais, isto era batatas, tomate e milho."</p> <p>Horas de trabalho - "A minha mulher trabalhava com a gente, comigo, na agricultura." "Era de dia e de noite... (ri)"</p> <p>Espírito de entreajuda - "Os vizinhos, exactamente. Ajudavam-se, trocavam, fazia-se trocas de trabalho. Este meu mais novo com... agora para estar a dizer-lhe o casal... o casal 34, o casal, já não me recordo, do Porfírio que era, mora lá perto da adega e pelo menos outro que tem uma vivenda no sequeiro além do cruzamento para cá, um bocadito, trabalha muito na agricultura, faziam sociedade com tractor, a carregar estume para os outros e os outros a espalhar, a distribuir o estume com outro tractor e reboque. Isso é coisas que ainda hoje tenho ali paradas. Dois tractores, um ainda trabalha qualquer coisa. O outro está parado. O reboque espalhador de estume, as alfaças que eram precisas, tinha e eles ajudavam-se uns aos outros."</p> <p>Trabalho - "Era rigoroso. Eles tinham de trabalhar horas externas ou alguns depois de trabalhar nas terras deles ainda iam à jorna, ainda iam plantar vinhas, ainda iam podar vinhas, ainda iam fazer outros tipos de trabalho que havia na altura e as mulheres também, andavam sempre no campo e tinham que ter as casas limpinhas por dentro e por fora."</p>
P4	<p>Culturas - "O casal foi feito dentro de uma parcela de terreno que era de pinhal e para lá já não era assim. Há um bocadinho de terreno onde o casal foi feito que é o logradouro. Depois há noutro sítio uma parcela de terreno que era pinhal. Há noutro sítio outra parcela de terreno que era... vinha. E há noutro sítio, outra parcela maior ainda que era o sequeiro para fazer culturas, culturas agrícolas, não é?" "Cultivar o quê? Era batatas, era tomate, era milho, era as principais, isto era batatas, tomate e milho."</p> <p>Horas de trabalho - "A minha mulher trabalhava com a gente, comigo, na agricultura." "Era de dia e de noite... (ri)"</p> <p>Espírito de entreajuda - "Os vizinhos, exactamente. Ajudavam-se, trocavam, fazia-se trocas de trabalho. Este meu mais novo com... agora para estar a dizer-lhe o casal... o casal 34, o casal, já não me recordo, do Porfírio que era, mora lá perto da adega e pelo menos outro que tem uma vivenda no sequeiro além do cruzamento para cá, um bocadito, trabalha muito na agricultura, faziam sociedade com tractor, a carregar estume para os outros e os outros a espalhar, a distribuir o estume com outro tractor e reboque. Isso é coisas que ainda hoje tenho ali paradas. Dois tractores, um ainda trabalha qualquer coisa. O outro está parado. O reboque espalhador de estume, as alfaças que eram precisas, tinha e eles ajudavam-se uns aos outros."</p> <p>Trabalho - "Era rigoroso. Eles tinham de trabalhar horas externas ou alguns depois de trabalhar nas terras deles ainda iam à jorna, ainda iam plantar vinhas, ainda iam podar vinhas, ainda iam fazer outros tipos de trabalho que havia na altura e as mulheres também, andavam sempre no campo e tinham que ter as casas limpinhas por dentro e por fora."</p>

	<p>Rotina – “Eu como miúdo tive sempre liberdade, pronto. Ajudava os pais, isso era, pequenos trabalhinhos, por exemplo, regar as laranjeiras. Quando via que a caldeira da laranjeira estava cheia, mudava para a outra... isto como era arieias, a água era preciso ser muita e então levava horas a correr, primeiro que enchesse uma dava para a gente ir brincar.”</p>
P5	<p>Rotina – “A rotina, a minha era assim... em miúda, era escola, pronto aos setes anos, escola, casa, escola. As vezes ficava lá a brincar já quando acabava a escola a minha mãe ia buscar-me e apanhava-me porque acabava a escola tinha de ir logo para casa. Não tinha ordem de ficar a brincar lá. O meu vizinho do lado era com quem brincava mais mas de resto não podia sair assim, nada. Os meus pais eram um bocado, o meu pai era um bocado possessivo, era salazarista vá, “eu quero, mando e posso”, arranjava uma desculpa qualquer para não ir. Nós era praticamente, casa, casa, casa. Ir à missa todos os domingos, mas não era por isso que ele era mais santo. Eu hoje, também vou todos os domingos e não sou mais. Mas eu dei abertura aos meus filhos, total, porque eu nunca tive nem, das 10 partes, uma. Eu casei com 25 anos e no mês anterior ao meu casamento ainda tive de entregar o meu ordenado ao meu pai. Eu tinha de lhe pagar todos os meses.”</p>
P6	
P7	<p>Culturas – “Era trigo... dantes era trigo lá no sequeiro, era milho... era batatas, pois. Essas coisas assim.” “As culturas era batata, feijão, arroz, epah... várias hortaliças e coisas assim.”</p> <p>Trabalho - “Faltava pouco para as 24... umas 12 ou 14, trabalhava.” “Mais a minha mulher. E eu trabalhava no milho, lá no sequeiro, ceifava a massaroca e tudo, trazia-se para aqui e de noite é que tirava a massaroca lá da palha. Não é como agora. Agora faz-se milho e passa lá uma máquina.”</p> <p>“Era sempre antes do sol nascer.” “Fazia o que era preciso. Esgavinhar, aqui estava cheio de juncinha, as caldeiras, era conforme o tempo...”</p>
P8	
P9	<p>Trabalho – “A gente não tinha condições. Eu não tinha condições.” “A para onde calhava, para onde tinha para me safar.”</p> <p>“Era as que eu podia. Chegava a pontos que não podia.” “Mais a minha mulher que Deus tem. Ajudou-me muito muito... Mas cheguei onde eu queria. Parece mentira, han. E houve muitos coitados que vieram para aí, estavam aí um anito e tinham que... era preciso uma pessoa ser rijo, mas eu era novo pah, felizmente, graças a Deus trabalhava bem e tinha saúde. Pronto e foi assim.”</p> <p>“Então isso, o começar era sempre de manhã de madrugada. Eu tinha ali um trabalho na vinha fiz só de noite. (ri)”</p> <p>“O horário era sempre dois dias num... isso era todos os dias e daí para cima.”</p> <p>“Era sempre agricultura. E depois mais tarde passou a vinha.”</p> <p>Espírito de entreajuda - “Ajudavam-se mas era muito raro. Da minha zona aqui... Ali para a zona dos Amarelejos e na zona de baixo até brigavam.”</p>
P10	<p>Culturas – “Chegavam a casa, era pinheiros à volta, terrenos para desbravar e as vinhas ainda estavam a começar a plantá-las. Os tais cerca de 4 hectares de vinha. Estavam nessa altura a começar a ser plantados.”</p> <p>Horas de trabalho – “24 (ri)”</p> <p>“Era quando nascia o sol até ao pôr do sol.”</p> <p>Entreajuda – “ Alguns ajudavam-se.”</p> <p>“Pronto mas são coisas que era normal mas não se ajudavam porque eram imigrantes, não eram bairristas. As pessoas que eram bairristas ajudavam-se. Havia zona aqui, nas Faias, onde havia 7 ou 8 pessoas da mesma terra ajudavam-se. Juntavam-se e trabalhavam. Como não havia mas conheciam-se... Pronto naquela altura também não havia a parte liberal, nem lá por perto. Desconfiavam uns dos outros.”</p>

Participante	Rotina actual 2017/2018 (Tabela 03.2.)
P1	<p>"A minha rotina... eu ajudo as minhas netas. Tenho uma filha que mora aqui em Pegões, a mais velha, que tem duas meninas. Então, vou buscar de manhã... de manhã é a rotina normal, faço as coisas da casa, vou tomar o meu café e depois à tarde vou buscar a Sofia à escola, às quatro e meia ou às cinco. Agora mais velha em Montijo e vou muitas vezes ao Montijo buscar a Maria... levo-a às actividades, porque uma tem taekwondo a outra tem não sei quantos, huh... e é assim"</p> <p>Agricultura? - "Eu? Não... o meu marido é que tem uma horta mas eu nem gosto muito. Ah também faço voluntariado, faço à quarta-feira. Sou professora na academia sénior. Dou aulas de português."</p> <p>"A academia é aqui na zona, né?, é da zona rural do Montijo. Portanto é de Santo Isidro, Pegões cruzamento mas a sede da academia é em Pegões cruzamento. É também muito giro. Sempre fiz voluntariado. E sabe quando as minhas netas estavam aqui na escola primária ajudava os amigos delas. Dava explicações de botia (Rt) Eles começavam a pedir "Oh Maria agente também ir lá para a casa da tua avó?" e Maria "Podem". Lá vinham umas para casa da avó da Maria fazer os trabalhos de casa..."</p>
P2	<p>"O meu dia... A minha rotina é estar deitado uma porrada de horas e vou fazendo aí o hortejo e umas vezes tenho dores e outras vezes dói noutra lado. É terrível... estou reformado há 3 anos. Epah, mas é dores daqui dores dali. Isto de ser velho, não tenha pressa. É, isto é terrível. É que a gente levanta-se, epah vou fazer isto, vou fazer aquilo. Há dias que é assim, 3 ou 4 horas, uma maravilha. Outras vezes já não. Outras vezes, faz-se 3 ou 4 horas, mais do que isso já não, no outro dia já não me posso lamber. Por isso é que eles reformam a gente senão reformavam mais tarde ainda."</p>
P3	<p>"O meu dia-a-dia, agora... (ri) Não posso fazer nada. Às vezes ainda vou ao café. Ainda conduzo um bocadito. Para longe já não vou. Ir ao café, ir ao Poceirão lá à farmácia, vou ao supermercado..."</p> <p>"Ou ao pé da igreja ou outras vezes à sede. As minhas viagens são essas. Ou ir ao banco ao cruzamento, à caixa agrícola também ainda vou umas vezes por outras. Mas isso já é de longe a longe."</p>
P4	<p>Agricultura? - "Já não faço nada... Este meu filho que mora ali é que faz um hortejozito e pronto, é assim."</p> <p>"Até para jogar no Euromilhões, temos que ir ao cruzamento. Já lá fui hoje."</p> <p>"Só horticultura e jardinagem."</p> <p>"O dois, sabemos navegar ali na internet."</p> <p>"Precisam de ir à ginástica ou à música, lá vai o avô levá-las. É assim."</p>
P5	<p>"Eu não posso trabalhar na agricultura e os meus filhos têm a vida deles. Estudaram, têm emprego. Aluguei-o. Assim como outros terrenos do lado dele. Não vendemos nada a única coisa foi por expropriação pela autoestrada. De resto não vendemos nada ninguém. É tudo dele e da irmã. E eu é a mesma coisa."</p> <p>"Os netos, que já nos ocupam..."</p> <p>Hortejo - "Mas é para a casa, meia dúzia de alfaces, meia dúzia de pés de couve, assim coisinhas pequenas. E árvores de fruto. Mas também estamos quase com os 70 e a saúde não contribui. O dia de hoje é assim, levantamo-nos à hora que nos apetece nas semanas em que não temos netos, comemos o pequeno almoço, eu faço a minha lida e ele ajuda-me. Outras vezes anda por aí a fazer umas coisas..."</p> <p>"Uns bocadinhos também, e é a lida da casa, as compras... porque aqui como não há nada temos de ir ali a Pegões Cruzamento, a seis quilómetros daqui buscar café, um pacote de açúcar ou um quilo de arroz, massa, temos de ir ali... então dia sim, dia não vamos às compras. Fazemos aquela vida assim, campo, sossegada, calma... Quando nos apetece barulho vamos à cidade ou vamos ao cinema, ou vamos fazer umas fériasinhas..."</p> <p>"Pois foi. Fomos passar o fim de semana. E na semana que temos os netos, os pais deixam-nos na escola, vamos buscá-los para almoçar alguns dias e outros vamos busca-los quando eles saem à tarde, trazemo-los para casa, damos lanche, os pais passam, levam."</p> <p>"Ajudamos os filhos, ajudamos os netos, vivemos para nós, fazemos o que bem nos apetece, graças a Deus e felizmente a nossa situação dá para isso."</p>
P6	<p>"Eu após à aposentação, sou uma pessoa que tento levantar-me cedo. Gosto de ir, como lhe disse, ao café para ver com algumas pessoas porque eu sentia um bocadinho dificuldade em estar sozinha porque trabalhava num mundo de gente onde toda a gente passava e dizia bom dia e não sei quê... e depois falta aqui um bocadinho da relação entre as pessoas. A relação aqui entre as pessoas não é muito boa aqui, neste momento. Já foi melhor. Há 20 e tal anos era mais fácil. Pronto, faço os meus trabalhos de casa, faço voluntariado na Junta de Freguesia numa loja social, ajudo a minha mãe que é uma mulher com 80 anos, ainda hoje lá fui de manhã. Tenho outra quinta nas Faias que tento manter limpa. Tinha um projecto que pensava fazer mas de momento está adormecido. E pronto é assim que passo o meu dia com os meus animais, que eu adoro, tenho cavalos, tenho cães, tenho gatos... ah agora fui avó há pouco tempo. Embora o neto esteja em Beja, esteja longe, mas pronto... E depois há outra coisa que nós aqui tentamos fazer que é a ginástica, vou ao ioga noutra aldeia próxima, vou à natação a Vendas Novas. Essas actividades, normalmente tem de ser ao fim do dia porque é quando há mais pessoas. Porque poderia fazer ginástica de manhã mas não há... Não é que não haja mulheres aqui, há! Só que não gostam de fazer, e a gente vê que a ginástica no tempo do Alexandre esteve para terminar, porquê? Porque eramos 4. O zumba existiu e terminou porque eramos só 5. Depois quem nos vem dar essas aulas, não é muito... funcional e económico, para as pessoas se desculparem. Eu acho que o grande problema aqui da relação das pessoas é... cada vez mais, e isto se calhar nas cidades também se nota, que é cada na sua casa e mais nada. "Há agora a festa da aldeia para quê? Não se vai" e pronto..."</p>

	<p>"Não me dedico à agricultura com o fim económico embora tenha um terreno enorme que o meu sogro, herdámos e que a gente preserva mas neste momento não fazemos qualquer tipo de agricultura. Tenho jardim e na outra quinta mantenho limpo mas só tenho laranjas e mais nada."</p> <p>"Agora? Não posso fazer nada, estou sentado. Vou dar a volta ali assim, até ali abaixo às vezes mas é quando não está a chover e quando não está frio."</p> <p>Agricultura? – "Nada... E ajudo aqui a mulher que coitada partiu uma perna e está ali sentada..."</p> <p>"Oh, é sempre: de manhã levanto-me, vou beber o café. Venho, trato dos animais, faço a minha lida de casa e depois almoço e vou beber o cafezinho outra vez. E pronto, é assim a minha vida."</p> <p>Agricultura? – "Não, porque é água da rede. Salsa, coentros, essas coisas. Como é para mim sozinha."</p> <p>"Sempre mais que nada. Ah, ainda cultivo. Trato aí da horta, não muito porque também não posso. Ainda vou tratando aí de umas coisitas."</p> <p>"De vez em quando vai-se ao cruzamento, ainda há bocado lá fui. E fui ao Batalhão mas eles têm aquilo fechado."</p>
P7	
P8	
P9	
P10	
P11	"Trabalhamos em Lisboa..."
P12	"Ao fim de semana, lavar a roupa (risos)..."

Participante	Qual era o uso que dava aos edifícios públicos na origem? (Tabela 04.1.)	E hoje?
P1	Escolas - "Duas filhas. Andaram aqui nesta escola. Eu fui professora da Ana, da mais velha, coitadita, os 4 anos. (ri) e é psicóloga, mora cá com as duas filhas. E depois fizeram a telescóla e só depois é que foram para o Montijo. Fizeram o décimo segundo ano no Montijo."	Café - "Agora temos aqui este que era a cooperativa de consumo que agora é um cafézinho e os correios também se foram embora. Como é mais perto, de manhã vou sempre aqui a este, e temos a sociedade."
P2	"Esse não era engenheiro, o... ah lá em baixo havia. Lá em baixo ao pé da Junta de Freguesia havia a pousada. Ficavam lá 2 ou 3 engenheiros." "E aquelas casas eram para o arquitecto, para engenheiro este, engenheiro aquele. E depois iam comer todos lá, à tal pousada que é ao lado da Junta de Freguesia." Escola - (filhos) "Ainda aí estiveram." ; "Antigamente esta que está aqui era dos rapazes e a das raparigas é do outro lado. Era muita fria. Agora já metem uma lenhazinha aos putos."	"Os correios acabaram. Essa é outra treta né. As freguesias estão a trabalhar com os CTT. As freguesias estão a trabalhar, é verdade, estão a trabalhar para os CTT. Que têm ali uma casa ao que parece querem vender. Foi dada, junto à cooperativa de consumo. Tinha ali um sujeito, dois ou três quartos e tal, e ele morava ali e tudo. Agora acho que os correios é que vendem isso..."
P3	Boticária, Mercaria - "Havia, exactamente. Onde é os correios e... os correios era á parte e onde está aquele cafézito havia uma mercearia." ; "Todas as semanas, mais ou menos. Matava-se um porquito em casa mas não dava para sempre. E ia-se à carne num talho que havia no cruzamento em Pegões cruzamento." Escolas (filhos) - "Estiveram aqui até ao segundo ano desse tempo, ou seja, hoje o sexto, pois. Aqui depois foram para o Montijo. E este o mais velho quando precisou de ir para o Montijo teve de arranjar casa lá para ficar porque não havia transporte que desse mas depois passado um ano ou dois começou a haver e passou a vir para casa todos os dias. Agora, este mais novo já foi sempre."	Café - "Ou ao pé da igreja ou outras vezes à sede. As minhas viagens são essas. Ou ir ao banco ao cruzamento, à caixa agrícola também ainda vou umas vezes por outras. Mas isso já é de longe a longe."
P4	"Sim. A cooperativa de maquinaria." Ao lado da Junta - "Era aí que eram os barracões dos tratores." "Também tinham um rebanho colectivo de ovelhas..." "O infantiário foi sempre." "Olha foi num barracão desses dos tratores. Quando cheguei lá áquela hora estava cheio. E eu recorde-me. Ficou tudo de boca aberta. Quando ligaram a televisão, uma televisão muita grande, alta e então ficou tudo de boca aberta. Só havia o canal 1 nessa altura. Ouvíamos o noticiário e uns teatros, umas coisas que eles faziam... o "Café concerto", que era uma peça de teatro..." "No meu tempo era a escola das meninas e dos rapazes. São duas escolas. Depois, mais tarde já começou a ser tudo junto."	
P5	"Puseram cá tudo. Duas escolas primárias, habitações para as professoras, uma igreja, uma casa para o padre, uma adega, lá em baixo onde é agora a sociedade, havia um armazém grande com tratores..." Ao lado da Junta - "Então aí era a cooperativa de máquinas onde tinham as máquinas, os tratores, as charruas, as alfaias todas..." ; "Quando precisava ia lá requisitar o trator para lavar ou gradar, "então vai ao tal dia tantas horas", havia quem tomasse nota disso e era assim." "Esse aí onde é agora o posto médico era um posto médico na mesma. Vinha cá um médico não sei quantos dias por semana, o Doutor Maurício..." "E depois tinha uma sala com medicamentos como se fosse uma farmácia. Muitas vezes dava os medicamentos às pessoas. Dava, dava." "Aquilo não era um infantiário mas era como se fosse porque era um centro social também." "Porque aquelas casas perto da Junta de Freguesia era onde morava a assistente social, a médica, os engenheiros agrícolas.... Era a casa da assistente social, dos dois engenheiros, como se chamava aquele que tinha um filho deficiente?" "Não é só isso. Havia aqui ao lado do correio um estabelecimento que se chamava Cooperativa de Consumo, a Unilar, era assim o nome e nós íamos ali, os nossos pais iam ali comprar tudo o que era necessário. Havia tecidos, havia linhas, agulhas, essas coisas todas..."	"Agora não há aqui nada que a gente utiliza. Ah, utilizamos mas já viu? Agora a Junta de Freguesia... isto é União de Freguesias também mas ficou aqui a filial vá. E as funcionárias ali é que fazem os serviços CTT. Então em todo o lado querem pessoas, os serviços é preciso qualificação, então porque é que entregaram à Junta de Freguesia?"
P6	"É assim, o que é que eu conheço? Conheço, no fundo, o que vou lendo e investigando e vou falando com as pessoas. Gosto de ir conversando e depois é o que os meus olhos vêem. Avenidas largas porque se vê que foi uma construção bem pensada a nível de arruamentos, a nível de serviços de apoio. Na altura existiam porque toda a gente fala, já no ciclo	"CTT uso mas em dia é tudo electrónica... O que é que eu sinto falta? Sinto falta de multibanco, já existiu e deixou, mas pronto é uma coisa que me continuo a debater... não há, acho que na altura fazia bastante falta. O médico de família,

	<p>directo, enquanto que noutros não havia. Os filhos dos colonos tinham escola até mais tarde. Sei que eram os próprios colonos que pagavam a um autocarro que levava os filhos a estudar para o Montijo, coisas que noutras aldeias próximas, não acontecia. O que se tentou foi... para que nas famílias se desenvolvessem, principalmente os filhos. Outra coisa que eu sei que existia era a ocupação, agora dizemos ocupação dos tempos livres, mas antes era... as meninas iam para os bordados ou... e depois havia outro tipo de apoio que era os próprios filhos dos colonos foram se empregando nos serviços do Estado. Havia uma grande organização a nível por exemplo da adega cooperativa que ficava com as uvas que eram produzidas. Havia uma sociedade dos animais que era um pastor comum e punham lá as ovelhas. As próprias casas foram construídas a pensar nas pessoas que chegavam... tinham logo a parte dos animais."</p> <p>"Havia ali a cantina, tinha ali um café, umas coisitas e a procissão ia à igreja vinha ali por baixo chegava ali, voltava para cima e a gente acompanhava."</p> <p>"Havia... Isso era sempre. Havia ali uma praça de touros pois."</p> <p>Escolas – "Foi aqui que eles estudaram. Fizeram o décimo segundo."</p>	<p>vou esporadicamente mas, normalmente, para já, o sistema é ADSE, às vezes recorro a Setúbal ou também muitas vezes iam mais ao médico ali à Clínica de Santo Isidoro do que aqui aos serviços do centro de saúde. As filas são enormes, a gente marca uma consulta e daqui a não sei quanto tempo e depois acaba-se por pagar uma consulta particular ali à Clínica."</p>
P7		<p>Café - "Era aí que a gente ia. Mas agora está outro lá ao pé da Junta de Freguesia, lá em cima. É a sociedade recreativa de Pegões. Essa é que tem mais gente que ... sempre cheio."</p> <p>"O posto médico é lá em cima, no monte. Agora vamos mais vezes ao cruzamento. O médico aqui só vem uma vez ou duas por semana. É às quintas e sextas parece...."</p> <p>" Oh, é sempre: de manhã levanto-me, vou beber o café. Venho, trato dos animais, faço a minha lida de casa e depois almoço e vou beber o cafezinho outra vez. E pronto, é assim a minha vida."</p> <p>"Sim, sim. Também lá acima a sede, a junta de freguesia, o posto médico, sim."</p>
P8		
P9	<p>"E depois há o outro barracão que era do gado que era lá ao fundo."</p>	
P10	<p>" Isto estava tudo a começar. Estava a ser desenvolvido o parque de máquinas, estavam a fazer a adega. A adega é inaugurada em 58 mas já estava a fazer há 5 ou 6 anos por certas fases. A adega é feita em 3 fases, não?"</p> <p>"Tem outra história por trás. Houve ali uma cooperativa. A parte médica e de apoio era ali onde está hoje o posto médico, foi sempre ali. Tinha um médico que fazia serviço aqui todos os dias, pago pelo Estado. E em termos de, tinha uma cooperativa UNILAR que é onde está aquele café ali. Era a estrutura que apoiava o projecto. Tinha um indivíduo pago pelo Estado que vivia naquela casa ao lado e mais tarde fizeram os correios, aquele mamarrasco por cima, o correio. Mas o correio já vem mais tarde, já vem nos anos 60."</p> <p>"Aquele pavilhão, e atrás aquele pavilhão que tem lusolite ainda, aquela vergonha, aquele pavilhão era no tempo do Rovisco Pais, o curral das ovelhas. O pavilhão que está ao lado foi criado no projecto. Era onde estava todo o projecto de electricidade. É da EDP ainda. Quando isto foi entregue, quando isto foi, lá está, passou a propriedade(?) horizontal entregaram parte dessa estrutura, uma à EDP que já existia que era do Estado, aliás tinha electricistas do Estado, que é do início do projecto. O chefe do projecto, o Vasco Gonçalves, pode escrever aí onde quiser que foi um projecto quase a nível militar. Até o projecto acabar. Assim que o projecto acabou as pessoas saíram daqui."</p> <p>"Não tem uma casa, são três. Era a casa de apoio aos técnicos do projecto onde viveu durante o projecto um engenheiro mais um regente agrícola."</p> <p>"Calma, calma, a gente já lá vai. Aqui onde é a sociedade tinha um género de um celeiro, onde tinha a algum apoio, oficina... aqui tinha uma oficina de apoio à rega e aqui tinha o auditório. Nós agora é que mudámos daqui para aqui para trás. Isto antes não era assim. Aqui neste auditório tinha uma sala onde as pessoas se reuniam para falar. Quando era preciso falar alguma coisa, ralhhar com alguém, juntavam as pessoas todas ali."</p> <p>"Agora aquilo que está em lusolite está tal e qual foi feito no tempo do Rovisco Pais. Armazéns de máquinas da cooperativa porque a cooperativa não só tinha a adega como máquinas também. Quando acabou o projecto foi entregue à cooperativa. A rega, a adega e as máquinas. ..."</p>	
P11		
P12		<p>"Só um dia que a gente venha para aqui. Mas ao fim de semana está tudo fechado (risos)."</p>

Participante	Frequentava a igreja? (Tabela 04.2.)	Frequenta a igreja?
P1	"Sim. A Missa, sempre ao Domingo e depois também fui catequista quando era mais nova, também dava catequese aos meninos, comunhões, essas coisas... participei sempre, em tudo."	"Ultimamente ando um bocadinho zangada. Foram umas coisas que eu fiquei um bocadinho chateada." "Sempre a esta." "Todos os domingos e também houve uma altura que nós é que limpávamos a igreja. Tínhamos um grupo de sras. que de vez em quando, todas as semanas né, e íamos limpar a igreja."
P2	"Eu tinha 5 ou 6 amigos, a gente esperava-as lá fora. (ri)" - esperavam pelas mulheres	"Hoje em dia quando penso em ir à missa vou e respeito mas naquele tempo... ah, agora. Eu respeitava à mesma mas..."
P3	"Às vezes ia-se. As mulheres principalmente iam muita vez." Festa religiosa - "Há em maio a festa, festa de Santo Isidro... havia uma procissão, todos os anos há isso mas agora..."	"A gente já não vai. A mulher já não pode e então..."
P4	_____	"Eu até canto. Ainda ontem fui à missa e canto mas a gente conhece algumas pessoas que vão lá... vão lá para não serem tão más."
P5	"Os meus pais eram um bocado, o meu pai era um bocado possessivo, era salazarista vá, "eu quero, mando e posso", arranjava uma desculpa qual quer para não ir. Nós era praticamente, casa, casa, casa. Ir à missa todos os domingos, mas não era por isso que ele era mais santo."	"Ainda vou hoje, continuo. Os meus pais eram católicos praticantes, iam à missa pronto. E hoje eu vou também. Vou e entrei mais em outras coisas, chama-se "Os primeiros sábados com Maria", o primeiro sábado de cada mês há um grupo que se junta e vamos rezar à nossa Senhora, rezamos, comungamos, o padre quando pode dá missa, quando não pode há uma senhora que está à frente disso que faz as orações e nos distribui, somos divididas..."
P6	_____	"Sim, aqui." "Normalmente vou aos domingos. Vou sempre à missa, sempre que posso."
P7	"Não. Iamos às vezes mas não era assim muito, mas íamos."	"Quando morre alguém vamos sempre à igreja." "Agora? Agora vou à igreja quando há funerais, vou."
P8	_____	"Sim." "A esta de Santo Isidro. É a mais gira de todas. (ri)" "You ao domingo à missa e às vezes quando há um funeral ou a missa de algum defunto."
P9	"Ia à nossa. É a de Santo Isidro."	"Eu só lá não vou quando não posso. Pelo menos todos os domingos vou à igreja." "Ainda hoje ninguém me obriga. Eu vou lá porque gosto de lá ir."
P10	"Mas antes era assim. Eram obrigados a ir à missa. Eu também era." "Mas a mim obrigavam-me."	_____
P11	_____	"Não."
P12	_____	_____

Participante	Como é que a população se divertia na origem? (Tabela 04.3.)	Como se diverte, hoje?
P1	<p>Festa religiosa - "Sim, a festa de Santo Isidro. É o nosso padroeiro né? É dia 15 de maio. E depois é sempre no fim de semana mais próximo do 15. Pode ser ou antes, antecipado, ou depois. Então, a festa religiosa é a missa por a alma dos colonos e não sei quantos e era depois a procissão com o Santo Isidro. Quando eu era nova a festa do Santo Isidro era sempre quando se entregava, quando acabava a procissão, o pendão do Santo Isidro... Sabe o que é o pendão, né? Onde está a imagem do Santo Isidro. Quando se entregava o Sr. padre perguntava quem era a comissão do próximo ano. Então as pessoas disputavam-se a fazer a festa no próximo ano e era-lhe entregue o pendão do Santo Isidro como responsabilidade para ele fazer a festa. Agora já não, há uns anos para cá."</p> <p>Praça de touros - "Sim, isso fazia parte dos festejos, sempre, da festa de Santo Isidro, né?", "Faziam sempre um tipo de uma garriada. Assim toureiros, toureiros, só me lembro de virem um ano ou dois. O Gustavo Zenca e uns desses. O que costumava vir era uns sts. do Montijo que faziam assim umas palhaçadas com as vacas, porque eram vacas. E o Luis Rouxinol foi aqui que se iniciou nesta praça de touros."</p> <p>Barragem - "Sim, na segunda-feira de Páscoa. Fazia-se sempre o pic-nic com os acordeonistas a tocar acórdéon e bailarico e não sei quantos."</p>	<p>"Ah, não me divirto "</p> <p>"Com a minha família. Ao fim de semana a Lena, a Lena vem quase todos os fins de semana. Agora não que temos uma bebé, faz amanhã um mês."</p>
P2	<p>Festa religiosa - "A festa e a procissão."</p> <p>"A rotina era... ir aos pássaros, a rotina, a rotina não. Fazia parte também."</p> <p>Barragem - " Isso foi uns anos, para aí uns 10 anos ou coisa assim, na segunda-feira de Páscoa. E aquilo era engraçado. Depois... tudo se perde. Um por não sei quê, outro por não sei quantos. Os mais novos gostavam muito daquilo. As garinas... é verdade. E tinha água, agora está aqui seco já há muito tempo, mas foi lá um sujeito gradou, aproveitou-se do 25 de abril. Ninguém o mandou fazer aquilo. Rompeu o leito da barragem e nada. E aquela lá de cima, aqui há 2 anos ou coisa ganhou lá água mas eles vão de moto 4 e todo o terreno..."</p> <p>Praça de touros - "Era no tempo das festas."</p> <p>Televisão - "A televisão só veio mais tarde... Mas naquele tempo não havia sociedade. A sociedade foi depois do 25 de abril. O meu pai deu 50 escudos, uma série deles deram para comprar uma televisão para lá. 50 escudos."</p>	<p>(gargalhada)</p>
P3	<p>"Epah, cada um amanhava-se por onde podia..."</p> <p>Barragem - "Não... isso era raro. Alguns, isso iriam talvez mas a gente... passei sempre uma vida muito trabalhosa e... o tempo que podia fazia me falta para tratar das coisas porque se tivesse pagar muitos ordenados não ficava nada para a gente... (ri)"</p>	
P4	<p>"Aí, nas festas de Santo Isidro havia sempre uma garriada, umas touradas aí, umas brincadeiras com vacas."</p> <p>"Havia teatros infantis..."</p> <p>"Os de Coruche dançavam o Fandango, os da Amareleja cantavam à alentejana e o meu pai como tinha sido pastor em Espanha e o pai dele, ele trabalhou para o pai dele. O meu avô foi pastor em Espanha e tinha lá os filhos todos, eram muitos. E até foram criados atrás das ovelhas e com os espanhóis vá, e o meu pai cantava à espanhola e coíso, falava bem espanhol. E ele sozinho divertia uma sala a cantar à espanhola."</p> <p>"Olha foi num barracão desses dos tratores. Quando cheguei lá àquela hora estava cheio. E eu recorde-me. Ficou tudo de boca aberta. Quando ligaram a televisão, uma televisão muito grande, alta e então ficou tudo de boca aberta. Só havia o canal 1 nessa altura. Ouvíamos o noticiário e uns teatros, umas coisas que eles faziam... o "Café concerto", que era uma peça de teatro..."</p> <p>"Eu levava tantas. Eu gostava muito de jogar à bola e então a professora não gostava. A gente jogava à bola à frente da igreja, ainda não era cimentado nem com alcatrão, era pedras. Terra e pedras e a gente descalços. Dávamos com cada pontapé nas pedras... era sempre com os dedos a escorrer sangue e por isso é que ela gostava que a gente jogasse lá à bola. Passava lá, apanhava-nos a bola epah mas o vício era tão grande que a escola tem lá uma tampa lá em cima., A gente tirava a tampa descia por uma corda para ir tirar a bola à professora... e trazíamos a régua e partíamos-a. No dia a seguir ela mandava o carpinteiro, o minhoto, fazer outra."</p> <p>"Aos dias à tarde e aos fins de semana, era todos. O meu pai por exemplo tinha duas vacas ou uma vaca, o outro tinha duas, o outro tinha uma... juntávamos as vacas, um grande rebanho e iam para os pinhais, os rapazes</p>	<p>"O dois, sabemos navegar ali na internet."</p> <p>"A semana passado estivemos em Marvão."</p>

	<p>todos dos 9 anos, 10, mas não podíamos deixar ir às searas... e a nossa vida era apanhar os ninhos dos pássaros, comer os ovos, andar aos cogumelos, às tubras... não morremos porque não calhou. E levávamos logo uns tacinhos para fazer o comer."</p>		
P5	<p>Festa religiosa - "Que é a 15 de maio, dia de Santo Isidro. Coincidia no fim de semana mais próximo, fazia-se uma festa de dois dias, no sábado e domingo. Convidavam umas pessoas para virem tourear, chamava-se a tourada. Havia a missa com procissão, na véspera havia bailarico..."</p> <p>"Sim, isso já era no Natal. Eu era a Nossa Senhora, muitas vezes. Um presépio vivo, era."</p> <p>"E quase todos os meses havia um bailarico onde nós nos juntávamos. Numa sala ao lado do bar, da sociedade também era uma sala..."</p>		<p>"Fazemos aquela vida assim, campo, sossegada, calma... Quando nos apetece barulho vamos à cidade ou vamos ao cinema, ou vamos fazer umas fériasinhas..."</p> <p>"Pois foi. Fomos passar o fim de semana."</p>
P6			<p>"Eu? Ah, eu é assim, aqui na colónia, a nível de divertimento sem ser ir ao café, normalmente ao fim de semana tentamos ir sempre a seguir ao almoço para ver as pessoas... Quando há as festas de maio, as festas de Santo Isidro, vou. Como sou voluntária até na sociedade recreativa se há ali um jantar ou isto ou aquilo, convidam-se e eu tento ir às pequenas coisas que existem na terra. E depois Lisboa é daqui a 20 minutos. É uma das coisas que eu também acho muito bom viver aqui, é isso. A gente quer ir a um concerto, uns 20 minutos, meia hora estamos em Lisboa. Quero ir ver uma peça de teatro, quer deslocar fazer compras, acabamos por estar muito perto de Lisboa."</p> <p>"O difícil às vezes é a pessoa ter vontade de... Eu quando trabalhava, normalmente o fim de semana era aqui, às vezes iam jantar fora ao sábado ou ao domingo. E depois jantar fora trás outras coisas, no centro comercial grande ou... pronto, juntava-se sempre, e nós temos um núcleo de amigos muito perto que às vezes nos juntamos aqui na minha casa... isto já não sei, está relacionado com estar perto das coisas e se calhar perdi-me um bocadinho... mas é, no fundo, estamos perto, embora eu tente, sempre que haja alguma festa ou actividade aqui, eu estar presente. Porque eu acho importante acho importante não deixarmos morrer. Por exemplo eu fui à pouco tempo convidada para a direcção e eu disse "não deixa de haver direcção", se for preciso faço mas achava que era mais importante os meus filhos se sentirem embora não vivendo cá mas eles continuam a querer vir às festas e a Filipa que é mais velha, está em Beja mas faz tudo para estar sempre cá e participar e o meu Pedro a mesma coisa. Acho que isto tem a ver com aquilo que se incute nas pessoas."</p>
P7	<p>Festa religiosa - "A festa de maio era sempre."</p> <p>Barragem - "Para a barragem era na segunda-feira de páscoa. Ia-se lá comer o borrego... cada um levava o que tinha. Nos princípios que eu vinha para aqui passei ali a cavar batatas ali a seguir às laranjeiras... nessa altura caiu uma geadada, oh, queimaram-se todas. Depois ia lá todos os anos à barragem. Conversávamos uns com os outros e tal..."</p>		
P8			<p>"Oh... não saio de casa. O meu marido faleceu, faz para o mês que vem 6 anos."</p>
P9	<p>Festa religiosa - "Havia, havia. Ainda hoje há. E procissões e essas coisas assim, ainda hoje há."</p> <p>"Faziam aí às vezes umas cabanadas, umas coisas."</p> <p>Praça de touros - "Todos os anos havia ali uma festa ou duas. Em maio pelo menos havia sempre. Não sei como é que aquilo está, já nem vou para ali praticamente."</p> <p>Barragem - "Determinados dias de festa como em Vendas Novas. Era para ali e era para esta mas era mais para ali para aquela."</p> <p>"Era as segundas feiras de páscoa..."</p>		<p>Festa religiosa - "Em quantidade faz-se o mesmo do que na altura mas o pessoal é que... antes enchia-se aquilo ali e agora vai para ali."</p>
P10	<p>"Festa religiosa - "Nessa altura faziam um almoço. Matavam uma vaca, matavam uns porcos e faziam um petisco. Hoje fazemos à mesma..."</p>		<p>"Festa religiosa - "Hoje fazemos à mesma."</p>

Participante	Alterações na casa antes do 25 de Abril (Tabela 05.1.)	Alterações na casa	Gostaria de fazer mais alterações na sua casa? Quais? Porquê?
P1	<p>"Sim. Porque acho que uma vez, a Junta de Colonização Interna acho que fez uns fundos perdidos e os meus pais concorreram para arranjar o casa! Ou já não foi? Não, não. Já deve ter sido depois."</p>	<p>"Sim toda a gente fez. Porque não tinha condições não é? Fechou-se aquele arco... (...)"</p> <p>Habituação parabolóide (onde vive actualmente) - "Não. (...) A câmara é que fez. Como lhe disse, na cobertura exterior né? Ah e fiz o chão porque estava estragado, o chão. Quando vim para cá já estava. Porque a sra. Anterior não pôs alcatifã e a tijoleira estava toda estragada e então pusemos chão novo."</p>	<p>"Não, agora já não. As alterações que fizemos foi de canalização e luz porque tinha mesmo de ser, mas não aduterámos, ficou na mesma."</p>
P2	<p>"Alterando mas era às escondidas!... (...) Não, não, não... nem, as finanças agora, hoje em dia, espetam aí com cada obra, mesmo coisas antigas, antigas 15, 20 anos, que eles vêm a saber, bom... eles são uns ditadores, os das finanças são uns ditadores, penso eu... Mas não mostre isto nas finanças, hã? (ri)"</p> <p>Deixavam fazer alterações? - " Não mas havia poucos engenheiros. Um fazia uma coisa, o outro fazia outra... e quase toda a gente, quase toda a gente modificou. Uma coisa que toda a gente fez, mal feito, as extremas todas da estrada eram com postes e três coisas de arame, arame grosso, 2 ou 3mm. A malta não gostava, diz que estavam presos. Toda a gente foi cortando, mal feito. Pelo menos era a extrema até lá abaixo. De 4 em 4 metros um poste e tinha um furinho com os coisões. Mas a malta não gostava... são coisa, são coisa. Só por revoltados, mas aquilo até era útil. Ainda se guardava, eu ainda a guardar vacas e tinha 6 anos e tal e guardava 3 porcos e uma vaca. Às vezes ia o meu pai a passar na adegã e eu a guardar aquilo "vãite lá embora, não vês que está a chover?"</p>	<p>"Foi... tirar a entrada dos animais por aqui e por além. Toda a gente fez isso. Mas isto do gado passar por aqui e ficar aqui é uma coisa do Norte. No Norte ainda hoje... E está aí meia dúzia deles que são do norte e a malta... era fora do contexto... as moscas eram mais que muitas."</p> <p>Estábulo com escada em madeira que ia para o sótão - "Nós tirámos isto tudo, foi uma divisão, fizemos aqui um quarto. Temos 2 quartos lá em cima, pronto, arranjámos isto. Fizemos a escada por aqui. Pronto, remodelámos isto. (...) Aquela da palha ir lá para cima, atira para o estúpido né? O engenheiro que fez aquilo... e eu que o diga porque pôr cento e tal fardos de palha lá para cima, eu mais os meus irmãos e o meu pai, epah aquilo era terrível!"</p> <p>No janelão (sótão) foi adicionada uma varanda - "Agora se fosse no chão... A malta depressa acabou com aquilo assim que começou a arranjar um dinheirinho fizeram um barraquito para pôr a palha. Aquilo dava um trabalho."</p> <p>O silo foi aproveitado como casa de banho, adicionado à já existente instalação sanitária.</p> <p>3 quartos, 1 sala e 1 cozinha - conservaram os 3 quartos e a sala como estavam mas taparam a lareira de chão, era muito grande.</p> <p>"Aqui neste caso, nós casámos e eu arranjei aquela parte ali. Eu mais a minha mulher. O meu sogro e a minha sogra ficaram por aqui. Agora morreram, ficou isto tudo. A gente não precisava destas casas todas. Está a perceber? Mas calha assim."</p>	<p>"E não deixam fazer... não deixam fazer. O meu filho queria fazer uma casa aqui, a gente dava-lhe o terreno, pagava-se logo tudo. Agora... a sra. da Câmara do Montijo, agora não me lembro, ela também coitada teve azar com aquilo. Um vereador dela foi comprar uma, um terreno lá a uns velhotes e depois vendeu à câmara, passados 2 ou 3 dias, 4 ou 5 vezes mais... Está a perceber? Mas deixar aqui, fui falar com ela e com o meu filho, não deixou, nem a mim nem a outros."</p> <p>"Não, está bom assim. (...) Está bom assim. Para estar a fazer mais, qualquer dia dá-me a macacoa e depois os filhos vêm ou não vêm... Eu já andei a fazer isto e aquilo. Há 7/8 anos andava a fazer isto praticamente sozinho agora não era capaz e os filhos vêm cá "oh pai fazer aquilo, fazer uma piscina" daquelas manhosas de encher... "oh Nuno" Pois e tal. Uma vez foi utilizada. E depois não vêm para cá."</p>
P3	<p>"Fazia-se... eu fiz a primeira alteração que fiz pôr placa naquela parte que era da habitação. Primeiro foi tirar a madeira que tinha. As telhas estavam assentes em madeira. A madeira já estava podre. Então foi tudo tirado, pôs-se placa e telhas novas."</p>	<p>"E o casal, este também estava feito e depois agente é que foi melhorando alguma coisa. Isto antes era tudo madeira por cima, hoje tem tudo placa. Pronto conforme ia precisando, íamos modificando conforme agente podia. (...) Foi em casa, no telhado como já disse, a placa e o chão. E a casa de banho, a casa de banho não havia, a casa de banho era uma coisita provisória. Fez-se de novo. Já fiz duas vezes e já tive de fazer outra alteração da outra vez. E pronto. (...) O arco era aberto."</p> <p>Porque fecharam? - "Para ser mais cómodo. A casa passou a ser maior. Até fiz o chão de novo."</p> <p>Estábulo - "Aqui fiz uma garagemzinha para o primeiro carro que tinha e do outro lado uma cozinha."</p>	<p>"Não, já não..."</p>

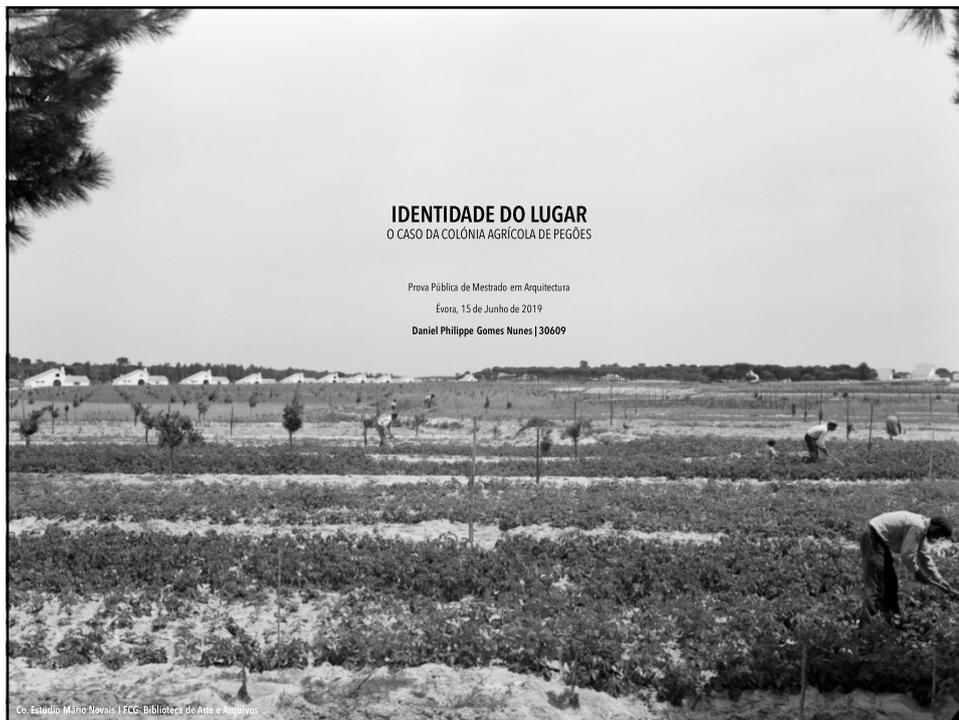
		<p>Pocilga – “Destruiu-se pois.” Quartos – “Manteve-se os 3 quartos e a casa do arco é uma sala maior.” Sótão – “É um sótão para despejo. Há outros que têm feito de outra maneira, pois.” Casa de banho – “A casa de banho era assim muito estreitinha ao lado desse silo. Mandeí partir a parede toda encostada à casa de banho e esse campo todo do silo ficou para a casa de banho.” Nitreira – “A nitreira, quando pensei em tirar a cocheira daqui do estábulo, tapet a nitreira. Fiz uma casa da nitreira e passei a mudar-me para lá. A maior parte dos casais fizeram isso, a maior parte. Outros não fizeram.”</p>	<p>“Haverá alguma justificação porque toda a gente construiu. Connosco ainda não fizemos o saneamento básico, portanto não temos esgotos. Ora se esta malta nova fosse construindo começavam a ser mais exigentes do que se calhar nós fomos.(...) Nós ainda estamos a aproveitar a fossa que era dos animais. Isto para vir aqui tinha uma nitreira que é onde se punha os estrumes, vinham para aqui. E escorriam das chuvas para uma fossa. Ainda é a que existe para nós. As casas de banho iam para lá e ainda é o que existe. (...) Por enquanto não.”</p>
<p>P4</p>		<p>“Substituímos as vigas todas por vigas de cimento. Já não tem madeira nenhuma.(...) Ai era um quarto e agora é uma cozinha.” Sala comum – “Acabámos com a lareira” Estábulo e pocilga – “Da cocheira fez um quarto e uma sala e aqui dos porcos, fez uma cozinha e uma outra sala. Por cima que era onde se guardava a palha dos animais, o sótão, fez também, dois quartos e uma casa de banho.” Silo – “Uma casa de banho em baixo e outra em cima.”</p>	<p>“Porque graças à Câmara que nunca deixou... oiça, ao lado dos meus pais, um terreno por trás da igreja que ainda o conservo, mas aluguei-o. Eu não posso trabalhar na agricultura e os meus filhos têm a vida deles. Estudaram, têm emprego. Aluguei-o. Assim como outros terrenos do lado dele. Não vendemos nada a única coisa foi por expropriação pela autoestrada. De resto não vendemos nada ninguém. É tudo dele e da irmã. E eu é a mesma coisa. Mas agradecemos isto tudo à Câmara porque a minha filha quis muito construí aqui naquele terreno mas tinha que desanexar 3 ou 4 hectares de terra. Eu tenho outro filho, não é? E a Dra. Maria Amélia que era a presidente na altura “Ah pode construir perfeitamente” “Oh Doutora mas eu tenho outro filho” “Ah isto não pode ser. Não pode, não pode.” A minha filha com terra aqui não pôde fazer casa e muitos como a minha filha. Teve que ir comprar um pedaço de terra, aliás comprou um apartamento no Montijo mas depois também viu que precisa dos pais para a ajuda dos filhos. Comprou uma casa ali na urbanização em Pegões Gare e nos nossos terrenos teve de comprar o terreno e dar bom dinheiro por ele e nos nossos terrenos a Câmara não deixou.” “Precisamos, precisamos. As casas são um bocadinho frias. As janelas não vedam completamente e as paredes são um bocadinho frias e tornam-se húmidas, um bocadinho. E depois o sol, precisávamos dele e não temos.”</p>
<p>P5</p>		<p>“Eu vivia lá em cima na casa dos meus pais, ficou para a minha irmã. E o meu marido veio viver para a casa da mãe porque a mãe também fez obras e fez casas... daquela porta para lá é da filha, da irmã. E daquela porta para cá é minha.” Alterações – “Foram bastantes. Foram janelas, foi o chão, foi o teto...” Sala comum – A tal sala grande que era de lareira fizemos um quarto com corredor e despensa.(...) Depois juntámos a sala e casa de jantar.” Estábulo e pocilga – “Para outra habitação. (...) A minha sogra é que ainda tratou disso. Foi ela que fez.(...) Portanto, ela vivia naquela, nós vivíamos nesta. Mas depois aquela foi arranjada para depois a filha também. É da minha cunhada aquela, esta é nossa. E depois como a nossa é mais pequenina, aqui que era a tal casa onde se cozia o pão, onde se enchiam os enchidos...” Anexos (nova habitação) – “Aqui fizemos um escritorzinho. Computador, o sofá... e olhe é uma das casinhas mais frequentadas cá em casa.” Silo – “Aproveitámos o silo. A casa de banho é um “L”. E tem outra por cima.” Coberto – “É a sala. Os quartos é que são um bocadinho menos acolhedores, mas notam-se mais frios porque as janelas...”</p>	<p>“Sim, olhe outro erro que eu cometi: eu pus tudo em madeira... a manutenção da madeira é muito, muito difícil. Torna-se dispendioso, mas nem é a questão do económico é a questão de termos técnicos que</p>
<p>P6</p>	<p>“A própria construção foi pensada, há alguns erros concretamente aqui no de Pegões Velhos. Era a casa, nós aqui estamos na zona onde era a carroça, esta casa aberta. Dali</p>		

	<p>daquele lado era a zona da habitação, ou seja, esta chaminé que eu tenho virada para este lado, era virada para o outro lado e era uma cozinha, e depois tinha 3 quartos que ainda por cima. Hoje em dia, isso é impensável, não é? E depois havia uma casa de banho que nem sanita tinha, era um buraco, que a entrada era onde eu tenho aí esse relógio. E depois, os animais ficavam naquela parte. A nível de ventilações isto quem vivia aqui, hoje em dia não se pensa muito, não é?"</p> <p>"As alterações foi muito como lhe disse. A fachada tentei manter. Só abri aquelas duas janelas grandes que era, o sítio é o mesmo, era as janelas do estábulo, compridas e estreitinhas. E então rasguei-as até ao chão e pus aquelas duas portadas. Esta porta fiz um arco que criei aqui um salão e depois tudo o que acrescentei foi para as traseiras do casal, ou seja, fiz nesta zona fiz uma sala de refeições, uma cozinha, uma salinha das máquinas e fiz uma casa de banho e uma despensa nas traseiras. Naquela parte já existia uma construção mas era clandestina, eu legalizei, acrescentei para aquele lado e fiz um escritório. Esta zona dos quartos mantive o tamanho dos quartos fazendo um roupeiro só num deles. Aqui é que fiz uma alteração grande, ou seja, na cozinha, na antiga cozinha fiz um corredor onde tenho uma casa de banho e um roupeiro que até depois posso lhe mostrar e ganhei espaço no meu quarto. Porque as divisões, os quartos principalmente, dois deles são muito pequenos. E então eu tentei tirar uma das paredes, aumentei o meu quarto, criando o corredor e virando esta lareira para o lado de cá."</p> <p>Casa de banho e silo - "Esta casa de banho que havia aproveitei para o meu quarto e aproveitei o silo que era onde guardavam os cereais que é alto... aproveitei também a parte do silo que foi onde eu pus a banheira e isso tudo. O que ficou, como era muito alto, foi a parte de cima, no sótão, tenho lá um espaço onde pus o esquentador e... no futuro se eu quisesse dava para fazer uma casa de banho."</p> <p>Estábulo - E aqui fiz uma mezzanine. Uma coisa que eu tentei manter era o ripado que não era aquilo que havia, forro inglês e eu se calhar alterei um bocadinho e pus ripado à portuguesa. Na altura fiz um erro muito grande que foi tentar aproveitar a telha original porque gostava da cor, mas agora passados 20 anos tive que tirar o telhado todo e pôr outro isolamento porque a casa era fria, já chovia cá dentro e não sei como se chama mas, entre este forro e a telha um isolamento...</p> <p>Outras alterações - "A nível de canalizações foi tudo novo quando se fez a reconstrução há 20 e tal anos... Fiz esse erro das janelas porque não fui alertada para. Naquele livrinho, vem a fotografia deste casal e vem com esse alerta eu por acaso, quando foi a apresentação do livro disse "olhe essa casa é</p>	<p>venham arranjá-las. Algumas das minhas portas já foram arranjadas e recuperadas mas quando procuro alguém para fazer esse tipo de trabalho é extremamente difícil. Eu tive um cão que me fez um buraco aqui na porta (ri)... Para arranjar uma pessoa para vir cá arranjar... uma tábua para encaixar, porque depois isto é muito difícil. Por isso as alterações que gostava de fazer era: mudar a janela porque não tenho vidro duplo nesta janela. E agora o que vou substituindo gradualmente é os vidros duplos e vou já porque, já existe, o ser branco por fora e imita a madeira por dentro. Na altura foi uma das razões que eu não fiz porque eu queria por dentro a madeira e era caríssimo na altura. Ainda fiz um orçamento mas depois optei por usar a madeira mas requer pintar, tapar fendas... e depois alguns erros que eu cometi, mas penso que isso é comum que é pôr banheiras na casa de banho e depois com o andar da idade... traz-me alguns problemas. É ter feito uma cozinha muito pequenina porque eu não gostava muito de cozinhar e fiz uma cozinha pequena, agora no meu dia a dia quando junto aqui pessoas falta-me espaço... e a casa das máquinas deveria ter sido melhor pensada mas não foi mas de resto chega-me. Os quartos são pequenos mas são onde a gente passa menos tempo (ri)..."</p>
--	--	--

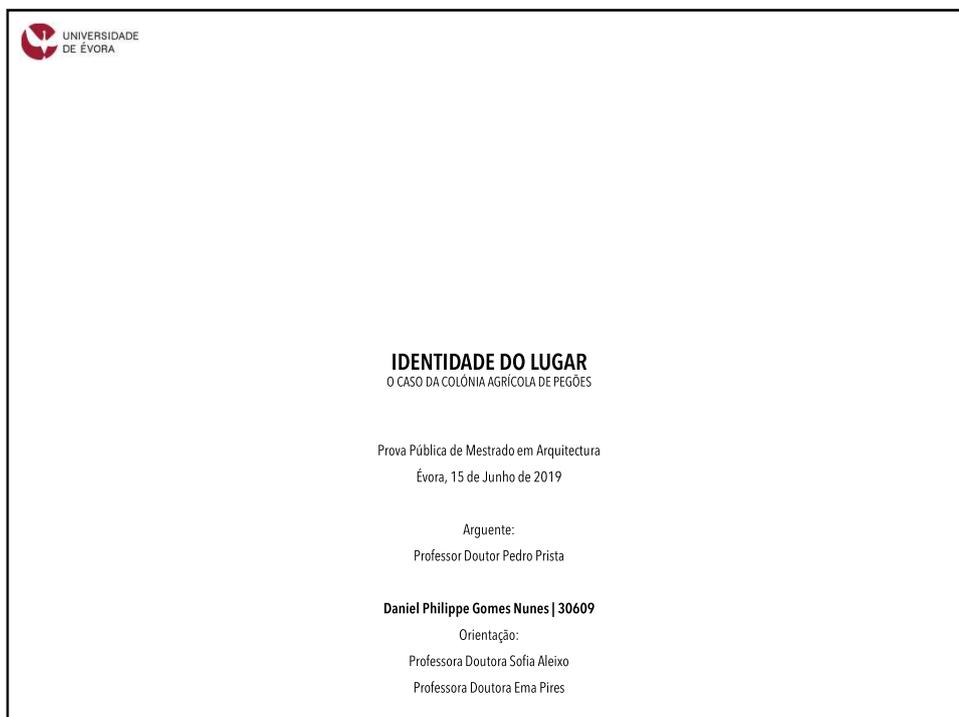
<p>P10</p>	<p>"Não havia ordem para mexer."</p>	<p>mercado todos os fins de semana, em muitos mercados, Montijo, Setúbal; Lagoa que eu também tenho lá uma casa e então eu apanhava a fruta, às vezes no inverno a chover e no verão muito calor... isto foi mal feito aqui, mas eu trabalhava aqui, a encaixotar. Se chovesse não me molhava e calor também não tinha."</p> <p>Porta lateral para o Estábulo – "Havia uma porta de lá para cá. Havia uma porta ali àquele canto para cá."</p> <p>Adega – "Aqui era onde eu fazia o vinho, a parte da adega, já foi."</p> <p>Nitreira – "Isso é onde era a nitreira. Isso já foi feito por mim. Era o capoeiro das galinhas, da bicheza. E até nem foi acabado. Ali era a parte da nitreira."</p> <p>Sala atrás – "É o que há... (à procura de umas chaves para mostrar outra divisão para mostrar o desenho do casal) Aquilo é umas casas que eu já fiz quando arranjei isto. Fiz aquela casa que é adega e fiz aquilo ali atrás que é para a minha mais nova... Esta tal casita já foi depois disso."</p>	
<p>P10</p>	<p>"Não havia ordem para mexer."</p>	<p>Antiga fachada da residência – "Isto foi feito aqui por isto é assim: a porta era além. Quando se foi para fazer a placa isto não aguentava e a casa não tem estrutura mas com esta parede aqui reforçou e não partiu nada."</p> <p>Silo – "Era daquele lado, naquela parte mais alta. Epa! isto aqui foi feito assim mas foi feito clandestinamente."</p> <p>Porta lateral para o Estábulo – "Sempre, sempre. E outra além que está tapada."</p> <p>Adega – "Esse bocado aí era uma adega. Mas tudo clandestinamente. (...) Isto foi feito em 1970, para aí."</p> <p>Cozinha – "Isto foi feito uma cozinha. Isto tinha uma chaminé de chão. Mas depois fechou-se aqui. Eles mudaram-se para além. A malta já pegou nisto muito tarde."</p> <p>Sala atrás – "Isto começou por ser uma garagem. Aqui fazem alguns petiscos."</p> <p>Observação do desenho do casal – "Não sei quem é que alterou. Eles devem ter feito isto na algum casal nas Figueiras. Agora aqui está correcto, a chaminé, esta parte está correcto... visto do lado norte não está certo. Eles foram às Figueiras buscar isto.(...)</p> <p>Vamos lá ver se a gente se entende. Isto deve ser uma achega que eles fizeram das Figueiras. Isto não era assim. Eles foram buscar às Figueiras este boneco e já depois actualizado. Nunca hou uma janela aqui... isto foi trabalhado. Isto vê-se que foi trabalhado. Ou então isto foi feito antes e depois alteraram. Não diz aqui nada. Eu, para mi, isto já foi trabalhado depois. Ou então muito antes."</p>	

P11		"Muito pouco."	<p>"Em termos de espaço trata-se essencialmente de... ao nível dos quartos transformar num quarto maior, basicamente é isso. Vamos fazer uma modificação da casa de banho também para ter umas dimensões mínimas e tornar este espaço, que era o espaço dos animais e da cozinha num espaço habitável... basicamente são adaptações... ou seja, fazer modificações mínimas para tornar o espaço habitável e adaptado a um modo de vida contemporâneo."</p> <p>"Acréscetar um corpo e uma casa de banho atrás e um corpo onde haveria o forno..."</p> <p>Sótão – "escritório", "espaço aberto"</p>
P12		"O mínimo possível."	

Participante	Gosta de aqui viver? Porquê? (Tabela 05.2.)
P1	"Sim (...) Não sei... (...) Gosto, sinto-me bem. Há pessoas que dizem se eu não tenho medo... eu não tenho medo nenhum... Ainda não apanhei nenhum susto se calhar. Penso que as pessoas nem vêm a casa."
P2	"Eu gosto mas já gostei mais. (...) Eu gosto muito do campo. (...) E eu é assim: vou ali abaixo era o meu tio morreu, a minha tia morreu, o outro era meu primo, morreu... há aí no máximo 3 ou 4. Em Pegões são 90 e tal casais, estão aí 5 ou 6 pessoas, se estiverem, dos primeiros. Eu se um dia tivesse dinheiro, ia embora só por isso. Há pessoas que dizem "Ah mas lá também morreu" mas lá eu não os conhecia."
P3	"Ah que remédio (ri) Vivi aqui tantos anos, agora... tenho que aguentar. (ri) É minha casa. A minha velhota ás vezes diz "temos que ir embora", então? a nossa casa é esta... agora é aguentar."
P4	"Gosto"
P5	"Gosto. Quando somos mais jovens parece que temos outras maneiras de ver as coisas mas hoje penso. Não gostava de me ver a viver numa cidade. E vejo pessoas de mais idade que vieram para o campo. Olhe temos um espaço grande, como viu, e está vedado. Temos uma privacidadezinha, nunca é total porque se a quem quiser cá vir, vem sempre mas..."
P6	"Gosto... já gostei mais. (...) Olha porque eu achava que as pessoas eram muito amigas umas das outras, há muita paz, tranquilidade, o sol, a luz, as árvores, o ser perto das cidades... No meu dia a dia, quando trabalhava era difícil ser mãe, mulher, profissional... Porque depois temos de ser tudo, supers mulheres, mães, profissionais, estudar, há momentos muito difíceis... viver longe dos grandes aglomerados não é fácil. Mas por um lado acho que há esta dificuldade por outro faz com que o casal se junte, converse e decida as coisas... mas gosto de aqui viver. O que eu sinto falta ás vezes é estas pequenas coisas. Se calhar na cidade podia ir ao ginásio de manhã, podia ir a isto ou aquilo... eu posso à mesma só que não tão económico. (...) Mas pronto tudo na vida tem os seus prós e contras."
P7	"Agora... se não viver aqui só ali de baixo dos pinheiros.(ri) (...) Houve uma certa altura que gostava. Mas agora já não posso certas coisas. Já só bebo meio copo de vinho, não beber água pé, nem vinho branco, nem moscatel... agora é só tinto, tinto e bom. Mas só às refeições."
P8	"Gosto. (...) Vim para aqui logo e pronto. Aqui fiquei e gosto de estar aqui. Se um dia vendermos isto... Amareleja, Mourão. (...) Tenho lá família. Tenho as minhas irmãs no Mourão."
P9	"Aqui não tem família? - " Não, não. Tenho só o meu filho. (...) e a minha filha vive no Montijo."
P10	"Então, se eu não gostasse não estava aqui mas eu tenho que me ir embora. (ri) Eu tenho que me ir embora."



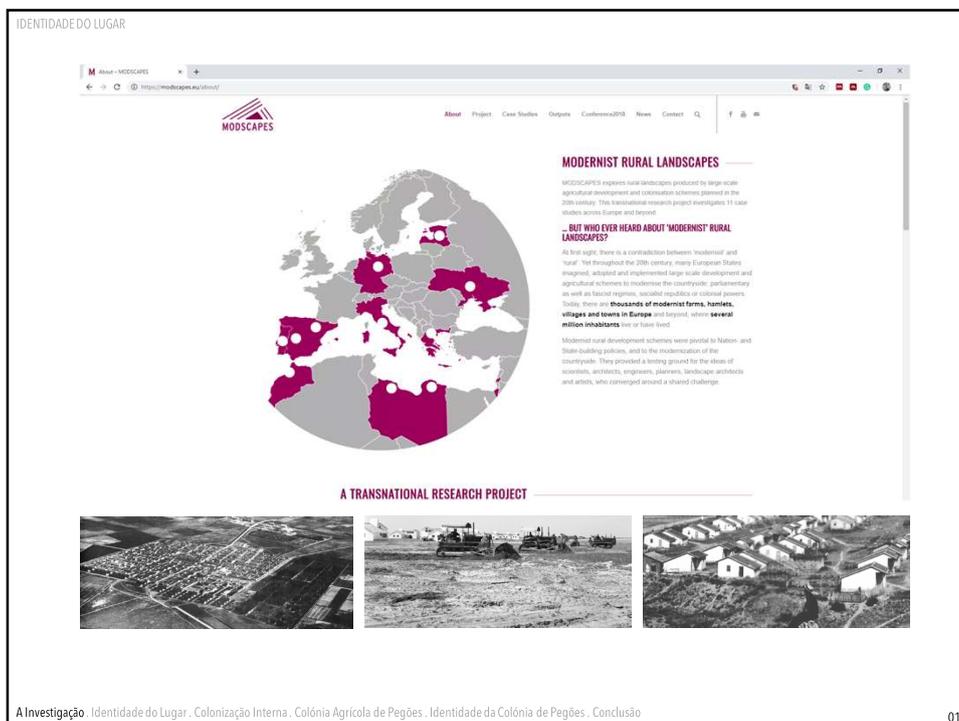
1



2



3



4



Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960

Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação

A Junta de Colonização Interna (JCI) foi criada em 1936, no âmbito do Plano de Regadio, com o objetivo de promover a agricultura em zonas de baixa produtividade agrícola. A JCI foi responsável por criar e gerir 52 colónias agrícolas.

Uma vez estabelecidas, a JCI teve a tarefa de desenvolver as atividades agrícolas e pecuárias, bem como a capacidade de habitação no território. A JCI teve a tarefa de garantir que as colónias fossem diversificadas e que os materiais de construção fossem locais, de forma a promover a sustentabilidade das colónias.

A construção e configuração do espaço das colónias, e de cada uma em particular, são frutos de um longo processo, pontual e gradual, de adaptação às condições locais. Este processo envolveu a participação dos agricultores, técnicos e políticos, bem como a intervenção de arquitetos e engenheiros. A JCI teve a tarefa de garantir que as colónias fossem diversificadas e que os materiais de construção fossem locais, de forma a promover a sustentabilidade das colónias.

Para compreender a diversidade de colónias internas, neste trabalho, foram analisados os planos de colónias, pontuais e graduais, de adaptação às condições locais. Este processo envolveu a participação dos agricultores, técnicos e políticos, bem como a intervenção de arquitetos e engenheiros. A JCI teve a tarefa de garantir que as colónias fossem diversificadas e que os materiais de construção fossem locais, de forma a promover a sustentabilidade das colónias.

Filipe de Castro Soares
Investigador do IGC

5



6

PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO

Quais os valores identitários que permanecem na Colónia Agrícola de Pegões?

OBJECTIVOS

- 1- Explorar as definições de *Habitar, Lugar e Paisagem* enquanto indicadores de *Identidade de um Lugar*.
- 2- Compreender a iniciativa de Colonização Interna em Portugal, como paisagem rural geradora de lugares com identidade.
- 3- Caracterizar a Colónia Agrícola de Pegões através dos valores identitários desta paisagem: urbanísticos, arquitectónicos e sociais.
- 4- Identificar e caracterizar as alterações/permanências dos valores identitários no núcleo de Pegões Velhos.



7



8



PARTICIPANTES	LOCAL DA ENTREVISTA	IDADE	PROFISSÃO	ORIGEM	ESCOLARIDADE	IDA PARA A COLÓNIA	RELAÇÃO COM O LUGAR
P1	exterior da casa	67	Professora (Reformada)	Campo Maior	Licenciatura	1961 (11 anos)	filha de colonos
P2	estábulo (sala)	68	Técnico CP (Reformado)	Biscainho	7.º ano	1953 (4 anos)	filho de colonos
P3	exterior da casa	87	Agricultor (Reformado)	Biscainho	4.º ano	1954 (24 anos)	colono
* P4	anexo (sala)	68	Técnico CP (Reformado)	Amareleja	12.º ano (profissional)	1952 (4 anos)	filho de colonos
P5		68	Escriturária (Reformada)	Coruche	6.º ano	1952 (4 anos)	filha de colonos
P6	coberto (sala)	59	Ed. Infância (Reformada)	Setúbal	Licenciatura e Pós-graduação	1994 (36 anos)	casada com filho de colonos
P7	exterior da casa	86	Agricultor (Reformado)	Fornos da Branca	4.º ano	1964 (33 anos)	colono
P8	exterior da casa	72	Ajudante de cozinha	Amareleja	5.º ano	1970 (25 anos)	casada com filho de colonos
* P9	coberto (cozinha)	92	Agricultor (Reformado)	Monte Branco	4.º ano	1956 (27 anos)	colono
P10		64	Serralheiro	Bombel	9.º ano	1956 (3 anos)	filho de colonos
* P11	alpendre	41	Arquiteto	Coimbra	Licenciatura	2019?	futuros residentes
P12		44	Engenheira	Lisboa	Pós-graduação		

* Entrevista dupla

IDENTIDADE DO LUGAR



Co. Estúdio Mário Novais, Lda. C. Biblioteca de Arte e Arquivos

HABITAR
(Heidegger, 1951; Bachelard, 1993; Lawrence-Zuniga, 2016; Pallasmaa, 2017)

LUGAR
(Norberg-Schulz, 1980; Tuan, 1983; Bernardo & Palma-Oliveira, 2012)

PAISAGEM RURAL
(ICOMOS, 2017; UNESCO, 2003; Domingues, 2012)

IDENTIDADE DO LUGAR

A Investigação . **Identidade do Lugar** . Colonização Interna . Colónia Agrícola de Pegões . Identidade da Colónia de Pegões . Conclusão

06

11

IDENTIDADE DO LUGAR



Co. Estúdio Mário Novais, Lda. C. Biblioteca de Arte e Arquivos

HABITAR

LUGAR

PAISAGEM RURAL

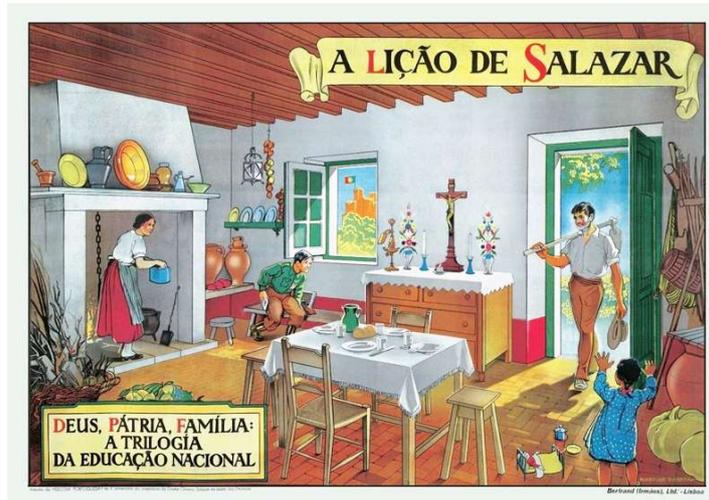
IDENTIDADE DO LUGAR

A Identidade do Lugar é um conceito dinâmico. É definido pelas actividades das pessoas e por isso a Identidade do Lugar está sujeita a transformações.

A Investigação . **Identidade do Lugar** . Colonização Interna . Colónia Agrícola de Pegões . Identidade da Colónia de Pegões . Conclusão

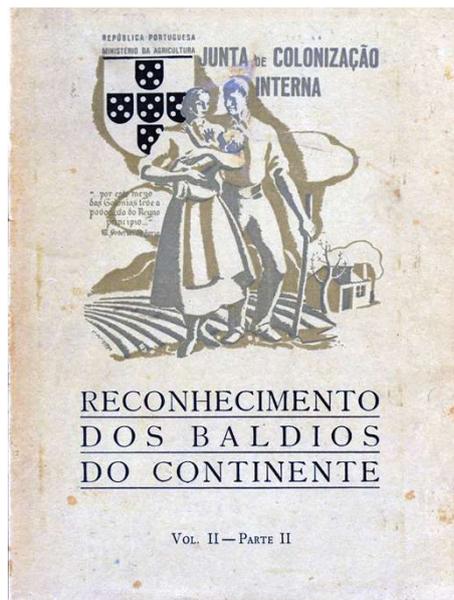
06

12



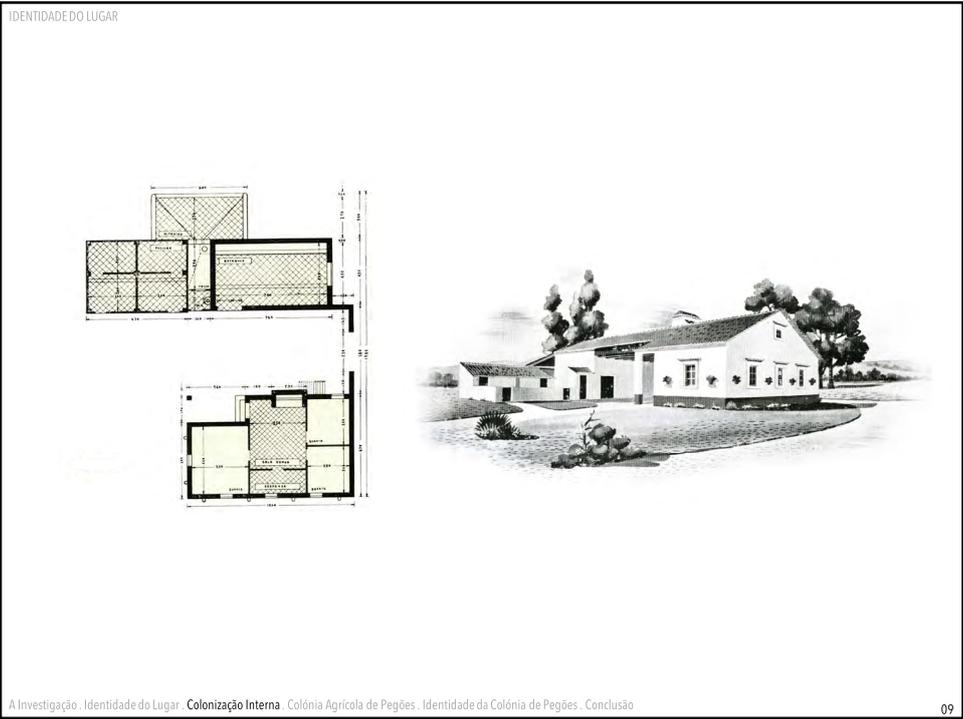
A Investigação . Identidade do Lugar . Colonização Interna . Colónia Agrícola de Pegões . Identidade da Colónia de Pegões . Conclusão

13

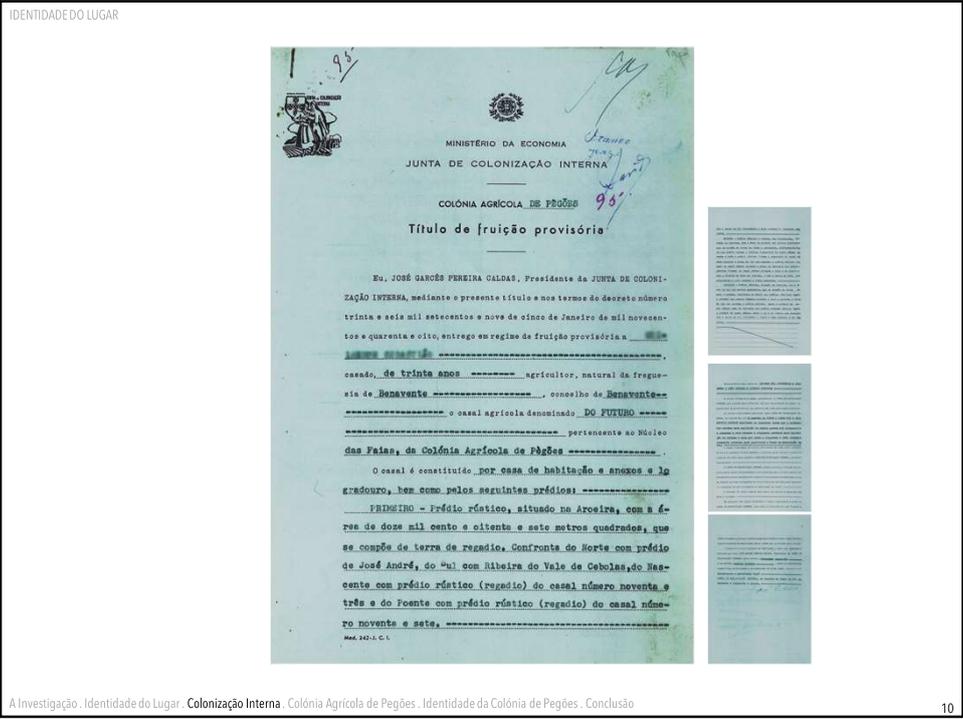


A Investigação . Identidade do Lugar . Colonização Interna . Colónia Agrícola de Pegões . Identidade da Colónia de Pegões . Conclusão

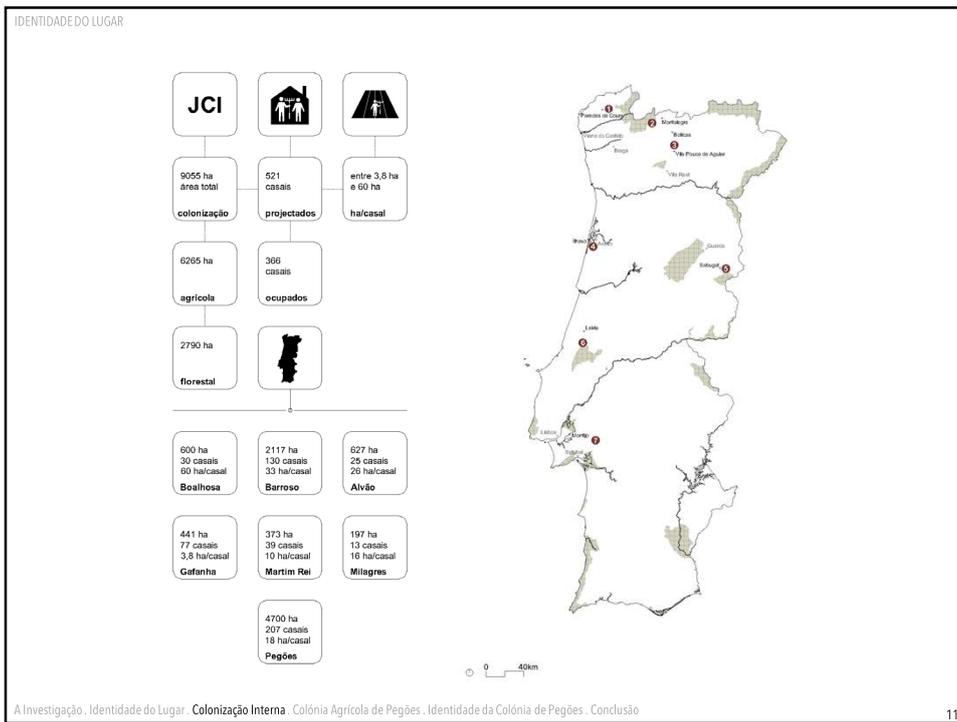
14



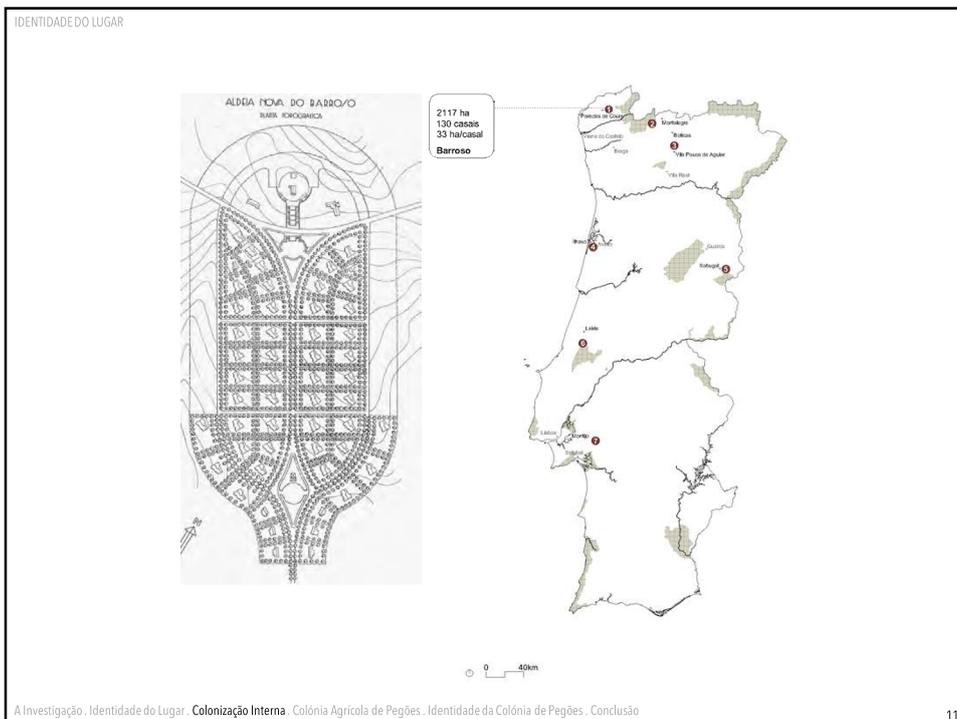
15



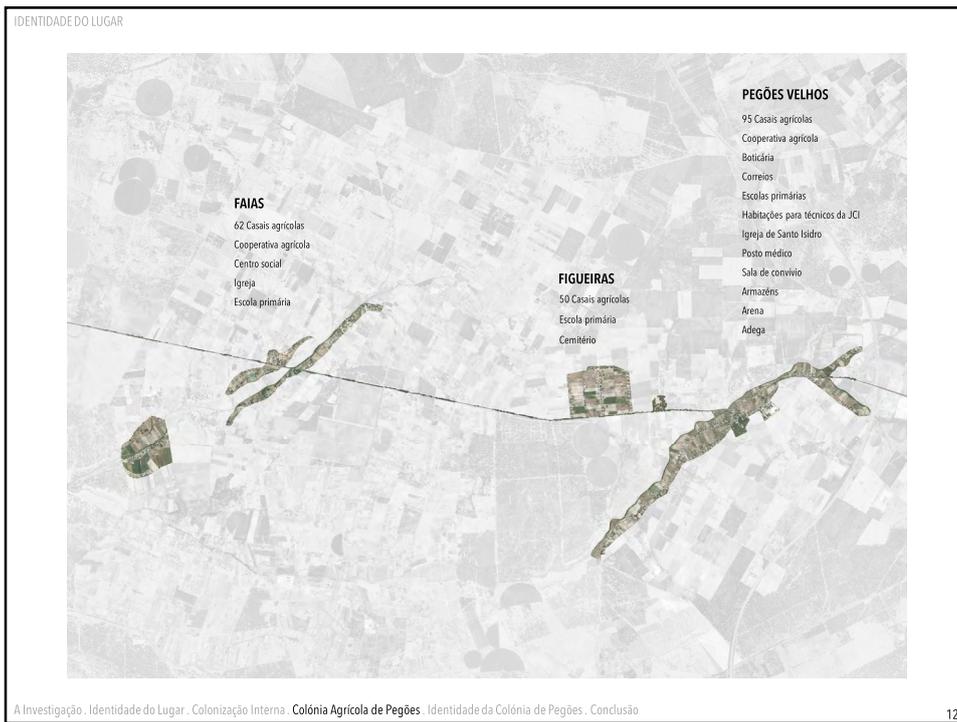
16



17



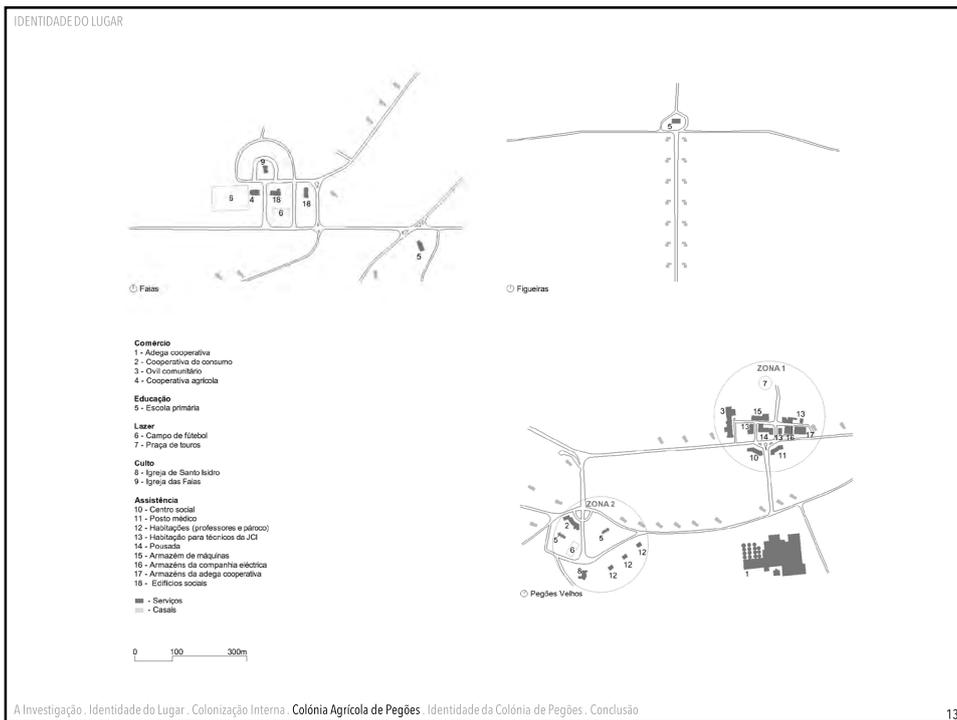
18



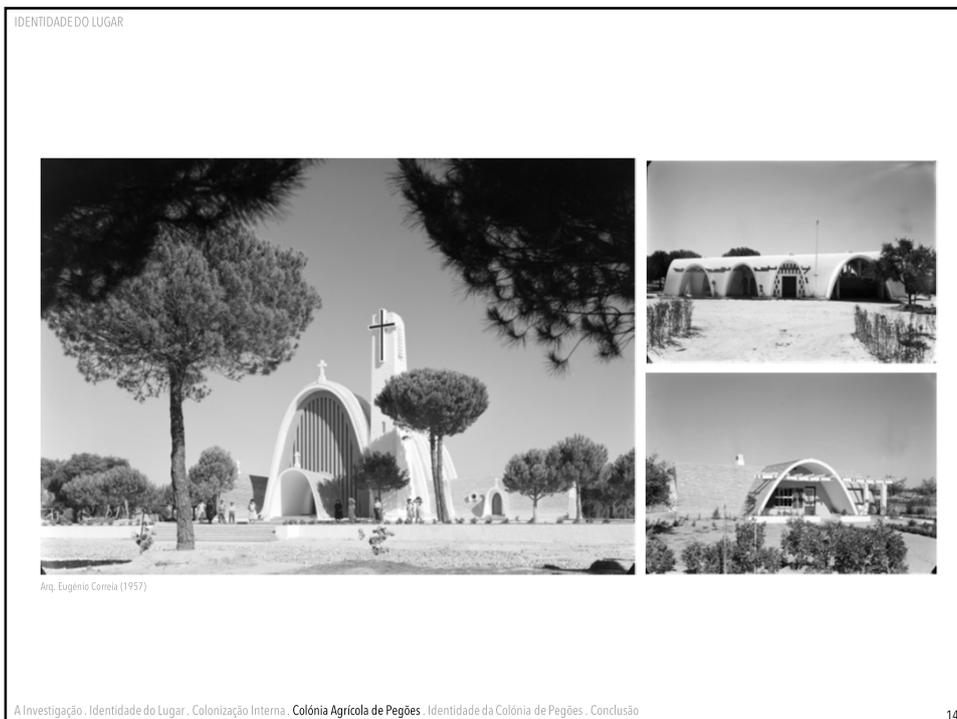
19



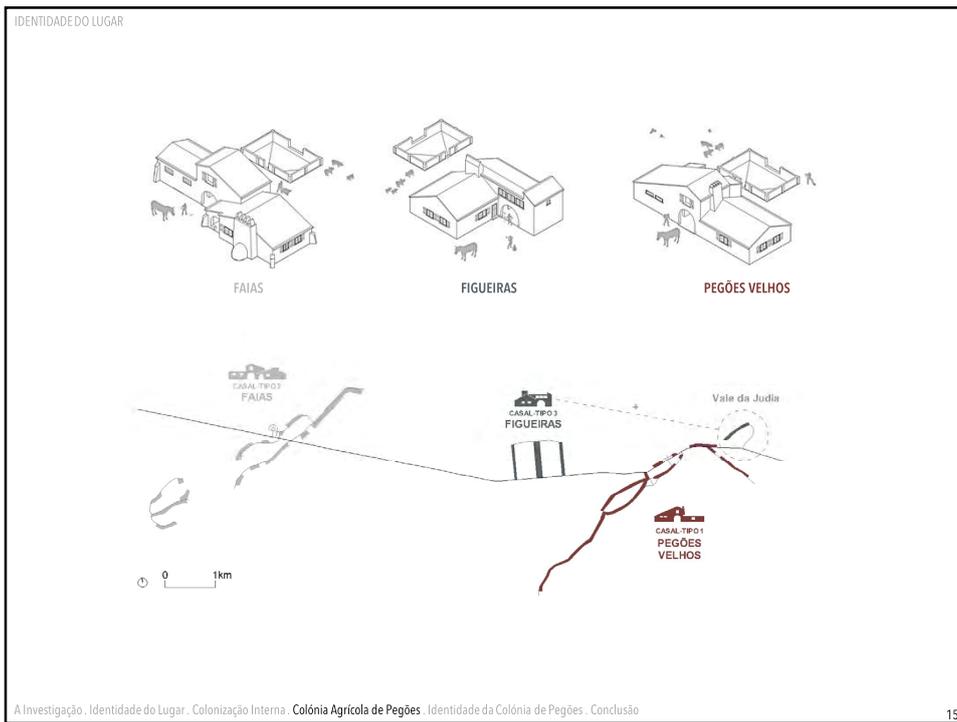
20



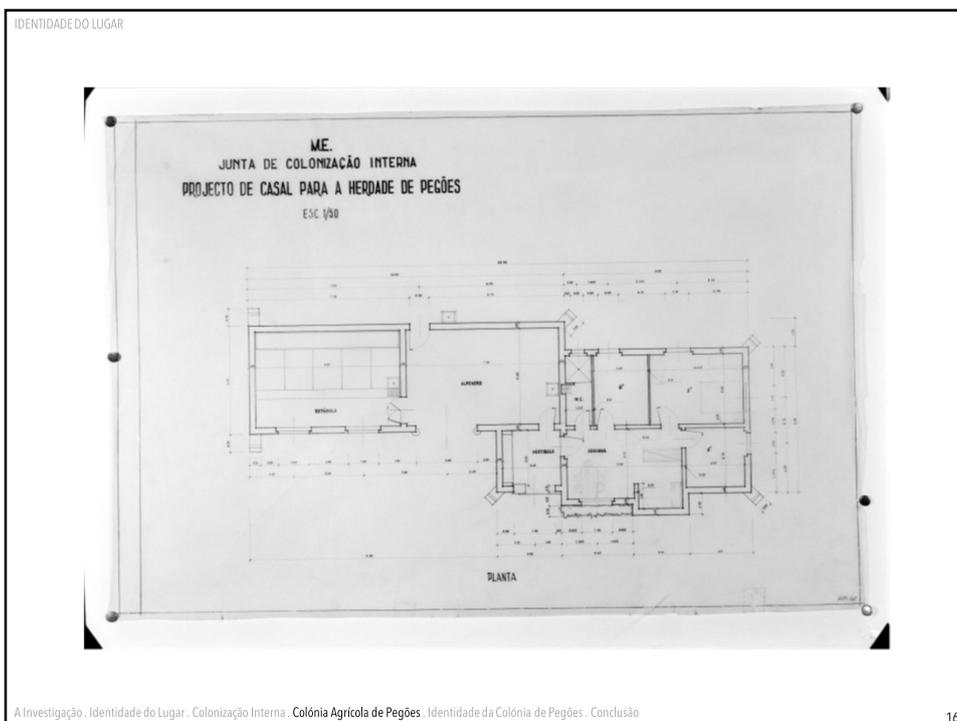
21



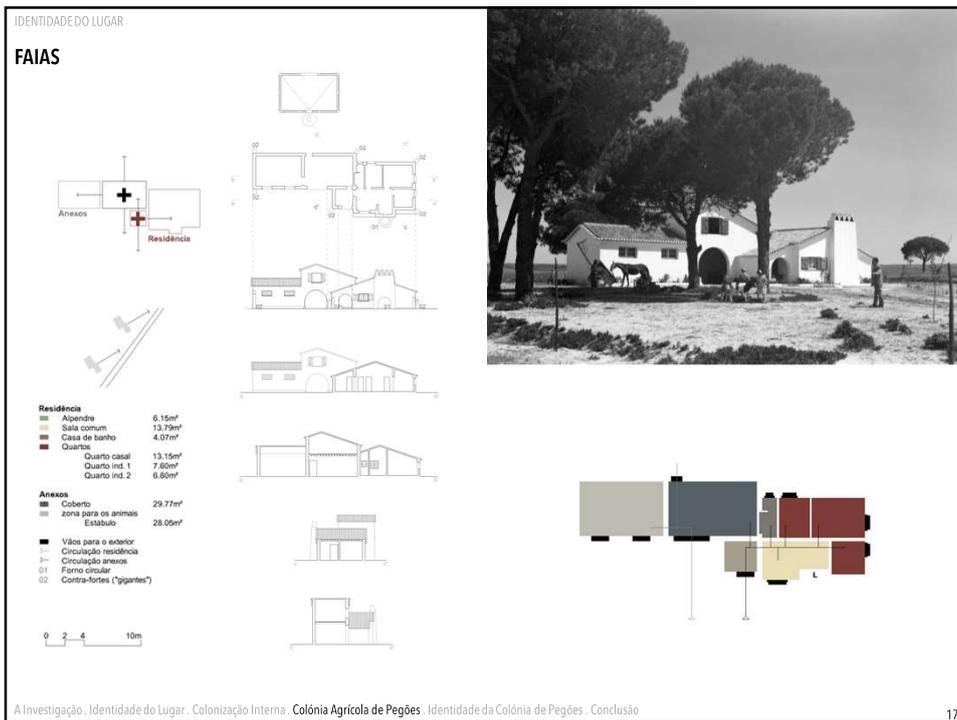
22



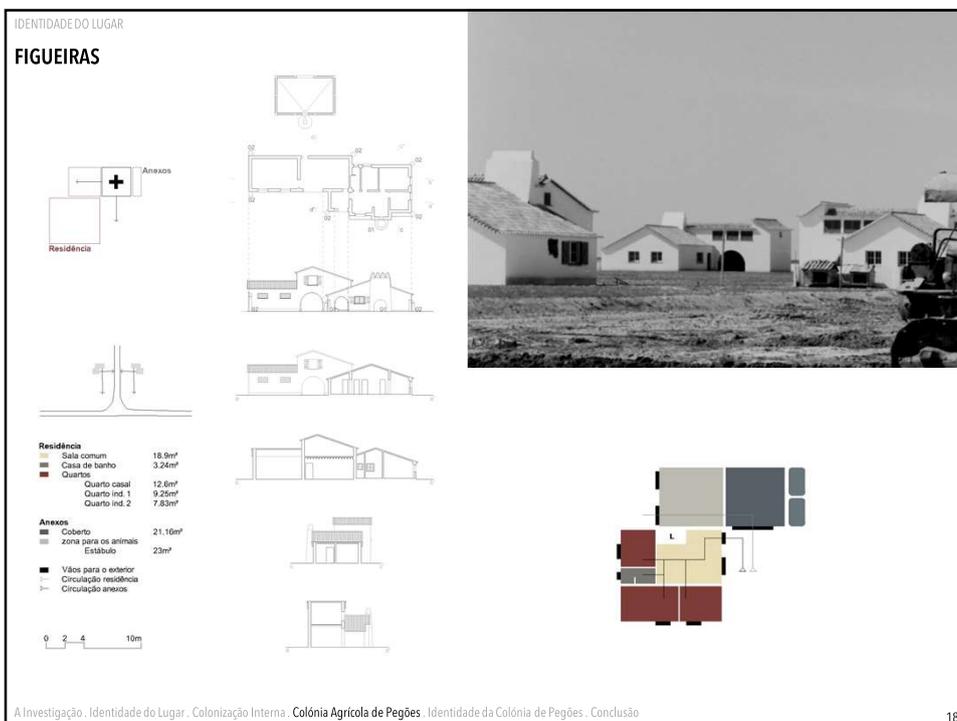
23



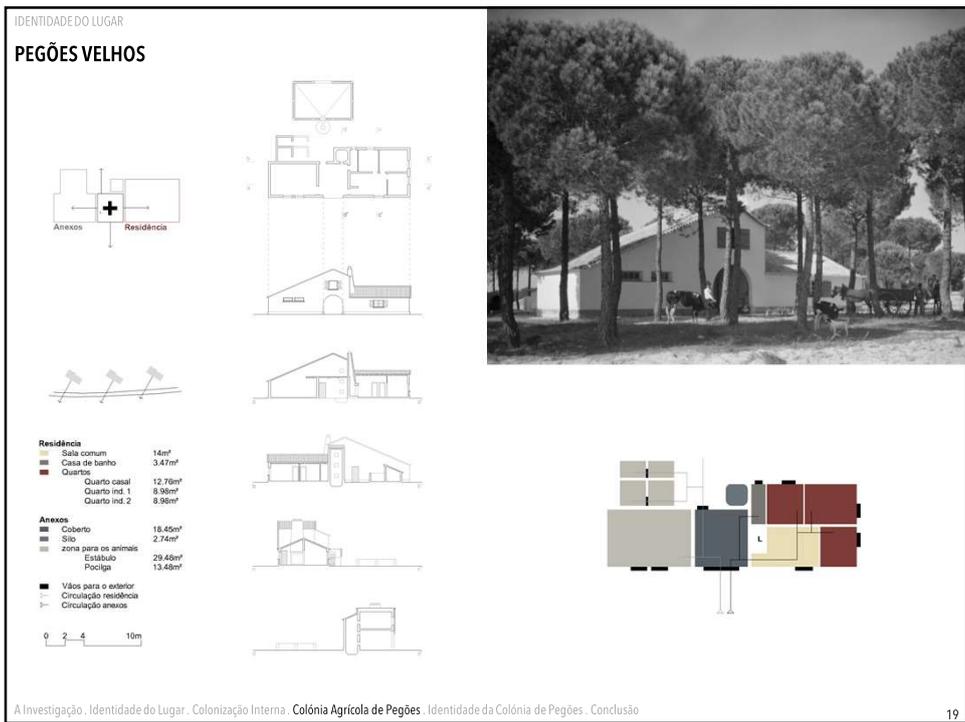
24



25

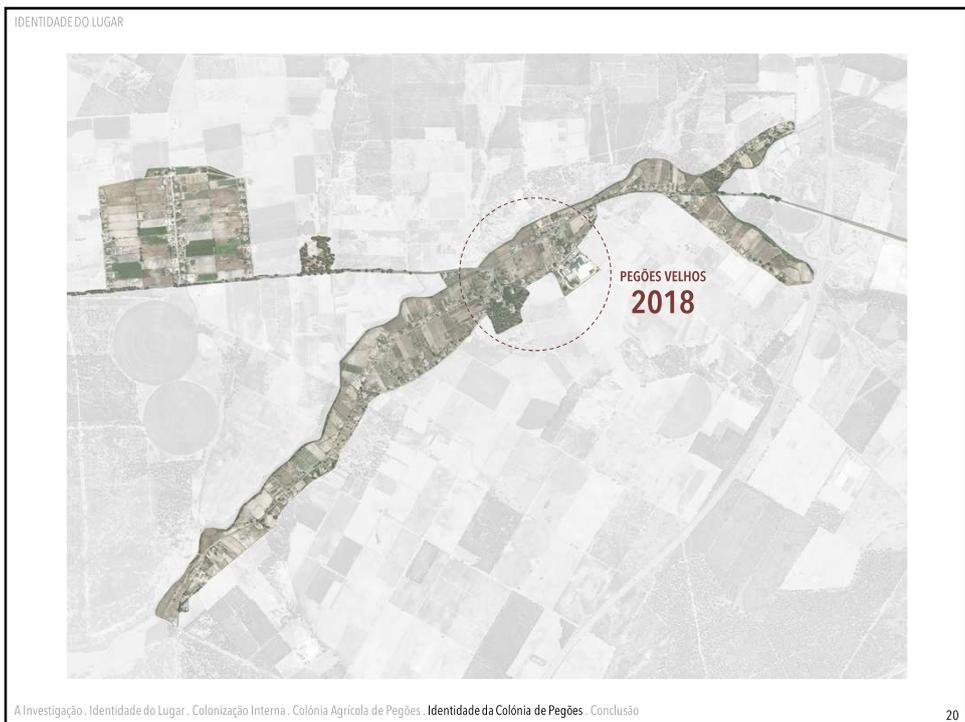


26



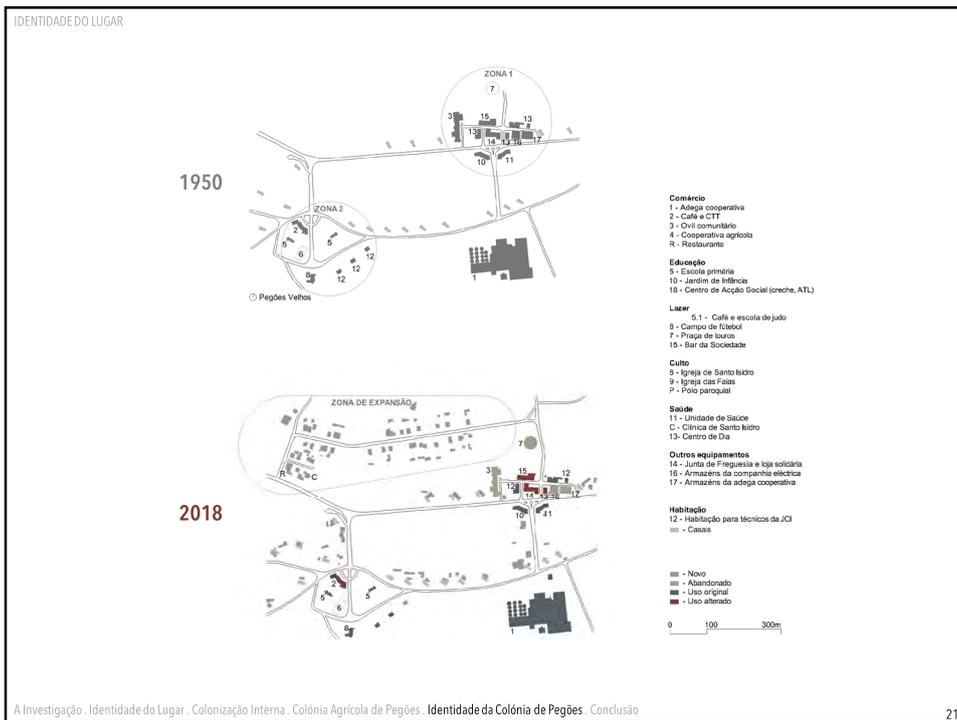
19

27

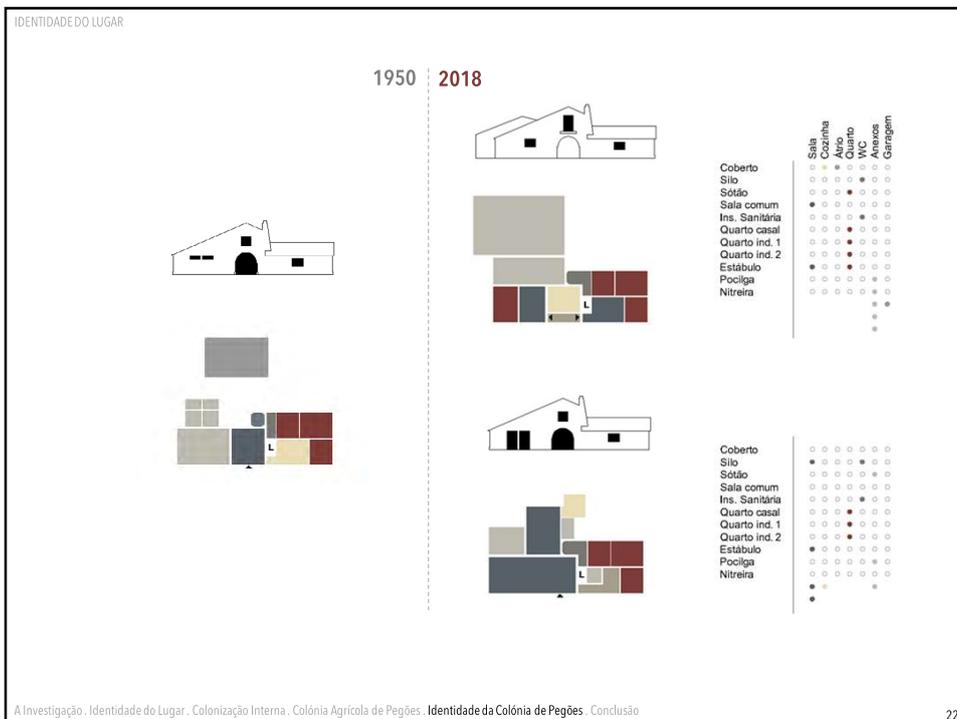


20

28



29

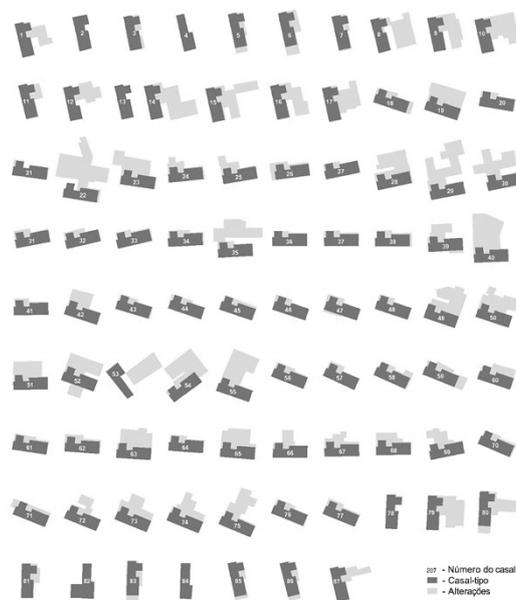


30

1950 2018



31



32



33



34



35



36